



HAL
open science

Introdução à seção temática: Estratégias e práticas alimentares de famílias agrícolas multilocalizadas e os papéis das políticas públicas

Sandrine Freguin-Gresh, Geneviève Cortes

► To cite this version:

Sandrine Freguin-Gresh, Geneviève Cortes. Introdução à seção temática: Estratégias e práticas alimentares de famílias agrícolas multilocalizadas e os papéis das políticas públicas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2020, 28 (1), pp.5-20. <10.36920/esa-v28n1>. <hal-05174737>

HAL Id: hal-05174737

<https://hal.science/hal-05174737v1>

Submitted on 21 Jul 2025

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.




Distributed under a Creative Commons CC BY 4.0 - Attribution - International License

Introdução à seção temática:

Estratégias e práticas alimentares de famílias agrícolas multilocalizadas e os papéis das políticas públicas

DOI: 10.36920/esa-v28n1-1

Editoras

Sandrine Fréguin-Gresh¹ 

Geneviève Cortes² 

A Seção Temática que temos o prazer de apresentar compreende três artigos resultantes de pesquisa realizada no Brasil no âmbito de um projeto internacional intitulado *Governança alimentar e práticas das famílias agrícolas: uma abordagem pelos fluxos de provisão de alimentos e a multilocalização familiar*. O projeto teve apoio do *Métaprogramme GloFoodS*, patrocinado pelo Institut National de la Recherche Agronomique (INRA) e pelo Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), da França, envolvendo também pesquisas no Haiti e Guadalupe.

Os trabalhos no Brasil foram desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar e interinstitucional vinculada a dois grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ): o Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN) e o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), com a coordenação do Professor Renato S. Maluf (CPDA/UFRRJ).

O objetivo geral que orientou o estudo no Brasil foi caracterizar as estratégias alimentares de famílias agrícolas multilocalizadas, com

¹ Pesquisadora do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement - CIRAD, UMR ART-Dev « Acteurs, Ressources et territoires dans le développement », Montpellier, França. E-mail: freghin@cirad.fr.

² Professora de Geografia da Université Paul Valéry de Montpellier, UMR ART-Dev « Acteurs, Ressources et territoires dans le développement », Montpellier, França. E-mail: genevieve.cortes@univ-montp3.fr.

destaque para os fluxos intra e extrafamiliar de alimentos, dinheiro e trabalho e analisar as ações e políticas públicas que incidem sobre as referidas estratégias e a condição alimentar e nutricional dessas famílias. A pesquisa buscou verificar como as condições socioeconômicas, a inserção mercantil das famílias agrícolas e as políticas públicas incidem sobre as práticas alimentares (hábitos alimentares, composição e origem dos alimentos) e as repercussões na diversidade alimentar dessas famílias. A pesquisa de campo no Brasil foi realizada na região de Chapecó (SC) em duas etapas – nos meses de fevereiro e maio de 2018 – escolha que se deveu aos aspectos do perfil socioeconômico daquela região, evidenciados nos três artigos que compõem essa seção.

Nessa introdução, iremos nos reportar ao referencial conceitual-analítico e a aspectos metodológicos da pesquisa, cuja definição contou com nossa participação, bem como destacaremos as principais conclusões transversais às abordagens dos três artigos. Três premissas gerais antecederam à formulação da questão de pesquisa que se refere às estratégias alimentares de famílias agrícolas multilocalizadas e também à incidência das ações e políticas públicas sobre essas estratégias. São elas: (i) o sistema alimentar familiar se baseia em fontes complexas de provisão alimentar, sendo afetado tanto por dinâmicas sociais e econômicas quanto por ações e políticas públicas que participam da determinação da segurança alimentar e nutricional das famílias agrícolas e dos indivíduos a elas vinculados; (ii) a plurilocalização familiar e os fluxos de circulação de pessoas, bens e recursos a ela associados repercutem sobre os sistemas alimentares familiares no que se refere ao acesso aos alimentos, portanto, na segurança alimentar e nutricional das famílias caracterizadas pela plurilocalização; (iii) as práticas alimentares das famílias agrícolas são afetadas por programas governamentais distintos e pouco coordenados em seus objetivos – englobando o suporte à agricultura de base familiar (crédito, comercialização e assistência técnica) e o apoio direto às famílias (transferências) – bem como por ações de natureza pública em menor escala por iniciativa de organizações e movimentos sociais.

Esses elementos resultaram numa abordagem geral caracterizada por ser integrada, multisetorial e multinível. Integrada por considerar a segurança alimentar e nutricional em suas várias dimensões, em consonância com a apropriação dessa noção o Brasil, ao que se acrescentou a vulnerabilidade alimentar. Multisetorial ao adotar a diversificação das atividades econômicas das famílias agrícolas e sua multilocalização como entrada privilegiada para a análise das estratégias alimentares. Multinível por abarcar desde as práticas de produção, comercialização e consumo de indivíduos e famílias, até os atores institucionais envolvidos nas políticas públicas relacionadas com a alimentação.

Como esclarecido no artigo de Renato Maluf e Silvia Zimmermann, o conceito de práticas alimentares adotado na análise das famílias agrícolas entrevistadas tem sentido amplo de modo a incorporar as escolhas e as estratégias das famílias relacionadas com sua alimentação, incluindo a forma como compõem a dieta e as fontes de provisão dos alimentos, em particular, a combinação de produção própria e compra de alimentos no mercado. A esses aspectos, o conceito adotado incorpora as repercussões da multilocalização familiar como conceituada adiante. A perspectiva adotada aponta, portanto, para uma abordagem das práticas alimentares que combina sua dimensão como prática social, estratégias alimentares, dietas e culturas alimentares.

Há que chamar a atenção também para a adoção do enfoque sistêmico na abordagem das formas de produção, circulação e consumo dos alimentos, tendo a noção de “sistema alimentar familiar” como referência nuclear (MALASSIS, 1994, 1996; TOUZARD, 2017). Assim como é bastante difundido o enfoque, são também variadas as abordagens visando capturar dinâmicas e mecanismos de interação entre os elementos que compõem os sistemas (MALASSIS, 1994; RASTOIN; GHERSI, 2010; COLLONA, FOURNIER; TOUZARD, 2013; MORGAN; MARSDEN; MURDOCH, 2006; FINE; HEASMAN; WRIGHT, 1996). O enfoque sistêmico pode ser desdobrado em diferentes escalas espaciais – do global ao local – e em termos das diversas unidades ou grupos sociais nele envolvidos, podendo-se afirmar que a primeira unidade social que determina o acesso das pessoas à alimentação é a família que, como se verá, será considerada em seus diferentes formatos, indo além da unidade social de residência, isto é, do domicílio que abriga um conjunto de indivíduos vivendo sob o mesmo teto.

Como um grupo social organizado, a família garante seu suprimento cotidiano através da produção própria de alimentos, coleta, troca (escambo) ou do recurso ao mercado (compra). Portanto, a noção de sistema alimentar familiar utilizada na pesquisa tem origem no fato de as unidades familiares rurais compreenderem um conjunto de atividades articuladas e interdependentes combinando produção de alimentos para autoconsumo com produção mercantil de onde obtém renda monetária que participa da reprodução da unidade familiar, nela incluída a aquisição de alimentos. Aos frutos das atividades desenvolvidas nas unidades familiares rurais devem ser adicionadas outras rendas monetárias regulares (transferências públicas) igualmente integradas na reprodução familiar, de modo a chegar à composição das fontes diretas e indiretas de suprimento alimentar das famílias.

O sistema alimentar familiar ou doméstico (TOUZARD, 2017) refere-se, assim, à economia domiciliar, isto é, à maneira como é gerido um conjunto de recursos que, direta ou indiretamente, fornece o alimento necessário às necessidades cotidianas. Vale dizer, sistema alimentar

familiar corresponde ao modo de interação e de agenciamento social, econômico e espacial de um conjunto de atividades e de recursos que fornecem à família, direta ou indiretamente, os alimentos necessários às suas necessidades cotidianas. No entanto, para além dos debates sobre as mudanças contemporâneas da família, sobretudo no campo da sociologia (SEGALEN, 2004; SINGLY, 2007), é amplamente admitido que os processos de decisão intrafamiliares remetem a relações sociais complexas, de gênero ou geracionais, as quais desempenham um papel importante na gestão do sistema alimentar familiar. Essas relações sociais e a distribuição dos papéis que as acompanham governam, de fato, os modos de transformação e redistribuição de alimentos dentro da unidade de consumo e, portanto, potencialmente, a situação alimentar e nutricional dos indivíduos.

Conforme já antecipado, a pesquisa ora apresentada se interessou, particularmente, pelo fenômeno da multilocalização familiar no seio das famílias agrícolas e suas repercussões sobre suas estratégias alimentares (PADOCH *et al.*, 2008; DE HAAN, 1999; CORTES, 2000; ELOY, 2008; BAROU, 2010; FRÉGUIN-GRESH *et al.*, 2015). Famílias agrícolas são aqui definidas como aquelas com domicílio no meio rural e em que pelo menos um integrante trabalha diretamente em atividades agropecuárias. Família agrícola é uma categoria sociológica mais abrangente que domicílio rural que se confunde com estabelecimento (unidade utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Esse aspecto é especialmente relevante numa pesquisa interessada nas práticas alimentares de famílias com membros residindo em distintos domicílios, isto é, famílias agrícolas mono ou multilocalizadas.

Os trabalhos sobre multilocalização, ainda em número reduzido, se repositonam na literatura em face de outras pesquisas sobre transnacionalismo, mobilidade circular entre cidade e campo, migração internacional e remessa para os locais de origem. A noção de "família multilocalizada" é alimentada por vários estudos de demógrafos, sociólogos e geógrafos interessados no papel da mobilidade interna ou internacional nas estratégias familiares. O conceito de "sistema residencial" descreve a partilha e ocupação de habitações múltiplas por membros de uma família ampliada (LE BRIS *et al.*, 1985; DUREAU, 2002). Na América Latina, os termos "famílias multilocalizadas" (PADOCH *et al.*, 2008), "multilocalidade produtiva" (ELOY; LE TOURNEAU, 2009) e "sistema familiar multilocalizado" (FRÉGUIN-GRESH *et al.*, 2015) são utilizados para abordar questões relacionadas com a dispersão de residências, mas também dos locais de produção do mesmo grupo doméstico. Esses conceitos permitem avaliar a complexidade das relações entre áreas rurais e urbanas em diferentes escalas (CORTES, 2000; STOIAN, 2005; MCSWEENEY; JOKISCH, 2007), a adaptabilidade dos sistemas de produção familiares e as regras de usos associados de recursos (CORTES, 2002; ELOY; LASMAR, 2011; ELOY *et al.*, 2012 ; ELOY; BRONDIZIO; DO PATEO, 2015; NASUTI *et*

al., 2015) e, mais geralmente, observar as relações de continuidade e complementaridade que moldam territórios (CORTES; PESCHE, 2013). Essas abordagens mobilizam o conceito de mobilidade circular (ou tráfego), que faz referência a movimentos, geralmente de curta duração, repetitivos ou cíclicos por natureza que articulam diferentes lugares de vida das famílias (DOMENACH; PICOUET, 1987). Alguns destes trabalhos mostraram o importante papel da mobilidade e da circulação nas estratégias familiares e sua segurança alimentar e, mais amplamente, nas dinâmicas de desenvolvimento (DE HAAN, 1999; CORTES, 2000; ELOY, 2008; BAROU, 2010; FRÉGUIN-GRESH *et al.*, 2015).

O fenômeno da multilocalização familiar constitui a porta de entrada da pesquisa englobando os vínculos entre os integrantes da família e a circulação de recursos entre si na forma de alimentos, dinheiro e trabalho. O conceito de família agrícola multi ou plurilocalizada faz referência, portanto, a configurações de dispersão residencial e/ou produtiva aqui utilizada com vistas a identificar o ingresso e saída de recursos monetários e não-monetários (bens) e os fluxos respectivos entre familiares com residência dispersa. Vale dizer, a multilocalização caracteriza-se pela existência de membros da família agrícola dispersos em distintos lugares, porém fazendo parte de um sistema alimentar familiar assentado nos referidos vínculos e na circulação de recursos que opera entre eles.

O marco analítico, e mais particularmente a noção de famílias multilocalizada, deve ser adaptada às realidades dos territórios estudados. Em outros termos, essa noção remete às diferentes configurações segundo a natureza do tecido territorial e as práticas de mobilidade das populações. No caso do Brasil, a existência de antigos e densos vínculos e mobilidade (circulação) entre cidade e campo, tanto por elos de proximidade em escala regional como também em longas distâncias no território brasileiro, e na ausência de migração para outros países, definiu-se como famílias agrícolas multilocalizadas aquelas em que um ou mais membros residem fora da Unidade Agrícola Familiar (UAF), mas participam ou interferem no processo de reprodução socioeconômica da UAF por meio do compartilhamento de recursos monetários, de trabalho e alimentares. Essa participação compreende, também, os auxílios aportados pelos integrantes da UAF sem que necessariamente ocorra a retribuição por parte dos beneficiados com trabalho ou recursos financeiros. Quanto aos recursos alimentares, consideram-se os casos em que a família rural reconhece que produz alimentos para membros residentes fora da unidade familiar ou que parte de sua alimentação é proporcionada por membros que moram fora da unidade familiar. Os recursos alimentares incluem, portanto, a produção de alimentos pelas famílias agrícolas destinadas tanto aos

membros residentes fora como dentro da UAF, e também a produção para autoconsumo, as compras e doações de alimentos.

Por essas definições, os sistemas alimentares familiares foram considerados em termos de fluxos de recursos (disponibilidade: produção agrícola para autoconsumo e doações; acesso: compras de alimentos permitidas pela obtenção de renda e salários) e em termos dos hábitos alimentares (quais alimentos). No Brasil, eles correspondem ao modo de interações e arranjos sociais, econômicos e espaciais entre membros de uma família agrícola que desenvolvem um conjunto de atividades em vários locais, fornecendo recursos à família que é mobilizada para obter diretamente (produção autoconsumida, doações) ou indiretamente (dinheiro) os alimentos necessários para atender às necessidades diárias conforme os hábitos alimentares dessa família. Em outras palavras, os sistemas alimentares familiares no Brasil constituem o meio para identificar as fontes de provisão alimentar das famílias agrícolas que, por sua vez, compreendem as ações adotadas por indivíduos e famílias com o objetivo de se prover (aprovisionar) de alimentos.

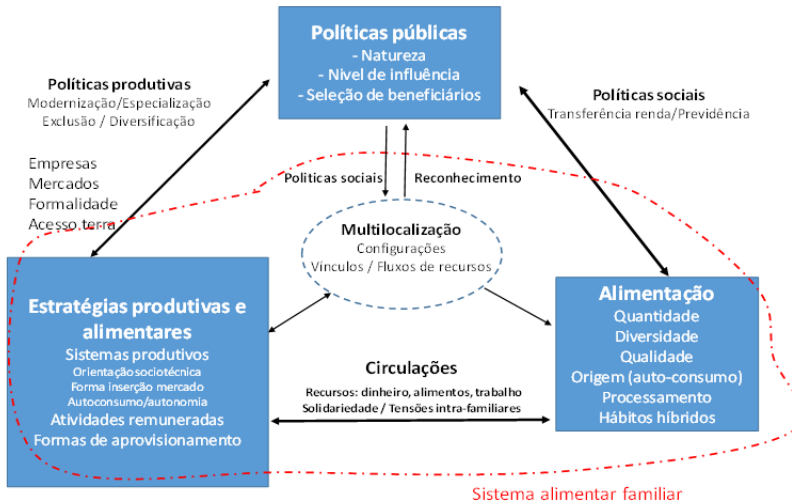
Registre-se que a pesquisa procurou ir além do âmbito das famílias, ampliando o foco de modo a considerar a provisão alimentar das comunidades em que elas se inserem, incluindo sua participação na provisão da sociedade geral. Isto implica articular esse foco com a problemática do abastecimento alimentar, aqui entendido como englobando o conjunto diverso e complexo de atividades na esfera da circulação que mediam o acesso aos alimentos e sua produção, atividades nas quais estão envolvidos atores sociais, particularmente, agentes econômicos privados, bem como órgãos de Estado (MALUF, 2017).

A pesquisa optou por construir uma amostra intencional de famílias agrícolas na região de Chapecó (SC) que abrangesse a heterogeneidade socioeconômica e produtiva da agricultura de base familiar da região pesquisada, tendo adotado a seguinte tipologia: a) famílias que praticam agricultura convencional; b) famílias que praticam agricultura integrada à agroindústria; c) famílias que comercializam em circuitos curtos sem transformação dos produtos; d) famílias que comercializam em circuitos curtos com agroindústria; e) famílias pobres; f) famílias indígenas. O artigo de Cazella *et al.* fez uma pequena adaptação dessa tipologia aos seus objetivos analíticos específicos sem, porém, alterar a perspectiva subjacente à tipologia geral.

Os três artigos reunidos nessa Seção Temática possuem entradas distintas que giram, porém, em torno da mesma problemática, sendo assim complementares, possibilitando um exercício de extrair conclusões transversais aos mesmos. Iniciaremos pelas configurações da multilocalização que podem variar de acordo com: i) contexto

(proximidade/distância, estatuto); ii) direção dos fluxos (bi/multidirecional) e a natureza do tráfego; iii) agentes com acesso à mobilidade; iv) lógica social subjacente à multilocalização; v) papel/significado e impacto da multilocalização.

O diagrama conceitual apresentado a seguir oferece uma visão geral da abordagem desenvolvida pela pesquisa no Brasil.



No contexto brasileiro, a história específica do desenvolvimento rural e da urbanização foi marcada pelo processo de industrialização e migração do campo em direção às cidades – destaque-se a dinâmica das empresas agroindustriais privadas que organizam o território –, ao passo em que foram preservadas formas de agricultura familiar inseridas em relações urbano-rurais específicas nas quais os fluxos alimentares desempenham um papel importante. Na região de Chapecó, como em outras partes do Brasil, são frequentes (semanais) as idas e vindas entre diferentes lugares, a atividade agrícola proporciona maior autonomia às famílias e aos indivíduos apesar do papel da agroindústria na dinâmica territorial, e há coexistência de diferentes grupos socioculturais/étnicos (populações de origem europeia, nativos e caboclos).

Quanto à direção e natureza dos fluxos de recursos, ele é bidirecional, principalmente do interior para as cidades, mas também das cidades para o interior. Nesse aspecto, há que ressaltar entre os resultados da pesquisa a constatação da existência de fluxos reversos, isto é, o campo apoiando as cidades e garantindo parte da alimentação daqueles que nelas habitam, mas continuam mantendo laços familiares com os que permanecem como famílias agrícolas, uma constatação se não original, sem dúvida de grande relevância inclusive na discussão de contextos de crise. Em relação à

natureza dos fluxos, verificou-se o predomínio dos alimentos, trabalho e renda.

Com relação ao acesso à mobilidade, a multilocalização no Brasil está fortemente ligada à condição socioeconômica das famílias agrícolas. As famílias pobres e indígenas pesquisadas, em geral, não são multilocalizadas. A multilocalização implica haver recursos compartilhados com membros residindo fora da UAF, como nos casos dos estudantes, assalariados urbanos (filhos, cônjuges) e parentes que moram em áreas urbanas e estudam ou trabalham como assalariados (agroindústria). Alguns membros da família estão em mobilidade circular ligada a atividades múltiplas e estudos, condição que não corresponde a uma categoria reconhecida pelas políticas públicas, seja social ou produtiva.

As lógicas sociais e econômicas subjacentes à localização múltipla são diferenciadas, destacando-se no Brasil os motivos associados à educação, salário ou casamento entre os jovens. Já o papel/significado e impacto e "significado" da multilocalização para famílias e indivíduos diferem bastante, sendo que para a pesquisa no Brasil receberam maior atenção a preservação de hábitos alimentares dos que habitam na cidade enquanto que se observa a introdução de novos alimentos no campo, o acesso à disponibilidade mais ampla de alimentos, o relacionamento com múltiplas atividades com obtenção de renda adicional e o acesso a estudo e treinamento pelos jovens.

Tratando, agora, de como as políticas públicas interferem nos sistemas de alimentação e na produção das famílias agrícolas, multilocalizadas ou não, note-se que as modalidades de interferência das políticas públicas variam de acordo com: i) a natureza da política (orientação produtiva e sociotécnica do estabelecimento agrícola, integração ao mercado, assistência social, migração); ii) o componente do sistema alimentar familiar em que ela interfere (diversidade da produção agrícola e dos alimentos produzidos, qualidade dos alimentos produzidos, diversidade de fontes de renda, participação do autoconsumo, hábitos alimentares); iii) o acesso às políticas conforme critérios para a seleção de beneficiários (orientação sociotécnica da fazenda, tipo de integração no mercado, características socio-demo-ecológicas dos indivíduos/famílias); iv) a capacidade dos potenciais beneficiários de acessar efetivamente as políticas (opacidade das políticas, complexidade dos procedimentos). Como as famílias multilocalizadas não correspondem a nenhuma categoria definida pelas políticas públicas no Brasil para as famílias agrícolas, é necessário abordar suas demandas políticas de maneira complexa ou mesclada às demais demandas dessas famílias.

Os artigos focalizam as políticas produtivas e sociais e suas repercussões em termos alimentares. Como se sabe, há no Brasil um conjunto amplo e diverso de programas de apoio à agricultura familiar (crédito de

produção, pequena agroindústria, comercialização, agroecologia, sementes e compras públicas), assim como são importantes o programa de transferência de renda para as famílias mais pobres (Bolsa Família) e a previdência social (aposentadoria). Os programas de produção interferem na produção e na comercialização da produção agrícola em termos da diversidade da produção agrícola (aumentando ou diminuindo) e, portanto, na diversidade de alimentos produzidos em termos de sua qualidade interpretada de diferentes maneiras (saúde, sabor, cultura, segurança etc.). Igualmente presentes são os impactos dos programas sociais no aumento da renda das famílias.

Com relação ao acesso às políticas, os critérios para selecionar beneficiários dos programas sociais têm em conta a diferenciação socioeconômica na população e a presença de pessoas extremamente pobres e "vulneráveis" que demandam assistência social. Além disso, a estrutura etária da população agrícola (envelhecimento da população ativa que pode ser aposentada) favorece a presença de programas de aposentadoria. É claro que as políticas sociais no Brasil voltadas para as famílias mais pobres, que também são geralmente sem terra, têm uma influência direta na melhoria da diversidade e qualidade da dieta da família, particularmente, das crianças. Esses programas não influenciam necessariamente a produção, em alguns casos o fazem apenas indiretamente, mas contribuem diretamente para melhorar a nutrição com o aumento do poder de compra das famílias mais pobres. Nos municípios com equipe de assistência social, o Programa Bolsa Família fornece também treinamento e divulga informações sobre saúde infantil e nutrição, e cultivo agroecológico de vegetais.

As pesquisas não identificaram diferenças na influência das políticas de apoio à produção familiar nas dietas alimentares, pois a região de Chapecó é historicamente marcada pela predominância de formas de agricultura familiar influenciada por suas origens (Itália, Alemanha e Polônia) e caracterizada pela qualidade e produção agrícola diversificada, parte da qual destinada ao autoconsumo. Historicamente, certos programas produtivos contribuíram para reduzir a diversidade da produção e a parcela de autoconsumo em favor de maior especialização e comercialização de produtos. Recentemente, alguns desses programas tiveram efeitos ambíguos: embora baseados na promoção da agricultura familiar e da agroecologia fundamentalmente diversas, eles favorecem a especialização produtiva. É o caso da extensão rural e da educação agrícola, mas também do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Somente o programa de compras públicas contribui explicitamente para a diversidade produtiva, o que o torna uma exceção.

No que se refere às capacidades dos potenciais beneficiários para acessar efetivamente as políticas, constaram-se restrições de acesso às

políticas sociais de populações pobres e indígenas (devido à falta de informação, intermediação de municípios e autoridades locais eleitas ou seus funcionários), porém sem problemas relevantes de acesso às políticas produtivas. No entanto, há barreiras tais como os modos de regulamentação e a burocratização do acesso aos programas de compras públicas de alimentos, as inadequações da legislação municipal de inspeção sanitária (abate de pequenos lotes de aves e produção de queijo artesanal), a exigência de um rótulo municipal, estadual ou federal para comercializar carnes e laticínios para venda direta ao consumidor. Para os agricultores familiares (além de certas populações mais pobres), a extensão rural desempenha um papel importante para facilitar o acesso e superar as barreiras existentes.

Os resultados em termos do impacto das políticas públicas nas estratégias familiares e sua nutrição podem ser contraditórios nas estratégias produtivas e na nutrição das famílias, em face da existência de múltiplas políticas públicas (produtivas, sociais e alimentares) nem sempre articuladas. Além disso, um mesmo programa também pode ter efeitos contraditórios dependendo das circunstâncias, dos métodos de aplicação ou do perfil do beneficiário.

Historicamente, os programas produtivos voltados para a agricultura brasileira foram orientados pela perspectiva de "modernização" que acompanhou o surgimento da agroindústria, a integração vertical em setores especializados e a mercantilização plena da produção, levando a maior especialização dos estabelecimentos e, portanto, de famílias agrícolas. Essa especialização (na criação de animais ou monocultivos) e as diferentes formas de integração nos respectivos mercados (contratos de vendas, integração vertical) podem ter forçado as famílias a reduzir a produção para o autoconsumo, por exemplo, via imposição de padrões de saúde na criação animal para a indústria de carnes. Não obstante, programas mais recentes incentivaram a diversificação da produção e diversidade genética (sementes camponesas ou crioulas) em estabelecimentos que desenvolvem uma produção de alimentos com sinais distintos de "qualidade", tais como os alimentos "coloniais" de tradição europeia, e os produtos "naturais", orgânicos ou agroecológicos.

Vimos que um mesmo programa pode ter efeitos contraditórios devido às modalidades de sua aplicação ou às formas de intermediação existentes. No caso de programas sociais como o Bolsa Família ou de programas produtivos como o Pronaf, sua aplicação ao mesmo tempo no mesmo território, mas não necessariamente com as mesmas pessoas ou famílias beneficiárias, levou a uma diferenciação das estratégias produtivas das famílias, com impacto em seus alimentos num contexto de urbanização, transformação das atividades mercantis e modernização das sociedades rurais. As diferentes estratégias se traduzem em mudanças em termos de oferta de alimentos e padrões de consumo.

Para a maioria das famílias agrícolas, que especializaram a produção em seus estabelecimentos, a redução da produção para autoconsumo resultou em substituição gradual de produtos agrícolas, e aumento na participação da comida comprada em mercados e supermercados (comida industrial, processados e ultraprocessados, mas também alimentos ditos de "qualidade"). Para as famílias menos privilegiadas (populações pobres e indígenas), que geralmente se beneficiam de programas sociais, a insuficiência da produção agrícola também tem sido acompanhada pelo aumento da compra de alimentos. Bastante distinta é a condição das famílias que optaram pela estratégia de manter a produção para consumo próprio combinada com a venda em circuitos curtos ou programas de compras públicas, desenvolvendo uma produção de alimentos de qualidade ainda que pouco se beneficiando com os programas "alternativos" mais recentes, em particular em favor da agroecologia. De todo modo, de maneira geral as famílias agrícolas reconhecem que as políticas públicas lhes permitiram melhorar sua renda e, portanto, sua alimentação, no caso, pela compra de produtos que antes não podiam adquirir, e também na diversificação da produção para consumo próprio.

A tipologia de famílias agrícolas construída pela pesquisa, a montagem da amostragem e a seleção das famílias a serem entrevistadas, uma amostra intencional como já foi dito, permitiram observar as distintas das estratégias produtivas e de suprimento de alimentos dos indivíduos e das famílias agrícolas, multi ou monolocalizadas, naquela região do Brasil para produzir e comercializar sua produção agrícola e aprovisionar-se de alimentos via produção para autoconsumo, compras e doações. Buscou-se contemplar a diversidade social e econômica, de orientação sociotécnica e de formas de integração aos mercados. Esse critério resultou na identificação de três tipos de estratégias. A primeira delas está centrada na especialização agrícola e na integração vertical sob contrato com a agroindústria de famílias nas quais pode haver membros ativos empregados na cidade, mas que continuam trabalhando durante o seu tempo ocioso no estabelecimento agrícola da família, em particular na produção para consumo próprio. Para essas famílias, as condições de integração vertical têm implicações no tempo de trabalho disponível para os membros que poderia ser dedicado à produção de alimentos para autoconsumo (mencionou-se antes a imposição nos contratos de regras de saúde que proíbem a criação de animais). Submetidas a práticas agrícolas intensivas e a amplo uso de insumos agroquímicos, seu suprimento de alimentos provém principalmente da compra de alimentos processados e também de qualidade (coloniais, orgânicos e agroecológicos).

Uma segunda estratégia compreende a diversificação e integração em mercados específicos (compras públicas, feiras-livres na cidade, redes de agroecologia, circuitos curtos) combinadas com a produção para autoconsumo, estratégia seguida por famílias que eventualmente têm

membros ativos empregados na cidade. Ao contrário do que se poderia pensar, a integração nos mercados não elimina a produção para autoconsumo, ao contrário, essa estratégia desenvolve e promove a diversificação das práticas alimentares dessas famílias pelo estímulo recíproco entre produção para autoconsumo e para venda. Ressalte-se que essas famílias têm práticas produtivas menos dependentes de insumos agroquímicos. Seus suprimentos de alimentos estão centrados na busca por produtos de "qualidade" (tradicional, colonial, agroecológico), pois essas famílias desejam ter mais "controle" sobre o que comem, postura que também promove a produção para autoconsumo.

Por fim, temos a estratégia "forçada" centrada na produção agrícola para o autoconsumo seguida pelas famílias pobres e indígenas. Elas não têm, ademais, acesso à multilocalização por não produzirem o suficiente para compartilhar com outras pessoas que não as residentes na própria UAF, tendo uma produção pouco diversificada devido às limitações de renda (por exemplo, para a compra de insumos) e das doações. Sua produção agrícola constitui a base principal do suprimento de alimentos da família, com uma composição correspondente às preferências socioculturais e hábitos alimentares dessas etnias (o estudo não se dedicou a aprofundar esse assunto).

Pode-se concluir, do exposto, que a multilocalização aparece no Brasil como um "recurso de diferenciação" no sentido de que apenas as famílias agrícolas com mais recursos (em terra, em dinheiro) e engajadas nas duas primeiras estratégias podem se permitir ter um ou mais de seus membros em movimento para trabalhar ou estudar. Deste modo, eles contribuem para o aumento dos recursos econômicos e humanos da família assim considerada, participando do trabalho na UAF, principalmente na produção destinada ao autoconsumo, mas que também se beneficiam com alguns desses alimentos.

Por fim, vejamos como as estratégias produtivas se traduzem em alimentos e como os alimentos são afetados pela multilocalização. Nos dois casos, a comida foi considerada do ponto de vista de certos indicadores padronizados de segurança alimentar (escores HFIAS/EBIA+diversidade) e práticas alimentares (*habitus*, tipos de alimentos consumidos), com o acréscimo da dimensão nutricional na conceituação brasileira. Observou-se a manutenção da diversidade de alimentos nas populações de origem européia que se consideram em condição de segurança alimentar e nutricional. Este não é o caso das populações mais pobres e indígenas, cujos alimentos estão centrados em alguns grupos de alimentos (cereais, tubérculos e raízes) ligados ao esgotamento dos sistemas agrícolas, famílias que se percebem em condição de insegurança alimentar.

A produção para o autoconsumo é generalizada em todas as três estratégias mencionadas, sendo que na primeira e segunda estratégia

notaram-se vínculos dessa atividade com a multilocalização, a diversidade e a qualidade de alimentos. Já o autoconsumo ocupa lugar central na terceira estratégia como opção necessária, enquanto que aparece na segunda estratégia como uma escolha com importante significado. Constatar a relevância das atividades voltadas pelo autoconsumo não constitui novidade em estudos de campo no Brasil, mas assim mesmo constitui resultado importante da pesquisa. Nota-se, mesmo, uma espécie de reversão da percepção sobre o autoconsumo que de prática arcaica própria de populações pobres, passou a ser reavaliada enquanto instrumento que confere maior autonomia às famílias agrícolas e lhes dá controle de uma dieta saudável e equilibrada.

Estamos certas de que os resultados da pesquisa no Brasil apresentados nos três artigos que compõem a presente seção temática darão importante contribuição para o conhecimento da diversidade de condições das famílias agrícolas da região Oeste de Santa Catarina, quiçá aplicáveis a outras regiões do país, bem como ao debate sobre a produção e consumo de alimentos e aos papéis das políticas públicas tanto na promoção de uma agricultura de base familiar diversificada, sustentável e enraizada nos respectivos territórios, quanto de uma alimentação adequada, saudável e que reflita a diversidade socioambiental e cultural do país.

Referências bibliográficas

- BAROU, J. Alimentation et migration: une relation révélatrice. *Hommes et migrations*, n. 1283, p. 6-11, 2010. Disponível: <https://journals.openedition.org/hommesmigrations/980>. Acesso em: 9 jan. 2020.
- COLLONA, P.; FOURNIER, S.; TOUZARD, J. M. Food Systems. In: ESNOUF, C.; RUSSEL, M.; BRICAS, N. (Eds.). *Food System Sustainability: insights from DuALIne*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 69-100.
- CORTES, G. *Partir pour rester. Survie et mutations des sociétés paysannes andines (Bolívie)*. Paris: IRD Editions, 2000.
- CORTES, G. L'accès aux ressources foncières, enjeu de l'émigration rurale andine. Essai de lecture systémique à partir de l'exemple bolivien. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v. 18, p. 83-104, 2002.
- CORTES, G. *Migrations, espaces et développement. Une lecture des systèmes de mobilités et des constructions territoriales en Amérique Latine*. Poitiers: Université de Poitiers, 2008.
- CORTES, G.; PESCHE, D. Territoire multisitué. *L'Espace géographique*, v. 42, p. 289-292, 2013.

- DE HAAN, A. Livelihoods and poverty: the role of migration – a critical review of the migration literature. *Journal of Development Studies*, v. 36, p. 1-47, 1999.
- DOMENACH, H.; PICOUE, M. Le caractère de réversibilité dans l'étude de la migration. In: *Population*, 42^e année, n. 3, p. 469-483, 1987.
- DUREAU, F. Les systèmes résidentiels: concepts et applications. In: LEVY, J. P.; DUREAU, F. (Eds.). *L'accès à la ville. Les mobilités en question*. Paris: L'Harmattan, 2002. p. 355-382.
- ELOY, L. Diversité alimentaire et urbanisation. Le rôle des mobilités circulaires des Amérindiens dans le Nord-Ouest Amazonien. *Anthropology of Food*, v. 4, mai. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aof/2882>. Acesso em: 6 jan. 2020.
- ELOY, L.; BRONDIZIO, E. S.; DO PATEO, R. New Perspectives on Mobility, Urbanisation and Resource Management in Riverine Amazônia. *Bulletin of Latin American Research*, v. 34, n. 1, p. 3-18, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/blar.12267>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- ELOY, L.; LASMAR, C. Urbanização e transformação dos sistemas indígenas de manejo de recursos naturais: o caso do alto rio Negro (Brasil). *Acta Amazônica*, v. 41, n. 1, p. 91-102, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0044-59672011000100011. Acesso em: 8 jan. 2020.
- ELOY, L.; LE TOURNEAU, F. M. L'urbanisation provoque-t-elle la déforestation en Amazonie? Innovations territoriales et agricoles dans le nord-ouest Amazonien (Brésil) (French). *Annales de géographie*, Paris, n. 667, p. 204-27, 2009.
- ELOY, L.; SILVEIRA, P. C. B.; BARROS, E. D. R.; CORTES, G.; SOUCHAUD, S. O papel da cidade da agricultura familiar do semiárido: o exemplo do submédio São Francisco. *Cadernos CERU*, v. 31, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/51594>. Acesso em: 6 jan. 2020.
- FINE, B.; HEASMAN, M.; WRIGHT, J. *Consumption in the age of affluence – the world of food*. Londres: Routledge, 1996.
- FLANAGAN, K.; UYARRA, E.; LARANJA, M. Reconceptualising the 'policy mix' for innovation. *Research Policy*, v. 40, n. 5, p. 702-713, 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048733311000345?via%3Dihub>. Acesso em: 6 jan. 2020.
- FRÉGUIN-GRESH, S.; CORTES, G.; SOURISSEAU, J. M.; GUÉTAT-BERNARD, H. Le système familial multilocalisé. Proposition analytique et méthodologique pour interroger les liens entre migrations et développement rural au Sud. *Mondes en Développement*, n. 172, p. 13-32, 2015.

- LE BRIS, E.; MARIE, A.; OSMONT, A.; SINOUE, A. Résidence, stratégies, parenté dans les villes africaines. *Les Annales de la recherche urbaine*, v. 25, p. 13-30, 1985.
- MALUF, R. S. Abastecimento alimentar, inflação de alimentos e o contexto urbano no Brasil. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (Orgs.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 179-193.
- MCSWEENEY K.; JOKISCH, B. Beyond rainforests: urbanisation and emigration among Lowland Indigenous Societies in Latin America. *Bulletin of Latin American Research*, v. 26, p. 159-80, 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1470-9856.2007.00218.x>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- MALASSIS, L. *Nourrir les Hommes*. Paris: Flammarion, 1994.
- MALASSIS, L. Les trois âges de l'alimentaire. *Agroalimentaria*, v. 96, n. 2, p. 3-5, 1996.
- MORGAN, K.; MARSDEN, T.; MURDOCH, J. *Worlds of food-place, power and provenance in the food chain*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- NASUTI, S.; ELOY, L.; RAIMBERT, C.; LE TOURNEAU, F. M. Can Rural-Urban Household Mobility Indicate Differences in Resource Management within Amazonian Communities? *Bulletin of Latin American Research*, v. 34, n. 1, p. 35-52, 2015.
- PADOCH, C.; BRONDIZIO, E.; COSTA, S.; PINEDO-VASQUEZ, M.; SEARS, R. R.; SIQUEIRA, A. Urban Forest and Rural Cities: Multi-sited Households, Consumption Patterns, and Forest Resources in Amazonia. *Ecology and Society*, v. 13, n. 2, 2008. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art2/>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- RASTOIN J. L.; GHERSI, G. *Le système alimentaire mondial: concepts et méthodes, analyses et dynamiques*. Paris: Editions Quae, 2010.
- SEGALEN, M. *Sociologie de la famille*. Paris: Broché, 2004.
- SINGLY, F. *Sociologie de la famille contemporaine*. 3. ed. Paris: Armand Colin, 2007.
- STOIAN, D. Making the Best of Two Worlds: Rural and Peri-Urban Livelihood Options Sustained by Non-Timber Forest Products from the Bolivian Amazon. *World Development*, v. 33, n. 9, p. 1473-1490, set. 2005. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X05000975>. Acesso em: 6 jan. 2020.
- TOUZARD, J. M. Agro-alimentaire les voies contrastées de l'innovation. In: CARDON, P. (Ed.). *Quand manger fait société*. Lille: Septentrion, 2017. p. 39-55.

FRÉGUIN-GRESH, Sandrine; CORTES, Geneviève. Estratégias e práticas alimentares de famílias agrícolas multilocalizadas e os papéis das políticas públicas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 5-20, fev. 2020.

Resumo: (*Estratégias e práticas alimentares de famílias agrícolas multilocalizadas e os papéis das políticas públicas*). Introdução à seção temática “Estratégias e práticas alimentares de famílias agrícolas multilocalizadas e os papéis das políticas públicas” que apresenta o tema e os três artigos que a compõem.





Palavras-chave: práticas alimentares; multilocalização; políticas públicas.

Abstract: (*Food strategies and practices of multilocalized agricultural families and the roles of public policies*). Introduction to the thematic section “Food strategies and practices of multilocalized agricultural families and the roles of public policies” that presents the theme and the three articles that make it up.

Keywords: food practices; multilocalization; public policies.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Ademir Antonio Cazella¹ 
Clóvis Dorigon² 
Cristiano Nunes Nesi³ 
Ludivine Eloy⁴ 

Sistemas agrícolas e alimentares de famílias rurais: análise da multilocalização familiar na região Oeste de Santa Catarina

DOI:10.36920/esa-v28n1-2

Apresentação

O tema das migrações de agricultores familiares para as cidades foi sempre analisado em termos de êxodo rural, dando pouca atenção para a importância e o significado da circulação de pessoas e recursos entre os membros de famílias que residem em diferentes locais, mas que participam da mesma unidade produtiva. A questão da multilocalização das famílias em zonas urbanas e rurais e suas relações com a transformação dos sistemas produtivos e formas de manejo dos recursos naturais foram bastante tratadas por geógrafos e antropólogos em territórios indígenas e quilombolas (NASUTI *et al.*, 2015; ELOY; BRONDIZIO; DO PATEO, 2015), enquanto no âmbito dos estudos da agricultura familiar, essa discussão se orientou para a compreensão dos fenômenos da

¹ Doutorado em Ordenamento Territorial pelo Centre d'Etudes Supérieures d'Aménagement - Tours/França. Professor titular no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC). E-mail: ademir.cazella@ufsc.br.

² Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorado sanduíche pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris. Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão rural de Santa Catarina/Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar (Epagri/Cepaf). E-mail: cdorigon@epagri.sc.gov.br.

³ Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor adjunto e membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sanidade e Produção Animal da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina/Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar (Epagri/Cepaf). E-mail: cristiano@epagri.sc.gov.br.

⁴ Doutorado em Geografia pela Sorbonne Nouvelle - Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine. Pesquisadora do Centre National de la Recherche Scientifique, UMR 5281 ART-Dev, Montpellier, França. Professora visitante no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: ludivine.elay@univ-montp3.fr.

pluriatividade e multifuncionalidade agrícola (SCHNEIDER, 2003; CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

Este artigo tem por objetivo principal compreender o caráter multilocalizado de famílias de agricultores com destaque para fluxos de recursos – alimento, financeiro e trabalho – entre os integrantes familiares que permanecem e aqueles que residem fora da unidade agrícola. De forma específica, discutem-se as principais características dos sistemas agrícolas de famílias multi e monolocalizadas entrevistadas no quadro do projeto de pesquisa. A escolha da região Oeste de Santa Catarina para realizar a pesquisa de campo foi feita em virtude da diversidade social e da importância socioeconômica da agricultura familiar ali existente, bem como ao apoio institucional à pesquisa de campo do serviço público estadual de pesquisa e extensão rural. O primeiro tópico deste artigo discute a noção de multilocalização familiar e detalha a metodologia de pesquisa. O segundo discute os sistemas produtivos e alimentares de distintas categorias de agricultores de forma a contemplar a diversidade social da agricultura familiar da região de estudo. O terceiro analisa as situações de multilocalização e monolocalização dessas famílias segundo as categorias da tipologia adotada. Nas considerações finais, os principais aspectos que caracterizam a multilocalização familiar na região de estudo são sintetizados.

Definindo a multilocalização familiar e principais procedimentos metodológicos

A noção de sistemas familiares multilocalizados foi formulada originalmente para analisar as relações entre membros de famílias rurais em países latino-americanos marcados por intensos processos migratórios da população rural (CORTES *et al.*, 2014; FRÉGUIN-GRESH *et al.*, 2015; FRÉGUIN-GRESH; TROUSSELLE; CORTES, 2015; CORTES; TORAL, 2016). A abordagem teórico-metodológica dos sistemas familiares multilocalizados complementa o conceito de “migração”, geralmente entendido como o conjunto de deslocamentos nacionais e internacionais de pessoas, que implica mudança de residência de média e longa duração, bem como a ideia de “mobilidade”, que consiste no conjunto de todas as formas de deslocamentos, sejam elas pontuais ou recorrentes, associadas à execução de atividades diversas (FRÉGUIN-GRESH *et al.*, 2015).

Os sistemas familiares multilocalizados no meio rural correspondem aos “[...] espaços de dispersão e de circulação de recursos humanos, sociais e econômicos, dentro dos quais evoluem as famílias rurais a fim de garantir, de manter ou de melhorar seus meios de existência” (FRÉGUIN-GRESH *et al.*, 2015, p. 17, tradução nossa). Esta noção permite, portanto, compreender as relações entre os integrantes de famílias de agricultores que se dispersam no tempo e no espaço sem que ocorram rupturas

completas com as unidades agrícolas familiares, já que determinados vínculos socio-reprodutivos são mantidos entre quem sai e quem fica, não sendo possível o entendimento da sua reprodução social sem considerá-los (ELOY, 2009; CORTES *et al.*, 2014).

Neste estudo, a distinção entre as condições familiares rurais multi e monolocalizadas teve por base a definição de famílias multilocalizadas, compreendidas como aquelas em que um ou mais membros residem fora da Unidade Agrícola Familiar (UAF), mas participam do processo de reprodução socioeconômica dessa unidade por meio do compartilhamento de recursos monetários, alimentares e trabalho. Essa participação contempla os auxílios aportados pelos integrantes que trabalham e gerem a UAF, sem que necessariamente ocorra a retribuição com trabalho ou com recursos financeiros por parte dos beneficiários externos.

A escolha dos municípios para realização da pesquisa de campo adotou como critério a localização no entorno de Chapecó, município-polo da região de estudo. Com seus 220.367 habitantes, esse município registra a quinta maior população e o sexto Produto Interno Bruto dentre os municípios catarinenses (IBGE, 2019). À exceção de Chapecó, os nove outros municípios contemplados pela pesquisa apresentam populações estimadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para 2019 que variam de 28.706 (Xaxim) a apenas 1.505 (Paial) habitantes. A maioria desses municípios possui características rurais, com atividades econômicas vinculadas ao setor agropecuário e sedes municipais desprovidas de diversos serviços, notadamente daqueles associados ao ensino superior e atendimentos especializados na área da saúde.

Ao todo, 49 famílias de agricultores foram entrevistadas por meio da aplicação de um questionário semiestruturado. A escolha dessas famílias procurou contemplar a heterogeneidade tanto socioeconômica quanto dos sistemas produtivos da agricultura familiar da região. Para tanto, quatro categorias de agricultores familiares foram consideradas: a) com contratos de integração com agroindústrias; b) que praticam agricultura convencional; c) inseridas em Circuitos Curtos de Comercialização (CCC); d) agricultores pouco inseridos em mercados.⁵ Para as três primeiras categorias de agricultores, o principal critério adotado na construção dessa tipologia foi a forma de inserção aos mercados, a partir de três distintas modalidades: produtores de *commodities* com contratos formais de integração com as agroindústrias de aves e suínos; produtores de *commodities*, mas sem esse tipo de contrato (produtores de grãos e de leite); e famílias em CCC.

⁵ Nesta categoria encontram-se famílias de agricultores pobres beneficiadas por políticas públicas de enfrentamento da pobreza e famílias indígenas.

Embora as duas primeiras categorias sejam constituídas por produtores de matérias-primas para as grandes indústrias agroalimentares, a distinção se deve às diferenças no grau de autonomia em relação aos mercados. Os agricultores integrados às agroindústrias de carnes seguem estritamente o que determina a assistência técnica da empresa, tanto em relação ao manejo dos animais quanto às exigências sanitárias. Já os agricultores que produzem matérias-primas sem contratos de integração têm mais autonomia para definir as atividades que vão desenvolver em suas unidades agrícolas, os respectivos sistemas de produção, o tipo de tecnologia e as empresas para as quais vendem sua produção.

Além dos mercados de *commodities*, uma parcela de agricultores produz alimentos para CCC. Essa categoria de agricultores, por sua vez, se divide em duas subcategorias, tendo por base a existência ou não na UAF de algum tipo de unidade de transformação de produtos agropecuários. A comercialização ocorre em feiras livres, venda direta aos consumidores ou participação em programas de compra institucional, como o Programa de Aquisição de alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).⁶ Uma parte desse tipo de comercialização ocorre na informalidade, sem nota fiscal e inspeção sanitária dos produtos processados vendidos. Essa produção artesanal de alimentos constitui um vibrante mercado informal, que na região são denominados de forma genérica por produtos coloniais (DORIGON, 2008; DORIGON; RENK, 2011; DORIGON *et al.*, 2015).

Esse tipo de mercado desempenha um papel decisivo no processo de inovação produtiva e organizacional em curso na região. Os agricultores que já estão estabelecidos nesses mercados informais e desejam migrar para o mercado formal constroem “agroindústrias familiares rurais”, contando geralmente com o apoio técnico de Organizações Não Governamentais (ONG), da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri) e de serviços públicos municipais. Para viabilizar a assistência técnica em logística, marketing, tributária e sanitária, os proprietários dessas pequenas unidades de processamento se organizam em redes de cooperativas, descentralizadas e com controle social dos agricultores, as quais coexistem com as grandes cooperativas voltadas a mercados de *commodities* e/ou regionais (DORIGON, 2008).

Note-se que uma mesma família de agricultor pode, no entanto, participar de diferentes mercados. A título de exemplo, é possível produzir aves ou suínos com contrato de integração para uma

⁶ A reestruturação do Pnae para contemplar a compra de alimentos da agricultura familiar e a criação no PAA se inserem no escopo do Programa Fome Zero instituído a partir de 2003, como principal política de enfrentamento da pobreza (GRISA; ZIMMERMANN, 2015; GRISA; PORTO, 2015; TRICHES, 2015).

agroindústria alimentar e leite para um laticínio ou cooperativa. Ou vender leite para a indústria e produzir embutidos de carne suína sob encomenda para fregueses fidelizados. Entretanto, não é frequente que uma mesma família participe do mercado de *commodities* e de circuitos curtos de comercialização, pois a reconversão para os CCC, na maioria dos casos, resulta do processo de exclusão do mercado de matérias-primas.

A categoria de agricultores pouco inseridos nos mercados, que inclui “agricultores pobres” e indígenas, não tem relação direta com o sistema produtivo adotado, mas com a condição socioeconômica e étnica. O valor monetário que define os beneficiários de programas sociais é o critério que delimita o número de famílias ou pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil. A linha da pobreza extrema, adotada desde 2015, para elegibilidade em relação ao benefício do Programa Bolsa Família (PBF) e do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), corresponde à renda domiciliar *per capita* de até R\$ 89,00, enquanto a linha da pobreza contempla famílias que possuem essa renda entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00 (MDS, 2015).⁷ Neste estudo integraram essa categoria famílias beneficiadas por esses dois programas.

A inclusão de famílias indígenas, por sua vez, decorre da região Oeste de Santa Catarina abrigar sete das 25 Terras Indígenas (TI)⁸ catarinenses e mais de 65% da população indígena do estado, que era de 10.369 pessoas em 2012 (BRIGHENTI, 2012). A população originária do Oeste de Santa Catarina era composta principalmente por indígenas das etnias Kaingang e Guarani, que foram expropriadas das terras, sobretudo, pelo processo de colonização da região promovido pelo Estado (D'ANGELIS, 1995; NÖTZOLD, 2003). Muitas famílias que sofreram esse tipo de privação ficaram desprovidas de terras por décadas, trabalhando como agregadas e ocupando terras devolutas, normalmente, nas encostas de rios (BRIGHENTI, 2012). Embora muitas das atuais TI antecedam a Constituição Federal de 1988, que assegurou aos indígenas a posse da terra por comprovações históricas, diversos processos de retomada das terras por esses povos tradicionais tiveram início quando a Constituição foi promulgada (GOULART, 2009; VALENTINI; RADIN, 2011).

A maioria dos estudos empíricos sobre a agricultura familiar da região desconsidera a situação específica dos povos tradicionais. Entre os indígenas foram escolhidas famílias dos municípios de Chapecó e

⁷ O PBF foi implementado em 2003 e o PBSM em 2011 com a finalidade de assistir famílias pobres já atendidas pelo PBF, por meio da melhoria no acesso à saúde, à educação e ao emprego (FAO, 2014). No meio rural, o PBSM tem uma ação denominada Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que combina a transferência direta de recursos financeiros não reembolsáveis com ações de acompanhamento social e produtivo (MDS, 2017).

⁸ Toldo Imbú (Abelardo Luz); Kondá e Toldo Chimbangue (Chapecó); Xaçecó (Ipuauçu e Entre Rios); Toldo Pinhal (Seara); Fraiburgo (Fraiburgo) e Araçá (Saudades).

Seara, onde existem TI, além de uma família de Arvoredo, que não reside nessas áreas coletivas. Nem todas as famílias dessa etnia residem nas TI por diversas razões, com destaque para a não adaptação ao sistema de vida comunitária ali adotado, desejo de residir próximas de centros urbanos e, por vezes, a negação de pertencimento a essa etnia.

Definidas essas categorias, procurou-se atender dois outros critérios na escolha das famílias entrevistadas. O primeiro consistiu em assegurar uma distribuição equitativa de famílias entre os municípios pesquisados e, o segundo, em contemplar o caráter multilocalizado de integrantes das famílias rurais. Para a escolha das famílias de agricultores contou-se com o apoio, principalmente, de extensionistas rurais dos escritórios municipais da Epagri, os quais sugeriram as famílias, fizeram os contatos prévios, agendaram as entrevistas e, na maioria dos casos, acompanharam os pesquisadores durante a aplicação dos questionários. Nos municípios de Arvoredo e Paial teve-se também o apoio de técnicos das secretarias municipais de assistência social, já que a maioria das famílias pobres entrevistadas reside nesses municípios.

Tipologia das famílias entrevistadas: principais características dos sistemas produtivos

O Quadro 1, a seguir, apresenta a distribuição das famílias de agricultores entrevistadas segundo as distintas categorias da tipologia e a condição de localização dos seus membros. Pela definição de famílias multilocalizadas adotada neste estudo, os membros externos considerados na análise mantêm relações de compartilhamento de recursos com aqueles que permanecem na UAF. Na sequência, as principais características dessas categorias são analisadas.

Quadro 1 - Distribuição das famílias de agricultores entrevistados segundo as categorias de diversidade socioeconômica e de localização dos seus membros

Categoria	Integrado	Convencional	CCC	Pouco inserido em mercados	Total
Monolocalizadas	3	3	8	11	25
Multilocalizadas	6	5	11	2	24
Total	9	8	19	13	49

*CCC: Circuito Curto de Comercialização.

Fonte: Pesquisa de campo.

a) Famílias de agricultores integradas às agroindústrias de carnes

Essa categoria contempla as unidades agrícolas familiares que produzem suínos e aves para as indústrias agroalimentares e cuja relação comercial é regulada por contratos de integração vertical. Entende-se por integração vertical o sistema por meio do qual as indústrias fornecem as matrizes ou leitões (suinocultores) e os pintinhos (avicultores), a alimentação e a medicação para os animais, bem como a assistência técnica e a garantia de compra dos animais. O preço dos insumos e o valor pago pela matéria-prima aos agricultores são definidos pelas empresas integradoras. Por sua vez, os agricultores são responsáveis pelos investimentos em instalações, equipamentos e pela mão de obra demandada nas atividades. Essa modalidade de contrato representa a base produtiva da matéria-prima das indústrias agroalimentares situadas em Chapecó e região. Das 49 famílias entrevistadas, nove possuem contratos de integração (produtores de suínos ou aves), sendo três monolocalizadas e seis multilocalizadas.

b) Famílias que praticam agricultura convencional

A definição de “agricultura convencional” abarca os agricultores que produzem matérias-primas para mercados competitivos, mas que, diferente dos produtores de suínos e aves, não estabelecem contratos de integração com as empresas com as quais comercializam seus produtos agropecuários. Essa categoria de agricultores produz, principalmente, grãos (milho e soja), comercializados com cerealistas e cooperativas da região, e leite, também vendido para as cooperativas, com destaque para a Cooperativa Central Aurora, e diversas outras indústrias, como Tirol, Piracanjuba, Nestlé, Lactalis, dentre outros laticínios de médio porte. Esses agricultores, em geral, possuem mais de uma atividade agropecuária para fins comerciais e representam a categoria com o maior número de agricultores na região. Das oito famílias entrevistadas dessa categoria, três são monolocalizadas e cinco multilocalizadas.

c) Famílias inseridas em Circuitos Curtos de Comercialização

As UAF desta categoria, em geral, têm menores áreas de terras e capital, e não acompanharam as exigências de investimentos para a modernização das atividades agrícolas ou para a ampliação da escala de produção, sendo excluídas dos mercados de *commodities*. Trata-se de casos de reconversão para produção de alimentos de qualidade diferenciada – produtos agroecológicos, orgânicos, coloniais, crioulos, dentre outros. Na região Oeste de Santa Catarina, esse tipo de agricultura está associado ao debate da agroecologia fomentado por organizações sindicais, movimentos sociais e ONG que atuam na agricultura familiar. Essa modalidade de agricultura pode ser definida como um conjunto de

concepções científicas, sociotécnicas e políticas que tem como princípio básico o uso dos recursos naturais, visando à produção de alimentos saudáveis, à redução da dependência de energia externa e do impacto ambiental da atividade agropecuária, com o propósito de valorizar as famílias de agricultores, seu trabalho e sua cultura (WEZEL *et al.*, 2009). Embora minoritários, são agricultores inovadores do ponto de vista técnico e organizacional que, na sua maioria, estão conectados a redes de cooperação, com destaque para a Rede Ecovida de Agroecologia, a qual conta com o apoio de diversas ONG e efetua a denominada certificação participativa de produtos orgânicos. Nessa categoria de agricultores encontram-se também os beneficiários do Pnae e do PAA. Do total de 49 famílias entrevistadas, 19 correspondem a agricultores inseridos em CCC, dos quais oito são monolocalizadas e 11 multilocalizadas.

d) Famílias pouco inseridas nos mercados

A grande maioria das famílias rurais pobres da região Oeste de Santa Catarina pertence à etnia cabocla, fruto da miscigenação entre índios, luso-brasileiros e ex-escravos negros. A condição de pobreza vivida por essas famílias está correlacionada com a história da ocupação da região, na qual uma parcela significativa foi expropriada de suas terras (RENK, 2006). As famílias caboclas que habitam no meio rural acessaram a terra ou o lote de maneira variada: i) aquisição com recursos próprios; ii) herança; iii) reforma agrária; iv) concessão por familiares ou ex-empregadores; v) arrendamento; vi) ocupação de terras, em antigas vilas de ex-serrarias, em áreas de risco ambiental e no domínio de rodovias; vii) vilas rurais de ervateiras, onde residem prestadores de serviços no corte de erva-mate. As quantidades de terra que a maioria das famílias caboclas pobres dispõe são pequenas (entre 0,5 e 13 ha) e, em alguns casos, correspondem a lotes que não passam de 100 m² (TECCHIO, 2017; 2012; CIPRIANO, 2017; MELO, 2015; PODELESKI, 2014). Não obstante, parte das famílias caboclas compartilha a terra, lote e, por vezes, a casa com outras famílias, quase sempre com relações de parentesco. De maneira geral, essas famílias encontram dificuldades de se viabilizar economicamente, pois sofrem privação dos principais meios de produção, bem como de infraestrutura básica e serviços públicos de saúde, educação e transporte.

Em relação às famílias indígenas, o acesso a terra é bastante diversificado, já que nas TI pode ocorrer a divisão informal de lotes, assim como o uso coletivo. Além disso, muitas famílias indígenas da região continuam privadas ou possuem acesso precário a terra, principalmente em função de as TI às quais pertencem ainda estar em processo de demarcação. Uma parcela significativa das famílias sem acesso a terra trabalha como assalariados em frigoríficos, empresas de carregamento de frangos e atividades sazonais na agricultura e, outra, vive na condição de pobreza,

sendo assistida pelo PBF (TECCHIO, 2017; 2012). A produção de alimentos para o autoconsumo, a confecção de artesanatos para a comercialização, a caça, a pesca e a coleta de alimentos é praticada por muitas das famílias residentes em TI. Das 13 famílias pouco inseridas em mercados entrevistadas, 11 são monolocalizadas e duas são multilocalizadas.

A fim de aprofundar a caracterização das diferentes categorias de agricultores analisadas neste artigo, na sequência, dois fatores considerados estratégicos no processo de definição dos distintos sistemas produtivos e alimentares são discutidos: a estrutura fundiária e a produção para o autoconsumo.

Estrutura fundiária e produção para autoconsumo das famílias entrevistadas

Em relação à estrutura fundiária das famílias entrevistadas, as áreas médias dos estabelecimentos rurais não apresentam diferenças significativas entre as categorias de agricultura convencional e com contratos de integração, quer seja mono ou multilocalizadas. As famílias da categoria convencional mono e multilocalizadas possuem, respectivamente, área média de 19,5 ha e 16,3 ha. Já as famílias monolocalizadas com contrato de integração possuem área média de 42,3 hectares, enquanto a média de área das famílias multilocalizadas dessa categoria é de 17 ha.

O tamanho médio dos estabelecimentos rurais das famílias que participam de CCC, por sua vez, é menor que nas duas categorias anteriores, com áreas praticamente iguais no que concerne às duas categorias de localização dos integrantes do grupo familiar: as famílias monolocalizadas possuem uma área média de 9,2 ha e as multilocalizadas 8,7 ha. A menor quantidade de terra das famílias inseridas em CCC é uma das razões que as levaram a se orientar para atividades de maior densidade econômica, como olericultura, fruticultura e processamento de produtos agropecuários.

Assim, constata-se não haver diferenças expressivas de área entre as famílias mono e multilocalizadas, o que não é verdade em relação ao tipo de inserção nos diferentes mercados. Entre as famílias produtoras de *commodities*, com ou sem contratos de integração, as diferenças não estão no tamanho da área do estabelecimento rural, mas na maior quantidade de capital investido nas unidades integradas às agroindústrias, com destaque para as instalações e equipamentos dos sistemas produtivos de aves e suínos.

Já entre as famílias pouco inseridas nos mercados, o acesso a terra é distinto entre as duas subcategorias (pobres e indígenas). A pouca terra é a principal variável que define a condição de pobreza das primeiras. Das nove famílias pobres entrevistadas, oito delas são monolocalizadas e

possuem uma área média de 2,7 ha. Apenas uma família pobre multilocalizada foi entrevistada, a qual é proprietária de 13 ha. Quanto às famílias indígenas, três vivem em TI e uma reside fora da área indígena num pequeno lote de terra de 0,2 ha. Das que vivem na TI, uma declarou não possuir lote individual. As duas outras dispõem, respectivamente, de 6 ha e 1,5 ha, sendo esta última a única família indígena que se caracteriza como multilocalizada.

De modo geral, o tamanho das UAF não tem correlação com a situação localizacional dos seus membros, salvo entre as famílias pouco inseridas nos mercados. Uma explicação para o predomínio da monolocalização entre essas famílias tem a ver com a escassez de terras e a precária base tecnológica das suas unidades produtivas, o que não permite a produção de alimentos suficientes para serem doados para membros externos.

Em relação à produção para o autoconsumo, diversos estudos recentes apontam a relevância desse tipo de produção de alimentos para a segurança alimentar e nutricional das famílias de agricultores (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2005; GRISA, 2007; MENASCHE; MARQUES; ZANETTI, 2008; GRISA; SCHNEIDER; CONTERATO, 2013). Nesta análise, duas variáveis foram consideradas para avaliar a importância do autoconsumo das famílias entrevistadas: a quantidade de terra destinada à produção de alimentos para o consumo familiar e o valor que as famílias estimam economizar graças à produção de alimentos para o autoconsumo. O Quadro 2 sintetiza essas informações e demonstra que as famílias que possuem uma área média maior para o autoconsumo são as inseridas nos CCC. Essa categoria de agricultores apresenta em média aproximadamente 0,5 ha, tanto entre as famílias monolocalizadas quanto entre as multilocalizadas. Trata-se também da categoria que estima economizar os valores monetários mais expressivos graças a esse tipo de produção: R\$ 1.350,00 mensais para as famílias monolocalizadas e R\$ 887,00 mensais para as multilocalizadas. Dentre as possíveis explicações para esses maiores valores atribuídos pelas famílias que integram o CCC está a importância dada à produção de alimentos para fins comerciais, sendo que parte deles é destinada para o autoconsumo. Além disso, esses agricultores têm uma percepção mais apurada sobre o valor monetário da produção para o autoconsumo, captada com seus clientes durante as vendas diretas. Essa valorização tende a ser subestimada pelos agricultores das demais categorias, os quais não comercializam diretamente com o consumidor final.

Entre os agricultores convencionais, a área dedicada para o autoconsumo é um pouco menor que aquela dos agricultores da categoria CCC, sendo praticamente a mesma área para as famílias mono e multilocalizadas, com cerca de 0,3 ha. Não há diferenças significativas nos valores estimados de economia com a produção para o autoconsumo entre esses dois tipos de famílias, com aproximadamente R\$ 740,00.

Quadro 2 – Área média dedicada à produção para autoconsumo, número de famílias e valor médio estimado de economia com a produção para autoconsumo segundo critérios de multilocalização ou monolocalização e categorias da tipologia de análise

Categoria	Monolocalizada	Multilocalizada
Área média (ha) e Economia estimada com autoconsumo (R\$/mês)		
CCC	0,49 (8 fam.) 1.350,00	0,41 (11 fam.) 887,00
Convencional	0,34 (3 fam.) 733,33	0,30 (5 fam.) 740,00
Integrado	0,23 (3 fam.) 500,00	0,43 (6 fam.) 885,00
Pouco inserido nos mercados	0,19 (11 fam.) 661,00	1,25 (2 fam.) 600,00

*CCC: Circuito Curto de Comercialização.

Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto às famílias integradas, entre as monolocalizadas observa-se tanto uma área menor destinada ao autoconsumo (0,2 ha) quanto valores monetários estimados menores de economia decorrente da produção de alimentos para o consumo familiar (R\$ 500,00 mensais), quando comparadas às categorias de CCC e de convencionais. Nas famílias integradas multilocalizadas percebe-se o destino de uma área para o autoconsumo um pouco maior (0,4 ha), bem como uma maior economia associada à produção para o autoconsumo (R\$ 885,00 mensais).

Essa relativa menor produção de alimentos para o autoconsumo das famílias integradas monolocalizadas provavelmente está associada à escassa disponibilidade de mão de obra para esse tipo de produção em comparação às categorias CCC e convencional, pois a mão de obra disponível nas famílias de agricultores integrados é absorvida pelas criações de aves e suínos. Já as diferenças de áreas e valores entre as famílias integradas multilocalizadas e monolocalizadas, uma possível explicação é que, no caso da primeira situação, as famílias contam com a ajuda de integrantes familiares que residem fora e que nos fins de semana e feriados trabalham nas hortas, pomares e no abate de animais (bovinos, suínos e aves). Em contrapartida, esses integrantes levam alimentos para suas residências nas cidades. De modo geral, não é possível afirmar que o sistema de integração compromete de forma acentuada a produção de alimentos para o autoconsumo, embora algumas práticas tradicionais

relacionadas ao abate de animais e à transformação de carnes em embutidos sejam interditadas pelas empresas integradoras.

No caso das famílias pouco inseridas em mercados, do total de 13 entrevistadas, 11 são monolocalizadas, com área média destinada ao autoconsumo de apenas 0,19 ha e valor economizado com esse tipo de produção de R\$ 661,00 mensais. Há apenas duas famílias dessa categoria multilocalizadas, o que limita a comparação com as demais, cuja área destinada para o autoconsumo está bem acima da média (1,25 ha). A economia estimada é de R\$ 600,00 mensais com o autoconsumo.

Entre campo e cidade: entendendo a multilocalização familiar

O estudo dos fluxos de alimentos, trabalho e demais recursos entre os integrantes das famílias rurais permite evidenciar a complexa configuração socioespacial dos sistemas produtivos. Antes de analisar este último aspecto, convém diferenciar as noções de multilocalização familiar e de pluriatividade agrícola, dadas as suas interfaces conceituais. O tema da multilocalização familiar não configura necessariamente situações de pluriatividade agrícola, noção que compreende o exercício de trabalho remunerado, em geral, realizado fora da unidade agrícola, mas cujos membros pluriativos, residentes ou não nessas unidades, compartilham de forma sistemática trabalho e/ou recursos financeiros com os demais integrantes da UAF (SCHNEIDER, 2003). Dessa forma, tanto as categorias de agricultores monolocalizadas quanto as multilocalizadas aqui analisadas têm casos de pluriatividade de membros da UAF. Ou seja, alguns integrantes de famílias mono e multilocalizadas exercem outras atividades produtivas remuneradas, mantendo vínculos produtivos com a unidade agrícola.

Nos casos de pluriatividade em famílias monolocalizadas, os membros pluriativos residem na UAF. Já quando quem exerce outra atividade remunerada reside fora da UAF, mas trabalha parte do seu tempo na unidade agrícola, têm-se situações de pluriatividade associada à condição de multilocalização familiar. Nem todas as situações de multilocalização correspondem, no entanto, ao exercício de outra atividade remunerada fora do estabelecimento familiar. A maioria dos filhos de agricultores que habita em outros municípios com o propósito de estudar não exerce trabalho remunerado. Esse já não é o caso, por exemplo, de um jovem agricultor entrevistado, em processo de assumir o estabelecimento familiar em função da idade avançada dos pais, cuja residência se encontra noutro município, onde sua esposa e filhas trabalham e gerenciam um pequeno estabelecimento comercial da família. Mesmo que as rendas das duas atividades sejam independentes, como destaca Schneider (2003), sempre existem “vasos comunicantes” entre as distintas fontes de rendas que configuram as situações de pluriatividade. Outro

aspecto revelado neste estudo é que as situações de pluriatividade não correspondem exclusivamente a trabalhos externos realizados nas zonas urbanas dos municípios pesquisados. Em alguns casos constatou-se o assalariamento sazonal em atividade agropecuária e a prestação de serviços diversos com máquinas e equipamentos em outras unidades produtivas.

O Quadro 1 evidencia que as 49 famílias de agricultores entrevistadas se dividem praticamente meio a meio em relação aos critérios de multilocalização (24 famílias) e monolocalização (25 famílias) dos integrantes do núcleo familiar. As quatro categorias de agricultores analisadas no tópico anterior apresentam, pelo menos, um caso de incidência de multilocalização e, em todas, o principal elemento definidor dessa condição está associado à transferência de recursos da UAF para integrantes familiares que residem fora da unidade produtiva, com destaque para os produtos alimentares. Não se constatou nenhuma situação de família multilocalizada com transferências significativas de recursos externos para o interior da Unidade Agrícola Familiar. Ou seja, os fluxos de alimentos acontecem principalmente no sentido da zona rural para a zona urbana, servindo de “apoio” para membros da família assalariados ou estudantes, ao contrário da representação do senso comum, que preconiza a transferência de recursos urbanos para os estabelecimentos rurais.

Em alguns casos se observou a coparticipação em despesas relacionadas à aquisição de insumos, cujo principal propósito consiste em produzir alimentos destinados para o autoconsumo tanto dos membros familiares que residem na UAF quanto daqueles que moram fora. Um exemplo recorrente é a engorda de suínos e bovinos com a finalidade de abater e transformar parte da carne, em especial a suína, em embutidos para o consumo familiar. A compra de ração animal compartilhada entre os familiares internos e externos à UAF representa, no entanto, mais uma exceção do que a regra, pois o que predomina é a transferência de alimentos da Unidade Agrícola Familiar para os membros externos sem, necessariamente, ocorrer a contrapartida de recursos financeiros ou mesmo de trabalho.

As constantes visitas dos familiares externos aos membros da UAF, sobretudo nos finais de semana e dias de feriado, além de ser um momento de convivência familiar e comunitária, propiciam a execução de atividades agrícolas esporádicas motivadas pela possibilidade de aportar alimentos para o consumo dos integrantes do seu núcleo familiar urbano. Os abates de animais e sua transformação para o autoconsumo familiar são efetuados, quase sempre, durante essas visitas.

Dentre as 24 famílias multilocalizadas, as ocupações mais recorrentes dos 42 membros familiares que residem fora e compartilham recursos

alimentares, monetários e trabalho com os integrantes da UAF referem-se, por ordem decrescente de importância, a assalariados urbanos, estudantes, atividades por conta própria e assalariados rurais. Integrantes externos de 15 famílias multilocalizadas dedicam parte do seu tempo na UAF, com o predomínio de trabalhos esporádicos. Dos 42 membros externos, mais da metade (24 integrantes) realiza trabalhos na Unidade Agrícola Familiar, sendo seis de forma prioritária e 18 esporadicamente. Esses seis membros externos registrados como “produtor por conta própria” residem fora, mas se deslocam diariamente para trabalhar na UAF. O Quadro 3, a seguir, apresenta as principais atividades dos componentes familiares que residem fora da UAF. O município de Chapecó, onde se localizam as principais agroindústrias e instituições de ensino superior da região, dentre as quais uma federal, uma estadual e duas universidades comunitárias, é o principal local de residência e de trabalho desses membros familiares.

Quadro 3 - Atividade principal dos familiares que residem fora da UAF de famílias multilocalizadas

Atividade	Famílias (nº)	Pessoas (nº)
Ocupação principal		
Assalariado urbano	14	22
Estudante	5	8
Produtor por conta própria	5	6
Assalariado rural	2	2
Outros	3	4
Dedicação à atividade agrícola na UAF dos residentes externos		
Mais de 80% de trabalho	5	6
Trabalhos esporádicos	10	18
Total	24*	42

*Quatro famílias têm membros que residem fora, mas não indicaram as suas atividades.

Fonte: Pesquisa de campo.

A principal característica das famílias multilocalizadas identificadas neste estudo consiste, portanto, nas transferências de alimentos da UAF para os membros familiares externos. Essa situação pode ter relação direta com o valor dos rendimentos auferidos com essas atividades externas, além do fato de a maioria dos filhos que estuda fora depender

exclusivamente da renda da UAF. Conforme evidencia o Quadro 3, a condição de assalariado urbano contempla a maioria das famílias multilocalizadas e das pessoas dessas famílias que residem fora da UAF com, respectivamente, 14 famílias e 22 pessoas. No escopo deste estudo não se levantou informações a respeito do tipo de emprego e respectivas remunerações desses assalariados. Uma questão em aberto para novos estudos é se a modesta remuneração das atividades exercidas por esses membros externos explicaria, em grande parte, a inexistência de transferências de recursos financeiros para os familiares que residem e trabalham na UAF?

Se a resposta a essa questão for afirmativa, os aportes de alimentos produzidos nessas unidades para os residentes externos não se limitariam à manutenção de valores simbólicos e culturais, mas representariam, também, uma importante estratégia de segurança alimentar e nutricional. A direção dos fluxos de alimentos do campo para cidade poderia explicar por que a multilocalização é mais recorrente entre famílias inseridas em mercados competitivos e com rendas maiores. Se, por um lado, “manter” filhos na cidade representa uma forma de ascensão social, por outro, mesmo que esses filhos estejam trabalhando, a vida na cidade se torna cada vez mais cara e o repasse de alimentos da UAF passa a ser imprescindível para assegurar a reprodução social de quem migrou.

O estudo realizado por Nesi *et al.* (2019) sobre a produção para o autoconsumo com 381 famílias de 112 municípios do Oeste de Santa Catarina indica que 51% dessas famílias têm integrantes externos que se aprovisionam regularmente de alimentos produzidos na UAF. Ao analisarem os valores monetários dessas transferências de alimentos, segundo a percepção dos respondentes, o valor total médio corresponde a cerca de R\$ 280,00 por mês. Trata-se, portanto, de aproximadamente 30% do valor do salário mínimo vigente em 2018, o equivalente a um “vale alimentação” propiciado pela UAF.

As categorias de agricultores nas quais predominam casos de multilocalização, em ordem decrescente de importância, são aquelas integradas às agroindústrias de suínos e aves (66,7%), as que praticam o que se denominou neste estudo de agricultura convencional (62,5%) e as inseridas em circuitos curtos de comercialização (57,9%). Nesta última categoria percebeu-se entre seus integrantes jovens o desejo de permanecer ou mesmo retornar para a Unidade Agrícola Familiar. Em duas famílias teve-se o retorno de filhos que moravam fora da UAF motivados pela maior renda e demais vantagens propiciadas por esse tipo de sistema produtivo. Outros estudos realizados no estado de Santa Catarina já haviam apontado esse fenômeno (DORIGON, 2008; DORIGON; RENK, 2013; 2015; DORIGON; RENK; SILVA, 2012; MARCONDES *et al.*, 2012). Tanto

a permanência quanto a volta de filhos reforçam os casos de monolocalização familiar no interior dessa categoria de agricultores.

Entre as famílias indígenas e agricultores pobres constatou-se, ao contrário das demais, o predomínio de famílias monolocalizadas. Em relação à primeira subcategoria, a pesquisa de campo contemplou somente quatro famílias, o que limita o aprofundamento da análise. Dessas, uma não reside em TI e vive em uma pequena área de 0,2 ha adquirida com recursos próprios. As três outras moram e cultivam áreas em regime familiar no interior das TI, sendo uma delas multilocalizada. Trata-se de uma família extensa que possui filhos residentes em áreas urbanas de municípios da região e que se abastecem de alimentos produzidos e coletados por familiares que convivem na TI. Nas quatro famílias indígenas, a produção para autoconsumo é predominante, complementada com coletas de frutos nativos, caça e pesca, práticas tradicionais entre os integrantes dessa etnia.

No caso das nove famílias de agricultores pobres entrevistadas, somente uma é multilocalizada. Diferente da maioria das famílias indígenas que dispõe de terras graças à existência de TI, todas as unidades agrícolas de agricultores pobres se caracterizam pelo acesso precário a terra decorrente de diversos fatores, por vezes, conjugados: pequenas áreas cedidas e compartilhadas por e com terceiros, na maioria dos casos entre parentes, inexistência de título de propriedade da terra, falta de máquinas e equipamentos agrícolas com tração mecânica e desconhecimento ou pouca tradição em cultivar ou criar animais de forma intensiva em pequenas áreas. Essa situação se explica pelo processo de ocupação da região Oeste de Santa Catarina, que se deu com a exclusão, quase sempre violenta, de ancestrais dessas famílias, os quais habitavam a região na condição de posseiros de terras devolutas (MONTEIRO, 1974; AURAS, 1984; RENK, 2006).

O compartilhamento de terras entre famílias rurais pobres foi analisado por Vianna (1989) em estudo sobre os primeiros assentamentos de agricultores sem-terra no Sul do país. Trata-se de um mecanismo de reciprocidade camponesa extremamente importante para sua reprodução social. Por meio do “encosto”, como é chamado esse tipo de relação entre parentes, amigos e compadres, um cede uma área para o outro residir e, muitas vezes, cultivar. “O ‘encosto’ é um momento da cadeia de reciprocidades e significa uma resposta imediata à possibilidade de obtenção do bem ‘terra’ a prazo, principalmente quando se funda uma nova família” (VIANNA, 1989, p. 19).

A precariedade social dessas famílias não permite o aporte de recursos alimentares e financeiros para membros externos. Somente três dessas famílias mencionaram ter filhos que residem fora, mas em dois casos esses membros externos não mantêm vínculos com a UAF, seja para se

aprovisionar com alimentos, seja para fornecer algum tipo de auxílio financeiro para os pais agricultores. A maioria reside em áreas de terras cedidas por familiares aposentados, os quais são posseiros das terras que compartilham com filhos, que não lograram sucesso para obter terras próprias para cultivar ou para trabalhar em outras atividades. Em dois casos, os filhos relataram ter residido em zonas urbanas de municípios da região, mas optaram por retornar para o meio rural, apesar da precariedade dos estabelecimentos agrícolas familiares. Além da terra, os parentes aposentados cumprem também o papel de fornecer, com frequência, refeições e alimentos preparados ou não para essas famílias. Em geral são unidades produtivas nas quais a produção para fins comerciais é deficitária ou até mesmo inexistente. Quando ocorrem relações mercantis, o volume de produção comercializado é pequeno, não acessam as principais políticas públicas de apoio à agricultura familiar e muitas dependem de auxílios assistenciais, notadamente do Programa Bolsa Família (PBF). Essa situação de precariedade social, com marcada escassez de terras para cultivar, impede ou dificulta a multilocalização familiar, pois a impossibilidade de produzir e compartilhar gêneros alimentícios ou recursos financeiros com quem reside fora é muito acentuada. Ao contrário, são os escassos recursos existentes na UAF (terra e benefícios previdenciários) que explicam o predomínio de situações de monolocalização.

O tema das aposentadorias rurais merece uma atenção especial nesta análise, dada a marcada incidência de benefícios previdenciários entre as famílias entrevistadas. Trata-se de investigar se existe alguma correlação entre os casos de famílias com membros aposentados e a maior ou menor incidência de um dos tipos de famílias segundo o critério de localização dos seus integrantes?

Previdência social: possíveis correlações com a localização familiar

A presença ou não de membros aposentados nas famílias entrevistadas não foi critério de seleção das famílias para compor a pesquisa de campo, diferente do que ocorreu, por exemplo, em relação às famílias beneficiadas por políticas públicas de compras institucionais de alimentos da agricultura familiar. Ao todo, 28 famílias, o que equivale a 57% das 49 famílias entrevistadas, têm membros aposentados ou que recebem o Benefício de Prestação Continuada residindo e, por vezes, trabalhando nas unidades agrícolas. Não raro, esses agricultores idosos são os gestores e principal fonte de trabalho da UAF. Essa é a situação de sete casos, pouco mais de um quarto das famílias com membros aposentados, que apresentam fortes indícios de que a Unidade Agrícola Familiar não terá sucessor para dar continuidade às atividades agropecuárias. Em geral

possuem filhos que residem fora, que não têm interesse ou condições sociofamiliares para assumir o empreendimento agrícola familiar.

Quatro outras famílias (três pobres e uma indígena) compartilham áreas de terras com parentes aposentados (pais/sogros) e se beneficiam de alimentos e refeições nas residências dos mesmos. Esse compartilhamento de terras não necessariamente implica gestão e trabalho conjunto de um único estabelecimento agropecuário, como acontece na maioria dos demais entrevistados. O ato de ceder terra, ou de residir próximo de familiares pode ocorrer de forma independente das atividades produtivas empreendidas pela família envolvida no processo de cedência de terra ou de um local de residência. Outro aspecto a ser considerado concerne aos casos que recebem Bolsa Família e residem na mesma unidade com parentes aposentados. Nessas situações, a omissão de informações de compartilhamentos de recursos, sobretudo dos benefícios previdenciários, pode estar associada ao receio de ser excluído do PBF em decorrência da renda familiar ser superior à linha da pobreza estabelecida pelo Programa.

O cruzamento dos dados das famílias aposentadas com as situações de multi e monolocalização familiar revelou, no entanto, não existir uma influência dessa política pública a favor de uma ou outra situação. Das 28 famílias com algum membro aposentado, a metade corresponde a cada uma das duas situações de localização dos membros familiares. O que se percebe é uma forte correlação entre as situações de aposentadorias com as categorias de agricultores pouco inseridos nos mercados e com as que comercializam em circuitos curtos com, respectivamente, 61,5% e 68,4% dos casos. Outra categoria de agricultores com presença expressiva de membro aposentado é a dos agricultores convencionais, com metade das oito famílias entrevistadas. Por sua vez, os agricultores integrados registraram um terço com algum membro aposentado.

Entre os agricultores que comercializam em circuitos curtos, conforme já analisado, a produção diversificada de produtos alimentares e a sua importância para o autoconsumo podem estar associadas à presença de membros aposentados. Aqui, as “forças marginais” ou “forças não transferíveis” representadas pelo trabalho de familiares idosos, crianças e mulheres, discutidas no estudo clássico de Tepicht (1973) sobre o campesinato europeu, demonstram toda sua pujança. Diferente da interpretação de Abramovay (1992), que as considera irrelevantes para explicar a persistência na atualidade de uma agricultura familiar moderna inserida nos mercados competitivos, o que este estudo sugere é que essas “forças marginais” contribuem para a persistência de determinadas UAF, com destaque para os casos de pobreza e inserção em CCC. O Quadro 4 sintetiza as correlações entre as famílias aposentadas, as distintas

categorias de agricultores e as duas situações de localização dos integrantes das unidades familiares entrevistadas.

Quadro 4 – Número de famílias beneficiadas pela Previdência Social por categoria tipológica e situação de localização dos membros familiares

Categoria	Monolocalizada	Multilocalizada	Total		Difícil sucessão
			nº (*)	%	
Pouco inserido nos mercados	7	1	8 (13)	61,5	-
Integrado	-	3	3 (9)	33,3	1
Convencional	2	2	4 (8)	50	2
CCC	5	8	13 (19)	68,4	4
Total	14	14	28 (49)	57	7

*Total de famílias estudadas.

**CCC: Circuito Curto de Comercialização.

Fonte: Pesquisa de campo.

O estudo de Delgado (2015) revelou a existência, em junho de 2013, de cerca de nove milhões de benefícios previdenciários alocados à categoria de agricultores familiares e 5,3 milhões de famílias que recebiam esse tipo de benefício. Trata-se, portanto, de uma das principais políticas de desenvolvimento rural existentes no país, tanto pelo número de famílias beneficiadas quanto pelo volume de recursos financeiros disponibilizados, que soma cerca de R\$ 84 bilhões ao ano, bem acima do montante aportado pelas demais políticas públicas de apoio à agricultura familiar (CAZELLA, 2017).

Considerações finais

Este estudo revelou a incidência praticamente igualitária das duas categorias de famílias de agricultores (25 mono e 24 multilocalizadas). A principal característica da situação de multilocalização na região de estudo consiste na transferência de recursos, sobretudo alimentar, da Unidade Agrícola Familiar para os integrantes que residem fora e principalmente nas cidades. Ao contrário do que se poderia imaginar, em todas as situações de multilocalização não se verificou nenhum caso de auxílios financeiros aportados por familiares que residem e trabalham fora da Unidade Agrícola Familiar. De forma geral, pode-se afirmar que as famílias de agricultores inseridas em mercados competitivos (integrados, convencionais e CCC) são mais multilocalizadas que aquelas cujos sistemas produtivos e/ou unidades agrícolas são precários do ponto

de vista socioeconômico (pobres e indígenas). Outra característica reside no fato de uma parcela significativa dos residentes externos realizar trabalhos na Unidade Agrícola Familiar, sendo a maior parte de natureza esporádica. Dos 42 membros externos que mantêm vínculos com as UAF, 18 não auxiliam nas atividades agrícolas, mas 24 executam algum tipo de trabalho nessas unidades, dos quais seis como atividade principal – residem fora, mas vão diariamente trabalhar na Unidade Agrícola Familiar – e 18 com trabalhos esporádicos.

A marcada presença de integrantes familiares beneficiados com recursos previdenciários – 57% das famílias entrevistadas – influencia de forma diferenciada o caráter localizacional dos membros familiares, em especial entre as categorias de agricultores pouco inseridos nos mercados (mais monolocalizadas) e em circuitos curtos de comercialização (mais multilocalizadas). Na primeira, o fato de membros aposentados disporem de pequenas áreas de terras propicia o acolhimento de filhos sem-terra e sem uma profissão não agrícola qualificada. Na segunda, os membros aposentados, além de ceder suas terras para herdeiros, participam ativamente da produção e contribuem, sobretudo, nas atividades de transformação de produtos agroalimentares diferenciados. A existência de agroindústrias familiares está associada, também, a casos de retorno para a UAF de filhos que haviam saído para residir e trabalhar fora.

Quanto à importância da produção de alimentos para o autoconsumo, as famílias que participam dos CCC são as que destinam área média maior para esse fim, com aproximadamente 0,5 ha, tanto entre as famílias monolocalizadas quanto entre as multilocalizadas. Essa é também a categoria que declarou economizar mais em função da produção para o autoconsumo. Os valores mais expressivos podem ser explicados pela maior disponibilidade e variedade de alimentos em suas unidades produtivas e por uma melhor percepção do valor monetário da produção para o autoconsumo, captada com os seus clientes durante as vendas diretas. Embora haja variações entre as categorias, a produção para autoconsumo é relevante em todas, sejam elas mono ou multilocalizadas.

A agricultura de base familiar da região, além de produzir matérias-primas para as indústrias agroalimentares e alimentos para circuitos curtos de comercialização e para autoconsumo, contribui também com a segurança alimentar e nutricional de parte de seus membros que residem fora por meio da doação de alimentos. Apesar deste estudo não ter entrevistado os familiares externos, diversos relatos e informações coletadas apontam nessa direção. As transferências de alimentos incorporam, certamente, outras dimensões menos tangíveis, como as relações afetivas envolvidas no ato de dar e receber alimentos, e a manutenção ou renovação do sentimento de pertencimento a uma determinada cultura, expressa pelos hábitos alimentares.

Os resultados deste estudo devem ser tomados com prudência em relação aos indígenas, uma vez que somente quatro famílias dessa etnia foram entrevistadas. Já entre as famílias de agricultores pobres, o predomínio da monolocalização não significa a inexistência de migração de membros familiares, mas que esse processo se deu associado ao rompimento de compartilhamentos de recursos intrafamiliares. Nesses casos, a precarização concerne tanto a quem permaneceu na UAF quanto a quem saiu, pois dada a baixa formação e qualificação profissional, estes últimos exercem trabalhos de baixa remuneração. Dois casos de agricultores familiares pobres reforçam essa assertiva, pois se referem a filhos que retornaram para o meio rural, após residirem em zonas urbanas de municípios da região. A principal característica dessa categoria de agricultores é o acesso precário a terra, marcado por relações de reciprocidade com parentes que detêm a posse de pequenas áreas no meio rural e são beneficiários da Previdência Social.

Dois especificidades da região de estudo limitam a generalização dos principais resultados deste estudo para outras realidades socioespaciais. A primeira se refere às suas particularidades socioeconômicas marcadas pela presença de agroindústrias empresariais inseridas nos mercados nacional e internacional, que mantêm vínculos com segmentos da agricultura familiar. A segunda está associada à existência de um município-polo localizado no interior do estado, com mais de 200 mil habitantes, que exerce uma força de atração de jovens rurais de municípios do entorno seja para trabalhar em outros ramos de atividades seja para estudar. Por fim, o enfoque da multilocalização familiar representa um modelo da análise original para pensar as especificidades da agricultura familiar brasileira ao apontar a manutenção de fortes laços, para uma parcela significativa da agricultura familiar, entre quem sai e quem fica na UAF, nem sempre percebido quando se mobiliza a noção de êxodo rural. O estudo dos fluxos de alimentos, trabalho e demais recursos entre os integrantes das famílias rurais permite evidenciar a complexa configuração socioespacial e a diferenciação desses sistemas produtivos.

Novos estudos precisam ser feitos, em especial, a respeito da situação multilocalizacional da família rural representar uma condição social diferenciada ou um recurso particular de algumas famílias de agricultores correlacionado ao processo de transformação da estrutura familiar. Essa condição ou recurso pode ter repercussões ainda pouco conhecidas em distintas dimensões sociais do grupo familiar, a exemplo da qualidade da segurança alimentar e nutricional e da sucessão da Unidade Agrícola Familiar.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec/Anpocs/EdUnicamp, 1992.
- AURAS, M. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. São Paulo: Cortez, 1984.
- BRIGHENTI, C. A. Terras Indígenas em Santa Catarina. In: NOTZOLD, A. L. V.; ROSA, H. A.; BRINGMANN, S. F. (Orgs.). *Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Palotti, 2012. p. 255-278.
- CAZELLA, A. A. Governança fundiária: caracterizar melhor para melhor apoiar. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (Orgs.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2017. p. 72-81.
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- CIPRIANO, L. O. S. *Comunidades Rurais Caboclas no Território Meio Oeste Contestado - SC*. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185465>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- CORTES, G.; FRÉGUIN-GRESH, S.; GUÉTAT-BERNARD, H.; SOURISSEAU, J. M. *Les systèmes familiaux multi-localisés: un modèle d'analyse original des ruralités aux Suds*. Document de travail ART-Dev, 2014, 13 p. Disponível em: https://agritrop.cirad.fr/574121/1/document_574121.pdf. Acesso em: 18 mar. 2018.
- CORTES, G.; TORAL, A. V. Coexistences rurales et mobilités spatiales en Bolivie. *Les Cahiers d'Outre-Mer*, n. 273, p. 43-79, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/com/7696>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- D'ANGELIS, W. R. Para uma história dos índios do Oeste catarinense. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, n. 1, p. 141-220, 1995.
- DELGADO, G. C. Previdência social e desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 429-442.
- DORIGON, C.; RENK, A.; SILVESTRO, M. L.; SILVA, C. A., SAVIO, J. *Produtos coloniais: tradição e mudança*. Chapecó: Argos, 2015. 432 p.
- DORIGON, C. *Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em construção*. 2008. 437 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Engenharia de Produção, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

- DORIGON, C.; RENK, A. Juventude e as transformações no mundo rural: um estudo de caso do Oeste catarinense. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 17., 2015, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: SBS, 2015. p. 1-20.
- DORIGON, C.; RENK, A. *Juventude rural, produtos coloniais e pluriatividade*. Chapecó: Argos, 2013. 95 p.
- DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de miudezas de colonos pobres aos mercados de qualidade diferenciada. *Agricultura em São Paulo*, v. 58, p. 101-113, 2011.
- DORIGON, C.; RENK, A.; SILVA, C. A. Produtos coloniais como narrativas de comida e migração no Oeste catarinense. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 28., Desafios Antropológicos Contemporâneos, 2012, São Paulo. *Anais...* Brasília: ABA, 2012. p. 1-20.
- ELOY, L. Diversidade alimentar e urbanização: o papel das migrações circulares indígenas no Noroeste Amazônico. *Anthropology of food*, s. 6, 2009. Disponível em: <http://aof.revues.org/index6444.html>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- ELOY, L.; BRONDIZIO, E. S.; DO PATEO, R. New perspectives on mobility, urbanisation and resource management in riverine Amazônia. *Bulletin of Latin American Research*, n. 34, p. 3-18, 2015.
- FRÉGUIN-GRESH, S.; TROUSSELLE, A.; CORTES, G. L'agriculture familiale diversifiée multilocalisée au Nicaragua. In: BOSCH, P. M. (Coord.). *Diversité des agricultures familiales: exister, se transformer, devenir*. Éditions Quae, p. 95-110, 2015.
- FRÉGUIN-GRESH, S.; CORTES, G.; TROUSSELLE, A.; SOURISSEAU, J. M.; GUETAT-BERNARD, H. Le système familial multilocalisé: proposition analytique et méthodologique pour interroger les liens entre migrations et développement rural au Sud. *Mondes en Développement*, v. 43, n. 172, p. 13-32, 2015. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-mondes-en-developpement-2015-4-p-13.htm>. Acesso em: 4 mar. 2018.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. As duas "caras" do Pronaf: produtivismo ou fortalecimento da agricultura familiar? In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 43., 2005, Ribeirão Preto, São Paulo. *Anais eletrônicos...* Ribeirão Preto: Sober, 2005. 21 p.
- GOULART, S. S. Terras indígenas no Oeste Catarinense. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 39-46, 2009. Disponível em: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/137/155>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- GRISA, C. *A produção "pro gasto": um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul*. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em

- Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/11001>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. A produção para autoconsumo no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Orgs.). *Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do censo agropecuário 2006*. Brasília: IPEA, 2013.
- GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180.
- GRISA, C.; ZIMMERMANN, S. A. Estado e sociedade civil na promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil: a construção do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). *Agroalimentaria*, Mérida, Venezuela, v. 21, n. 41, p. 17-36, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199243361002>. Acesso em: 18 jan. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Cidades 2019. Brasil, Santa Catarina, Chapecó. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- MARCONDES, T.; MIOR, L. C.; REITER, J. M. W.; MONDARDO, M. *Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, 2012. 34 p. Disponível em: http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Agregacao_valor.pdf. Acesso em: 1 nov. 2014.
- MELO, D. N. *Regularização fundiária em zonas rurais: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina*. 2015. 204 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/158795>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. *Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação*. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 21, suplemento, p. 145-158, 2008.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS. *Como funciona*. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>. Acesso em: 4 mar. 2019.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS. *Programa Fomento*. 2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-fomento>. Acesso em: 5 out. 2018.

- MONTEIRO, D. T. *Os errantes do novo século*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- NASUTI, S. ; ELOY, L. ; RAIMBERT, C. ; LE TORNEAU, F. M. Can rural-urban household mobility indicate differences in resource management within amazonian communities? *Bulletin of Latin American Research*, n. 34, p. 35-52, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/blar.12147>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- NESE, C. N.; DORIGON, C.; BADALOTTI, R. M.; PIEREZAN, S. A transferência de alimentos de agricultores familiares para filhos que moram na cidade: um estudo de caso do Oeste de Santa Catarina. In: Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, 4., 2019, Chapecó. *Anais eletrônicos...* Chapecó: Argos, 2019. 14 p.
- NÖTZOLD, A. L. V. *Nosso vizinho Kaingáng*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003. 99 p.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO. *L'État de l'insécurité alimentaire dans le monde*. 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4030f.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2018.
- PODELESKI, O. S. *Estratégias de reprodução social de populações remanescentes do Contestado: o caso da comunidade de Taquaruçu, no Meio-Oeste de Santa Catarina*. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128956>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- RENK, A. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste catarinense*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006. 250 p.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- TECCHIO, A. *Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado (SC)*. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99407>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- TECCHIO, A. *Pobreza e territorialização da ação pública no Território Meio Oeste Contestado (SC)*. 2017. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popu p=true&id_trabalho=5288166. Acesso em: 10. jun. 2019.
- TEPICHT, J. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: A. Colin, 1973. 251 p.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 181-235.

VALENTINI, D. J.; RADIN, J. C. Camponeses no sertão catarinense: a colonização da região Contestado nas primeiras décadas de século XX. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo, 2011. 14 p. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308581578_ARQUIVO_ANPUHValentiniRadinDOC3.pdf. Acesso em: 28 jun. 2014.

VIANNA, A. *Organização social e ação política do campesinato: o caso da 'invasão' da Fazenda Annoni*. Comunicação nº 15, Museu Nacional, UFRJ, 1989.

WEZEL, A.; BELLON, S; DOR'E, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 29, p. 503-515, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1051/agro/2009004>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CAZELLA, Ademir Antonio; DORIGON, Clóvis; NESI, Cristiano Nunes; ELOY, Ludivine. Sistemas agrícolas e alimentares de famílias rurais: análise da multilocalização familiar na região Oeste de Santa Catarina. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 21-47, fev. 2020.

Resumo: (*Sistemas agrícolas e alimentares de famílias rurais: análise da multilocalização familiar na região Oeste de Santa Catarina*). A migração de agricultores familiares para zonas urbanas costuma ser analisada em termos de êxodo rural. Este artigo mobiliza a noção de multilocalização familiar para discutir distintos fluxos de recursos (alimento, financeiro e trabalho) entre integrantes de Unidades Agrícolas Familiares que permanecem e os que residem fora dessas unidades. Para tanto, realizou-se uma pesquisa com 49 famílias de agricultores da região Oeste de Santa Catarina, escolhidas de forma a contemplar a diversidade socioeconômica da agricultura familiar regional. Dentre os principais resultados, constatou-se que a metade dessas famílias é multilocalizada, e que as unidades agrícolas inseridas em mercados competitivos são mais multilocalizadas do que aquelas pouco integradas a esses mercados e com rendas menores. O principal recurso intercambiado é a alimentação da

unidade agrícola para os integrantes externos, reforçando a importância da produção para autoconsumo tanto para quem permaneceu quanto para quem migrou, mas que reside próximo e mantém vínculos com a família agrícola.

Palavras-chave: agroindústria; autoconsumo; pobreza rural.

Abstract: (*Agricultural and food systems of rural families*: analysis of familiar multilocalization in western Santa Catarina). The migration of family farmers to urban zones is usually analyzed in terms of rural exodus. This article uses the notion of multilocational families to discuss various flows of resources (food, finance and labor) among farm family members who remain on or live off-farm. Forty-nine farm families in western Santa Catarina were studied, chosen to contemplate the socioeconomic diversity of regional family farming. Among the main results it was found that half of these families are multi-locational and that farms inserted in competitive markets are more multi-located than those with less integration to these markets and lower income. The main resource exchanged is food from the farm sent to those who reside offsite, reinforcing the importance of production for self-consumption both for those who remain and for those who migrate, but who live close to and maintain ties with the family farm.

Keywords: agroindustry; self-consumption; rural poverty.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Antigos e novos hábitos na alimentação de famílias agrícolas de Chapecó e região

DOI: 10.36920/esa-v28n1-3

O presente texto aborda as permanências e modificações verificadas nos hábitos alimentares de famílias agrícolas residentes na região em torno do município de Chapecó (SC), seus principais determinantes e, em particular, as implicações do fenômeno da multilocalização familiar. A base conceitual e metodológica e as questões de pesquisa, assim como as informações de campo que embasam essa abordagem derivam de um projeto³ do qual resultaram outros dois textos com análises complementares à que se segue.

Por “famílias agrícolas” entendem-se aquelas com domicílio no meio rural e em que pelo menos um integrante trabalha diretamente em atividades agropecuárias, assumindo-se a “unidade agrícola familiar” (UAF) como unidade de observação que, para fins da pesquisa de campo,

¹ Doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-doutorado pela Oxford University (Reino Unido) e na École des Hautes Études en Sciences Sociales (França). Professor titular do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde coordena o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN) e integra o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA). E-mail: rsmaluf@gmail.com.

² Doutorado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) com estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHES), Paris. Pós-doutorado pelo Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA) e pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED/UFRJ). Professora adjunta da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), coordenadora do Observatório das Agriculturas Familiares Latino Americanas (AFLA). Pesquisadora do OPPA/CPDA/UFRRJ, do INCT/PPED/UFRJ e do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN). E-mail: silvia.zimmermann@unila.edu.br.

³ “Projeto Governança alimentar e práticas das famílias agrícolas: uma abordagem pelos fluxos de provisão de alimentos e a multilocalização familiar”, Métaprogramme GloFoodS-INRA/CIRAD, França, 2017/19.

confunde-se com a categoria censitária “estabelecimento” do IBGE. Na composição da amostra das famílias entrevistadas, buscou-se considerá-las como consumidoras (de alimentos), não apenas como produtoras (agricultoras), faceta pouco ressaltada das famílias que habitam o meio rural e vem passando por profundas mudanças em seus hábitos alimentares.

Definiu-se que *famílias agrícolas multilocalizadas são aquelas em que um ou mais membros residem fora da Unidade Agrícola Familiar (UAF), mas participam ou interferem no processo de reprodução socioeconômica da UAF por meio do compartilhamento de recursos monetários e alimentares e de trabalho.* Essa participação não inclui, necessariamente, a retribuição por parte dos beneficiados. O foco principal é o compartilhamento de recursos alimentares, quando a família reconhece que produz alimentos para membros que residem fora da UAF ou que parte de sua alimentação vem de membros que residem fora da UAF. Por fim, adotou-se a noção de ‘sistema alimentar familiar’ com vistas a descrever o modo de interação e de agenciamento social, econômico e espacial de um conjunto de atividades e de recursos que fornecem à família, direta ou indiretamente, os alimentos necessários às suas necessidades cotidianas. Considerou-se o acesso aos alimentos por produção própria, compra nos mercados, trocas e doações, assim como a composição do consumo alimentar dessas famílias.

As informações coletadas permitiram abordar três aspectos que incidem na condição alimentar e nutricional das famílias entrevistadas: a) traços gerais dos hábitos alimentares da região e das famílias agrícolas; b) práticas alimentares conforme expressas na composição das refeições e nas estratégias de provisionamento das famílias entrevistadas; c) grau de diversidade das dietas alimentares e a importância da produção para autoconsumo. Não foram avaliadas as repercussões dos hábitos alimentares na condição de saúde dos indivíduos. Não obstante, as noções de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do direito humano à alimentação adequada e saudável integram a abordagem aqui desenvolvidas.

A delimitação espacial da pesquisa de campo tomou a cidade de Chapecó como ponto de partida, ampliando o foco da observação de modo a captar características e tendências da região, chegando-se aos nove municípios que lhes são limítrofes.⁴ Aplicou-se questionário estruturado com uma amostra intencional de 49 famílias agrícolas distribuídas nos dez municípios que delimitam a unidade de observação, com base numa tipologia que buscou abranger a heterogeneidade socioeconômica e produtiva da agricultura de base familiar da região

⁴ Municípios de Chapecó, Nova Itaberaba, Coronel Freitas, Xaxim, Arvoredo, Seara, Paial, Guatambú, Cordilheira Alta e Planalto Alegre.

pesquisada, a saber: a) famílias que praticam agricultura convencional; b) famílias que praticam agricultura integrada à agroindústria; c) famílias que comercializam em circuitos curtos sem transformação dos produtos; d) famílias que comercializam em circuitos curtos com agroindústria; e) famílias pobres; f) famílias indígenas. Informações foram também obtidas por meio de entrevistas com atores relevantes sediados naquela cidade (dirigentes de entidades, gestores públicos e profissionais) e extraídas dos debates ocorridos em dois grupos focais igualmente compostos por atores sociais com origem diversa dedicados a dois temas.

O texto a seguir encontra-se dividido em quatro tópicos. Inicialmente, apresentam-se alguns traços gerais dos hábitos alimentares no município de Chapecó com base no registro do debate realizado nos grupos focais e de fontes secundárias. O segundo tópico está dedicado à análise da composição e da diversidade da dieta alimentar das famílias agrícolas entrevistadas, retirada da aplicação de questionários. O terceiro reúne indicativos do grau de (in)segurança alimentar das famílias agrícolas e dos padrões alimentares por elas seguidos. Por fim, a quarta e última parte do texto traz algumas observações finais de caráter conclusivo.

Traços gerais dos hábitos alimentares de Chapecó e região

A aproximação aos hábitos alimentares da população do município de Chapecó e arredores apresentada a seguir está baseada em entrevistas com atores relevantes e nas informações recolhidas em dois grupos focais, especialmente naquele dedicado ao tema “Cardápios, acesso aos alimentos e sistemas alimentares em Chapecó”; o outro grupo focal tratou de “Práticas agrícolas, governança e SAN das famílias rurais no Oeste Catarinense”. Aos participantes dos grupos focais foram colocadas questões relativas à composição de suas refeições diárias e aos meios de acesso aos alimentos respectivos, o que seriam as refeições comuns ou “típicas” no meio urbano e rural, transformações ocorridas nos hábitos alimentares e no abastecimento do município, participação da agricultura familiar, atores sociais e políticas públicas que incidem sobre a alimentação e o abastecimento na região, tensões presentes na agenda pública e iniciativas significativas em favor de uma alimentação adequada e saudável.

Com população estimada em 216.654 habitantes em 2018 (IBGE, 2018),⁵ Chapecó passou por rápido crescimento populacional e intensa urbanização nas últimas décadas, com mais de 90% da população residindo em área considerada urbana. A cidade é classificada como município intermediário que polariza a área rural do Oeste Catarinense, mesorregião que reúne 118 municípios e cerca de 1,6 milhão de habitantes (IBGE, 2017). A influência de Chapecó extrapola as fronteiras do estado,

⁵ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>.

estando interligada às redes urbanas de Curitiba e Porto Alegre (FUJITA, 2013). Os fluxos cada vez mais integrados de produtos agroalimentares se destacam na interligação do Oeste Catarinense com outras regiões, sobressaindo o papel dos agentes situados na esfera da circulação nos referidos fluxos e também na organização da produção e distribuição de alimentos na própria região.

As características antes referidas e os elos estreitos, porém nada óbvios entre os meios rural e urbano, são essenciais na compreensão da coexistência e mescla de hábitos alimentares herdados e incorporados. A interdependência entre o urbano e o rural é uma característica constitutiva de Chapecó e região, em grande medida determinada pela agroindústria articulada com significativo contingente de agricultura de base familiar, fator que persiste até os dias de hoje mesmo com o maior vulto das transformações urbanas nas últimas décadas impulsionadas pela expansão das atividades classificadas como do setor terciário (FUJITA, 2013).⁶ Em síntese, a diversificação de atividades urbanas (comércio em geral, serviços públicos, bancos, instituições de ensino e pesquisa, lazer etc.), assentada na migração rural-urbana intrarregional e na chegada de “agentes externos”, junto com o entrelaçamento urbano-rural estão na base do perfil populacional da cidade e da correspondente conformação de hábitos alimentares.

Assim, de um lado, há importante preservação de hábitos alimentares próprios da região fortemente assentados em vínculos de tipo familiar, cultural ou social com o meio rural por parte dos habitantes do núcleo urbano em crescimento, mais precisamente, com sua origem europeia (colonos italianos, alemães e poloneses) ou nativa (caboclos e indígenas) (TONEZER *et al.*, 2018). De outro lado, o número crescente de pessoas oriundas de outras localidades traz consigo hábitos alimentares em virtude das tradições familiares-culturais e peculiaridades do seu território de origem, ao mesmo tempo que incorporam os já referidos hábitos alimentares predominantes na região de destino. Manter os hábitos alimentares trazidos das localidades de origem tem um significado mais forte por envolver a busca de alimentos diferenciados no comércio local ou alhures (na localidade de origem), bem como manter modos próprios de preparo dos alimentos no domicílio; os exemplos mencionados foram cortes distintos da carne bovina e preparos de doces e bolos. Já a incorporação de hábitos do local de destino, embora importante no aspecto da mudança de hábitos anteriores, parece se dar por processos de adaptação menos exigentes e de mais fácil solução prática, como nos exemplos mencionados de comer *cuca* com *churrasco* e utilização de farinha de mandioca torrada.

⁶ “O urbano só é urbano pela presença do rural diretamente interligado a ele [...]” (FUJITA, 2013, p. 7).

O quadro de hábitos herdados e assimilados é ainda mais complexo por serem atravessados pela influência exercida por grandes agentes privados liderados pela indústria alimentar e redes de varejo de médio e grande porte, apoiados em intensa propaganda. Chapecó é um centro urbano suficientemente populoso e diverso para que nele coexistam práticas alimentares distintas e cardápios combinando tendências nacionais e internacionais com antigos hábitos trazidos por imigrantes europeus ou assentados na cultura cabocla, ao lado de novas atitudes, crenças e modismos. Tendências e modismos que há tempos envolvem também as famílias rurais, favorecidas pela melhoria havida em seu poder aquisitivo, conforme relata um extensionista da Epagri:

... uns modismos aparecendo no meio rural [...] o acesso a esses alimentos está mais fácil, [...] poder aquisitivo [é] maior [...] levando um consumo maior então desses produtos industrializados, processados e uma diminuição do consumo dos produtos naturais, das frutas, das hortaliças, dos produtos caseiros.

Coexistência, combinações e hibridismos nos hábitos alimentares têm como contraface fenômeno análogo de interpenetração entre os canais ditos convencionais ou alternativos pelos quais transitam os bens alimentares (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012; LUZ; MALUF, 2019). De fato, as demandas variadas oriundas do quadro antes descrito se defrontam com importantes transformações nas atividades de varejo. Nas palavras de dirigente de associação de agricultores: “Nós temos os minimercados, mercearias, temos os mercadinhos, temos os mercados e temos os supermercados; e agora estão chegando os hipermercados em Chapecó [...]”.

A instalação de grandes redes nacionais em Chapecó se dá a partir de 2012 (FOSSÁ; BADALOTTI, 2018). São conhecidos os fatores que possibilitaram aos supermercados se tornarem o principal local de compra da maioria dos itens que compõem a direta alimentar, em especial as grandes e médias superfícies, apesar da ressalva ao fato de os supermercados locais ou redes regionais oferecerem itens não encontrados nas grandes redes. Acrescente-se a reestruturação do conjunto diverso de equipamentos que compõem o varejo de alimentos na cidade em face da atuação dos hipermercados tanto na venda direta ao consumidor quanto no fornecimento ao pequeno varejo, fenômeno generalizado no país.

Não obstante, relatos colhidos nos grupos focais apontam para o caráter multifacetado desses processos e combinações diante da percepção de mudanças de comportamento em relação ao passado recente quando era grande a influência da grande agroindústria no consumo de processados. Há maior valorização da agricultura familiar e das pequenas agroindústrias familiares por parcelas da população, e cresce o consumo

de hortícolas (frutas, verduras e legumes), num ambiente de intensa disputa com as feiras. Vale dizer, a predominância dos supermercados como local de compra e difusão de hábitos alimentares não se dá sem contestação e nem é extensiva a todo o elenco de produtos alimentares, muitos deles comercializados em feiras, mercados públicos, padarias, açougues e varejo de pequeno porte em geral.

As feiras da agricultura familiar têm histórico peculiar, sendo canal de participação dessa categoria de produtores no abastecimento alimentar de Chapecó e região ofertando produtos diferenciados (típicos, artesanais, orgânicos e agroecológicos). A instalação da primeira feira livre da cidade ocorreu em 1991, tendo sido para alguns uma extensão da propriedade rural e espaço estratégico de permanência da agricultura familiar (VASQUES, 2016; CORONA; VASQUES; GODOY, 2018), seguida da criação de uma Associação de Feirantes. Essas feiras receberam decisivo apoio da Prefeitura Municipal a partir de 1998, com crescimento dos espaços de comercialização e número de feirantes. A importância dessas feiras no campo alimentar se revela nos vários trabalhos que as tomam como conquista dos agricultores perante a sociedade e o Poder Executivo municipal (FOSSÁ; BADALOTTI, 2018), como instrumento de resgate da identidade dos alimentos na relação direta entre produtores e consumidores (CIGOGNINI *et al.*, 2015) e também como instrumento de fortalecimento da produção para o autoconsumo dos agricultores feirantes com repercussão em sua segurança alimentar e nutricional (POZZEBOM *et al.*, 2015). Sobre este último papel, observou-se que a comercialização dos produtos consumidos pelas famílias rurais fortalece o componente da produção para consumo próprio e se contrapõe a outras estratégias produtivas: “... a dedicação a produtos menos rentáveis (hortaliças/frutas) [se dá] apenas quando tem comercialização associada, se não dedicam-se a grãos, animais e leite” [Extensionista].

Não obstante, apontou-se que a oferta nas feiras concentra-se em carnes, embutidos, queijos e derivados lácteos, todos integrantes da dieta alimentar típica da região, havendo limitada variedade ofertada de hortifrúti. Registrada a ressalva, as feiras constituem um dos elos urbano-rurais pelos quais transitam as tradições culturais nos hábitos alimentares. Características antes apontadas explicam a presença predominante de agricultores nas feiras da cidade – há feiras exclusivas de agricultores familiares – em contraste com as feiras organizadas com base em comerciantes permissionários.

Essa história não tem sido feita sem percalços, em especial, em face da pressão sobre a comercialização de alimentos ditos artesanais pela Vigilância Sanitária, amparada pelo Ministério Público e poder policial, como ocorre em todo o estado de Santa Catarina. A cidade de Chapecó não está isenta dessa pressão, ainda que ela pareça ter condição

diferenciada das cidades menores do seu entorno talvez em razão do histórico de apoio local. Duas ocorrências ilustram bem o que se disse, uma delas quando um promotor fechou todas as feiras na vizinha Xanxerê por não se adequarem aos quesitos da vigilância, a outra com a ação de fiscais da vigilância, apoiados pela polícia, apreendendo produtos (vinhos e queijos artesanais) vendidos na Casa Colonial de Seara, apesar de os produtos apreendidos estarem registrados no Serviço de Inspeção Municipal.⁷

Completa o quadro dos fluxos de produtos alimentares o importante papel desempenhado pelos entrepostos de abastecimento (Ceasas) na circulação de frutas de e para a região de Chapecó. Cabe menção especial à banana, fruta que recebe pouca atenção apesar de estar presente nos hábitos alimentares em todo o país, incluindo seu consumo generalizado e diário no campo e na cidade numa região (Chapecó) com pouca produção comercial e algum cultivo em pomares domiciliares para consumo próprio (22% das famílias entrevistadas cultivam banana). Como relatado por uma gestora de restaurantes universitários: “Se tu pegar as redes de distribuição de frutas aqui eles pegam muito de São Paulo, Curitiba, grandes Ceasas, grandes locais de fora [...] nós [fazemos] intercâmbio com agricultores de outras regiões produtoras de banana no estado”.

Quando se incorpora um recorte social à referência espacial aqui utilizada de modo a ter em conta a população de menor renda residente em bairros periféricos, duas observações emergem. Primeira, as limitações de deslocamento afetam o acesso dessa população a equipamentos de varejo, caracterizando-se uma dupla restrição (econômica e física) no acesso aos alimentos, em especial no acesso à alimentação saudável. Vejam-se, a propósito, os estudos sobre o difícil acesso a equipamentos com oferta de alimentos saudáveis nas áreas urbanas chamadas de “desertos alimentares” (WALKER; KEANE; BURKE, 2010; CAISAN, 2018), parte da problemática analisada desde a ótica do “ambiente alimentar” (CASTRO, 2018). As dificuldades do pequeno varejo em oferecer alimentos saudáveis (no caso, produtos frescos), sobretudo em bairros mais distantes, o torna mais propenso a reproduzir a pauta de produtos processados da indústria. Contudo, participantes no grupo focal afirmaram que há compra direta de hortícolas dos agricultores pelos pequenos mercados de bairro, enquanto os supermercados adquirem esses produtos nas redes de distribuição, registro importante, ainda que sem comprovação empírica.

A segunda observação se refere à diferenciação de hábitos alimentares combinando estrato de renda e local de residência, apontada pelos participantes do grupo focal. De fato, como em todo o país, o

⁷ Trecho extraído de <https://www.slowfoodbrasil.com/textos/queijos-artesanais>.

adensamento urbano da cidade de Chapecó foi acompanhado pelas marcas da exclusão social refletida na forte desigualdade socioespacial, surgimento de bairros operários sem infraestrutura e assentamentos precários, e a proliferação de áreas irregulares que representavam 77,3% das áreas existentes em 2011 (FUJITA, 2013). O diferencial de poder aquisitivo se reflete tanto nos hábitos de compra quanto na composição das refeições. Enquanto nos bairros periféricos predominaria a “comida pesada” (arroz, feijão, batata, massa, mandioca, carne, muito amido e carboidrato), os habitantes da região central ou pessoas com “formação maior” realizam mais refeições fora do domicílio ou podem pagar o preço diferenciado nas feiras. Segundo um agricultor feirante:

[...] eu fui trabalhando, produzindo o que a gente se alimentava, e aí nós fomos crescendo e evoluindo [...] a [boa] aceitação do povo urbano dos nossos produtos que são diferenciados [...] cada vez tá vindo buscar mais esses produtos na feira [...] o que tem mais poder aquisitivo vai buscar esse produto, o que tem menos vai sempre pelo mais barato, pelo econômico.

Pesquisa realizada em restaurantes localizados no centro de Chapecó revelou consumo de saladas (com molhos e complementos) estimado em 100g de vegetais por dia, acima da recomendação que consta do Guia Alimentar Brasileiro de 2014 (BORJES; PAGLIARINI; RODRIGUES, 2015). No grupo focal apontou-se a “novidade” do consumo crescente e com mais variedade de verduras (em relação às básicas de italianos, alemães e poloneses), legumes (além do pepino) e frutas, tanto em restaurantes como nos domicílios. Essa “novidade” não se verificaria entre caboclos e indígenas para os quais pesa a restrição de renda ao lado da falta de hábito, além de ser um consumo custoso que “não lhes faz falta”; uma renda maior talvez fosse dirigida a comprar produtos industrializados. O recorte étnico/cultural teria mais a ver com o modo de preparo dos alimentos com base em bens primários de amplo consumo, como o arroz, feijão, mandioca, milho e carnes.

O hábito alimentar tradicional de três “refeições grandes” vem dando lugar a refeições mais leves com alguma ingestão de alimentos entre elas. Assim, o almoço é “a refeição do dia” na qual são consumidos os alimentos tradicionais (arroz, feijão, carne, mandioca, legumes, salada), sobretudo, pelos que almoçam fora do domicílio. Já o jantar no domicílio é feito na forma de lanche (pães e biscoitos caseiros, geleias e embutidos) ou, quando realizado fora, dá lugar ao consumo de alimentos “nem tão saudáveis” (pizza e frituras) ou de culinárias específicas (japonesa e mexicana). Para o café da manhã, mencionou-se o maior consumo de frutas com redução dos tradicionais embutidos e da cuca.

Ficou evidenciado, também, o papel das relações familiares ou dos elos de sociabilidade em geral no acesso a alimentos ou preparos típicos e a

produtos tidos como mais saudáveis, à semelhança do observado em outras regiões do país (LUZ; MALUF, 2019). Familiares ou conhecidos próximos que permanecem no meio rural ou moram em cidades menores da região nas quais o urbano e o rural se interpenetram, constituem fonte regular e, aparentemente, significativa de acesso a esses bens e da correspondente preservação de hábitos entre os habitantes de um centro urbano como Chapecó. Coloca-se a questão das repercussões da ruptura recente destes elos mesmo em regiões com as características do Oeste Catarinense e da sua eventual reconstrução, porém, em novas bases. Mais propriamente, abordou-se a permanência da influência do meio rural e dos hábitos herdados refletindo-se na busca por alimentos “naturais”, mesmo em face das transformações de hábitos com urbanização. É parte desse quadro de contrastes a ampliação da oferta de alimentos com menos sal e açúcar.

A composição dos grupos focais com predominância de pessoas com envolvimento profissional ou militante com alimentos e alimentação favoreceu o aparecimento de comportamentos contrapostos às tendências dominantes no consumo de alimentos. Esse é o caso da referência à “comida de verdade”, lema que vem sendo impulsionado nacionalmente pelos movimentos da SSAN e DHA, sob estímulo do Consea (CONSEA, 2015). Porém, o perfil dos participantes não retira importância das muitas referências ao crescimento de doenças devido aos agrotóxicos e às dietas ricas em alimentos ultraprocessados, reforçando a preocupação com a saúde humana como motor de mudanças de comportamento na cidade e no campo. O número crescente de iniciativas voltadas para a alimentação saudável fragmenta-se em ações isoladas e sem o apoio de campanhas ou de apelo popular significativo. As iniciativas destacadas foram os dois restaurantes populares (cerca de 1.600 refeições diárias), cozinhas comunitárias, ações com idosos, alimentação escolar, Programa Mesa Brasil – Sesc, pontos de venda ou entrega de cestas de alimentos por grupos de agricultores, e iniciativas individuais de plantio doméstico. Registre-se a pouca relevância atribuída à agricultura urbana em Chapecó, atividade que conta com recente lei estadual de apoio a sua expansão para fins de segurança alimentar (Lei nº 17.533, 2018).

O relato de uma participante do grupo focal compradora de frutas de um agricultor remete a um aspecto que questiona idealizações sobre a interação urbano-rural no tocante aos hábitos alimentares. Segundo ela, o mesmo agricultor que traz laranjas para vender na cidade leva refrigerantes para casa, fato que levou essa compradora urbana a “ensinar receitas possíveis” com frutas para um agricultor. Claro que uma experiência individual não permite generalizações, porém, essa espécie de interação “às avessas” serve, no mínimo, para revisar idealizações quanto aos hábitos alimentares supostamente mais saudáveis das famílias

agrícolas em comparação com os prevacentes no mundo urbano.⁸ Vale dizer, que se está frente a um quadro no qual, de um lado, habitantes das cidades buscam alimentos mais naturais no campo, portanto, estão mais próximos do rural local, embora com queixas de agricultores quanto a pouca propensão desses compradores de valorizar os alimentos buscados no meio rural. Por outro lado, os habitantes do meio rural incorporam em sua cesta de consumo produtos industrializados ou transformados como resultado de mais disponibilidade de renda monetária, da interação com parentes e outros habitantes do meio urbano e de comportamentos miméticos bastante comuns na alimentação.

A pesquisa detalhada adiante confirmou que as tendências gerais de modificação nos hábitos alimentares repercutem nos hábitos das famílias rurais, ainda que com algumas particularidades. As famílias agrícolas da região passaram a dispor de renda mensal garantida pela grande expansão da pecuária leiteira e pela aposentadoria rural,⁹ ao que se soma a renda auferida por muitas delas pela integração com a agroindústria com efeito colateral de comprometer a produção de alimentos para autoconsumo. Dispor de poder aquisitivo, num contexto de proximidade com o meio urbano, traz maior incorporação de produtos “de fora para dentro” da UAF, produzindo contrastes como a introdução de refrigerantes por demanda dos filhos, apesar da ampla disponibilidade de frutas para suco, ou a busca pelo “diferente” por produtores de leite que compram queijos, ou tradicionais fazedores de salame que adquirem presunto e mortadela.

Pode-se afirmar que a despeito das várias iniciativas e ações públicas, o peso do setor privado é muito forte no abastecimento alimentar de Chapecó, portanto, na conformação dos hábitos alimentares de sua população urbana e também rural, como no Brasil em geral (MALUF, 2009). Não obstante, a posição dominante dos agentes privados de médio e grande porte na agroindústria e no comércio de atacado e varejo se dá num processo multifacetado no qual eles coexistem e se confrontam com um conjunto de iniciativas consideradas alternativas ou contra-hegemônicas, tais como a rede de agroindústrias familiares, feiras de produtos orgânicos, desenvolvimento da cadeia produtiva das frutas e verduras na região, venda direta ao consumidor, cooperativas de economia solidária, e outras mais.¹⁰ Integram e incidem sobre os rumos desse processo mudanças significativas nos comportamentos da

⁸ A alimentação como expressão de um imaginário sobre o rural encontra-se extensamente desenvolvida em Menasche (2015).

⁹ “[...] a aposentadoria influencia muito no meio rural, porque lá o interior tá ficando só o casal aposentado, e eles [...] compram tudo [...] compram propriamente a alimentação deles” [Relato de uma agricultora].

¹⁰ Entre a ampla e crescente literatura a respeito, citam-se Gazolla e Schneider (2017) e Perez-Cassarino *et al.* (2018).

população urbana e rural quanto às suas práticas alimentares, algumas delas analisadas na seção a seguir, no que se refere às famílias agrícolas.

Práticas alimentares e diversidade das dietas das famílias agrícolas

A análise das práticas alimentares das famílias agrícolas entrevistadas requer, desde logo, fundamentar a adoção do conceito de prática. Essa opção torna a presente abordagem tributária dos enfoques socioantropológicos que consideram a alimentação como fato social, e não apenas fato biológico, como na conceituação de “fato alimentar” de Poulain (2004) ou na apreensão de Mauss (2003) da alimentação como “fato social total” que articula o biológico, o social e o psicológico. Além disso, considera-se a alimentação como uma prática social (WARDE, 2016), embora a prática não constitua nossa unidade de análise visando observar ações cotidianas rotinizadas relativas à alimentação, ademais de nos interessar outros aspectos além do consumo.¹¹

Vale dizer, a análise das práticas alimentares das famílias agrícolas desenvolvida nesse tópico não se dissocia do marco analítico anterior, porém emprega o conceito de práticas alimentares com sentido mais amplo, de modo a incorporar as escolhas e estratégias das famílias relacionadas com sua alimentação, incluindo a forma como compõem a dieta e as fontes de provisão dos alimentos, em particular, a combinação de produção própria e compra de alimentos no mercado. A esses aspectos incorpora as repercussões da multilocalização familiar. A perspectiva adotada aponta, portanto, para uma abordagem das práticas alimentares que combina sua dimensão como prática social, estratégias alimentares, dietas e culturas alimentares.

Essa visão permite ainda estabelecer pontes com as noções de hábitos alimentares e dietas alimentares das Ciências da Nutrição, diálogo que contribui para analisar as condições alimentares e nutricionais das famílias pesquisadas sem limitar-se aos conteúdos estritamente nutricionais. Essa perspectiva está presente na análise da composição e diversidade das dietas alimentares correlacionadas com o perfil produtivo dessas famílias, em particular, a produção para autoconsumo.

Outra diferenciação com a aplicação das teorias da prática está na coleta de informações sobre os hábitos das famílias conforme eles se expressam na composição das respectivas dietas considerando os alimentos e preparos consumidos. Em lugar da observação direta, utilizou-se um anexo específico ao questionário aplicado na forma de

¹¹ Outro seria o olhar se adotássemos a proposta de Warde (2016) de tomar a alimentação como prática social direcionada ao “comer” – as “práticas do comer” – inserida nos estudos de consumo.

um recordatório dos alimentos, preparações e bebidas ingeridas em até cinco dias anteriores ao dia em que o questionário foi aplicado, incluindo lanche e refeição, em casa ou fora dela. Foram registrados os produtos e preparos consumidos, anotando-se todos os alimentos e bebidas mencionadas, e a lista de ingredientes no caso de pratos compostos, sempre que possível. A natural dificuldade em detalhar refeições passadas tornou frequente recorrer às mulheres, quase todas elas envolvidas no preparo das refeições.¹² É comum entre as famílias agrícolas realizarem, durante a semana, refeições comuns a todos os membros residentes na unidade agrícola familiar, sob responsabilidade das mulheres. Estando nossa questão de pesquisa centrada na diversidade alimentar das famílias agrícolas, pouco se verificou quanto à diferenciação entre os indivíduos que as compõem.

As entrevistas foram realizadas em distintos dias, portanto, foi possível ter informações referentes a praticamente todos os dias da semana, inclusive sábados e domingos. Os finais de semana requerem atenção particular, pois é quando se nota uma alteração na rotina semanal das refeições e de preparo dos alimentos pelas famílias, seja pela maior frequência das refeições fora de casa, seja pela incorporação de não residentes no domicílio (membros da família ou não) nas refeições realizadas em casa.

Escore de diversidade alimentar

A análise da diversidade alimentar das famílias entrevistadas adotou, inicialmente, o enfoque do Escore de Diversidade Alimentar (EDA), proposto pela FAO (2010). Trata-se de uma metodologia de aferição do grau de diversidade alimentar de indivíduos ou famílias medido pelos alimentos e preparos consumidos nas refeições nas vinte e quatro horas que antecederam a entrevista. O escore ou grau de diversidade alimentar é calculado a partir do número de grupos alimentares abrangidos pela dieta alimentar daquele indivíduo ou família no período considerado (OGECHI; CHILEZIE, 2017; RATHNAYAKE; MADUSHANI; SILVA, 2012). Ressalve-se o limite desse indicador quando restrito à adequação nutricional das dietas (HABTE; KRAWINKEL, 2016), questão retomada adiante à luz da noção de alimentação adequada e saudável.

O cálculo do EDA¹³ valeu-se das informações recolhidas pelo método recordatório referido, agregando os alimentos consumidos em 16

¹² Em 28 das 49 entrevistas, as respostas foram dadas pelas mulheres e em dois casos o casal respondeu em conjunto. Utilizou-se duas referências de tempo (3 e 5 dias) e, em poucos casos, não se conseguiu informação para todo o período, de modo que os registros foram em média de quatro dias, sem prejudicar o procedimento de análise adotado.

¹³ Marina M. L. Antunes (UFRJ) realizou a sistematização da composição das refeições e o cálculo do EDA.

grupos: cereais; tubérculos; vegetais e tubérculos ricos em vitamina A; vegetais folhosos verde-escuros; outros vegetais; frutas ricas em vitamina A; outras frutas; vísceras; carnes; ovos; peixes e frutos do mar; leguminosas e sementes; leite e derivados; óleos e gorduras; doces e pimentas; condimentos. Posteriormente esses alimentos foram reagrupados unindo os grupos dos vegetais (vegetais e tubérculos ricos em vitamina A, vegetais folhosos verde-escuros e outros vegetais), frutas (frutas ricas em vitamina A e outras frutas) e carnes (vísceras e carnes), resultando num total de 12 grupos alimentares avaliados.

Além disso, como já explicado, ampliou-se o recordatório para até cinco dias por nos parecer mais apropriado avaliar a diversidade das dietas alimentares das famílias sem o evidente viés do que foi consumido em um único dia como sugerido pelo método da FAO. Por isso, o EDA foi calculado agregando os alimentos e preparos mencionados em todos os dias registrados, independente da frequência do consumo de cada um deles, de modo a aferir a diversidade da composição das dietas das famílias num período de tempo significativo, evitando escolhas e eventuais ocorrências nas refeições em um determinado dia da semana.

O critério proposto pela FAO (2010) para calcular o grau de diversidade alimentar das dietas considera que o EDA é baixo quando a família consome até 3 grupos alimentares (cereais, leguminosas e carnes), médio, entre 4 e 5 grupos (cereais, leguminosas, carnes e vegetais) e alto, para 6 ou mais grupos alimentares (cereais, leguminosas, carnes, vegetais, tubérculos, frutas, ovos, leite e derivados, óleo e gorduras, doces e condimentos). A população pesquisada apresentou uma variação de EDA de 3 a 11 grupos alimentares, com a quase totalidade, 47 famílias (96%), apresentando um grau elevado de diversidade alimentar. De modo geral, o consumo de folhosas escuras e frutas de vitamina A é muito pouco expressivo, praticamente desaparecendo no cálculo de média em alguns tipos de família, embora presentes em algumas delas. Nota-se nos grupos das famílias indígenas e pobres um baixo consumo médio de ovos, leite e derivados, se comparadas aos demais grupos. Não obstante, as dietas das duas famílias com diversidade baixa e média (4% do total) não se caracterizam como propriamente “pobres” em termos calóricos e proteicos, pois ao lado das leguminosas e vegetais elas incluem as carnes cujo consumo é, usualmente, considerado como sinal de maior capacidade de acesso aos alimentos. A despeito de sua relevância do ponto de vista nutricional, a aferição do EDA é insuficiente para dar conta da perspectiva da pesquisa de explorar os elos entre práticas

sociais, dietas alimentares e culturas alimentares, debatidos nos próximos tópicos.

Produtos alimentares e preparações nas várias refeições do dia

O segundo procedimento adotado visou considerar os produtos e preparos e estabelecer as relações das dietas com as práticas produtivas das famílias, as características do território em que se encontram e as culturas neles presentes. Nessa perspectiva, serão analisados os resultados da aplicação do recordatório em três dimensões principais: i) diversidade de produtos e preparações; ii) relação entre os dez principais produtos consumidos, a produção na propriedade e a compra fora da propriedade; iii) condição alimentar das famílias.

Várias foram as dificuldades enfrentadas na busca de uma melhor metodologia para refletir quantitativa e qualitativamente a relação entre produtos alimentares x processamento implicado x combinação de alimentos x aspecto nutricional. Uma delas são as várias denominações com que aparece um produto e as diferentes combinações e preparos associados a ele, como no caso significativo da chamada “carne de frango”, de modo que ao contabilizar todas as variações encontradas chegou-se a uma elevada variedade de alimentos e preparações consumidas pelas famílias entrevistadas. Ressalve-se que a maioria dos entrevistados mencionou os principais produtos do preparo alimentar, sem citar todos os componentes das combinações alimentares como temperos e condimentos utilizados, por exemplo, as farinhas, sal, azeites ou óleos. Por fim, alguns produtos e composições podem aparecer de forma genérica, por exemplo, na expressão “verduras, saladas, hortaliças e verdes”, e também de forma específica, como “salada de alface, cenoura, tomate etc.” Constata-se que não há clareza entre os entrevistados sobre tais terminologias, tampouco suas dimensões técnicas agrônomicas ou nutricionais, o que levou à contabilização de todas as variações encontradas. Apesar dessas dificuldades na ponderação dos dados, o caminho analítico seguido trouxe à tona questões também presentes nos Grupos Focais, dando mais robustez aos achados da pesquisa.

O método adotado resultou num total de 297 variedades de produtos alimentares e preparações consumidas pelas famílias entrevistadas. O almoço é a refeição que, em geral, apresenta mais variedade de alimentos e preparações (175), seguida do jantar (142), café da manhã (60), lanche do meio da tarde (49), lanche entre o café da manhã e o almoço (27) e o lanche após o jantar e antes de dormir (3).

Os dez alimentos mais mencionados no *café da manhã* são o pão (76%), café (70%), queijo (41%), chimia (34%), leite (29%), salame

(24%), mel (21%), chimarrão (15%), frutas (15%) e polenta (14%). Comparando o resultado encontrado com os dados do Guia Alimentar brasileiro (2014), chama atenção a reduzida composição com ovos e frutas no café da manhã, mas se confirma a destacada presença do leite, café, pães e queijo. O consumo de preparações à base de cereais minimamente processados está presente na polenta, preparo considerado típico na região. Acrescente-se ainda o salame, alimento processado frequente nesta refeição.

Os dados referentes ao *almoço* apontam, em sua maioria, produtos *in natura* ou *minimamente processados*. Um primeiro destaque deve ser dado ao consumo de carnes de origem variada (gado, porco, frango/galinha e ovelha) e em diferentes formas de preparo (cozida, frita, assada, churrasco, empanada, recheada, molhos, sopa), sendo os produtos mais presentes na alimentação dos entrevistados, em 139 ocasiões (75% dos almoços registrados). Em muitas oportunidades, os entrevistados mencionaram a carne de forma genérica, havendo registro como carne de gado em 25 ocasiões (13%), carne bovina em 8 (4%), carne de porco em 22 (12%), carne de frango em 43 (23%) e galinha em 14 (7%). A carne de peixe foi citada em apenas 2 momentos (1%). Outro produto expressivo na dieta local é a massa, ou macarrão, que aparece em 49 ocasiões (26%); a mandioca em 45 (24%), na preparação cozida, com bacon, frita, purê e na maionese. Destaca-se ainda no almoço o acompanhamento da polenta, da batata e do pão.

Há variações na região de Chapecó em relação à ampla presença de arroz e feijão na refeição brasileira revelada pelo Guia Alimentar (Idem). Entre os 187 registros relativos ao almoço, o arroz esteve presente em 55% das ocasiões (50% na preparação de arroz sozinho, 4% na composição de risoto e 1% na composição de carreteiro). O feijão é mencionado em 87 momentos (47%), feito sozinho, seguido pelo preparo na sopa de feijão (com massa, a chamada minestra) e virado de feijão (com farinha de mandioca). A composição arroz + feijão somente ocorre em 73 ocasiões (39%) dos almoços dos entrevistados, portanto, em menos da metade dos registros, proporção menos expressiva que a apontada pelo Guia Alimentar para o conjunto da população brasileira. Observe-se, porém, que os registros incluem os almoços aos sábados e domingos, dias da semana em que o feijão não estava tão presente em face da refeição habitual à base de churrasco, maionese e mandioca, entre outras composições.

Outro contraste com os hábitos da população brasileira em geral, apontados pelo Guia Alimentar, está na presença importante de verduras e legumes na composição do almoço das famílias entrevistadas, sendo mencionados em 137 ocasiões (73%), com destaque para a alface (31%) e tomate (12%). Pepino e vagem são mencionados

em quatro momentos na forma “em conserva”, isto é, legumes com algum processamento que podem conter quantidade elevada de sódio, enquanto a maioria dos demais produtos citados são consumidos crus em saladas ou em preparações cozidas ou refogadas. O consumo de suco aparece em 24 ocasiões (13%), sendo o momento em que se consomem frutas, mas apenas na forma de suco (abacaxi, laranja, limão, maracujá, maracujá e cenoura e pêssego). O consumo de doces foi muito pouco mencionado, sendo apenas três preparações citadas: pudim, sagu e torta de bolacha. São referidos canjica e bolo, mas não está claro se são na preparação doce ou salgada.

No *jantar* as famílias agrícolas entrevistadas consomem produtos já citados no café da manhã e no almoço. Os produtos mais mencionados são o pão e o café, seguidos pelas saladas (alface, beterraba, cenoura, chuchu, couve, pepino, quiabo, repolho e tomate) e carnes (bovina, de gado, de galinha, de porco, frita, moída, suína, no carreteiro, bife, à milanesa, ao molho, recheada, à milanesa, no pastel, recheada, no risoto e na sopa).

O *lanche* mais usual é no período da tarde, entre o almoço e o jantar, seguido do lanche da manhã e o da noite. É muito pouco frequente entre os entrevistados realizar lanche após o jantar. Apenas em dez ocasiões houve menção a ele quando basicamente foi consumido um copo de leite, um iogurte ou consumida uma banana. Aliás, a banana é a única fruta que está presente em praticamente todas as refeições do dia, com exceção do almoço.

Cabe um último e especial registro ao domingo, pois é o dia mais atípico em relação à dieta alimentar das famílias agrícolas entrevistadas. O domingo tradicional no Oeste Catarinense, assim como em muitas partes do Sul do Brasil, tem o churrasco como refeição principal no horário do almoço, acompanhado de salada de alface e/ou tomate, mandioca e salada de maionese. Das 43 famílias cujo recordatório incluía as refeições em um domingo, 22 famílias indicaram o consumo de churrasco (dos mais variados tipos e cortes de carne, incluindo gado, suíno-porco, frango e ovelha), 21 famílias mencionaram consumir salada (com destaque para a alface e o tomate), 17 famílias disseram consumir mandioca e 11 famílias disseram consumir salada de maionese (salada de batata com maionese caseira). A bebida mais citada como acompanhamento é a cerveja (5 famílias), seguida por refrigerantes (4 famílias) e sucos (mencionados por 3 famílias).

Multilocalização e fontes dos alimentos

Considerando a tipologia de famílias adotada na pesquisa, identifica-se que não existe uma variação muito significativa entre a média de produtos e preparos alimentícios entre as famílias multilocalizadas e as

famílias monolocalizadas. A variação mais expressiva em termos de diversidade da dieta ocorre entre os agrupamentos das famílias conforme a segunda tipificação que orienta a pesquisa. Assim, verifica-se que os entrevistados membros das famílias indígenas apresentam a menor média de produtos e preparações (15), seguidos pelos entrevistados membros das famílias pobres (16). Os entrevistados membros das famílias que participam de circuitos curtos-produtores de agroindústrias (formais e informais) são aqueles que apresentam uma maior média (27), seguidos pelos entrevistados membros de famílias com integração, produção convencional (25) e demais famílias atuantes em circuitos curtos (21).

De modo geral, os produtos alimentares e as preparações mencionadas pelos entrevistados são muito similares. Analisando os cinco principais produtos consumidos por cada categoria de família nas três refeições principais, a saber, café da manhã, almoço e jantar, identificou-se que no café da manhã os indígenas consomem pouca quantidade de derivados de leite; entre os pobres é frequente a menção ao hábito de “não tomar café da manhã”; e entre os demais grupos é frequente a variedade de produtos no café da manhã e derivados de leite. No almoço, na maioria das famílias, foi referida uma variedade significativa de produtos e preparos, sobretudo as saladas ou verduras, sendo o consumo de suco de frutas “natural” frequente entre as famílias, com exceção das famílias indígenas. De noite, grande parte das famílias menciona o consumo do “resto do almoço” e muitos indicam consumirem uma composição semelhante ao café da manhã (café, leite, pães etc.).

Na pesquisa não foram agregadas as famílias conforme origem étnica, portanto, não é possível fazer afirmações nesta direção. Entretanto, ao longo do trabalho identificou-se menção ao consumo de preparados a partir da farinha de trigo, tais como o *grostoli* (regionalmente chamado de *cueca virada*), o *tortei* (massa e recheio de abóbora), a *lasanha* (com massa caseira e carne de galinha) e o pão. Conforme Tonezer *et al.* (2018), o trigo veio a ser plantado, colhido e manufaturado na região depois da chegada dos imigrantes, sobretudo os italianos e alemães, que trouxeram consigo as técnicas de moinhos. Destacam as autoras que os migrantes também tinham o hábito do consumo de cereais como o milho e trigo, hortaliças, tomate e feijão, com destaque para a tradicional *minestra* (sopa de feijão), bem como a *polenta* e a *broa*, ambas de milho, assim como os ovos, carne de frango e porco, já que a carne bovina era consumida em datas especiais.

Na pesquisa também são associados os tradicionais hábitos dos imigrantes italianos como o consumo de *polenta “brustolada”*, o *risoto de galinha*, a *salada de radite com bacon*, a *fortáia* (mistura de salame, ovos e queijo), o *agnoline*, o *nhoque* (de batata ou de massa) e a *macarronada*. Os hábitos alimentares de origem da colonização alemã na região, também

estudadas por Tonezer *et al.* (2018), se verifica na menção ao consumo do repolho, couve folha, batata inglesa, banha de porco, leite, carne de porco, salame e chimia. A abóbora, batata-doce, mandioca, milho e feijão, produtos frequentes nas refeições estudadas, são tradicionalmente associados aos hábitos alimentares dos caboclos e indígenas, assim como o consumo de chimarrão, chás e revirado de feijão no café da manhã. Conforme Gielda (2009), o costume de comer revirado pela manhã era comum entre as famílias de caboclos, sendo considerada uma “comida de substância”. Entre os produtos e preparações associadas aos hábitos sulistas, ou “gaúchos”, destaca-se a menção à salada de batata com maionese caseira, a cuca, o carreteiro e o churrasco de cortes variados de carnes, bem como o chimarrão.

A partir dos resultados da pesquisa arriscou-se dizer que em uma cesta de alimentos típica da população de Chapecó e região terá no café da manhã pão, café, queijo, chimia, leite, salame, mel, chimarrão, frutas (sobretudo da época) e polenta. O almoço implicará um preparo de carne de frango, salada de alface, arroz, feijão, massa ou macarrão, mandioca cozida, suco e polenta, podendo ainda acompanhar uma batata-doce ou batata inglesa e pão. E no jantar haverá pão, café com leite (ou café preto), salada de alface, um preparado com carne de frango, arroz, feijão e queijo.

Ao se relacionar os produtos consumidos e os produzidos na propriedade, constata-se menções genéricas a frutas do pomar e, especificamente, ao abacate, abacaxi, acerola, ameixa, amora, banana, bergamota, caqui, cítrus (laranja), figo, goiaba, jabuticaba, lima, mamão, maracujá, melancia, mexerica, morango, pêssego, pera, ponkan e uva. Elas representam 99 menções, em média 2 variedades de frutas/família. Os cinco produtos mais mencionados foram: cítrus (laranja) 15 (31%); banana 11 (22%); frutas 10 (20%); pêssego 8 (16%); mamão 6 (12%). Entre os “verdes”, de forma genérica são mencionadas as saladas, verduras/folhosas, folhas, horta, hortaliças. De modo específico são citados agrião, alface, almeirão, brócolis, chicória, couve, couve-flor, espinafre, radite, repolho, rúcula, cebolinha, tempero, tempero verde. Foram 73 menções, em média 1 variedade de salada/família. Os cinco produtos mais citados foram: alface 14 (29%); repolho 10 (20%); salada 7 (14%); couve 6 (12%); horta 6 (12%).

A referência genérica às carnes se desdobra em menções a aquicultura, aves, bovino, bovino de corte, caça, carne de gado, carne suína, carne de terneiro, ovinos, ovinos-caprinos, peixes, peru, suíno. Resultando em 124 menções, em média 3 variedades de carne/família. Os cinco produtos mais citados foram: aves 39 (80%); suínos 35 (71%); bovinos 33 (67%); peixes 15 (31%); demais 3 (6%). Os legumes referidos de forma genérica implica menção a abóbora, abobrinha, batata/batatinha, batata-doce, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, ervilha, mandioca, moranga, pepino,

pimentão, quiabo, tomate, tomate cereja e vagem, indicando 125 menções, em média 3 variedades de legumes/família. Os cinco produtos mais mencionados foram: mandioca 41 (84%); batata-doce 30 (61%); abóbora 13 (27%); cenoura 6 (12%); chuchu 5 (10%).

Outros produtos citados como produzidos nas propriedades chegam a 165 menções, em média 3 variedades de outros produtos/família. Os produtos mais referidos foram: feijão 27 (55%); leite 23 (47%); milho 23 (47%); ovos 22 (45%) e plantas medicinais 21 (43%). Outros exemplos foram o açafrão, amendoim, arroz, cana-de-açúcar, cúrcuma, erva-mate, fava, hibisco, lenha-carvão, mel, milho crioulo, milho-pipoca, ovos, pinhão, trigo etc. Também são mencionados em porção pouco expressiva o açúcar mascavo (citado por uma família) e o queijo (citado por cinco famílias). De modo geral, os dados evidenciam que muitos dos produtos e matérias-primas para as preparações consumidas diariamente pelas famílias pesquisadas são também produzidos nas propriedades, sendo fonte de segurança alimentar das famílias, dado o papel importante da produção para o autoconsumo. Destacam-se os casos da carne de aves, alface e mandioca.

Quando questionados sobre compras de alimentos nos mercados da comunidade ou da cidade próxima, a maioria dos entrevistados cita a compra de farinha de trigo e farinha de milho (43 famílias - 88%), açúcar (33 famílias - 67%), arroz (26 famílias - 53%), café (23 famílias - 47%), sal (23 famílias - 47%), erva-mate (16 famílias - 33%), carnes de diferentes animais (15 famílias - 31%), produtos de higiene e limpeza (11 famílias - 22%), azeite (9 famílias - 18%), óleo/óleo de soja (9 famílias - 18%) e feijão (8 famílias - 16%). É possível que as farinhas (de milho e trigo) e o fermento sejam destinados para a elaboração de massas, pão e polenta, preparações mencionadas em grande parte das refeições das famílias, entre outros produtos referidos como a cuca, o grostolli, massa de lasanha etc. O açúcar, o arroz, o café, a erva-mate são também produtos que aparecem como mais consumidos nas refeições. O sal e o óleo e o azeite são componentes essenciais das inúmeras preparações das famílias desde o café, lanches, almoço e jantar, e mesmo não tendo sido mencionados nas refeições, estão subentendidos.

Foram citadas compra de refrigerantes (12,24%), salame (12,24%), massa/massa pronta/macarrão (12,24%), batata inglesa/batatinha (10,20%), leite (8,16%), frutas (e maçã) (8,16%), fermento (6,12%), ovos (6,12%), queijo (6,12%), banha de porco (4,08%), cerveja (4,08%), leite condensado (4,08%), e menos de 2% segue a menção a bolachas, cachaça (para fazer bolinho), condimento para fazer sobremesa, creme de leite, enlatados, gelatina, iogurtes etc. Assim, o refrigerante é o alimento industrializado mais mencionado entre os adquiridos fora da propriedade, indicado por seis famílias, sendo cinco multilocalizadas.

Contata-se que, de modo geral, todas as categorias de famílias pesquisadas produzem uma variedade importante de alimentos para o autoconsumo, mesmo entre aquelas famílias que apresentam uma média menor de produtos e preparações consumidas como as famílias indígenas. As famílias dos circuitos curtos e agroindústrias apresentam, em média, mais variedade de produtos consumidos, mais variedade de produtos produzidos e menos quantidade de produtos adquiridos fora da propriedade, nesta sequência 27-16-5 produtos. Logo estão as famílias de integrados (25-15-7 produtos), convencionais (25-11-10 produtos), circuitos curtos – demais produtores (21-7-12 produtos), pobres (16-12-5 produtos) e indígenas (15-15-6 produtos).

Segurança alimentar e nutricional e alimentação adequada

Neste tópico é apresentado, inicialmente, um indicador da percepção das famílias agrícolas entrevistadas sobre sua própria condição em termos de insegurança alimentar e fome, com base na aplicação da Escala Brasileira de Segurança Alimentar (Ebia). Instrumento já consagrado internacionalmente, adaptado e validado no Brasil (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011), a Ebia tem sido aplicada desde a escala nacional em levantamentos periódicos pelo IBGE (IBGE, 2014) até o âmbito de estudos com populações determinadas (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009; MEDEIROS *et al.*, 2017; SILVA *et al.*, 2017). A Ebia consiste numa escala de medida direta da percepção de insegurança alimentar e fome em nível domiciliar enraizada na experiência de vida, refletindo a crescente ênfase em medidas subjetivas com o uso de escalas psicométricas, contudo, conforme alertam Kepple e Segall-Corrêa (2011), se aplicada isoladamente a escala não é adequada para medir a complexidade de um fenômeno multidimensional e interdisciplinar como a SAN.

Recorrendo à versão da Ebia referendada por pesquisadores e utilizada pela IBGE (2014) que consiste num elenco de 14 perguntas, diferenciando famílias nas quais há a presença de menores de 18 anos. Sendo de fácil aplicação, ela pode ser inserida nos instrumentos de coleta de informações de vários tipos de pesquisas (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011), procedimento adotado neste estudo com a inclusão das perguntas respectivas como anexo do questionário aplicado junto às famílias agrícolas. A Ebia classifica os domicílios em condição de segurança alimentar quando seus moradores tiveram acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e sequer se sentiam na iminência de sofrer qualquer restrição no futuro próximo. Já a condição de insegurança alimentar pode se dar em três graus. Os domicílios com ‘insegurança alimentar leve’ são aqueles nos quais foi detectada alguma preocupação com a quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis. Nos domicílios com ‘insegurança alimentar moderada’ os moradores conviveram, no

período de referência, com a restrição quantitativa de alimento. Os domicílios com 'insegurança alimentar grave', além dos membros adultos, as crianças, quando houver, também passam pela privação de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais grave, a fome (IBGE, 2014).

Os resultados da aplicação da Ebia para as 49 famílias agrícolas entrevistadas no primeiro semestre de 2018 indicam que na grande maioria dos domicílios (86%) a percepção é de se encontrar em segurança alimentar, tendo sido identificados poucos casos de insegurança alimentar leve (12%, sendo 4 famílias pobres e 2 indígenas), apenas um caso de insegurança alimentar moderada (2%, sendo 1 família pobre), e nenhum domicílio na condição de insegurança alimentar grave. Esse resultado é superior à última média nacional divulgada pelo IBGE referente a 2013, quando 77,4% domicílios declararam-se em segurança alimentar, 14,8% em insegurança alimentar leve, 4,6% moderada e 3,2% grave (IBGE, 2014). Contudo, quando se considera a tipologia de famílias adotada e a incidência da insegurança alimentar é calculada como proporção da amostra de cada categoria, os resultados não são tão positivos: das 4 famílias indígenas entrevistadas, 2 vivem em insegurança alimentar leve; das 9 famílias pobres entrevistadas, 4 famílias apresentam insegurança alimentar leve e 1 o nível moderado. Em ambos os casos, portanto, a presença de algum nível de insegurança alimentar corresponde a mais de 50% dos entrevistados.

Essa discrepância pode ter sido um pouco reduzida por uma melhoria do indicador nacional nos cinco anos que separam os dois levantamentos, porém é possível afirmar que ela se explica em grande medida por se tratar de amostra intencional cujo critério priorizou a condição de famílias agrícolas em suas várias modalidades, além do fato de a região Sul do país costumeiramente apresenta indicadores socioeconômicos melhores do que a média nacional.¹⁴ Embora a amostra contemplasse domicílios com famílias consideradas pobres pelos critérios do Programa Bolsa Família, outro deveria ser seu desenho caso estivesse voltada ao objetivo, nada óbvio, de identificar condições de extrema vulnerabilidade social numa região diferenciada quanto às condições socioeconômicas de sua população.

Os dados levantados com as famílias com ISAN leve e moderada permitem identificar que entre os produtos consumidos pelas famílias, parte deles é produzida na propriedade. Observa-se também que as famílias indígenas com ISAN leve mencionam menor variedade de produtos produzidos nas propriedades (aves, açafrão, banana, batata-

¹⁴ Os dados para a região Sul desse mesmo levantamento em 2013 constataram 85,1% de domicílios em segurança alimentar, 10,5% em insegurança alimentar leve, 2,5% moderada e 1,9% grave (IBGE, 2014).

doce, cítrus, hibisco, frutas, ovos, mamão, mandioca, plantas medicinais, salada, suínos e verduras) em comparação com as famílias pobres com ISAN leve (alface, amendoim, aves, batata-doce, bovino, couves, couve-flor, feijão, frutas, caqui, cítrus (laranja), hortaliças, leite, mandioca, mel, milho, milho-pipoca, ovos, plantas medicinais, pinhão suínos, verduras e repolho). A família em condição moderada menciona produzir uma variedade significativa de produtos, a saber: abobrinha, amora, aves, banana, bergamota, bovino leite, chuchu, cítrus (laranja), feijão, figo, mamão, mandioca, melancia, milho, ovos, pera, plantas medicinais, repolho, verduras folhosas.

Considerações finais

A título de observações finais, serão retomados alguns dos “achados” da abordagem adotada pela pesquisa e extraídas implicações nos limites do método empregado. Inicialmente, buscou-se caracterizar o contexto geral em que se inserem as famílias agrícolas em termos dos fatores determinantes e tendências gerais dos hábitos alimentares da população de uma região com antiga e ainda importante tradição rural, porém polarizada por uma cidade (Chapecó) de tamanho médio, razoável complexidade urbana e integrada em processos e fluxos nacionais e internacionais relevantes para o tema alimentar. Apesar da predominância das dinâmicas urbanas e dos agentes privados de maior porte, foi possível comprovar a importância da inter-relação entre o urbano e o rural na alimentação das populações que vivem em ambas as áreas, uma via de mão dupla que preserva antigos e forma novos hábitos alimentares, além de constituir fonte de provisão de alimentos na forma de compras, trocas e compartilhamentos.

Destacam-se como principais canais dessa inter-relação urbano-rural os laços intrafamiliares e outros elos de sociabilidade, e a proximidade campo-cidade que facilita tanto o acesso a equipamentos urbanos (como os supermercados) pelos habitantes da área rural quanto o exercício de atividade comercial pela agricultura familiar (em feiras e outras formas de comercialização). Claro que essas são características que podem ser encontradas em muitas outras localidades,¹⁵ mas não há dúvida quanto ao fato de elas serem dependentes de um entorno rural com presença ainda significativa de produção agroalimentar de base familiar e diversificada. Essa conexão pode se desfazer em face da tendência em direção a uma agricultura com maior especialização e escala conectada com circuitos nacionais e internacionais, perdendo-se o potencial sinérgico da

¹⁵ Veja-se a abordagem sobre as dimensões de dádiva, sociabilidade e identidade da circulação de alimentos (não apenas intrafamiliar), em localidades no Rio Grande do Sul em Marques *et al.* (2007).

proximidade física entre produtores e consumidores que demanda, ademais, ação pública para se efetivar (MALUF, 2004).¹⁶

As informações coletadas com os três instrumentos de pesquisa (grupos focais, entrevistas e questionário com as famílias agrícolas) comprovam, portanto, as profundas transformações nas práticas alimentares das famílias e indivíduos que habitam tanto a área urbana quanto a rural. Lembre-se o sentido amplo do conceito de práticas alimentares aqui empregado que incorpora as escolhas e estratégias das famílias relacionadas com sua alimentação. As referidas transformações nas práticas constituem fenômeno bastante ressaltado, ainda que persistam desafios analíticos relevantes. As informações da pesquisa não permitem realizar um balanço da condição alimentar e nutricional das famílias agrícolas e os principais fatores que a determinam, sendo necessário buscar suporte em bases de dados secundários. Esse é o caso, por exemplo, da avaliação da amplitude já atingida pelas repercussões dos hábitos alimentares na saúde da população rural em face das muitas referências ao aumento de problemas de saúde no campo, tais como sobrepeso, obesidade, doenças coronarianas etc.

Foi possível extrair da pesquisa de campo informações preciosas sobre a composição das refeições, estratégias de obtenção dos alimentos e grau de diversidade alimentar das famílias entrevistadas. A aplicação da metodologia de cálculo proposta pela FAO restrita aos grupos de alimentos resultou em escore de diversidade alimentar elevado para a quase totalidade das famílias entrevistadas, porém, quando elas são diferenciadas segundo a tipologia das famílias adotada pela pesquisa, carências de alguns grupos de alimentos são observadas nas famílias pobres e indígenas.

A perspectiva de especificar os produtos alimentares e preparações que compõem essas refeições e correlacioná-los com aspectos culturais, territoriais e socioeconômicos resultou em extenso trabalho de sistematização de um conjunto grande de informações que revelou os produtos e preparos alimentares mais comuns entre as famílias entrevistadas, os comportamentos alimentares cotidianos e os produtos adquiridos fora da propriedade ou produzidos e processados dentro da propriedade. Ficaram evidenciadas importantes variações entre as categorias de famílias, porém, apesar da grande diversidade da produção e consumo alimentar, esta variação é maior entre as famílias inseridas em circuitos curtos e com pequenas agroindústrias, confirmando que a diversidade do consumo alimentar das famílias agrícolas está diretamente associada à diversidade de práticas produtivas, de processamento e de

¹⁶ Friedman (2016) desenvolve um exercício de aplicação da noção de soberania alimentar em âmbito local centrado nas relações mantidas pelas cidades com o seu entorno rural, na região de Ontário (Canadá).

relações comerciais por elas mantidas. Notou-se na região de Chapecó frequência acima da média nacional no consumo de frutas e verduras nas dietas das famílias agrícolas em virtude das heranças culturais próprias da região e também pela disponibilidade e fácil acesso a estes produtos, parte deles por produção própria.

A relevância da condição de família multi ou monolocalizada nas práticas alimentares tem relação com o papel dos laços intrafamiliares, por um lado complementando a alimentação com preservação de hábitos dos familiares que residem na área urbana e obtêm periodicamente alimentos na UAF (carnes, queijos e hortícolas). Por outro lado, como portadores de novos hábitos nesses mesmos encontros periódicos com os familiares residentes na área rural (refrigerante, alimentos industrializados e ultraprocessados).

A importância da produção para autoconsumo na alimentação das famílias agrícolas ficou também suficientemente destacada. Ressalte-se o efeito indireto de estímulo à produção para autoconsumo derivado da inserção mercantil dos agricultores familiares baseada em produtos da própria dieta alimentar da família (típicos, artesanais ou naturais). Relação de complementaridade e fortalecimento recíproco que se converteria em competitiva e excludente nas estratégias de especialização.

Por fim, embora não integre o escopo da abordagem aqui apresentada, cabe mencionar o papel de um conjunto de ações e políticas públicas que, na opinião dos entrevistados, promove a alimentação saudável e adequada no município de Chapecó, apesar de fragmentado em sua atuação. A fragilidade da integração intersetorial das ações relacionadas com a alimentação e nutrição constitui diagnóstico com aplicação generalizada nos âmbitos municipal, estadual e nacional no Brasil. Contudo, contraste ficou sugerido entre a atuação municipal em Chapecó e outros municípios com a do governo estadual. Mais grave pelo que denuncia é a observação sobre o acobertamento do tema da pobreza num contexto sociopolítico em que o “preconceito contra a pobreza” coexiste com importantes redes solidárias. A propósito, a participação social nas políticas públicas – um dos antídotos a tais “invisibilidades” – é avaliada como baixa e frágil nos Conselhos em geral e também no Conselho Municipal de SAN. Nesse ponto, caberia futura investigação, já que a percepção de que há dinamismo da sociedade civil em Chapecó parece ter pouca repercussão na agenda da soberania e da SAN, tema ausente das organizações e movimentos sociais para além daquelas que lidam com agricultura familiar e nutrição.

Referências bibliográficas

- BORJES, L. C.; PAGLIARINI, G.; RODRIGUES, M. H. Consumo de saladas de vegetais em restaurantes por peso no centro de Chapecó/SC. *Nutrição Brasil*, v. 14, n. 2, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira/MS*, 2. ed., 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN. *Mapeamento dos desertos alimentares no Brasil*. Estudo técnico. Brasília, MDS/CAISAN, 2018. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/noticias/arquivos/files/Estudo_tecnico_mapeamento_desertos_alimentares.pdf. Acesso em: 20 mai. 2019.
- CASTRO JR., P. C. P. *Ambiente Alimentar Comunitário medido e percebido: descrição e associação com Índice de Massa Corporal de adultos brasileiros*. 2018. 176 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Pós-graduação em Epidemiologia em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/27009>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- CIGOGNINI, C.; PIANA, A. P.; SANTOS, J. D.; BONAMIGO, I. M. A feira de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó: uma alternativa ao processo hegemônico de globalização no mundo contemporâneo? *In: Ruralidades - Urbanidades: Potencialidades e Desafios para o Desenvolvimento*, abr. 2019, Chapecó. *Anais...* Chapecó: Argos, 2019.
- CONTRERAS, J.; GRACIA, M. *Alimentação, Sociedade e Cultura*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 109-146.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. Comida de verdade no campo e na cidade. *In: Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*, 5., 2015, Brasília. *Anais...* Brasília: CONSEA, 2015.
- CORONA, H. M. P.; VASQUES, S. T. V.; GODOY, W. I. Dinâmicas socioeconômicas dos feirantes agricultores familiares de Chapecó (SC). *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 1, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10532>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. *Guidelines for measuring household and individual dietary diversity*. Roma: FAO, 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i1983e.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- FISCHLER, C. *El (H)omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1985.
- FOSSÁ, J. L.; BADALOTTI, R. M. Feiras Livres da agricultura familiar: desafios e oportunidades no município de Chapecó-SC. *In: International*

- Conference on Agriculture and Food in an Urbanized Society, 3., 2018, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2018.
- FRIEDMAN, H. Food sovereignty in the Golden Horseshoe region of Ontario. In: WITTMAN, A.; DEMARAIS, A. A.; FIELDS, D. (Eds.). *Food sovereignty in Canada - creating just and sustainable food system*. Halifax/Winnipeg: Fernwood Publishing, 2016. p. 169-189.
- FUJITA, C. Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste de catarinense. *GEO UERJ*, v. 1, n. 24, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/6918>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2017.
- GIELDA, M. F. A comida como traço étnico da cultura cabocla no limiar do século XXI. *Revista Grifos*, v. 18, n. 26, p. 17-30, 2009. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/656>. Acesso em: 20 mai. 2019.
- GOODMAN, D.; DUPUIS, E. M.; GOODMAN, M. K. *Alternative food networks: knowledge, place and politics*. Londres: Routledge, 2012.
- HABTE, T.; KRAWINKEL, M. Dietary Diversity Score: a measure of Nutritional Adequacy or an indicator of Healthy Diet? *Journal of Nutrition and Health Sciences*, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <http://www.annexpublishers.co/articles/JNH/3303-Dietary-Diversity-Score-A-Measure-of-Nutritional-Adequacy-or-an-Indicator-of-Healthy-Diet.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Cidades@Brasil, Santa Catarina, Chapecó. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>. Acesso em: 20 mai. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*. Estudos e pesquisas, n. 11. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Segurança Alimentar 2013*. Rio de Janeiro, IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.
- KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100022. Acesso em: 18 mar. 2019.
- LUZ, L. F.; MALUF, R. S. Social participation in political spaces and the valuing of culture as empowering resources to promote access to quality

- food in Brazil. *Revue Internationale des Études de Développement*, n. 237, p. 115-136, 2019.
- MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2061/2443>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- MALUF, R. S. A política de abastecimento, a soberania e a segurança alimentar e nutricional. In: CONAB. *Agricultura e abastecimento alimentar: políticas públicas e mercado agrícola*. Brasília: CONAB, 2009. p.109-120 .
- MARQUES, F. C.; MENASCHE, R.; TONEZER, C.; GENESSINI, A. Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: MENASCHE, R. (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 154-176.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MEDEIROS, A. R. C.; LIMA, R. L. F. C.; MEDEIROS, L. B.; TRAJANO, F. M. P.; SALERNO, A. A. P.; MORAES, R. M.; VIANNA, R. P. T. Insegurança alimentar moderada e grave em famílias integradas por pessoas vivendo com HIV/Aids: validação da escala e fatores associados. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 22, v. 10, p. 3353-3364, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021003353. Acesso em: 18 mar. 2019.
- MENASCHE, R. (Org.). *Saberes e sabores da colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- OGECHI, U. P.; CHILEZIE, O. V. Assessment of Dietary Diversity Score, Nutritional Status and Socio-demographic Characteristics of Under-5 Children in Some Rural Areas of Imo State, Nigeria. *Mal Journal of Nutrition*, v. 23, n. 3, p. 425-435, 2017.
- PEREZ-CASARINO, J.; TRICHES, R. M.; BACCARIN, J. G.; TEO, C. R. P. A. (Orgs.). *Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais*. Chapecó: Editora da UFFS; Praia: Editora da UNICV, 2018. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/editora-uffs/abastecimento-alimentar-redes-alternativas-e-mercados-institucionais. Acesso em: 20 mai. 2019.
- POZZEBOM, L.; LUDTKE, R. C.; RAMBO, A. G.; GAZOLLA, M. Repercussões territoriais das feiras de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó/SC: considerações sobre a SAN e o autoconsumo dos agricultores familiares. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 7., 2015, Santa Cruz do Sul. *Anais...* Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015. Disponível em: <http://online.unisc.br/>

- acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13278. Acesso em: 18 mai. 2019.
- POULAIN, J. P. *Sociologias da alimentação*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- POULAIN, J. P. (Dir.). *Dictionnaire des cultures alimentaires*. Paris: Presses Universitaires de France, 2012.
- RATHNAYAKE, K. M.; MADUSHANI, P.; SILVA, K. Use of dietary diversity score as a proxy indicator of nutrient adequacy of rural elderly people in Sri Lanka. *BMC Research Notes*, v. 5, n. 469, 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3470944/>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- SCHUBERT, M. N. *Comer fora de casa, as práticas e as rotinas alimentares nos contextos da modernidade: uma leitura comparada entre Brasil, Reino Unido e Espanha*. 2017. 304 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179504>. Acesso em: 20 mai. 2019.
- SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A Segurança Alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 2, p 1-19, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634782>. Acesso em 25 abr. 2019.
- SILVA, E. K. P. *et al.* Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 4, p.1-14, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2017000405013&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 9 abr. 2019.
- TONEZES, C.; AMARAL, M. N.; CERVINI, S. F. M.; MARTINAZZO, M. R. Identidade gastronômica: patrimônio imaterial do oeste catarinense/Gastronomic identity: immaterial heritage of the catarinense west. *Geografares*, n. 25, p. 238-262, 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/download/17619/13741>. Acesso em: 5 mai. 2019.
- VASQUES, S. T. *Dinâmicas socioeconômicas na prática dos feirantes agricultores familiares de Chapecó – SC*. 2016. 93 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1746>. Acesso em: 25 abr. 2019.

WALKER, R. E.; KEANE, C. R.; BURKE, J. G. Disparities and access to healthy food in the United States: a review of food deserts literature. *Health & Place*, v. 16, n. 5, p. 876-884, 2010. Disponível em: <https://www.science-direct.com/science/article/pii/S1353829210000584>. Acesso em: 15 mai. 2019.

WARDE, A. *The practice of eating*. Cambridge: Polity Press, 2016.

WARDE, A. Consumption and theories of practice. *Journal of Consumer Culture*, v. 5, n. 2, p. 131-153, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1469540505053090>. Acesso em: 5 mai. 2019.

MALUF, Renato Sérgio; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. Antigos e novos hábitos na alimentação de famílias agrícolas de Chapecó e região. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 48-77, fev. 2020.

Resumo: (*Antigos e novos hábitos na alimentação de famílias agrícolas de Chapecó e região*). O texto apresenta os resultados de pesquisa de campo sobre práticas alimentares de famílias agrícolas selecionadas na região de Chapecó (SC), ressaltando a combinação entre a preservação de antigos e introdução de novos hábitos alimentares e seus principais determinantes, num contexto de estreita relação urbano-rural. Analisa também o grau de diversidade das dietas alimentares e as fontes dos alimentos consumidos com base em extensa coleta de informações, e a percepção das famílias entrevistadas sobre sua segurança alimentar e nutricional. Entre os “achados” da pesquisa destacam-se significativas modificações nos hábitos alimentares das famílias agrícolas entrevistadas, elevado grau de diversidade das dietas, importância das relações urbano-rural, em especial, dos elos intrafamiliares em relação com o fenômeno da multilocalização familiar.

Palavras-chave: práticas alimentares; hábitos alimentares; famílias agrícolas; segurança alimentar e nutricional.

Abstract: (*Old and new eating habits of agricultural families from Chapecó and surrounding areas*). The paper presents the outcomes of a field research on food practices of selected agricultural families in the region of Chapecó (SC), emphasizing the combination between preservation of old and introduction of new eating habits and their main determinants, in a context of narrow urban-rural links. It also analyzes the degree of diversity of diets and sources of food based on extensive data collection,

and interviewed families' perceptions of their food and nutrition security. Among the findings of the research we highlight significant changes in the eating habits of the interviewed agricultural families, high degree of diversity of diets, importance of urban-rural links, especially of intra-family ties in relation to the phenomenon of multi-locational families.

Keywords: food practices; eating habits; agricultural families; food and nutrition security.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Catia Grisa¹ 
Andréia Tecchio² 
Leticia Andrea Chechi³ 
Eric Sabourin⁴ 

As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: a ação pública na busca e na crítica à modernidade

DOI: 10.36920/esa-v28n1-4

Introdução

Embora com uma trajetória “tardia de incorporação à economia nacional” (CORAZZA, 2016, p. 1), a região do Oeste de Santa Catarina tem passado por intensas mudanças, sobretudo desde a década de 1950, quando o setor agroindustrial começou a despontar como importante atividade econômica. De uma região relativamente isolada da economia nacional, passamos a uma região moderna (GIDDENS, 1991), mergulhada em relações capitalistas, embasada na ciência e na tecnologia, e articulada e influenciada por dinâmicas globais. Com efeito, Mior (2005, p. 78) caracteriza a região como “polo de inovação tecnológica na área de produção e industrialização de suínos e aves, berço das maiores empresas do setor de carnes e derivados do Brasil, modelo de articulação que possibilita a incorporação socioeconômica da produção familiar”. Por sua

¹ Professora nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: catiagrisaufrgs@gmail.com.

² Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC). E-mail: deiatecchio@yahoo.com.br.

³ Doutorado em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Professora colaboradora no Centro de Ciências Agroveterinárias da Universidade do Estado de Santa Catarina (CAV/UDESC). E-mail: leticia.chechi@udesc.br.

⁴ Doutorado em Antropologia e Etnologia pela Université de Paris VII, França. Pesquisador titular em Antropologia e Sociologia Rural do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement - CIRAD, Umr ART-Dev, MUSE. E-mail: eric.sabourin@cirad.fr.

vez, Dorigon e Renk (2011) afirmam que se trata do maior complexo agroindustrial de derivados de suínos e aves da América Latina.

Este processo foi fruto do protagonismo e empreendedorismo dos atores sociais e também da “mão visível” da “ação pública”, entendida como o “conjunto de efeitos, não necessariamente previsíveis e coerentes, resultantes de interações entre instituições interdependentes, entre os agentes dessas instituições e uma quantidade de atores sociais interessados pelas decisões políticas” (LAGROYE; FRANÇOIS; SAWICKI, 2002, p. 501). Mais do que o Estado isolado,⁵ foram as interações entre vários sujeitos (Estado, sociedade civil e mercado), e em vários níveis (nacional, estadual e municipal), que integraram a região à modernidade. A pluralidade de atores, a fragmentação dos lugares de poder e as interações (mais ou menos conflituosas) perpassaram diversas estratégias e produziram mudanças no sentido de tornar a região produtiva economicamente e integrada à dinâmica global. Mior (2005) e Ferrari (2003) destacam que uma aliança entre as unidades familiares de produção, o setor agroindustrial privado e o Estado conduziram este processo. Ferrari (2003, p. 33) enfatiza que “a expansão e a hegemonia do capital agroindustrial na região e no estado de Santa Catarina, não foi construída pela ‘mão invisível’ do mercado, mas sim foi socialmente construída, fruto do potencial produtivo da agricultura familiar ali estabelecida e dos interesses do Estado capitalista” (FERRARI, 2003, p. 33).⁶

A modernidade, a ciência, a tecnologia e a separação do tempo e do espaço, características da globalização, provocaram diversas mudanças nas práticas produtivas e alimentares⁷ e na vida das famílias rurais. Novos produtos, técnicas, atividades, processos e alimentos passaram a

⁵ Em oposição ao modelo clássico de política pública que considera o Estado centralizado, atuando a partir e sobre setores bem definidos e delimitados, cresce na França a noção de “Ação Pública”, que compreende as ações das instituições públicas e aquelas de uma pluralidade de atores (públicos e privados e/ou vinculados à sociedade civil ou a esferas estatais) agindo em conjunto no nível nacional e local para a produção de formas de regulação da ação coletiva (HASSENTEUFEL, 2008; LASCOUMES; LE GALÈS, 2009; MASSARDIER, 2008).

⁶ Longe da modernidade e da globalização implicar Estados-nações menos soberanos e na emergência do “estado mundial” ou de organizações intergovernamentais, o Estado continua presente e promovendo o capitalismo e a modernidade. De acordo com Giddens (1991), a construção do Estado-nação, desde o início, se deu pela interação e dependência com outros Estados, e foi a atuação desses que conduziu a uma nova ordem internacional (globalização). Como afirma o autor (1991, p. 68), “se o capitalismo foi um dos grandes elementos institucionais a promover a aceleração e expansão das instituições modernas, o outro foi o Estado-nação”.

⁷ A partir da teoria das práticas (SCHATZKI, 2015; WARDE, 2013) e da antropologia da alimentação (BEBER; GASTAL; MENASCHE, 2018; WEDIG; MENASCHE, 2013), compreendemos práticas como ações conectadas por meio da inteligibilidade prática dos indivíduos (o que faz sentido para o indivíduo fazer o que faz e do modo que faz), nas quais os indivíduos e seus coletivos se engajam. Por sua vez, práticas produtivas e alimentares dizem respeito às práticas agrícolas e de criação de animais (produção diversificada, especialização, produção integrada, agroecológica etc.), às práticas de aquisição (produção para o autoconsumo, aquisição em mercados etc.) e de preparação dos alimentos (consumo *in natura*, agroindustrialização etc.).

fazer parte do cotidiano das famílias rurais, colocando-as diante de novos desafios, opções e condições (financeiras, socioeconômicas) de acesso a esses produtos. Por um lado, observamos aumento da produção e da produtividade, tecnologias que facilitam o trabalho e diminuem a penosidade, e melhores resultados econômicos. Por outro, notamos a “concentração econômica regional, exclusão dos pequenos produtores familiares da produção de suínos, poluição das águas pelos dejetos suínos, êxodo rural e regional” (MIOR, 2005, p. 78), sujeição dos agricultores ao uso de insumos químicos, perda da biodiversidade, e aumento do consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados. Assim,

a modernidade (...) é um fenômeno de dois gumes. O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou muito aparente no século atual. (GIDDENS, 1991, p. 16)

Diante desse contexto e destoando de “um padrão tecnológico homogêneo” que vinha sendo delineado até os anos 1970/80 (MIOR, 2005), novas estratégias de desenvolvimento rural passaram a ser construídas, várias delas emergentes a partir da crítica à modernidade e à modernização da agricultura. A insegurança, os perigos e os riscos derivados do conhecimento organizado, do progresso técnico, da industrialização e da globalização (BECK, 1997; GIDDENS, 1991) fizeram emergir práticas no âmbito da produção, comercialização e consumo, propondo alternativas ao padrão tecnológico que vinha sendo estabelecido. Estas práticas perpassam a produção agroecológica, a agroindustrialização familiar pautada em outros atributos de qualidade (colonial, artesanal, familiar etc.), o resgate de sementes e produtos tradicionais, a comercialização em circuitos curtos, o fortalecimento da produção para o autoconsumo e a busca por alimentos saudáveis.

“Velhos” (agricultores familiares que reavaliaram suas práticas produtivas e alimentares) e “novos” atores (movimentos sociais, organizações privadas e não governamentais), em conjunto com o Estado, ampliaram sua presença e importância na região e atuaram na construção de práticas de produção e de consumo alternativas àquelas hegemônicas nos anos 1960/70. Chama a atenção, deste modo, que a ação pública, ainda que subjugada a novas configurações políticas (abertura política, democratização e governos de esquerda), passou a atuar, concomitante e por vezes, contraditoriamente, no respaldo e na crítica à modernidade. Se a modernidade tem dois gumes, ela (em suas distintas “faces”) encontra estímulo e legitimidade na ação pública para o desenvolvimento rural.

O objetivo deste artigo consiste em analisar a trajetória da região

(particularmente Chapecó e municípios fronteiriços), destacando a influência da ação pública nas práticas produtivas e alimentares das famílias rurais. O foco consiste em verificar como a ação pública promoveu a modernidade (com repercussões na produção e no consumo das famílias rurais) e como ações e políticas públicas mais recentes reforçam ou delineiam novos padrões e trajetórias de desenvolvimento rural, os quais, por sua vez, também influenciam práticas produtivas e alimentares. Em um primeiro momento, o artigo reconstrói a trajetória mais longa da ação pública e o percurso de busca da modernidade, evidenciando mudanças sociais e nas práticas produtivas e alimentares das famílias rurais. Em um segundo momento, o artigo explora as alternativas à modernidade que foram sendo delineadas e, igualmente, o papel da ação pública nesse processo e seu eventual efeito sobre as práticas alimentares. Uma terceira seção apresenta reflexões sobre a atuação heterogênea do Estado, mesmo se tratando de políticas específicas para a agricultura familiar.

É importante ressaltar que este trabalho resulta de revisão bibliográfica e de pesquisa de campo, sendo esta última realizada em duas etapas no primeiro semestre de 2018. Na primeira etapa foram feitas 13 entrevistas semiestruturadas com gestores públicos e mediadores de sete organizações atuantes na região. Também foram organizados dois grupos focais, abordando as temáticas de “Práticas agrícolas, governança e segurança alimentar e nutricional das famílias rurais no Oeste Catarinense” e “Cardápios, acesso aos alimentos e sistemas alimentares em Chapecó”. Cerca de 25 pessoas estiveram envolvidas nesses grupos focais, sendo elas vinculadas à Epagri, universidades, movimentos sociais, cooperativas, organizações mediadoras e à agricultura familiar da região.

Na segunda etapa da pesquisa de campo foram aplicados 49 questionários a estabelecimentos da agricultura familiar, localizados em Chapecó e nove municípios vizinhos (Arvoredo, Seara, Paial, Nova Itaberaba, Coronel Freitas, Planalto Alegre, Xaxim, Cordilheira Alta e Guatambú). Com o apoio da Epagri, a seleção desses estabelecimentos procurou contemplar a diversidade da agricultura familiar da região (integração às agroindústrias, produção de grãos e leite no sistema convencional, produção agroecológica, acesso aos mercados institucionais, famílias em situação de vulnerabilidade com ou sem apoio de políticas de transferência de renda; famílias multi e monolocalizadas).⁸

⁸ O conceito de família multi ou plurilocalizada faz referência a configurações de dispersão residencial e/ou produtiva. Famílias multi ou plurilocalizadas são aquelas em que um ou mais membros residem fora da unidade familiar rural (domicílio rural ou estabelecimento), mas participam da reprodução socioeconômica da família e com ela compartilham recursos monetários e alimentares. No que concerne aos recursos alimentares, considera-se os casos em que a família reconhece que produz alimentos para membros que residem fora da unidade familiar rural e/ou reconhece que parte de sua alimentação vem de membros que residem fora.

As entrevistas foram transcritas e os dados dos questionários analisados em programa Excel.

O longo processo de modernização conduzido pela ação pública

A formação socioeconômica do Oeste de Santa Catarina resulta de uma longínqua e peculiar história, sendo uma das características principais “seu longo isolamento e sua tardia incorporação à economia nacional” (CORAZZA, 2016, p. 1). Inicialmente, a região esteve ocupada por indígenas Xoklengs e Kaigangs, os quais a partir do século XVII passaram a ser escravizados, dizimados e repelidos pelos bandeirantes paulistas e, no século XVIII, foram sendo gradativamente expropriados dos seus territórios em virtude da distribuição de terras pelo sistema de sesmarias. Para os indígenas, a floresta era o espaço de caça e coleta que servia como base da alimentação. Os principais produtos coletados eram o pinhão, a erva-mate e as frutas nativas. Também cultivavam a terra com variedades de milho e goiabeira serrana, entre outros. As atividades extrativistas eram prioritárias, enquanto os cultivos eram realizados de forma secundária (KLANOVICZ, 2009). Seus modos de vida e suas práticas de cultivo e alimentares tradicionais foram considerados primitivos diante da modernidade europeia emergente. Exceto pela mão de obra, pouco contribuíam ao projeto colonizador da ação pública (CORAZZA, 2016; POLI, 2006; D’ANGELIS, 1995).

Por muitos anos, o Oeste de Santa Catarina foi apenas corredor de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul, caminho por onde passava o gado dos campos gaúchos para alimentar os trabalhadores do café e da mineração (CORAZZA, 2016). No século XVIII, visando ocupar o território e contribuir no abastecimento da região Sudeste, a Coroa Portuguesa fez concessões de terras a fazendeiros que passaram a explorar as áreas de campo com a pecuária.

O aprofundamento da exploração do território, “saindo dos campos em direção às matas” (CORAZZA, 2016, p. 4), ocorreu com os caboclos e com a exploração da erva-mate. Formada pela miscigenação entre brancos luso-brasileiros, índios e ex-escravos, a população cabocla passou a ocupar (de forma nômade) as zonas das matas, ao longo do caminho das tropas, e a explorar a erva-mate (GOULART, 2009; D’ANGELIS, 1995). Para essa etnia, a família ampla era a sua base associativa, que incluía o sistema de ajuda mútua. Já a lógica da agricultura era o sustento da família por meio da caça, pesca, coletas e extrativismo de erva-mate e de madeira. Na entressafra da erva-mate, se dedicavam à lavoura e à criação de animais para o consumo doméstico. As terras por eles ocupadas eram divididas e nominadas em terras de plantar e de criar. As terras de plantar situavam-se longe da casa e a lavoura era feita mediante a derrubada da mata com posterior queima e plantio nas cinzas. Esse processo se repetia a cada

safra e a parcela anterior era abandonada, transformando-se em capoeira. Essa forma de cultivar ficou conhecida como “sistema brasileiro” ou “sistema de pousio”. As terras de criar ficavam na proximidade da casa e eram destinadas a animais domésticos, como galinhas, porcos, bovinos e cavalos (RENK, 2006).

Diante da concorrência e investidas da Argentina na região em busca da erva-mate, em meados do século XIX, o governo brasileiro instalou em Chapecó, uma Colônia Militar. No entanto, esta não logrou êxito em termos de ocupação e resultados econômicos e, logo no começo do XX, o governo estimulou a colonização com descendentes de imigrantes europeus instalados no Rio Grande do Sul. Em sua avaliação, a ocupação do território até então, feita por grupos sociais diversos (índios, caboclos e fazendeiros), teria sido pouco eficiente (CORAZZA, 2016). Com poucos atrativos ao projeto de colonização e de desenvolvimento, sobre os caboclos “pairava má reputação, pois eram vistos como briguentos, violentos, encrenqueiros etc.” (DORIGON; RENK, 2011, p. 103). Para além da questão racial (os brasileiros, os “sem” origem), tratava-se de “um outro sistema”, “outro mapa cognitivo”, cujas práticas costumeiras e finalidades (principalmente subsistência), “com direito ao ócio e à perda do tempo”, destoavam daquelas do colonizador (DORIGON; RENK, 2011).

Na passagem do Império para a República, visando integrar o território nacional, articular o Brasil aos países vizinhos e produzir progresso, desenvolvimento e civilização (CORAZZA, 2016; GOULART, 2009), o governo brasileiro começou a construção de uma ferrovia que, cruzando o Oeste de Santa Catarina, ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo. A construção da ferrovia São Paulo–Rio Grande, iniciada em 1887, era um símbolo da modernidade desejada pelas autoridades brasileiras e catarinenses da época (VALENTINI; RADIN, 2011). Neste processo, foi concedida à iniciativa privada a construção da ferrovia, a exploração da madeira e a colonização de faixas de terra e mata de 15 quilômetros de cada lado dos trilhos. A ela também cabia “a limpeza da área, que consistia na retirada dos caboclos intrusos que habitavam a região” (POLI, 2001, p. 27). Deste modo, se a ferrovia trouxe o início do progresso e da modernidade, ela também “transportou” miséria, contradições e conflitos, sendo emblemática a Guerra do Contestado (1912 a 1916). Para Corazza (2016, p. 10), os trilhos do trem levaram a “decomposição da economia de subsistência, o extermínio dos indígenas e a marginalização dos caboclos, que habitavam aquele território, rompendo os antigos métodos de exploração do território e do trabalho e inserindo a relação de propriedade privada da terra e o trabalho assalariado na região”.

A colonização do Oeste, iniciada efetivamente após a Guerra do Contestado, se intensificou a partir de 1940. Colonos do Rio Grande do Sul, descendentes de alemães, italianos e poloneses, traziam na bagagem

modos de vida, de trabalho, e práticas de produção e de alimentação distintos daqueles até então prevaletentes (DORIGON; RENK, 2011). O sistema fundiário implementado foi baseado em minifúndios, com aproximadamente 24 hectares cada, e os colonos estabeleceram um sistema produtivo diversificado. Novos produtos e atividades passaram a ser realizadas na região. Nos primeiros anos, em virtude das dificuldades das vias de acesso e da “pálida presença do Estado” (DORIGON; RENK, 2011), predominou a agricultura de subsistência, com dificuldades de acesso aos mercados. Os produtos comercializados pelos colonos eram “praticamente, o mel, a banha e/ou toucinho de porco e feijão. Os recursos obtidos destinavam-se à aquisição especialmente do açúcar, do sal, do querosene, roupas e alguns poucos produtos de primeira necessidade” (POLI, 2001, p. 28). Uma ampla gama de produtos era produzida e consumida (*in natura* ou processada): pães, bolachas, conservas de hortaliças, frutas, geléias, melado, rapadura, derivados do leite e da carne suína, e outros (DORIGON; RENK, 2011). Com a abertura de diversas estradas estratégicas para a comercialização e a necessidade de acumulação, especialmente para a compra de terras (FERRARI, 2003), a inserção aos mercados foi aprofundada e alguns produtos passaram a ser destinados quase exclusivamente ao mercado, em permanência com a produção para autoconsumo (arroz, trigo, mandioca, ovos etc.). A produção suína logo ganhou destaque, acompanhada pela produção de aves, leite e fumo, dando origem às grandes empresas do complexo agroindustrial característico atualmente da região (MIOR, 2005).

Nos anos 1960 e 1970, uma convergência de interesses entre produção agrícola familiar, agroindústrias estabelecidas e o Estado levou à modernização das atividades, não sendo raras as situações em que representantes de grandes grupos agroindustriais da região ocuparam cargos públicos, particularmente em âmbito estadual (MELLO, 2009; MIOR, 2005; FERRARI, 2003). Ampliação da produção, da produtividade e das inovações tecnológicas constituía uma demanda proeminente na agropecuária. Contribuindo neste processo, o Estado ofertou crédito rural subsidiado; criou o Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves visando à modernização da suinocultura e avicultura na região; criou a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Ascaresc), que cedeu extensionistas para atuar na Associação Catarinense de Produtores Suínos visando à introdução de novas linhagens de suínos (MIOR, 2005); e concedeu incentivos (federais e estaduais) para a instalação de diversas empresas (OLIVEIRA, 2016). Com efeito, “o desenvolvimento agroindustrial catarinense esteve articulado ao movimento geral da política nacional, num contexto de políticas de apoio à formação, consolidação e expansão dos diferentes complexos agroindustriais, buscando competitividade internacional” (FERRARI, 2003, p. 33). A ação

pública foi colocada a serviço da modernização das práticas de produção de suínos e de aves.

No início dos anos 1980, “a maioria dos agricultores familiares estava integrada ao mercado, sobretudo através da produção de suínos” (MIOR, 2005, p. 86). Até esse momento, a inserção dos agricultores na agroindústria se caracterizava pelo ciclo completo, e eles gozavam “de relativa autonomia no processo decisório, já que podiam organizar seu processo de trabalho e produção com base na disponibilidade interna de fatores” (MIOR, 2005, p. 86). No entanto, com o aumento da produção e da competitividade das empresas, a produção passou a ser organizada de modo especializado (parte dos produtores cuida da criação dos leitões, e outra parte do crescimento e da terminação) e “dá lugar a um intenso processo de seleção/concentração/exclusão de suinocultores familiares” (MIOR, 2005, p. 87). Dos estabelecimentos integrados demandou-se mais tempo dedicado à atividade e maior especialização. A produção integrada de aves seguiu dinâmica similar, implicando ainda a eliminação da criação de aves domésticas para o autoconsumo. Concentração da produção, migração para outras atividades produtivas e êxodo rural e agrícola, especialmente de jovens, passaram a marcar a trajetória da região.

Para além das atividades integradas (suínos, aves e fumo), a produção agrícola dos estabelecimentos também se modernizou. Novos produtos (sementes geneticamente melhoradas, adubos químicos, agrotóxicos etc.), novos equipamentos (tratores, maquinários) e novas técnicas produtivas (espaçamento entre linhas, rotação de culturas, especialização etc.) foram inseridos na produção de milho, soja, trigo, arroz etc. (KAGEYAMA *et al.*, 1990). Aqui também o ensino agrônômico, as políticas de assistência técnica e extensão rural, a pesquisa agropecuária, o crédito rural e o seguro agrícola foram fundamentais como propulsores das mudanças nas práticas produtivas. No entanto, dificuldades de seguir este padrão tecnológico igualmente confluíram para os movimentos de exclusão social e saída do meio rural.

A partir da crise econômica que se intensificou no país na metade da década de 1980, muitos agricultores familiares passaram a ter dificuldades para garantir a sua reprodução social, já que os retornos econômicos das atividades se reduziam, os pequenos lotes não eram mais passíveis de divisão e os preços elevados das terras dificultavam o acesso a elas. Nesse contexto, se intensificou o êxodo em direção aos principais núcleos urbanos e novas áreas agrícolas, principalmente no Centro-Oeste do Brasil (ROVER, 2009; MEDEIROS, 1989).

De acordo com Oliveira (2016), as agroindústrias foram o motor básico da urbanização de Chapecó, tornando o município um polo e referência regional. A oferta de empregos nas agroindústrias e o êxodo rural

levaram a um crescimento brusco da população total e urbana. Entre as décadas de 1970 e 1980, a população do município passou de cerca 50 mil para quase 84 mil habitantes, sendo que a população urbana quase triplicou neste período (FUJITA, 2013). Em 1970, 59% da população situavam-se na área rural e, em 1980, este percentual já tinha sido reduzido para 34% (FUJITA, 2013).

Todas essas mudanças passaram a interferir na maneira como os agricultores familiares produziam e consumiam. Em um novo contexto, com outros estímulos, além de mudanças organizativas (especialização) e nas técnicas produtivas (mecanização, uso de agrotóxicos e outros produtos químicos), novos produtos passaram a serem cultivados e novos alimentos consumidos. Depoimentos como esse a seguir são recorrentes nas reflexões dos agricultores e representações sociais da região:

Até anterior à década de 1990, os agricultores produziam muito mais diversidade, de forma manual, utilizando os insumos que se tinha na própria propriedade, as sementes crioulas e, depois disso, os técnicos vieram dizer que isso que eles faziam era atrasado, que deveriam modernizar a agricultura, produzir em grande escala pra comercializar, que, aí sim, ia ter grande lucro, grandes rendas. Aí os agricultores, muitos camponeses deixam, perdem a cultura, o hábito de produzir a diversidade de alimentos pro autoconsumo (...). (Depoimento Grupo Focal, representante de movimento social)

Confluentes nesta interpretação, dos 49 questionários aplicados, 45 indicam que a geração dos pais dos entrevistados produzia produtos distintos e de modo diferenciado daqueles presentes hoje na agricultura familiar. “Antes era tudo braçal”, “antigamente era com batedor, agora tudo é com máquina”, “plantavam de tudo” (em uma alusão de que era bastante diversificado e que hoje seria diferente), “produziam tudo, não compravam nada” são algumas das expressões que descrevem as mudanças no modo de produzir e viver entre os pais dos entrevistados e os entrevistados. Similarmente, arroz, feijão, açúcar mascavo, batatinha (“coisa rara atualmente”), milho crioulo, trigo crioulo, cebola, mandioca, leite, mel, criação de animais como cabra, ovelha, galinha caipira, suínos, dentre outros, são mencionados como alimentos que eram cultivados e/ou criados por seus pais, e que não são mais cultivados/criados pelas famílias.

Em termos de práticas produtivas e alimentares, ainda que presente, a produção para autoconsumo foi minimizada em função das atividades comerciais. O depoimento abaixo é emblemático neste sentido:

A partir da Revolução Verde e com a instalação das grandes empresas integradoras na região, a importância da produção do autoconsumo, ela ficou deixada em segundo ou terceiro plano. Então... você tem que se especializar naquela produção e fazer bem feito aquilo lá... você tem que trabalhar no aviário para fazer com

que renda, o dinheiro lá... você não precisa trabalhar na horta para ter o seu produto, você pode pegar o dinheiro do aviário e comprar o produto. Essa forma da industrialização no meio rural, da transformação do alimento em commodities, fez com que o meio rural não desse tanta importância para produção de autoconsumo e aí se deixou muito... tem propriedades, hoje que tu não acha uma horta, um pé de mandioca... então foi deixado tudo para segundo plano...(Depoimento Grupo Focal, representante de cooperativa da agricultura familiar)

Essas mudanças no “lugar” da produção para autoconsumo na reprodução social das famílias também impactaram no consumo de alimentos destas. O consumo de alimentos naturais e coloniais foi minimizado em detrimento do consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados, adquiridos via mercados. Passou-se a ter

um consumo maior, então, desses produtos industrializados, processados, alterando essa alimentação nas comunidades rurais, e aí, por um outro lado, uma diminuição do consumo dos produtos naturais, das frutas, das hortaliças, dos produtos caseiros, feitos de forma artesanal. A gente vê muito lá no meio rural, o pão francês lá nas mesas, o refrigerante, os sucos industrializados. (...) começa aparecer o uso do diet lá, o uso do light lá, (...), usando adoçante, usando aspartame, usando assim, coisas que a gente não via no meio rural há um tempo atrás, aí açúcar mascavo deixado de lado, e aí esses outros produtos que na minha opinião bem particular, não agregam em nada na saúde. (Depoimento Grupo Focal, nutricionista, assistência técnica e extensão rural pública)

Com efeito, quando questionadas se fazem compras nos mercados da comunidade ou da cidade mais próxima, 46 das 49 famílias entrevistadas responderam que vão ao mercado regularmente, mensalmente, a cada 15 dias e, em alguns casos, semanalmente. Três famílias (cujas características socioeconômicas são mais precárias) responderam que fazem as compras ocasionalmente. Observamos uma gama diversa de produtos adquiridos por essas famílias, como os produtos de higiene e limpeza, salsicha, macarrão, enlatados, refrigerante, sal, açúcar, óleo, leite, nata, ovos, banana, frutas e carnes.

Segundo os entrevistados, diversos fatores contribuíram (e continuam contribuindo) para essas mudanças nas práticas produtivas e de consumo. Tais fatores perpassam a mudança tecnológica na agricultura; a prioridade para os produtos comerciais e a “matematerialização” da agricultura;⁹ a diminuição da força de trabalho disponível nos

⁹ De acordo com depoimento (...) e aí entra o fator que eu queria colocar. Um dos fatores que tem feito essa mudança [mudanças produtivas e na alimentação no meio rural] é a “matematerialização” da agricultura: fazendo as contas, deixa de fazer dez coisas e faz só uma bem feita e veio vindo isso... aí é política pública, extensão rural, não só a dos municípios, do estado, mas as execuções financeiras operando dinheiro à vontade (depoimento Grupo Focal, representante de cooperativa da agricultura familiar).

estabelecimentos (redução do número de filhos e êxodo rural destes); a sobrevalorização do urbano e a publicidade do urbano/industrial; a política de agroindustrialização que privilegia a qualidade industrial em detrimento da colonial; as políticas de promoção do acesso aos alimentos (caso da alimentação escolar) que, por muito tempo (presente em alguns casos ainda), estimularam o consumo de alimentos industrializados; e as proibições do sistema de integração de aves no que concerne à presença de outras aves domésticas. A urbanidade e

a modernização, introduzidas em toda a região Oeste de Santa Catarina a partir da década 1970, transformaram o “espaço natural” e romperam com a sociabilidade tradicional, integrando a região aos circuitos internacionais da economia. (...) O desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, a interação com outros espaços, a preocupação do Estado e, ainda, o fascínio do capital (agroindústrias) pela região na qual pudesse espalhar seus interesses implantaram a denominada modernidade tecnológica. (TEDESCO; EIDT, 2013, p. 7)

A modernização (da agricultura e da agroindustrialização), a cientificidade, o uso de técnicas e de procedimentos modernos, e a busca por resultados econômicos geraram mudanças no modo de vida, nas práticas e no *ethos* de boa parte da agricultura familiar,

porque até então se tinha uma lógica de produção familiar, produção voltada pro consumo de forma manual, de forma limpa, saudável, e ai vem esse processo de modernização e destrói com tudo isso, destrói com a cultura, com a forma de produção, e vai dizendo como que as famílias têm que produzir, e que o que as famílias tão produzindo está atrasado, está... (Depoimento Grupo Focal, representante de movimento social)

Para além da concentração da produção e do êxodo rural e agrícola, outras consequências da modernidade começaram a se manifestar. Uma delas, bastante discutida nos anos 1980/90 foi a poluição ambiental causada pela suinocultura. Riscos, perigos e incertezas ambientais passaram a permear a produção agroindustrial de suínos. Neste contexto, na continuidade da aliança entre unidades familiares de produção, setor agroindustrial e Estado, e visando dar conta do risco resultante do avanço da ciência e do “impacto do industrialismo sobre o meio ambiente material” (GIDDENS, 1991, p. 111), a ação pública entrou em cena com o Programa de Expansão da Suinocultura e Tratamento de seus Dejetos. No entanto, algumas avaliações indicam que o Programa agravou a problemática ambiental e asseverou a modernização/seleção/exclusão de agricultores familiares da atividade (MIOR, 2005).

Outra expressão dos riscos da modernidade é a percepção de que a

agricultura moderna e os alimentos industrializados e ultraprocessados comprometem à saúde. Entre os agricultores e suas organizações existe o pensamento de que diversas doenças recorrentes na atualidade são fruto da vulnerabilidade a produtos químicos durante as práticas produtivas ou da presença destes nos alimentos *in natura* ou industrializados. Os depoimentos abaixo ilustram os receios das práticas agrícolas e alimentares modernas:

(...) e é usado muito veneno hoje também. Então o veneno é uma das coisas que mais está prejudicando a nossa saúde, porque eu também trabalhei um tempinho na área da saúde, a gente viu o câncer do esôfago, do pulmão, então a gente sabe que é através do veneno que está judiando muito, porque qualquer pedacinho de terra ali, coloca a máquina de veneno lá que é mais prático, vou jogar lá e pronto. Eles [os agricultores] não pensam que aquele veneno, com a enxurrada, está dentro da fonte de água dos pequenos agricultores. (Depoimento Grupo Focal, agricultora familiar)

(...) então essa deterioração da alimentação nos levou em um colapso da saúde no meio rural. (...). Então a gente fica muito surpreso com as doenças degenerativas dos agricultores, que estão sofrendo de osteoporose, artrite, artrose, hérnia de disco e curiosamente os de 70 [anos] estão chegando a ter artrose, os de 50 também e os de 30 também, hérnia de disco pra quem tem 30 anos no meio rural é normal. (Depoimento Grupo Focal, agricultor agroecológico e assessor em cooperativismo)

E daí nesse negócio de aditivo conforme tu trata uma criação ali já digo pra tu abater, pra tu carnear, pra tu usar a carne, ele já vem com produto que pode fazer mal à alimentação pras pessoas, que dá quantos tipos de doenças. (Depoimento Grupo Focal, agricultura familiar)

Enquanto os riscos nas sociedades tradicionais tinham suas causas primariamente na natureza, no infra-abastecimento de tecnologia e eram percebidos pelos sentidos, nas sociedades modernas os riscos fogem à percepção e residem em formulações físico-químicas. São invisíveis, baseados em interpretações causais e percebidos somente pela ciência. Conforme os entrevistados, “as pessoas estão sentindo os efeitos tóxicos daquilo [agrotóxicos], pena que quando sentem os efeitos, já estão com a saúde decadente” (depoimento Grupo Focal, agricultor agroecológico e assessor em cooperativismo).

(...) tem essa influência do agrotóxico, que as vezes é pouco falada, mas é muito importante porque vai afetar diretamente na saúde, que é um processo bastante, como é que posso chamar, silencioso, mas a gente vai percebendo quando vai ficando doente, então tem esses elementos, é, com relação aos alimentos.

(Depoimento Grupo Focal, professor universitário)

Deste modo, tanto a contaminação ambiental quanto o consumo de alimentos com agrotóxicos e ultraprocessados ilustram riscos “invisíveis” e “silenciosos”, cujas causas são modernas. “São um produto global da maquinaria do progresso industrial e são acentuados sistematicamente com seu desenvolvimento ulterior” (BECK, 1998, p. 28).

Diante desses riscos e incertezas da modernidade e da agricultura/agroindústria moderna, “novas” práticas produtivas e alimentares alternativas foram emergindo. Novos atores passaram a disputar as trajetórias de desenvolvimento rural para a região e a construir outras possibilidades críticas à modernidade.

A construção de alternativas críticas à modernidade e a atuação da ação pública

“Diferentes do padrão previsível dos anos dourados da modernização da agricultura” (MIOR, 2005, p. 111), desde os anos 1980, outras estratégias de desenvolvimento rural emergiram na região, algumas delas reforçando a tendência modernizante e globalizante (biotecnologia, agricultura de precisão, busca por mercados internacionais, fusões ou incorporação de firmas, entre outros), outras construindo práticas agrícolas e alimentares críticas à modernidade. “De um padrão tecnológico homogêneo, pelo menos como alvo a ser buscado, de acordo com os pressupostos da revolução verde, passa-se a reconhecer a existência de diferentes modelos de agricultura e agroindustrialização” (MIOR, 2005, p. 111). Poderíamos afirmar também que, como fazem Marques e Mello (2009, p. 1), “a mesma modernização, reinterpretada pelos agricultores familiares, contribui para o surgimento de novas heterogeneidades nos espaços rurais”.

Tais ações e práticas críticas à modernidade também contaram com o protagonismo de novos atores e ações públicas. A partir da “resistência ao projeto desenvolvimentista e de modernização da agricultura” (MELLO, 2009, p. 77), novos atores foram emergindo, como: a Apaco, o sindicalismo combativo, as cooperativas de Reforma, as organizações não governamentais apoiadoras da agricultura familiar e da agroecologia, e os movimentos sociais (Movimento de Mulheres Camponesas – MMC; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA) (MELLO, 2009; MIOR, 2005). A reorganização política implicou crítica à modernização e transformou a região em um “Celeiro de Movimentos Sociais” (PAIM, 2006). Agricultores familiares, essas organizações e atores governamentais passaram a construir novas estratégias e práticas. Poderíamos dizer que, em paralelo à “aliança” que continuou atuando após os anos 1980 (MIOR, 2003), novas relações e redes de ação pública

também foram construídas.

Uma dessas estratégias envolveu a produção de leite, agora articulada à criação de pequenas cooperativas (MELLO, 2009; MIOR, 2005). De uma produção destinada basicamente para o autoconsumo, passa-se a promover a comercialização em bases tecnológicas diferenciadas. “Desde o final da década de 1990 (...) os agricultores e seus sindicatos, alguns escritórios locais da Epagri, algumas ONG e o poder público local de alguns municípios passam a animar uma discussão em torno do tema relacionado à produção de leite pela agricultura familiar, com preocupação que a atividade não trilhe a mesma trajetória tecnológica da suinocultura (concentração e exclusão)” (MELLO, 2009, p. 189). Em termos de práticas produtivas busca-se adequar as tecnologias aos fatores produtivos das famílias (em várias delas com base na agroecologia) e evitar “a submissão à lógica do mercado” (MELLO, 2009). Em termos organizacionais, estimulou-se a formação de pequenas cooperativas que, por sua vez, culminou na Associação das Cooperativas e Associações dos Produtores Rurais do Oeste Catarinense (Ascooper). Assistência Técnica e Extensão Rural, políticas de infraestrutura e de pesquisa são algumas das ações públicas que permeiam essa iniciativa.

Outra estratégia foi a reconfiguração das práticas de processamento de alimentos nas propriedades da agricultura familiar. “O processamento de alimentos que se restringia à cozinha das agricultoras passa a ser valorizado como importante estratégia de formação de renda para centenas de famílias rurais” (MIOR, 2005, p. 159). Similarmente, Schneider e Ferrari (2015, p. 58) afirmam que “se trata de produtos que até pouco tempo eram utilizados apenas para autoconsumo das famílias e faziam parte do repertório gastronômico e culinário das culturas alimentares dos agricultores descendentes de imigrantes de origem europeia”. Como asseguram Marques e Mello (2009), a chegada da modernidade não desintegrou os “velhos mundos” nem implica necessariamente descaracterização de um sistema cultural e social. Modernidade e tradição foram reajustadas às novas demandas do contexto. Nesse sentido, dos 49 questionários aplicados, observamos que a agroindustrialização caseira/colonial está presente em 34 estabelecimentos, e que em nove esta prática está direcionada para a comercialização. Produção de queijo, salame, torresmo, panificados, geleias, açúcar mascavo e melado são alguns dos produtos transformados. A qualidade industrial dos alimentos passou a ser questionada (em função dos riscos e incertezas discutidos na seção anterior) e “velhos” atributos (artesanal, caseira, agroindústria familiar e colonial) passaram a ser valorizados e atualizados.

Tanto para a agricultura familiar como para os consumidores

urbanos, tais produtos estão associados à nutrição, à saúde, a produtos saudáveis/naturais, e à memória afetiva de pertencimento à família, a um território, e a uma cultura alimentar (DORIGON; RENK, 2011). “Os consumidores, ao comprarem um queijo colonial, não compram um produto qualquer, mas, ao fazê-lo, renovam seus vínculos sociais e seu sentimento de pertencimento a certa cultura” (DORIGON; RENK, 2011, p. 109). Reinventado e assumindo a política no cotidiano (ou a subpolítica nos termos de Beck, 1998), tais práticas são também a manifestação do consumo político. Para Dorigon e Renk (2011, p. 105), “o produto colonial, (...) pode constituir-se em elemento de resistência, uma recusa à padronização dos produtos industrializados. Passa a haver uma procura por onde encontrar, o produto, na propriedade ou em feiras, num circuito informal entre consumidores com afinidade, na troca de informações, de onde encontrar o melhor, o mais genuíno dos produtos”.

É importante destacar que diversas ações e políticas públicas contribuíram para o fortalecimento dessa prática produtiva e alimentar. Mior (2005) salienta que, desde a década de 1980, a Ascaresc desenvolvia cursos de capacitação para as mulheres rurais objetivando o aproveitamento e as melhorias na alimentação da família. Na década de 1990, tais iniciativas se expandiram e tiveram início os cursos de indústria artesanal de leite e de carne suína visando à profissionalização e à comercialização. No final dos anos 1990, a esta ação somaram-se diferentes iniciativas dos governos estadual e federal (Programa de Apoio ao Agronegócio Catarinense; Programa Catarinense da Indústria de Pequeno Porte; Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar e Pesqueira; criação do selo estadual “Sabor Colonial”; Programa de desenvolvimento da agricultura familiar catarinense pela verticalização da produção; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, especialmente a linha Pronaf Agroindústria; e mudanças na legislação sobre vigilância sanitária e agroindustrialização artesanal) (MELLO, 2009; MIOR, 2005).

Outra prática produtiva e alimentar consiste na produção baseada nos princípios da agroecologia e no estabelecimento de feiras agroecológicas. Das 49 famílias entrevistadas, 12 produzem de maneira agroecológica/orgânica, oito em sistema misto (convencional e agroecológico), e seis gostariam de mudar o sistema de cultivo para a agroecologia. As razões para a produção agroecológica e para tal mudança estão, em grande medida, associadas aos riscos à saúde oriundos da agricultura moderna. Para “não ficar respirando agrotóxico”, “por causa dos venenos” e “quem passa veneno não é saudável” são alguns dos argumentos utilizados pelos agricultores

para justificar a produção agroecológica. Também um agricultor familiar destacou a possibilidade de um nicho de mercado. Em seus termos, a produção agroecológica foi estabelecida “para se diferenciar” dos demais agricultores que vendem na feira.

O estímulo à produção agroecológica teve início na região nos anos 1990, envolvendo um “processo de transição gradativa, no qual tem papel decisivo a contextualização do conhecimento ambiental entre produtores e sua capacitação em técnicas e processos de produção que não causem impactos negativos ao ambiente, promovam a recuperação dos solos e preservem os mananciais” (FERRARI, 2011, p. 139). No final da década de 1990, com o apoio da ação pública, tal prática ganhou incentivos para comercialização. Em 1997, iniciou-se uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Chapecó, entidades de pequenos produtores rurais, a Epagri e associações comunitárias, que culminou no Programa Municipal de Feiras Agroecológicas (FERRARI, 2011). Em 2011, existiam dez espaços com feiras livres para comercialização de produtos coloniais e agroecológicos no município (FERRARI, 2011).

A busca das feiras e de outros circuitos curtos de comercialização significa também a construção de margens de manobras dos agricultores e dos consumidores diante da padronização e da globalização do sistema alimentar. Para a agricultura familiar, significa tentativas de “capturar uma fatia maior do valor gerado nas principais cadeias de alimentos”, bem como recuperar e revalorizar processos artesanais, tradições e modos de fazer, e construir uma reprodução social em bases mais autônomas (SCHNEIDER; FERRARI, 2015, p. 57). Para os consumidores, significa a expressão da busca por alimentos vistos como mais saudáveis e de qualidade diferenciada (mais artesanais, com menos produtos químicos etc.). Como mencionam Schneider e Ferrari (2015, p. 57), “as cadeias curtas se assentam na conexão direta entre produtores e consumidores permitindo ressocializar e reespecializar o alimento a partir do âmbito local e constituindo mercados emergentes enraizados na tradição, origem, natureza ou modo de produção.” Trata-se de “uma forma de resistência para as forças desenraizadoras da globalização, permitindo a regiões encontrar nichos para alimentos que apelam aos consumidores não sobre as bases da competitividade em preços, mas em termos de suas qualidades ecológicas, morais e estéticas” (SCHNEIDER; FERRARI, 2015, p. 61).

Para além do apoio à agroindustrialização artesanal/colonial e às feiras, a ação pública também tem fortalecido os circuitos curtos de comercialização por meio das compras públicas, nomeadamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Articulando a produção da agricultura familiar com as demandas alimentares de escolares e da população em

situação de vulnerabilidade, ambos os programas valorizam práticas produtivas e alimentares tradicionais que realocizam a comida nos territórios. Mandioca, hortaliças, frutas, panificados, doces de frutas (bananada) e sucos são alguns produtos comercializados para os mercados institucionais. Não raro, trata-se de produtos característicos da produção para o autoconsumo, cultivados em pequenas quantidades, em áreas próximas a casa ou não usadas para os cultivos comerciais principais (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2014). Conforme observado por uma agricultora entrevistada,

o PAA e o Pnae começam a valorizar essa produção pra além da produção pro autoconsumo, né, que aí o excedente dessa produção pro agricultor, a mulher camponesa pode produzir, visualizando uma renda né, então isso, de certa forma contribuiu com a alimentação. (Depoimento Grupo Focal, agricultora integrante de movimento social)

Não por acaso, as famílias que comercializam para o PAA e Pnae apresentam estimativas de economia mensais com o autoconsumo (cerca de R\$ 1.000,00 e R\$ 1.150,00, respectivamente) superiores às daquelas que não comercializam para as referidas políticas públicas (R\$ 800,00 e R\$ 740,00, sucessivamente) (Quadro 2, na seção seguinte).

Outra prática produtiva e alimentar encontrada na região refere-se justamente à manutenção da produção para autoconsumo. Aqui não é algo novo, mas é a manutenção e a ressignificação da tradição como um elemento de resistência à modernidade. Como afirma Giddens (1991, p. 14), “existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte”. Embora alguns depoimentos apontem para mudanças nesta prática (como a redução da produção de panificados para o autoconsumo em detrimento da aquisição em mercados e a redução da diversidade de produção cultivados e/ou animais criados), sua presença é unânime nos estabelecimentos pesquisados. Conforme indica a pesquisa de campo, todas as 49 famílias de agricultores familiares declararam manter a produção para o autoconsumo e estimam economizar, em média, R\$ 850,00 (cinco famílias estimaram economia de R\$ 2.000,00/mês). O Quadro 1 apresenta o valor médio, em reais, que as diferentes categorias da agricultura familiar economizam por mês por produzirem alimentos para o autoconsumo. Ainda que importante para todas as configurações da agricultura familiar na região (Quadro 1), os valores mais expressivos na estimativa do valor economizado encontram-se nas famílias que comercializam os alimentos em circuitos curtos com foco em produtos agroindustrializados, sendo este de R\$ 1.227,50/mês.

Quadro 1 – Diferentes configurações da agricultura familiar e estimativa de economia decorrente da produção para autoconsumo

Categorias de agricultores familiares	nº famílias	Média de economia (R\$) Produção para o autoconsumo
Indígenas	4	833,25
Pobres	9	746,67
Integrados	9	756,67
Convencionais	8	737,50
Circuitos Curtos - agroindústrias	8	1.227,50
Circuitos curtos - demais	11	794,27
Total de famílias	49	849,57
Multilocalizada	24	831,96
Monolocalizada	25	868,77
Total de famílias	49	849,57

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de informações da pesquisa de campo (2018).

As razões para a realização da produção para o autoconsumo perpassam a reprodução da tradição, a economicidade (“É bem bom, porque é caro comprar tudo”) e a minimização aos riscos alimentares. As unidades familiares preferem produzir seus alimentos ao invés de comprá-los em virtude de que assim “a gente sabe o que come”, “porque a gente está produzindo e sabe o que está comendo. O que se compra não se sabe se é puro”, “por que tem doença? Por causa da comida do mercado”. Embora usem agroquímicos nos cultivos comerciais, ao produzir seus alimentos, geralmente, as famílias não utilizam agrotóxicos ou outros produtos químicos que possam apresentar risco à saúde.

Associadas à produção para o autoconsumo e como estratégia de resgate da biodiversidade e de tradições culturais, restabelecendo vínculos com o território e com a natureza, observamos algumas iniciativas de recuperação e plantio de sementes tradicionais ou crioulas. Espécies de trigo e arroz consideradas crioulas são exemplos neste sentido. O depoimento que segue é ilustrativo:

Eu consegui uma semente de arroz e a gente plantou. Aí o meu esposo fez um pilão e daí começou a socar arroz. Aí todo mundo que ia almoçar com a gente, servia esse arroz né, daí a gente foi

distribuindo a semente e hoje já tem mais de 15, 20 moradores que já estão produzindo o arroz pra consumo deles e não estão comprando. (Depoimento Grupo Focal, agricultora integrante de movimento social)

O MMC, com seu Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças iniciado em 2002, é um dos atores protagonistas nesse processo. Ao analisar a atuação das mulheres vinculadas ao movimento social no Oeste de Santa Catarina, Adão, Stropasolas e Hötzel (2011, p. 191) afirmam que “além de promover uma alimentação mais diversificada, o resgate e a valorização das sementes crioulas têm contribuído para a manutenção da agrobiodiversidade, ameaçada pelas conseqüências advindas da padronização das sementes comercializadas”.

A exemplo das sementes crioulas, também tem sido emblemática a revalorização das plantas medicinais. Com efeito, das 49 famílias entrevistadas, 20 cultivam plantas medicinais e algumas agricultoras realizaram cursos profissionalizantes em fitoterapia. Além do consumo doméstico, as plantas e os remédios manipulados são usados em trabalhos comunitários e comercializados nas feiras (MARQUES; MELLO, 2009). Há uma rede de atores (agricultores, extensionistas, pesquisadores, professores universitários, técnicos de ONG, movimentos sociais, membros de sindicatos e consumidores) envolvidos no apoio à atividade. Tais ações culminaram em um Programa Municipal de Fitoterapia (Chapecó), que funcionou por quatro anos. Posteriormente, “em função de disputas políticas locais”, o Programa foi desativado, mas “o acúmulo de conhecimento e a ampliação de redes sociais ‘extraoficiais’ são resultados residuais visivelmente consolidados” (MARQUES; MELLO, 2009, p. 13).

Cabe mencionar que esses processos “contra-hegemônicos”, apesar de mobilizarem uma fração pequena do negócio agroalimentar da região e serem considerados promotores de autonomia, são hostilizados, encontram resistência ou são reapropriados pelo grupo de interesse ligado ao setor empresarial. Nesse sentido, citamos que no município de Planalto Alegre houve denúncias contra a Casa Colonial, que teria vendido produtos sem o Selo de Inspeção Federal (SIF), desconsiderando a existência de inspeção estadual ou municipal e levando ao fechamento temporário da pequena venda. Semelhante a este caso, em Seara, a casa Colonial foi alvo de fiscalização da Vigilância Sanitária Estadual, que recolheu produtos, como queijo e vinho, sem considerar alguns aspectos das legislações vigentes.

A atuação heterogênea da ação pública nas práticas produtivas e alimentares no Oeste de Santa Catarina

Se, como vimos, a modernidade é um fenômeno de dois gumes e o seu “sucesso” levou à emergência de práticas produtivas e alimentares críticas ao seu transcurso, o mesmo podemos observar e afirmar da ação pública. Por um lado, a agricultura modernizante e orientada à globalização (ainda que, por vezes, usando estratégias de realocação alimentar) (SCHNEIDER; FERRARI, 2015) foi impulsionada e ocupa um espaço econômico relevante na região devido à atuação da ação pública. Políticas cambiais e comerciais (p. ex., Lei Kandir), políticas de infraestrutura, política de crédito agrícola e agroindustrial, pesquisa agropecuária e expansão do Ensino Superior são alguns dos exemplos dessas ações. Como salienta Rover (2009, p. 112): “Nos tempos recentes, o Estado não deixou de apoiar ou ter ação estrutural junto a setores empresariais, seja em agroindústrias de grande ou menor porte, seja na construção de hidrelétricas, ou em outros setores empresariais.”

Por outro lado, como visto, a ação pública fomentou um conjunto de projetos, estratégias e práticas críticas à modernidade, à modernização da agricultura e à globalização. Com o processo de redemocratização do país, o fortalecimento de ONGs e movimentos sociais, a visibilidade às problemáticas ambientais e com o reconhecimento político e institucional da agricultura familiar em meados da década 1990, uma miríade de ações públicas visando à promoção do desenvolvimento rural sustentável e à reconstrução da autonomia da agricultura familiar foi delineada.¹⁰ Considerações críticas aos processos de desenvolvimento e às formas de atuação do Estado foram emergindo, reclamando outras iniciativas e políticas públicas. A ação pública tornou-se heterogênea (embora as distintas ações não tenham “os mesmos pesos e medidas”) e, por vezes, contraditória.

A pesquisa agropecuária, a extensão rural e a expansão do Ensino Superior são exemplos emblemáticos neste sentido. Durante a pesquisa de campo, diversos depoimentos ressaltaram o papel da extensão rural na difusão e na transferência de tecnologias modernas, em paralelo a um conjunto de ações de valorização da agroindústria familiar colonial, da agroecologia, das plantas medicinais e de alimentos tradicionais. O

¹⁰ Das 49 famílias entrevistadas, 46 acessaram algum tipo de política pública (política de apoio à produção, de transferência de renda, de melhorias nas condições de vida). Para ilustrar, 25 famílias acessaram o Pronaf, 10, o PAA, 13, o Pnae, 20 distribuição de sementes, 35 a Ater, 20 a Previdência Social e 8 o Programa Bolsa Família. As famílias que acessaram o Programa Bolsa Família e/ou que são indígenas, acessaram uma média de 0,5 e 0,66 políticas públicas. Nas demais famílias (integrados, convencionais, circuitos curtos-agroindústrias, circuitos curtos-demaís), esses números foram um pouco mais elevados, variando de 2,55 a 3,5 políticas públicas. Similarmente à diversidade interna ao último grupo, também não foram observadas diferenças expressivas entre famílias multilocalizadas (2,54 políticas) e monolocalizadas (2,08 políticas públicas).

mesmo poderia ser dito para o Ensino Superior (caso da agronomia, por exemplo) que, ao mesmo tempo que promove as práticas e técnicas modernizantes (agricultura, agroindustrialização etc.), tem ações direcionadas para a agroecologia, circuitos curtos, diversificação produtiva, segurança alimentar e nutricional etc. O depoimento abaixo sobre a extensão rural e a expansão das universidades ilustra esses tensionamentos:

(...) com a Revolução Verde você inicia uma extensão rural que (...), mas era uma extensão direcionada pra agroindústria e hoje se questiona muito dentro da Universidade né, a necessidade de você rever essa extensão (...) eu queria destacar o REUNI, né, a expansão das universidades, que criaram cursos que, por mais que a gente sabe que não são perfeitos, tem muito o que melhorar, mas eles contribuem sim na mudança de perspectiva né, mudança de percepção né, cultural, que a gente comentava nas questões anteriores, que vai reverter uma maior demanda por produtos mais saudáveis, então é um pouco nesse sentido, então os cursos de agronomia mais voltados, ou pelo menos uma tendência pra serem voltadas mais pra agricultura familiar né, o curso de nutrição né, (...), e os projetos desenvolvidos nessas Universidades. (Depoimento Grupo Focal, agricultora integrante de movimento social)

Outro exemplo são as regras e normativos da agroindustrialização colonial e o papel das agências responsáveis pela vigilância sanitária. Embora os avanços ocorridos em âmbito federal e estadual no sentido de incorporar as especificidades da agricultura familiar e de garantir a qualidade alimentar, tais regras e normativos ainda provocam tensionamentos na agroindustrialização colonial/artesanal. Com frequência, sobre a categoria social recaem normativos e enquadramentos que, pautados em valores industriais, ameaçam práticas tradicionais que balizam os produtos artesanais e coloniais. Não raro, as regras da Vigilância Sanitária impõem ingredientes, métodos e orientações que alteram as práticas produtivas e alimentares e descaracterizam os produtos dos territórios. Dorigon e Renk (2011) relatam que mudanças no formato dos queijos, as exigências de pasteurização no leite e de adição de conservantes nos derivados de suínos ameaçaram características da tradição: "(...) devido às exigências do serviço de inspeção sanitária, as agroindústrias estavam se aproximando das agroindústrias convencionais, resultando em quedas nas vendas" (DORIGON; RENK, 2011, p. 111). No município de Planalto Alegre também verificamos exigências diferenciadas para a agricultura familiar em relação à regulamentação sanitária, dificultando sua inserção no mercado. O depoimento abaixo complementa a análise, apontando as contribuições heterogêneas da vigilância sanitária,

um ponto é a vigilância, que ela contribui positivamente e também

negativamente [para mudanças alimentares], os dois pontos, porque eu acho que ela tem o trabalho dela que é fiscalizar e tu tem que apresentar o produto bom, mas, agora, tem uns termos que tu não pode, porque não tem registrado, o ovo caipira na feira, vender na feira. Porque tu não tem uma galinha caipira com abatedouro, tudo formado, tu tem que vender galinha caipira escondido. Queriam proibir nós de levar o pão com o fermento de batatinha pra vender, que nós assamos na palha de milho pra vender na feira... (Depoimento Grupo Focal, representante de ONG agroecológica)

Mesmo nas políticas específicas para a agricultura familiar, tais heterogeneidades e contradições estão presentes. O caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é emblemático neste sentido. De acordo com diversas análises, o Pronaf vem estimulando “mais do mesmo” nas práticas agrícolas, ao financiar principalmente a produção de *commodities*, orientadas em tecnologias modernas e na especialização (GRISA; WESZ JR.; BUCHWEITZ, 2014; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013; 2005). Contudo, o Programa também tem apoiado a produção de alimentos básicos, a diversificação dos produtos e a agroindustrialização (GRISA; WESZ JR.; BUCHWEITZ, 2014; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013). Conforme dados dos questionários, 25 famílias acessaram o Pronaf e este tem apoiado tanto aquelas no sistema de integração de suínos e aves (6) quanto agricultores que produzem grãos e leite (5), ou ainda aqueles que agroindustrializam produtos coloniais (7) ou participam de feiras e mercados institucionais (7). Em termos de efeitos sobre prática da produção para o autoconsumo, a presença ou não do Programa igualmente não se mostrou relevante nos estabelecimentos, conforme mostra o Quadro 2. Assim, como Gazolla e Schneider (2013, p. 47), observamos que “o Pronaf está imerso em uma ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que é um Programa que apoia e estimula os agricultores familiares a intensificarem seus sistemas produtivos, também incita as famílias a buscarem alternativas a este tipo de desenvolvimento”. O depoimento também é elucidativo neste sentido:

Então eu acho que o Pronaf, ele influenciou muito na alimentação (...) pra nós consolidarmos estratégias daquilo que era uma alimentação mais adequada nos termos de aspecto cultural, seja mais industrializado ou natural... mas a grande parte do PRONAF favoreceu a piorar a alimentação das propriedade, porque conseguiu dar acesso pro cara produzir só soja, ou só leite e abandonou o restante, porque a matemática do Pronaf é tão (...) ele aumentou mais tratores, mais máquinas, mais venenos e mais soja, inclusive quem tem 4 hectare hoje quer plantar soja, não quer nem plantar milho mais né, está acabando as vacas, é o caso de Seara né, o pessoal abandonando as vacas pra plantar soja. (Depoimento Grupo Focal, agricultor e assessor de cooperativismo)

Quadro 2 – Valores médios da produção para autoconsumo e diversidade produtiva de acordo com o acesso ou não às políticas públicas

Políticas Públicas	nº famílias	Acesso à PP – Autoconsumo médio/mês (R\$)	Acesso à PP – Média de tipos de produtos produzidos	Não acesso à PP – Autoconsumo médio/mês (R\$)	Não acesso à PP – Média de tipos de produtos produzidos
Pronaf	25	881,20	12,1	811,90	12,7
PAA	10	1.002,00	14,7	807,22	11,7
Pnae	13	1.142,85	14	738,22	11,7
Distribuição de sementes	20	933,50	13,6	785,00	11,5
Ater	35	891,18	12,6	731,67	11,8
Bolsa Família	8	855,50	13,5	848,68	12,1
Previdência Social	20	908,50	13,6	804,23	11,5

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Também procuramos explorar se outras políticas, notadamente aquelas de transferência de renda (Previdência Social e Programa Bolsa Família), produziam mudanças nas práticas produtivas e alimentares da agricultura familiar, suplantando hábitos e tradições e introduzindo valores e práticas modernos. Novamente aqui as respostas foram controversas. Alguns depoimentos de mediadores e igualmente de beneficiários da Previdência Social sinalizaram para possíveis efeitos no sentido de redução da produção de alimentos para o autoconsumo: “eles [os aposentados] não fazem mais, eles compram tudo, eles compram pão, eles compram bolacha, eles compram cuca, a massa, eles compram tudo”; “compro cenoura, brócolis, tomate, coisas que estaria produzindo se não tivesse renda” e “a gente compra mais comida pronta, pois não tenho mais saúde para fazer hoje, não consigo mais cortar lenha”. Neste último caso, a Previdência Social funciona como um mecanismo para dar mais conforto e diminuir a penosidade vivida por famílias rurais. Também há interpretações similares de mediadores sobre o Programa Bolsa Família:

O Bolsa Família nós já falamos, ele influenciou sim, principalmente as pessoas extremamente excluídas que não tinham essa renda, mesmo que seja 100 reais favoreceu mais pra comprar mais bolacha da (...) Bauduco, minimamente um pacote de farinha processada, então isso assim, mas as vezes no custo do abandono daquilo que se fazia que era fazer a farinha de mandioca em casa, os amidos, a comida mais caseira. (Depoimento Grupo Focal, agricultor e assessor de cooperativismo)

No entanto, outras interpretações apontam para a influência positiva no

sentido de melhorar a renda e a qualidade de vida. Com a garantia de renda, as famílias poderiam assegurar melhor acesso aos alimentos (via aquisição nos mercados, ainda que sem impactar sobre a produção para o autoconsumo). Para uma entrevistada aposentada, a Previdência “ajudou a comprar frutas que a gente não tinha, mamão, abacate”. Uma família indígena também citou que, com a aposentadoria, “não mudou nada na alimentação, mudou que não preciso trabalhar mais fora” [em outros estabelecimentos como diarista].

No caso dos beneficiários do Programa Bolsa Família, este foi apontado como fundamental para o acesso à alimentação. Ainda que a produção para o autoconsumo seja uma prática recorrente entre as famílias em situação de vulnerabilidade social (TECCHIO, 2017; 2012; TECCHIO; CAZELLA; MATTEI, 2011) e o principal destino dos cultivos e criações realizados pelas famílias, ela geralmente envolve poucas quantidades e é insuficiente para atender as demandas alimentares. Nesse contexto, os recursos do Programa Bolsa Família tornam-se fundamentais para a reprodução social: “mudou tudo”, “é o principal instrumento para ter acesso à alimentação”. Outras beneficiárias também assim se manifestaram: “afetou muito para comprar alimentos para as crianças e material”, “Claro! Não é muito, mas ajuda porque não posso trabalhar”, ou ainda, “Ajuda a comprar o que não se produz” e “Sim, fiquei um ano sem receber e nesse período não foram [consumidos] alimentos tão variados”.

Confluyente com essas interpretações divergentes, os dados dos questionários não mostram diferenças estatísticas no valor estimado pelas famílias beneficiárias (R\$ 908,00 e R\$ 855,00, respectivamente) e não beneficiárias da Previdência Social e do PBF (R\$ 804,00 e R\$ 848,00 sucessivamente) em relação à produção para o autoconsumo. Entre as políticas públicas, as diferenças mais significativas foram observadas nos casos dos Programas PAA, Pnae (como já mencionado anteriormente) e Ater (Quadro 2). Em relação a este último, as famílias que receberam Ater estimaram economia de R\$ 891,18 e, aquelas não beneficiárias, R\$ 731,67.

De uma maneira mais ampla, a pesquisa também procurou indagar se o conjunto de políticas públicas que a família acessava interferia nas suas práticas produtivas e alimentares.¹¹ Acompanhando os resultados já citados, as respostas dos questionários foram diversas. Parte dos entrevistados não observou influência da ação pública nas práticas produtivas e alimentares, e parte apontou que as políticas oportunizaram a acesso à alimentação diferenciada: “melhorou a renda e ajuda a comprar mais coisas, enquanto vou tentando produzir e consumir só

¹¹ De modo a verificar, a pesquisa também analisou se diferentes arranjos de políticas públicas (*policy mix*) produziam efeitos distintos sobre a produção para autoconsumo e a diversidade produtiva. Os resultados não apontaram diferenças significativas entre as diversas combinações de políticas públicas.

agroecológico”, e “passamos a tomar mais café, porque eu posso comprar orgânico, porque temos uma condição melhor”.

Desse modo, confluyente com a afirmação realizada no início dessa seção, observamos que a ação pública pode, por um lado, promover práticas produtivas e alimentares modernizantes e globalizantes que, ainda que aumentem a produção e a produtividade, ameaçam a diversidade alimentar, substituem tradições e provocam riscos e incertezas alimentares decorrentes da ciência e do progresso técnico. Por outro lado e, em grande medida, fruto do avanço das práticas citadas, a própria ação pública auxilia a erigir um conjunto de práticas produtivas e alimentares alternativas que, ressignificando a tradição, produzem ações heterogêneas na região. Longe de situarem-se apenas no âmbito da dualidade política que caracteriza o meio rural brasileiro (agronegócio e agricultura familiar), tais controvérsias, e por vezes contradições da ação pública, encontram-se permeadas igualmente nas políticas públicas para a agricultura familiar. Em outras palavras, o mesmo Estado que produziu riscos, ameaças e incertezas produtivas e alimentares, também contribui para a segurança alimentar e nutricional na região. Partindo da abordagem da ação pública, podemos levantar a hipótese de que essas diferentes trajetórias dependem dos distintos arranjos de atores que, em conjunto com o Estado, o colocam em ação.

Referências bibliográficas

- ADÃO, N. M. L.; STROPASOLAS, V. L.; HÖTZEL, M. J. Movimento de Mulheres camponesas e a sementeira de novas perspectivas: os significados da (re)produção de sementes crioulas para as mulheres no Oeste Catarinense. *Interthesis*, v. 8, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2011v8n2p160>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- BEBER, A. M. C.; GASTAL, S.; MENASCHE, R. Práticas alimentares como narrativa da interação cultural no Turismo Rural. *International Journal of Scientific Management Tourism*, v. 4, n. 2, p. 181-196, 2018.
- BECK, U. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona/Buenos Aires/ México: Paidós, 1998.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A. et al. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 11-71.

- CORAZZA, G. Traços da formação socioeconômica do Oeste Catarinense. In: CORAZZA, G.; RADIN, J. C. *Fronteira Sul – Ensaios socioeconômicos*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2016. p. 59-90.
- D'ANGELIS, W. R. Para uma história dos índios do oeste catarinense. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 141-2019, 1995. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2106>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. *Revista de Economia Agrícola*, v. 58, n. 1, p. 101-113, 2011.
- FERRARI, D. F. *Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina*. 2011. 347 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49829>. Acesso em: 5 mar. 2019.
- FERRARI, D. F. *Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina*. 2003. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286191/1/Ferrari_DilvanLuiz_M.pdf. Acesso em: 20 mai. 2019.
- FUJITA, C. Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste de catarinense. *GEO UERJ*, v. 24, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/6918>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003. Acesso em: 25 mar. 2019.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 73-133.
- GOULART, S. S. Terras indígenas no Oeste Catarinense. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 39-46, 2009.
- GRISA, C.; WESZ JR., V.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, n. 2, 2014. Disponível em: <https://revistasober.org/>

- article/doi/10.1590/S0103-20032014000200007. Acesso em: 20 jan. 2019.
- HASSENTEUFEL, P. *Sociologie politique: l'action publique*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 2008.
- KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. et al. (Orgs.). *Agricultura e políticas públicas*. Série IPEA 127. Brasília: IPEA, 1990. p. 113-123.
- KLANOVICZ, J. Kaingáng e Xokléng do sul do Brasil e a Floresta: discutindo Etno-história e História Ambiental. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, p. 3330-3333, 2009. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9032>. Acesso em: 30 mar. 2019
- LAGROYE, J.; FRANÇOIS, B.; SAWICKI, F. *Sociologie politique*. Paris: Dalloz Presses de Sciences Po, 2002.
- LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. *Sociologie de l'action publique*. Paris: Armand Colin, 2009.
- MARQUES, F. C.; MELLO, M. A. Produção de novidades: “desvios” da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47, 2009, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Sober, 2009.
- MASSARDIER, G. *Politiques et actions publiques*. 2. ed. Paris: Armand Colins, 2008.
- MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MELLO, M. A. *Sementes brotam da crise: a produção de novidades organizacionais na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina*. 2009. 299 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22663>. Acesso em: 5 mai. 2019.
- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Unochapecó, 2005.
- OLIVEIRA, P. D. *A rede urbana no extremo oeste catarinense: uma reflexão sobre sua formação*. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/175317>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- PAIM, E. A. Aspectos da constituição da região oeste de Santa Catarina.

- SACULUM – *Revista de História*, João Pessoa, n. 14, p. 121-138, 2006.
- POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 149-187, 2006. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2103>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- POLI, O. L. Camponeses no Oeste Catarinense. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 15, n. 14, p. 11-62, 2001. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1979>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- RENK, A. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.
- ROVER, O. Gestão política e desenvolvimento na região oeste de Santa Catarina. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 22, n. 30, p. 101-117, 2009. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/453>. Acesso em: 5 mai. 2019.
- SCHATZKI, T. Practice, governance and sustainability. In: STRENGERS, Y.; MALLER, C. *Social practices, intervention and sustainability: beyond behaviour change*. Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 15-30.
- SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/949>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (Org.). *PAA: 10 anos de aquisição de alimentos*. Brasília: MDS, 2014. p. 114-151.
- SILVA, C. L.; BASSI, N. S. S. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, C. L. (Org.). *Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e preposições de análise para o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2012. p.15-38.
- TECCHIO, A.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres do Território Meio Oeste Contestado (SC). *Raízes*, Campina Grande, v. 31, n. 2, p. 68-81, 2011. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_272.pdf. Acesso em: 18 ago. 2018.
- TECCHIO, A. *Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado (SC)*. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/>

- handle/123456789/99407. Acesso em: 20 jan. 2019.
- TECCHIO, A. *Pobreza e territorialização da ação pública no Território Meio Oeste Contestado (SC)*. 2017. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popu_p=true&id_trabalho=5288166. Acesso em: 20 jan. 2019.
- TEDESCO, A. L.; EIDT, P. A transformação do Ethos no Oeste de Santa Catarina. *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, v. 22, n. 39, p. 217-227, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeba/article/view/341>. Acesso em: 14 mai. 2019.
- VALENTINI, D. J.; RADIN, J. C. Camponeses no sertão catarinense: a colonização da região Contestado nas primeiras décadas de século XX. *In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. Anais eletrônicos...* São Paulo: ANPUH, 2011.
- WARDE, A. What sort of a practice is eating? *In: SHOVE, E.; SPURLING, N. Sustainable practices: social theory and climate change*. Londres: Routledge, 2013. p. 17-30.
- WEDIG, J. C.; MENASCHE, R. Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero. *In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 147-162.
- GRISA, Catia; TECCHIO, Andréia; CHECHI, Leticia Andrea; SABOURIN, Eric. As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: a ação pública na busca e na crítica à modernidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 78-108, fev. 2020.

Resumo: (As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: a ação pública na busca e na crítica à modernidade). A região do Oeste de Santa Catarina se integrou à “modernização da agropecuária” a partir da década de 1950, por meio da agroindustrialização de alimentos, tendo como protagonistas o Estado, a sociedade civil e o mercado, que atuaram nos níveis nacional, estadual e municipal. Baseado na sociologia da ação pública, o objetivo deste artigo consiste em verificar como as políticas públicas promoveram a

modernidade e como ações e políticas públicas mais recentes reforçam ou delinham novos padrões e trajetórias de desenvolvimento rural e influenciam práticas produtivas e alimentares. A coleta de dados associou revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Em 2018, foram realizados dois grupos focais, 13 entrevistas semiestruturadas com gestores públicos e mediadores de sete organizações atuantes na região, e foram aplicados 49 questionários em domicílios rurais localizados em Chapecó e nove municípios vizinhos. Os resultados da pesquisa indicam que a modernidade levou uma parcela significativa de agricultores familiares a produzirem menos alimentos para o autoconsumo e a consumirem mais alimentos industrializados e ultraprocessados, além de ter provocado concentração da produção, êxodo rural e poluição ambiental. Diante desses riscos e incertezas, “novas” práticas produtivas e alimentares emergiram e novos atores passaram a construir alternativas à modernidade. As “novas” estratégias produtivas consistiram na agroindustrialização de alimentos, na produção agroecológica, no resgate da biodiversidade, na criação de feiras e na manutenção da produção para o autoconsumo, apoiadas por diversas ações e políticas públicas. O mesmo Estado que produz riscos, ameaças e incertezas produtivas e alimentares, também contribui para a segurança alimentar e nutricional na região.

Palavras-chave: ação pública; modernidade; práticas produtivas e alimentares.

Abstract: (*The productive and food practices in rural space of western Santa Catarina: public action in the search for and critique of modernity*). The western region of Santa Catarina was integrated to the “modernization of agriculture” in the 1950s, through the agro-industrialization of the food system, having as protagonists the State, civil society and the market, which acted at the national, state and municipal levels. Based on the sociology of public action, the objective of this paper is to verify how public policies promoted modernity and how the more recent public actions and policies reinforce or delineate new patterns and trajectories of rural development and influence productive and food consumption practices. The methodological procedures consisted of literature review and field research. In 2018, we conducted 13 semi-structured interviews with public managers and mediators from seven organizations operating in the region, two focus groups and 49 questionnaires with family farmers located in Chapecó and nine adjacent municipalities. The results indicate that modernity has led a significant portion of family farmers to produce less food for self-consumption and to consume more industrialized and ultra-processed foods, besides causing concentration of production, rural exodus and environmental pollution. Faced with these risks and

uncertainties, “new” food and production practices emerged, and new actors began to build alternatives to modernity. The “new” production strategies consisted of food agro-industrialization, agroecological production, biodiversity restoration, creation of fairs, and the maintenance of production for self-consumption, supported by various actions and public policies. The same State that produces productive and food risks, threats and uncertainties, also contributes to food and nutritional security in the region.

Keywords: public action; modernity; productive and food practices.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

'Admirável Bode Novo': regionalismo e ruralismo em defesa da caprinocultura no semiárido nordestino

DOI: 10.36920/esa-v28n1-5

Introdução

Lançado em 2005, por uma editora do Senac,² o livro *Culinária caprina*: do alto sertão à alta gastronomia traz mais de cinquenta receitas com ingredientes à base de carne e leite. A proposta do livro é mostrar quais são os

sabores tradicionais e contemporâneos (...) que mostram que o bode e a cabra são representantes notórios da identidade cultural nordestina – a par do caju, da dança de forró – todas elas expressas na arte popular, em xilogravuras, artesanato e em literatura de cordel. (SENAC, 2005, p. 3)

Com rico material fotográfico e de xilogravuras – com uma versão traduzida para o inglês –, a coletânea é produto de uma rede de patrocinadores e parceiros: além de universidades e agências nacionais do Senac e Sebrae, há centros de pesquisa sobre caprinos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Sobral – CE, e da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba, em Pendência – PB. Também participaram do livro, ateliês de costura e arte popular

¹ Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) com período sanduíche na Université Paris I Panthéon Sorbonne nos quadros do Centre Européen de Sociologie et Science Politique (CESSP) da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Professor do Departamento de Direito da Uninassau. Vencedor do Prêmio Capes de Tese 2019 na Área de Sociologia. E-mail: valdeniofmeneses@hotmail.com.

² Instituição de educação profissional, criada na década de 1940, e atualmente ligada à Sociedade Nacional do Comércio. Assim como o Sebrae, o Senac atua em parcerias com o setor público e privado, sendo que, desde a década de 1990, tem se direcionado para projetos de capacitação e gestão empresarial, seja no meio rural ou urbano, fortemente marcados sob a ideia do empreendedorismo.

nordestina (como a Feira de Artesanato Alto do Moura, em Caruaru - PE), *chefs* renomados e restaurantes de comida regional (como o Mangai, de João Pessoa, e o Entre Amigos do Bode, de Recife). A lista de apoiadores ainda conta com nomes destacados na hotelaria e no turismo rural no semiárido - o Hotel Fazenda Pai Mateus, em Cabaceira - PB e a Fazenda Bom Jardim da Serra Verde, em São Tomé - RN.

Seguindo nas páginas do livro, o leitor encontrará um prefácio escrito por Ariano Suassuna chamado "A cabra e eu", em que ele explica o projeto de criação de cabras na fazenda da sua família (a Carnaúba em Taperoá - PB), e também relata sobre sua amizade com o escritor Raduan Nassar, através do gosto que os dois escritores compartilham pela criação de caprinos. Em seguida, o leitor chega aos ensaios "Epopeia das cabras valentes da terra Brasil" e "Bodes, cabras e cabritos: comida de um povo valente", escritos por uma equipe de pesquisadores do Senac. Trazem um levantamento de dados quantitativos, com um histórico que posiciona as cabras desde a antiga Grécia até os portugueses colonizadores, chegando, enfim, à cabra do Nordeste brasileiro, um símbolo "da conquista e adaptação aos sertões nordestinos pela sua seleção natural" (SENAC, 2005, p. 13). Esse "resgate" de uma cultura caprina e nordestina é construída também com citações de trechos de obras de intelectuais nordestinos, consagrados durante o século XX, como Gilberto Freyre, Josué de Castro e Câmara Cascudo.

Outra proposta desses ensaios é registrar as lendas e expressões populares como a palavra "cabra-macho", as aparições do "bode preto" associado ao diabo e memórias populares como o do Bode Ioiô, personalidade famosa na cidade de Fortaleza, nos anos 1920. Há também uma seção dedicada às feiras e aos festivais gastronômicos e turísticos, como o "Bode Rei", em Cabaceiras - PB, "Festa do Bode", em Tejuçuoca - CE, e o "Festival Nacional do Bode", em Sertânia - PE. Esses eventos, todos criados durante a década de 2000, revelam, segundo o livro, um pouco do universo econômico e cultural do sertão através dos bodes, cabras e cabritos que desenham uma história de encantamento e sedução na vida e mesa de milhares de brasileiros (SENAC, 2005, p. 28). Um símbolo de sertão e de Nordeste, assim se diz que a "cultura bodística" da carne, do leite e do couro gera não apenas emprego, mas principalmente o resgate da cultura popular nordestina (SENAC, 2005, p. 45).

Como visto nessa breve introdução, desde a última década há um forte viés regionalista que coloca o caprino como símbolo de uma autenticidade "sertaneja". Naturalizada e feita verdade cultural, essa classificação do caprino soa estranha quando se registra como essa pecuária, há poucas décadas, era bastante desvalorizada. Isso foi expresso, por exemplo, em incipientes pesquisas de zootecnia na região Nordeste, feitas na década 1950-60. Levantamento de agrônomos e

zootecnistas em institutos de pesquisa do Ceará – de Octavio Domingues (1955) a Aristóbulo de Castro (1984) – colocam que até a segunda metade do século XX houve apenas experiências esparsas e fracassadas de introdução de raças exógenas/ou melhoramento de caprinos nativos – como o caso das peles de Delmiro Gouvêia, em Alagoas. A impressão era de que os grandes fazendeiros não se dedicavam à criação desta espécie [caprinos], ficando a cargo de pequenos e médios proprietários (DOMINGUES, 1955, p. 20) ou de “mulheres analfabetas ou pessoas sem instrução” (DOMINGUES, 1955, p. 55). A pecuária caprina, associada aos setores desfavorecidos e subalternos, aos pobres e às mulheres do campo, era vista como algo de pouco status e de difícil viabilidade técnica e econômica. É o que também atesta um dos primeiros estudos técnicos feitos pelo BNB (1959, p. 69) – com dados sobre seca, economia, produção nos estados do Nordeste etc. –, que apontavam os caprinos como atividade de pouca viabilidade de mercado fora do abastecimento interno. Até a década de 1990, pesquisas sociológicas e econômicas no Cariri paraibano colocavam a criação de caprinos como atividade de extrema fragilidade e risco para a agricultura familiar em condições de secas, como menciona Cohen (1997, p. 412). Tendo em vista essa breve reconstrução histórica, como explicar que a “miunça ou vaca dos pobres” (BRADESCO-GOUDEMAND, 1982, p. 60) tenha se tornado símbolo de um “nordestino forte, pronto pra viver a vida agreste, onde resistir é preciso e ser cabra também é preciso?” (SENAC, 2005, p. 40).

Os bodes – além de proporcionarem boa carne para comer – são adequados para se pensar algumas dimensões políticas recentes do regionalismo nordestino e suas formas de dominação associadas às categorias rural/urbano. E é isso que este artigo propõe: um estudo sociológico sobre quais esquemas de percepção estariam embutidos nesse atual consenso em defesa dos caprinos no semiárido nordestino. Até que ponto essa mudança valorativa dos caprinos tem afinidades com visões de mundo de frações da elite pecuarista do interior do Nordeste? Para debate essa questão, o artigo tenciona teórica e analiticamente a perspectiva do conceito de campo, como microcosmos de relações sociais (BOURDIEU, 1989, 2009), com seus mecanismos de dominação, geometrias e disputas que atravessam a dimensão relacional da vida social (LEBARON; LE ROUX, 2013, p. 107). Além disso, dialoga com autores que – apesar de perspectivas e áreas teóricas díspares – deram ênfase a temas de interesse aqui: das condições de produção do regionalismo nordestino e folclore “popular” (ALBUQUERQUE JR., 2011; 2013) a conteúdos como construção da nação/sertão (LIMA, 2008), até os debates sobre ruralismo (MENDONÇA, 2013), as ambivalências nas defesas da grande propriedade da terra do agronegócio (BRUNO, 2009).

O artigo está estruturado em duas partes, com base na análise de um conjunto de fontes. Na primeira, trato da transformação dos caprinos em símbolo regional, demarcando quando essa pecuária, como “miunça e criação” – nome que remete a uma economia moral dos pobres –, passa a ser chamada de caprinocultura ou caprinovinocultura, alvo de investimentos técnicos. É registrada essa mudança em manuais de zootecnia especializados em caprinos no Nordeste, publicados entre as décadas de 1950-1970: publicações na área de zootecnia de Aristóbulo de Castro (1984) e Otavio Domingues (1955), na Seção de Fomento Agrícola do Ceará, José Macedo (1952) e Alípio Goulart (1966), na série Documentária da Vida Rural, do Serviço de Informação Agrícola (SIA) ligado ao Ministério da Agricultura. Também analiso os primeiros projetos do BNB (1959) e da Fundação Joaquim Nabuco, como o livro *Bode do Nordeste*, organizado pelo jornalista Mauro Mota (1969). Mais que uma mera mudança de nomenclatura, a difusão do termo caprinocultura indica uma imposição de esquemas de percepção produzidos em uma elite – seja pela via zootecnia, ou na “linguagem regionalista” – que evoca uma “cultura popular”, mas que desqualifica valores de uma certa economia moral em torno dos caprinos, ou seja, a lógica da “miunça e criação” de quintais, chapadões e em torno dos roçados, algo que foi registrado em pesquisas já clássicas de sociólogos e antropólogos – como Woortmann (1990), Garcia Jr. (1989) e Godoi (2009) – em diferentes áreas de pequena propriedade e de comunidades pobres do meio rural do Nordeste.

Na segunda parte, analiso como a caracterização dos valores regionalistas se conecta à construção de um campo da convivência com as secas que envolveu setores das elites pecuaristas a partir do final da década de 1970. Aqui tomo como fontes editoriais, artigos de opinião e matérias publicadas (entre 1980-2013) nas revistas *Agropecuária Tropical* e *O Berro*, porta-vozes de sociedades de grandes pecuaristas do Nordeste e ligadas à Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ). Na construção de uma bandeira da convivência com as secas nesses setores, foram sendo também produzidas disputas em torno de um modelo, não apenas no sentido empresarial, mas que sustentasse uma legitimidade para a pecuária de caprinos. A partir de matérias, editoriais e artigos das revistas foram expressos embates sobre desertificação no semiárido entre pecuaristas defensores dos bovinos *versus* caprinos e, entre estes últimos, conflitos que ocorreram na década de 1990 em torno dos melhoramentos das raças caprinas nativas ou na inserção de raças exógenas – como a Boer, de origem sul-africana.

Nas considerações finais, posiciono que, além de uma disputa regionalista – que em última instância remete à própria constituição histórica e política do Nordeste no imaginário nacional (ALBUQUERQUE JR., 2011) –, as elites pecuaristas, ao defender o caprino, também reafirmam

certas afinidades eletivas com visões políticas do agronegócio brasileiro. Há uma sintonia com os valores ruralistas que defendem a caprinocultura junto à retórica em defesa de um passado ligado a uma ordem social rural e que, por isso, remete a mecanismos simbólicos de exaltação da grande propriedade, valores esses que orientam condutas em vários setores do agronegócio brasileiro.

Este artigo defende, portanto, que é a partir de dois movimentos que foi gestada uma legitimidade para o atual *status* valorizado da caprinocultura no semiárido. De um lado, desqualificando a percepção e as lógicas de reciprocidade dos caprinos para os pobres e, do outro, aproximando a percepção e classificação da caprinocultura com a imagem da “vocação rural” brasileira e defesa da grande propriedade dos setores do agronegócio.

Da desqualificação da ‘miunça’ à imposição da caprinocultura

A ‘criação e a miunça’: uma economia moral dos pobres

O argumento da antiguidade secular para fazer exaltação ao bode como patrimônio “sertanejo nordestino” fica duvidoso quando se percebe o *status* que tinha a pecuária caprina no Nordeste até a década de 1970 do século passado. Trabalhos de zootecnia, como o de Octavio Domingues³ (1955) e Aristóbulo de Castro (1984), além de matérias da revista *O Berro*, permitem afirmar que, ao menos até a segunda metade do século XX, houve apenas experiências esparsas de introdução de raças exógenas/ou melhoramento de caprinos nativos em grandes fazendas da região atualmente demarcada como semiárido nordestino. Foram registrados alguns fracassos, como o caso da introdução, entre 1928-1930, de anglo-nubianos, pelo coronel João Borges de Sá, na região de Uauá, no interior da Bahia (*O BERRO*, 2. ed., 1983, p. 73) e da falência na criação de cabras e bodes para exportação de peles realizada pelo famoso coronel “empreendedor” alagoano Delmiro Gouvêia, nos anos 1930. A pouca importância dos caprinos na estratégia econômica dos grandes proprietários pecuaristas do “Polígono das Secas” pode ser vista a partir de comentário do zootecnista Octávio Domingues, em livro de 1955, escrito para a Seção de Fomento Agrícola (SFA) do Ceará:

³ O zootecnista Octavio Domingues foi um dos principais defensores de uma zootecnia tropical brasileira — uma seleção apropriada ao clima. Ele foi uma das principais referências bibliográficas para as experiências de Uberaba, nos anos 1930, com o boi Zebu, em que uma elite de famílias de criadores atuou selecionando e comercializando famílias de bovinos (LEAL, 2016, p. 314). A ideia de gado de elite consolidou todo um imaginário nacional através da pecuária bovina — que fez esse grupo social ter poder de barganha para exigir política de crédito, pesquisas e investimentos com os governos: não é acaso que todos os presidentes desde Getúlio Vargas visitaram ao menos uma vez a exposição anual de Uberaba.

O fazendeiro não se dedica absolutamente à criação desta espécie [caprinos]. E se o faz é sem nenhuma preocupação especial. Muitas vezes o lucro que auferê é de uma "meação" com os vaqueiros ou outras vezes dá-lhe uma cria, em cada 4 ou 5 que nascem. É pois uma tarefa secundária nas grandes e médias fazendas que interessa mais ao pequeno proprietário rural ou ao foreiro ou morador. (DOMINGUES, 1955, p. 20)

Na leitura do trabalho de Domingues (1955) também é possível perceber uma proximidade com a visão de mundo então vigente dos grandes proprietários de terra⁴ – à época fazendas de pecuária organizadas em relação de trabalho de moradia com a produção exportadora algodoeira – e seus julgamentos que desqualificavam as estratégias de criação de caprinos entre os moradores e agregados das fazendas:

Os roçados abandonados ou as lavouras de algodão já colhidos são utilizados temporalmente como pasto para os caprinos (...), seus donos, na quase totalidade das vezes são mulheres analfabetas ou pessoas sem instrução, de modo que se recusarão a toda e qualquer indagação a respeito de seus animais. (DOMINGUES, 1955, p. 58-59)

A mesma visão de desprezo vinda dos criadores de bovinos, "fazendeiros evoluídos" do interior do Nordeste, em relação às cabras e aos seus criadores é relatada no trabalho de outro zootecnista, Aristóbulo de Castro (1984), que também participou do trabalho de pesquisa entre 1950-1960, nos quadros da SFA do Ceará:

Sempre que converso com os fazendeiros evoluídos (uso o termo fazendeiro para significar criadores de gado bovino, especialmente de vacas leiteiras), observo que esses criadores procuram fugir, delicadamente, do assunto, de vez que já tem seu ponto de vista firmado. Esses criadores estão de tal modo pessimistas em relação à cabra leiteira que não concebem, sequer, pensar nesse problema econômico palpitante para o Nordeste, que é a criação de cabras. (CASTRO, 1984, p. 82)

⁴ No Brasil rural de boa parte do século XX, a produção exportadora e as hierarquias entre proprietários e trabalhadores rurais foram legitimadas por vínculos sociais com diversos nomes: "moradia", "agregados", "o trabalho alugado", "cambão", "terça" ou "sujeição", dentre outros que variavam no tempo, local, e tipo de atividade nas grandes propriedades. Em termos materiais, a "troca" entre proprietários da terra e trabalhadores agregados podia ser feita através de múltiplas funções na fazenda – como agricultores em épocas de colheita e plantio, vaqueiros, empregados da casa sede, jagunços etc. – e em variadas formas de pagamentos que combinavam a "doação" de um terreno para moradia, a "partilha" da colheita com dias de trabalho alternados "na terra do patrão" e dias de trabalho em roçado próprio, ou apartação de animais do rebanho, no caso do "quarto dos vaqueiros" (ANDRADE, 2011, p. 205). Em termos simbólicos, os agregados se "sujeitavam" aos fazendeiros dentro de prestações e compromissos regidos por códigos de conduta e hierarquia que, no geral, pouco incluíam contratos jurídicos ou salariais – se baseavam em reciprocidades desiguais de bens, compadrio, parentesco, amizade e até ameaças com uso de violência física e intimidade sexual (RIBEIRO, 2011, p. 398).

Esse desnível de *status* do caprino em relação ao bovino⁵ tratado pelos zootecnistas tem relativa proximidade com as relações de dominação entre fazendeiros/moradores, analisadas em trabalhos clássicos na sociologia e antropologia sobre formas de organização familiares do trabalho e terra no meio rural do Nordeste, entre as décadas de 1970-1990. As hierarquias de classe, o *status* “pecuário” e os julgamentos que aí operam indicam alguns valores do universo dos dominados de uma ordem rural, um mundo em que os caprinos, chamados “miunça ou criação”, são bens não somente econômicos, mas sociais e morais, que circulam nos laços de reciprocidade e compromissos entre sitiantes, camponeses, posseiros, agricultores familiares etc. Com base em pesquisa no interior de Sergipe, os trabalhos de Klaas Woortmann (1978), sobre hábitos alimentares, e de Ellen Woortmann (1981), sobre a ordem moral campesina, mostram como as classificações de comportamento social, comida, gênero e estratégia econômica fazem os caprinos ser “reimosos” – com comportamento perigoso ou às vezes impróprio para alimentação –, mas que também são criados como “ajuda” pelas mulheres aos homens que criam os bois (WOORTMANN, 1978, p. 93). Também as pesquisas de Afrânio Garcia Jr. (1989), na região do Brejo paraibano, na década de 1970-1980, colocaram em debate a “criação” e seus sentidos sociais específicos no cálculo das estratégias e divisão familiar do trabalho entre agricultores. Termos como “negócio/ajuda” dão sentido social à estratégia de criar cabras segundo a visão de mundo e trabalho do “pai e da mãe de família” que organiza a vida social entre pequenos proprietários, reideiros e meeiros:

A criação de animais é uma atividade que também se apresenta segmentada em esferas masculinas e esferas femininas. A criação das cabeças de gado, tanto vacas como garrotes é uma atividade masculina, enquanto que a de outros animais, designados como miunças, cabra ovelha, porco, peru, galinha, pato e outras aves, pertence à esfera feminina. Quem se ocupa da alimentação e do trato das miunças são as mulheres e crianças pequenas. É interessante observar que o cálculo do produto necessário ao consumo da casa inclui as miunças, como são designados os animais de pequeno porte, e é frequente a referência ao gasto da casa com milho, por exemplo, referindo-se também ao consumo destes animais. A criação de miunças dota a unidade doméstica de instrumentos de reserva e acumulação o na esfera propriamente feminina. (...) Neste sentido, utiliza-se a categoria precisão, em que a criação permite fazer face diretamente a qualquer necessidade eventual do grupo doméstico. (GARCIA JR., 1989, p. 135)

⁵ Para uma revisão da literatura de trabalhos sobre pecuária bovina no formato de verbete, ver Andriolli (2016).

Categorias sociais dos pobres sobre os caprinos também foram analisadas em pesquisas feitas no interior do Piauí, na década de 1990. O trabalho de Maria Dione de Carvalho de Moraes (2009), realizado em comunidade próxima a Uruçuí - PI, argumenta que a "miunça" se insere nas estratégias entre "baixões" e "chapadas" - classificações territoriais e de valor social entre camponeses do cerrado. Na economia camponesa tradicional, "chapadas" são áreas de caça, coleta de frutos, mel e plantas terapêuticas e criação do gado e da "miunça" "na solta". Já o "baixão" ou interior corresponde às terras baixas, com solos tidos como mais ricos e úmidos que os da "chapada", em virtude da presença de rios, riachos, lagoas e brejos (MORAES, 2009, p. 138). A autora destaca ainda que a expansão da agricultura mecanizada para exportação no cerrado piauiense tem mudado essas categorias em razão da diminuição da estratégia social contida nas "miunça": a expansão de terras para o agronegócio gera a obrigação de fazer cercamentos para os animais e, nisso, quebra sua integração a uma agricultura de aprovisionamentos - feijão, milho, arroz e frutas nativas (MORAES, 2009, p. 149). Também no Piauí, em povoados da área rural de São Raimundo Nonato, a pesquisa de Emilia Pietrafesa de Godoi (2009) registrou como as hierarquias e representações entre bois e cabras dão sentido aos marcos geracionais de criações entre famílias sertanejas:

Existe uma hierarquia na representação camponesa dos animais segundo a importância e o prestígio que lhe são atribuídos. O gado bovino é o mais prestigioso dos animais criados, e os homens adultos são os responsáveis por eles. O próprio termo "gadinho" indica o caráter de menor prestígio do rebanho caprino. Mas tanto aqueles que cuidam do rebanho caprino como quem cuida do rebanho bovino são chamados de vaqueiros. Todas as famílias têm seu "gadinho", mas somente os parentes "mais fortes" possuem gado. Não estaremos exagerando se afirmarmos que, em certa medida, a criação dos animais marca as etapas sucessivas da vida do sertanejo. (...) ela segue os "ritos de passagem" que marcam sua vida e começa com o nascimento ou com a sua incorporação em uma nova família - no caso dos "filhos de criação" - com o dom de uma "semente de gadinho" (...) com o passar do tempo, o objetivo é passar do "gadinho" ao gado, mesmo se poucos dentre eles chegam a realizar esse ideal. (GODOI, 2009, p. 297)

Toda essa diversidade de classificações e usos sociais ⁶ que envolvem os caprinos na região Nordeste fica ameaçada de ser "soterrada" e atacada diante da ascensão de um discurso regionalista pró-caprino, produzido

por frações da elite pecuarista. A desqualificação já corriqueira⁷ dessas estratégias de criação de caprinos dos pobres – na suposta “neutralidade” da linguagem zootécnica –, como desorganizadas e “pouco produtivas”, vai se somar a um tipo de construção regionalista que, por mais que reivindique um “olhar popular”, mobiliza estritamente recursos e percepções sociais de pessoas oriundas de uma elite rural. Nesse sentido, não é de pouca importância entender a difusão de nomes como “caprinocultura” em substituição à “miunça”, em textos escritos por pecuaristas e intelectuais – por vezes vindos de famílias e publicados por instituições voltadas para projetos de desenvolvimento no Nordeste.

‘O Bode do Nordeste’ (1969): a imposição da caprinocultura

Um possível marco inicial dessas nomenclaturas para pecuária caprina e a consequente eleição do bode como “símbolo sertanejo” estão em uma publicação da Fundaj, de 1969, chamada *O bode no Nordeste*. Organizado por geógrafos, jornalistas, agrônomos e zootecnistas – tendo a frente o pesquisador Mauro Mota⁸, de origem social da elite urbana e rural pernambucana –, o livro é uma coletânea de palestras e exposições de fotografias feitas na sede da Fundação, em Recife – PE. A ideia central do livro, exposta no capítulo inicial, é a de que:

Miudeza nenhuma parece mais prejudicial à nossa economia pecuária do que o desprezo pelo gado miúdo. Julgá-lo depredatório seria enaltecê-lo pela atribuição da magia de saquear uma zona, a do seu “habitat predileto”, já saqueado pela natureza. Ao contrário, ele distribui-lhe o ânimo e animalidade, com os impulsos tradicionais de servir e resistir, procedentes da antiguidade mais distante. A cabra não seca durante a seca. Nutre-se da própria devastação da estiação nordestina: cascas de árvores e arbustos, folhas secas, palha, esperança. Sobee onde outro gado não sobee –

⁷ Essa visão que relaciona as estratégias dos pobres em relação aos caprinos como de “pouca potencialidade” – sob um ponto de vista econômico ou zootécnico estrito – é armadilha que pega mesmo trabalhos recentes, como o de Gonçalves Junior (2012), que trazem boa proposição de analisar as hierarquias de *status* entre bovinos e caprinos, mas caem nessa proposta de uma pecuária empresarial que despreza os valores de reciprocidade e trocas sociais em que a “miunça” circula entre os pobres.

⁸ A biografia de Mauro Mota (1911-1984) apresenta uma narrativa similar aos descendentes da elite de grandes proprietários do Nordeste – seja nas suas versões canavieiras ou pecuaristas. Nascido no Engenho Buraré, Pernambuco, no dia 16 de agosto de 1911, filho do promotor público José Feliciano da Mota Albuquerque e de Aline Ramos da Mota Albuquerque, ele fez seus estudos primários em Nazaré da Mata, e, no Recife, ingressou no colégio Salesiano. Formado em Direito e trabalhando na redação de jornais, Mota teve trânsito nos círculos literários recifenses, publicando livros de poesia e também ensaios como “Paisagem nas Secas”, chegando inclusive a ser presidente da Academia Pernambucana de Letras e a ocupar a cadeira 26 da Academia Brasileira de Letras. Ele também foi superintendente do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais de 1956 a 1970.

menos no conceito dos fazendeiros - para consumir resíduos vegetais ocultos entre as pedras das colinas (...). Estica-se com apoio nas patas traseiras - bípede provisório - para atingir os ramos altos que sobem para não serem comidos e, nessa postura, simboliza a luta pela sobrevivência: não é um bicho que come deitado. (MOTA, 1969, p. 14-15)

Além desse texto inicial, o livro conta com mais quatro capítulos. "O caprino em Pernambuco", do técnico agrícola Umberto Câmara, faz um levantamento quantitativo do rebanho do estado, com uma classificação taxonômica do caprino, possibilidade de melhoramento no rebanho com técnicas de reprodução e aproveitamento do leite e da carne. Já "Contribuições da caprinocultura ao povoamento do sertão", do engenheiro, pecuarista e deputado estadual Hildebrando Meneses, faz um apanhado de artigos de jornais e relatos sobre as secas para argumentar que os caprinos contribuíram para o povoamento do sertão no período colonial, o que permitiu uma proteção dos efeitos destruidores dos ciclos de estiagem. Meneses (1969, p. 45) ainda reclama que apesar do progresso recente, com abertura de estradas e aumento da população no sertão, a potencialidade dos caprinos diante das secas ainda tem sido desprezada pelo Poder Público. Por fim, "A caprinocultura e economia pernambucana", do médico e criador Orlando Parahym, e o "'Caroço do caprino'" na patologia animal de Pernambuco e Nordeste", do veterinário Guilherme da Costa Filho, fazem um levantamento do potencial econômico, mas também de doenças, problemas sanitários e de criação que são obstáculos para as políticas de investimento nos caprinos.

Interessante notar como se aproximam os argumentos dos livros *Bode do Nordeste*, da Fundaj (1969), e o *Culinária caprina*, do Senac (2005). A defesa dos caprinos que intercala dados econômicos e de zootecnia com toda uma epopeia que associa esses animais à "conquista" do sertão e um valor de "resistência às secas" atravessa, de alguma forma, boa parte dos artigos desses dois livros. A principal diferença - além da distância de quatro décadas de lançamento - está no fato de que o primeiro é apenas uma proposta vaga de um congresso seletivo de especialistas, enquanto o segundo é resultado de um processo político, já realizado e bem difundido.

É nesse contraste que aponto que, mesmo tendo uma de suas possíveis gêneses entre intelectuais, literatos e zootecnistas, como o grupo da Fundaj, a durabilidade da imagem política do bode como animal que emana "nordestinidade" tem ampliado seu campo de possibilidades - e uma rede de entusiastas, instituições e investimentos de pesquisa - quando inserido nas disputas entre das associações e entidades representativas regionais de grandes pecuaristas na década de 1980: travaram fileiras tanto defensores de bovinos *versus* caprinos como defensores dos usos de raças nativas. Para entender esse campo, faço uma

breve discussão sobre a construção de uma bandeira de convivência com as secas, a partir de edições (1970-1990) das revistas *Agropecuária Tropical* e *O Berro*, publicações ligadas às associações de pecuaristas nordestinos e a ABCZ.

A caprinocultura e a convivência com as secas dos grandes pecuaristas nordestinos

Convivência com as secas, convivência com a grande propriedade

Para compreender como foi gestada e firmada a defesa pública da caprinocultura é preciso reconstruir alguns caminhos e estratégias que frações da elite pecuarista acionaram para elaborar uma pauta de superação do modelo de combate às secas. Essa elite rural que tem relação histórica e política com as secas no Nordeste⁹ construiu uma visão de convivência com a estiagem que possui diferenças com outra visão de superação do combate às secas produzidas a partir de movimentos sociais, ONGs e principalmente pastorais de forte pedagogia católica e de educação popular no campo (MOREIRA NETO, 2013). Embora haja algumas afinidades, pode-se afirmar que diferente – e até antagonista aos setores católicos e de movimentos sociais – os setores de pecuaristas do Nordeste direcionam uma convivência com as secas que evoca a ordem social centrada nos símbolos da grande fazenda pecuarista.

Pode-se dizer que essa convivência pecuarista com as secas teve sua gênese a partir de como setores pecuaristas incorporaram seletivamente propostas como a do GTDN/Sudene, instituição criada em 1959, direcionada principalmente para ações de desenvolvimento regional e que tinha posição contra obras de açudagem – a chamada “solução hidráulica – na formulação de políticas dirigidas para soluções dos problemas sociais da região Nordeste atingida pelas secas. Contudo, é somente a partir do final da década de 1970 que é definitivamente firmado, nesse setor dos grandes pecuaristas, um discurso de convivência com as secas que será expresso nos editoriais da revista *Agropecuária Tropical* (AT), patrocinada por associações e entidades de criadores

⁹ A história do modelo de grandes obras e combate às secas pode ser vista a partir do artigo de José Campos (2014) que classifica em quatro fases a trajetória dos conceitos no debate científico e formas de intervenção do Estado diante da estiagem: a primeira seria entre 1849-1877, quando a seca se torna tema de acirrados debates entre especialistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ligado diretamente a Dom Pedro II – daí veio o primeiro projeto de transposição do rio São Francisco. A partir de polêmicas e embates no IHGB, em um segundo momento foi sendo desenvolvida a ideia da hidráulica como solução (1877-1958): foi nesta fase que se estabeleceu o paradigma da açudagem e obras públicas através do IOCS, fundado em 1909. Um terceiro momento foi a política de desenvolvimento regional de JK, quando inicia-se o período da Sudene, que se mantém como paradigma até 1980. A partir da década de 1990, o debate acadêmico das secas e a formulação de políticas públicas incorporam conceitos como desenvolvimento sustentável com base nas conferências como Rio 92 – a convivência com as secas ganha espaço, assim com os temas da sustentabilidade e ecologia.

regionais e pela ABCZ, grande entidade da pecuária brasileira. Ainda com o nome de *Paraíba Pecuária* a revista começou a circular no segundo semestre do ano de 1976, tendo publicação bimestral. Patrocinada pela ABCZ e pelas suas filiais regionais, a Sociedade Nordestina de Criadores (SNC) e Sociedade Rural da Paraíba (SRP), e tendo artigos publicados em inglês – voltados para públicos na Índia, grande exportadora da raça Zebu –, a revista lançaria no corpo editorial “Conversa ao pé da porteira” sua missão: é estabelecer-se um porta-voz do empresariado rural nordestino lembrando que o “alicerce de toda nação reside na exploração do solo (...) e que não se deve perder de vista o Nordeste e o Brasil como celeiro do mundo” (PARAÍBA PECUÁRIA, 1976, p. 5).

Um dos principais argumentos de editoriais e reportagens e artigos de opinião da revista era o “ver para crer”, pela demonstração de “fazendas-modelo”: propriedades com sistema de pecuária tecnificado e racionalizado – cruzamentos de raças, alimentação do rebanho com ração e pastagem nativa visando à produção de carne e leite –, boa parte assistida pela engenharia da Sudene e financiamentos via BNB-Finor.¹⁰ Um fator importante era que essas fazendas seriam, ao mesmo tempo, referência em tecnologia de pecuária adaptada aos ciclos das secas mas também símbolo de respeito a tradições passadas de uma ordem social rural que representaria a autenticidade regional nordestina.

É em torno desses valores – em defesa da rusticidade da pecuária adaptada às secas e da “saúde” de uma ordem social rural passada centrada na fazenda pecuaristas – que o termo convivência com as secas passa a ser utilizado com mais frequência durante os anos do que ficou conhecido como “A Grande Seca”, que teve ciclos mais intensos¹¹ de 1979 até 1984. Nesse período, os editoriais, artigos e reportagens da AT trouxeram muitas propostas, definições, projetos e políticas regionais para o problema das secas no Nordeste. Nesse sentido, é exemplar uma sequência de seis páginas na edição de nº 29, de dezembro de 1982. Sendo quase como um manifesto da convivência com as secas dos grandes pecuaristas, o editorial e o artigo “As regras do desenvolvimento: o modelo nordestino” são uma síntese de uma filosofia a ser seguida:

¹⁰ O Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, criado pelo Decreto-lei no 1.376, de 12/12/1974, e reformulado pela Lei no 8.167, de 16/1/1991, regulamentada pelo Decreto no 101, de 17/4/1991, com modificações introduzidas pela Medida Provisória no 2.199-14, de 24/8/2001 (última reedição da MP no 2.058, de 23/8/2000). Na década de 1970, destinava-se a auxílio financeiro de empreendimentos instalados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.

¹¹ O livro *Genocídio do Nordeste* (1979-1983), lançado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com material fotográfico de Sebastião Salgado, registra que, durante os anos dessa seca, houve uma alta mortalidade infantil, com cinco mil mortes, e mais setecentas mil em anos posteriores, por consequências de doenças e desnutrição. Para um relato pessoal de membros da CEB que atuaram em regiões pobres do Nordeste durante essa seca da década de 1980, ver o livro de Roberto Malvezzi, *1460 dias no Império do Sol* (1985).

Conviver com o clima austero não tem nada de trágico, muito pelo contrário, é positivamente indicado para um sem número de explorações com boa rentabilidade (...). A seca não poderá continuar sendo apenas uma fatalidade, de certo modo irremediável. É o componente natural e definitivo da vida nordestina e há que se buscar a conciliação com ela. (AT, 29. ed., 1982, p. 4-5)

O editorial segue acusando que o setor agropecuário da região Nordeste foi aliado no orçamento nacional, tendo seus investimentos desviados para usos exclusivos de serviços em áreas urbanas e distritos industriais das grandes cidades, principalmente, aquelas localizadas no Centro-Sul do Brasil. Por isso, os editores da revista clamavam por um planejamento patriótico que comece a privilegiar o desenvolvimento em conciliação com as regiões secas, obedecendo a “mandamentos” de quem vive no campo e, assim, sabe aproveitar uma melhor economia no clima semiárido. Seguindo argumento já no artigo, isso passa apenas por um caminho, a pecuária:

Até as indicações de natureza cultural do Nordeste, estão marcados pela pecuária, como bem dizem as expressões comuns no linguajar e na literatura. Carne do Ceará, Rio dos Currais, comércio intenso de couros, festas folclóricas como boi bumbá, soalheiras e tantas outras quase sempre apontando a pecuária como uma legítima ferramenta para o desenvolvimento regional. (AT, 29. ed., 1982, p. 6)

Ao priorizar as potencialidades do mercado de carne, leite e peles, o artigo encerra alertando para as “falsas convivências com as secas a perímetros irrigados de políticas de estímulo à agricultura de alimentos – que pela sua insegurança de colheita nas secas seriam uma grande fábrica de flagelados (AT, 29. ed., 1982, p. 6). Por fim, a seção chamada Panorama Agrotropical, que faz uma cronologia da chegada do gado ao Brasil, tomando como referência o rebanho que chegou de Portugal por intermédio dos Gárcia D’Avila, em 1555, e destacando que experiências zootécnicas em vários centros de pesquisa, como Embrapa e Emepa, também tentam recuperar potencialidades do gado Pé Duro – o cavalo nordestino e os caprinos destacam-se nas exposições que começam a ser organizadas em Taperoá – PB, Sertânia – PE e Uauá – BA. Na conclusão, a seção apresenta perfis exemplares de fazendas e pecuaristas, e diz que, a partir dessas experiências, espera-se recuperar o legado de séculos dos verdadeiros desbravadores do Nordeste, a partir da criação de gado bovino e caprino (AT, 29. ed., 1982, p. 10).

Também durante a seca de 1979-1984, além da produção de uma bandeira de convivência com as secas – esta conivente com a grande propriedade da terra –, o meio dos grandes pecuaristas nordestinos foi privado por algumas divisões internas e debates acirrados nas associações e sociedades de criadores. A primeira delas, os defensores estritos de

criação de bovinos, e outro grupo que defendia uma combinação com a caprinocultura – tendo aqueles que se empenharam na exclusividade desta última diante do agravamento das condições de estagem do semiárido.

Defensores de bovinos x caprinos

No artigo intitulado as “Cabras no Cariri”, publicado na revista *Paraíba Pecuaría*, o escritor Ariano Vilar Suassuna (1978), a partir da experiência na fazenda da sua família – A Carnaúba, em Taperoá – PB, enumera os erros e acidentes que acompanham a vida de quem quer ser um “cabreiro”: das falhas em seguir estudos teóricos feitos em gabinete de universidades que não conhecem a realidade seca do Sertão, aos ataques de cachorros aos animais do rebanho. Para superar esses inevitáveis problemas e prejuízos, o escritor argumenta ter uma missão de um idealismo sertanejo rural em fuga das falsas comodidades urbanas:

Produzir carne, leite e peles é muito mais importante do que produzir bugigangas (...) o desenvolvimento dos bodes e cabras é uma mensagem aqueles que insistem em continuar apegados ao solo de nosso tão caro, grande e estranho e mal conformado país (...). Muitas pessoas me perguntam sobre a criação de cabras (...) uns perguntam se eu desisti, se perdi a fé do começo e se me convenci, afinal, que “bode só da aperreio e prejuízo. Outros indagam se persisto, se estou satisfeito e se a criação está dando lucro. Respondo que nem tanto o mar nem tanto à terra. Nem tanto ao litoral e a cidade, adversários do bode, nem tanto do sertão, que é o meio ideal para a raça caprina e terra de cabreiros dos meus sonhos de menino, adolescente e adulto (...). As cabras representam para mim (...) a porta aberta para uma vida renovada para uma atividade criadora, real e bela (...).Sou mesmo é um devaneador e quimérico, a tal ponto que um de meus sonhos, ligados as cabras é abandonar, por elas e através delas, o suborno das falsas comodidades e dos confortos artificiais da vida urbana. (SUASSUNA, 1978, p. 36)

Contra a posição de Ariano Suassuna está o texto “Depois do bode só o camelo... e o camelo já é deserto!”, do médico e pecuarista pernambucano, José Nivaldo. Publicado na 14ª edição da *Agropecuária Tropical*, de 1980, a comunicação, além de criticar Ariano Suassuna – Nivaldo (1980, p. 31) – faz ressalvas a outros intelectuais entusiastas dos caprinos, como os organizadores do livro *O Bode do Nordeste*, da Fundaj:

(...) Daqui a cem anos, não teremos bois, cabras e bodes, mas apenas a sisudez do deserto e todos dirão, naquela ocasião, que ovino e caprinocultura é uma maldição, pois, depois do bode, vem o camelo... e o deserto.

Contra a criação extensiva e abusiva de caprinos e ovinos, sempre fui. Viajando para medicar um doente do Cariri, encontrei alguns homens derrubando um capoeirão. Foi quando indaguei ao meu acompanhante:

– Na sua opinião daqui a quanto tempo essas árvores terão crescido novamente para atingir o mesmo porte?

O matuto coçou a barba, refletiu um minuto e largou a resposta:

– Seu doutor, mais nunca! (...) pelo que ouço contar desde o tempo do meu bisavô, esse capão de mato já existia. Meu avô, meu pai, viveram e morreram. Estou homem feito e a matinha ia ficando. Esses paus nasceram e cresceram no tempo que não existia nem bode nem ovelha, nem jegue. Agora, todo broto que nascer será comido. Mais nunca, doutor!

A sentença categórica permanece, até hoje, nos meus ouvidos. Mas como falar contra as miunças quando Ariano Suassuna, Costa Porto, Mauro Mota, Orlando Parahym, mestres das letras e homens de bom pensar as defendem, com unhas e dentes? (...) Há pouco tempo num seminário sobre problemas ecológicos do Nordeste, pela primeira vez, disse de público, as restrições que faço à criação desses rebanhos altamente predadores (...) Entre os presentes alguns paraibanos que investiram contra meus pontos de vista, alegando que, no sertão, só se pode criar mesmo bode e ovelha porque o boi não sobrevive à inclemência das secas. O assunto é polêmico, os argumentos a favor e contra são muitos (...)

Não sou contra esses bichinhos em si. Sou contra a maneira que são criados. Enquanto botam cruzeiros nos bolsos de seus donos, arrasam a terra e destroem as plantas, numa rudeza que é maldição. (NIVALDO, 1980, p. 31)

Nessa mesma linha de argumentos, e com um tom bem mais debochado, está o artigo “O asno de ouro”, do pecuarista Huáscar Terra do Valle, publicado na 20ª edição da *Agropecuária Tropical*, em que ele cita os erros em termos de investimentos no setor agropecuário, feitos no ano de 1980. Há um momento do texto em que Valle (1980, p. 8) tece críticas ao governo federal e a alguns pecuaristas que promovem também a criação de cabras, as fazedoras de desertos. O boi permite o melhoramento do pasto a cada ano. A cabra acaba com ele (VALLE, 1980, p. 8).

As respostas que esse grupo dos “anticaprinos” recebeu dentro das exposições e congressos das sociedades pecuaristas podem ser visíveis em um segundo artigo de José Nivaldo, dessa vez na edição 23, de 1981, da *Agropecuária Tropical*. Nele, José Nivaldo (1981) faz uma réplica irônica às críticas que recebeu de leitores da revista:

Muita gente discordou de mim, louvou o bode, exaltou sua fertilidade, sua rusticidade suas grandes vantagens econômicas. Até o Mestre Ariano Suassuna, que se não é o melhor criador de

cabras da vasta caatinga é, sem dúvida, o mais intelectualizado de todos eles, telefonou-me, arruaceiro. Na sua boca, seus bodes até parecem príncipes sertanejos e suas cabras batem a produção de leite das vacas Guzerá do seu primo-sócio Manelito Dantas. (NIVALDO, 1981, p. 35)

Um sinal da derrota dos que julgavam as cabras e bodes como “fazedores de desertos” pode ser visto na edição 33 da *Agropecuária Tropical* de 1982, que passa a ter um boletim interno chamado *O Berro*: um suplemento específico para caprinos e ovinos, patrocinado pela Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos da Bahia (Accoba), Associação Paraibana de Criadores de Caprinos e Ovinos (Apacco) e pelo Clube do Berro, ligado à Associação de Criadores do Ceará. A ênfase regionalista é dada no editorial de estreia:

Há muito tempo que a revista *Agropecuária Tropical* vem alicerçando um departamento para tratar de assuntos da caprino e ovinocultura (...) [*O Berro*] será sempre um jornal a não pregar matérias científicas vindas de outras áreas ou países, porque em matéria de caprinos e ovinos deslanados, o Nordeste é “mestre”. Nós é que devemos ditar as regras para o restante do país. Nesse tom, as matérias serão formuladas a partir dos criadores e dos técnicos regionais. (AT, 33. ed., 1982, p. 50)

Na segunda edição, o editorial de *O Berro*, “É tempo de caprinos e ovinos”, reforça a necessidade de investimento de crédito para essa pecuária como salvação para a grande seca do início da década de 1980:

Vivendo cinco anos consecutivos de seca, o sertanejo reduziu drasticamente o rebanho nordestino de pequenos animais, para poder manter a família viva. Nessas épocas, são abatidas milhões de cabeças para sustento das pessoas. Começa aqui a importância dos caprinos e ovinos que, mesmo sobrevivendo as secas, conseguem ainda gerar algum rendimento para o proprietário. Não se justifica a falta de apoio creditício para os pequenos animais e muito menos a falta de apoio político para essa atividade (...) Mas a culpa não é só do governo porque nota-se uma falta de conhecimento real dos notáveis animais nordestinos (...) Em termos de caprinocultura, o Nordeste deveria dar aula (...). (AT, 34. ed., 1983, p. 69)

A comparação entre bovinos e caprinos também é colocada em debate na resenha de livros e artigos zootécnicos nessa mesma edição. Após destacar o avanço de algumas ações do BNB, e a criação de institutos de pesquisa como a Emepa, a seção “Berronotas” elenca as vantagens dos pequenos ruminantes, não apenas em termos de conviver com as secas, mas como última alternativa ao êxodo rural, uma salvação para os problemas da região:

O sertanejo foge das secas porque não existe uma política honesta para caprinocultura. O bode e a ovelha poderiam acabar com o êxodo rural, mas por enquanto eles são marginais. Na verdade, não existe vocação para criação de animal de grande porte, na caatinga atual, muito menos para agricultura de alimentos. Mas para o bode, o sertão é um paraíso (...). (AT, 34. ed., 1983, p. 73-74)

Nas edições de *O Berro*, na virada da década de 1980-1990 até a década de 2000-2010, avança a consolidação de uma rede em torno da caprinocultura no campo da convivência com as secas da elite pecuarista, entre criadores “pioneiros” e exposições realizadas em vários estados. Nesse recém-estabelecido meio da grande caprinocultura – em que termos como “miunça” eram rejeitados em prol de uma pecuária empresarial – houve divisões e disputas entre criadores que eram acusados de serem “aventureiros” sem compromisso com a atividade de produzir carne, leite e pele.

Quem são os ‘verdadeiros’ criadores? A disputa entre raças importadas x nativas

Com essa rede de experiências e o estabelecimento de nomes tidos como “empreendedores” da atividade, fica demarcada uma segunda disputa que envolve as reputações entre os grandes criadores de caprinos do Nordeste: de um lado, os que se dizem “sertanejos”, conhecedores das secas e “verdadeiros produtores de alimentos”, que tendem geralmente à defesa do melhoramento nas raças nativas e, do outro, os partidários de cruzamentos com raças exógenas europeias. Nas edições da *Agropecuária Tropical* dos anos 1980, alguns caminhos que permitem reconstruir argumentos usados nessa nova disputa, como mostra o artigo “Caprinos no Nordeste: desperdício de uma notável riqueza”:

A ocorrência periódica de secas é o ponto de estrangulamento da economia nordestina e a pecuária deveria ser dimensionada para conviver com elas (...). A fome tem a ver com o desperdício de raças nativas (...). Diferente da Espanha o Nordeste abandona a riqueza das cabras nativas. (...) Antes de tudo é preciso tirar proveito econômico e social desse enorme contingente animal disponível no Nordeste. Qualquer estado nordestino tem um rebanho caprino maior que a França. Aqui o homem considera a criação de caprino como secundária, coisa de pobretão enquanto que os franceses orgulham-se do dinheiro que ganham com leite e queijos, vendido para o mundo inteiro. Os nordestinos desperdiçam uma grande ferramenta para convivência com o clima seco. No caso nordestino, as cabras comuns, nativas foram selecionadas pela rusticidade naturalmente. (...) Há que se buscar uma regeneração ou aprimoramento das cabras nativas com reprodutores de seu próprio tipo (...). (AT, 32. ed., 1983, p. 50-54).

A polêmica entre o uso de raças nativas e exógenas entraria em debate na edição 2 do jornal *O Berro*, em que se discute quais técnicas de confinamento seriam melhores para as condições do semiárido. Ao resenhar alguns trabalhos acadêmicos, o editorial faz apelos e acusações, em tons regionalistas “sertanejos”, contra os “centro-sulinos” e as técnicas europeias:

A polêmica sobre as SRD e melhoramentos zootécnicos

Construir aprisco sobre estacas é negócio de centro-sulista, mas nunca para o nordestino. O sertanejo sempre prefere seu “curral” onde haja lajedos ou rochas para as cabras: com a busca de uma melhor tecnologia foi disseminado um sistema quase “europeu” de criação com cabras engaioladas e apriscos suspensos. Hoje essas técnicas estão ultrapassadas, vencendo a tradição. (...) A cabra nutre-se da própria devastação da estiagem nordestina: cascas de árvores e arbustos, folhas secas, palhas e esperança (...). No berro do bode e do carneiro a esperança do Nordeste brasileiro (...). (O BERRO, 2. ed., 1983, p. 71)

É no final da década de 1980 que as matérias da revista *O Berro* mostram um esforço em resgatar as origens de raças de caprinos nativas – buscando principalmente rejeitar o rótulo SRD e tentar pressionar as associações para que fossem feitos registros genealógicos. Esse processo político que começa a consagrar trabalho com raças nativas como a Raça Caniné – a exemplo da fazenda Várzea dos Gatos, em Jeremoabo – BA, com o criador Joãozinho Andrade – e também a raça Moxotó – com uma rede de pecuaristas de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará (O BERRO, 3. ed., 1984, p. 53). As reportagens também passam a falar de grandes exposições “nordestinas” de caprinos como as de Sertânia e Floresta, em Pernambuco, e Quixadá, no Ceará (O BERRO, 4. ed., 1984, p. 47).

Com o avanço das exposições, o campo da convivência com as secas das elites pecuaristas e as associações como a ABCC começam a discutir e receber pressões políticas para os registros genealógicos e a homologação de raças e padrões zootécnicos – o Puro de Origem Importado (POI) e o Puro de Origem (PO), dentre outros, já utilizados na bovinocultura. Marcadamente essa disputa vai se localizar nos anos 1990, a partir da entrada sistemática das importações de animais de raças europeias (como a Saanen e Parda-Alpina, Anglo Nubiana) e sul-africanas (Boer), através de experiências da Embrapa, Emepa e, principalmente, do Sebrae. Em 1997, uma reportagem da revista *O Berro* sobre uma exposição de Sertânia – PE propõe organizar uma proposta – a partir da convivência com as secas – de um livro sobre o *agrobusiness* da caprinocultura para alertar os criadores que estão exagerando nas importações de caprinos:

Sertânia em 97 foi uma invencível trincheira de resistência de cultura sertaneja mantendo-se na vanguarda da caprinocultura

nordestina, valorizando sua tradição catingueira (...) O Nordeste tem vocação para criação extensiva de cabras e ovelhas, não adianta importar modelos australianos, americanos e outros etc. Temos o nosso método de conviver com as secas sem combates, prevenindo-se na época de fartura, cuidando da terra, que é o bem maior do homem, plantando e guardando para época de seca, entendendo e amando o chão. (O BERRO, 27. ed., 1997, p. 24-26).

Mesmo tendo críticas de parte dominante do grupo editorial de *O Berro*, os criadores de raças importadas começam a ganhar voz dentro da revista na virada para os anos 2000. É assim que é narrada – em tons de publicidade – a “grande maratona da África para o Brasil”: chegada de embriões e reprodutores dos ovinos Dorper e caprinos Boer e Savanna, em Recife, raças sul-africanas que chegam ao Brasil importados dos Estados Unidos, em uma viagem patrocinada pela Emepa, com o veterinário Aldomário Rodrigues, e também associada à Fazenda Carotá, de Gravata – PE, que fez o nome de seu proprietário – Luiz Fernando Brennand – uma referência na importação e cruzamentos de raças de caprinos e ovinos (O BERRO, 37. ed., 2000, p. 56).

Em síntese, essas trincheiras aqui reconstruídas formaram a defesa de um perfil de pecuarista que consolidou um mercado “de elite” para a caprinocultura no Nordeste: os que seriam “verdadeiros” criadores “nordestinos” e produtores de alimentos fixos nas fazendas e, de outro lado, exposições, leilões e mercado de elite – tidos pelo primeiro grupo como pecuaristas menos experientes, aventureiros e fáceis de serem enganados pelo tamanho e “gordura” dos animais. Em suma, há uma pecuária “fantasia” – do mundo dos leilões e exposições – e uma pecuária “dentro das porteiras” (O BERRO, 112, ed., 2009, p. 2-3).

Diferenciar entre pecuária “fantasia” de elite e pecuária “para produzir carne”, empresários “apressados” *versus* criadores “sertanejos”, dentre outros nomes, é um mecanismo de reputação resultante da consolidação de um campo de grandes caprinocultores nordestinos que, em certa medida, são conflitos comparáveis¹² ao que o trabalho etnográfico de Natacha Leal (2016) debate sobre a correlação dos julgamentos dos animais e da reputação de criadores no circuito do gado zebu das exposições de Uberaba – MG:

Os campeonatos evidenciam quem cria rês, o criador, e quem é o proprietário, o expositor (...) Há uma diferença entre os criadores de “várzea” ou “escolinha”. Os que aprenderam pecuária na fazenda ou em cursos nas associações de ruralistas. (...) Na avaliação que deveria privilegiar uma reunião de caracteres fenotípicos em um indivíduo próximos ao ideal de raça está

¹² Outra comparação possível pode ser feita com o caso das disputas entre sindicatos e exposições dos criadores de vacas montbéliardes, na região da Haute-Savoie, na França. Ver Deturche (2012).

presente a lógica do pedigree, que não é só dos animais, mas também dos seus donos. Há uma memória e uma reputação, construído com base nos lugares ocupados no ranking, nos recordes de preço, nas vendas de sêmen ou dos próprios animais nos leilões, na história das seleções e dos criadores que gera efeitos nos resultados dos julgamentos. Este é um dos fatores pelos quais não é simples se fazer um criador no mercado de gado de elite (LEAL, 2016, p. 89-95).

Diferente dos criadores do Triângulo Mineiro, as hierarquias e reputações do mundo da elite de caprinocultores nordestinos são muito mais ligadas à autoimagem da elite pecuarista como um grupo que projeta, nas cabras e bodes, sua autoafirmação de “sertanejo autêntico”. Mas guardadas essas diferenças pode-se dizer que, assim como os pecuaristas triangulinos, os princípios de legitimação de “ser” elite dos grandes criadores de caprinos nordestinos seguem um ideário de vocação, uma missão: ser “produtor de alimentos” é algo próximo da ideologia ruralista do Brasil “celeiro do mundo”.

Considerações finais: caprinocultura entre ruralismo e regionalismo

Na convivência com as secas e defesa da caprinocultura dos grandes pecuaristas nordestinos estão inscritos valores fundantes de um ressentimento das elites rurais no Brasil. Primeiro, aqueles expressos na forma como a literatura fixou representações do mundo rural e na noção de sertão, a começar com a divisão incivilizado/civilizado campo/cidade, capital/interior, litoral/sertão – fundante de um valor de regionalismo, diante dos vários processos de modernização que passou a sociedade brasileira no século XX (LIMA, 2001, p. 78). A reivindicação de sertanidade autêntica – partindo sempre das paisagens secas de Euclides da Cunha ou Capistrano de Abreu – tem um “terreno” fértil na elite da qual vêm escritores como Ariano Suassuna: elite rural que, desde pelo menos 1930, sofre golpes mais ou menos fortes nos seus signos de distinção. Outro ressentimento que incorpora nessa defesa regionalista da caprinocultura é a afirmação de ausência de alternativas fora “de uma vocação” para pecuária, e da grande propriedade no semiárido, o reclame de que os governos fazem um “esquecimento” de um “sertanejo” – colocado como categoria geral, como se a seca anulasse desigualdades sociais nos “sertanejos” que habitam a região Nordeste – vai compor toda essa retórica regionalista recente sobre os caprinos. Além de ser uma atualização das dramatizações políticas das elites agrárias nordestinas, a convivência com as secas dos grandes pecuaristas tem afinidades eletivas com as visões de ruralismo e agronegócio: expressões políticas em defesa da grande propriedade que apontam os trabalhos de Regina Bruno (2009), desde a formação da UDR na Constituinte de 1988, passando pela formação das coesas bancadas ruralistas nas décadas de 1990-2010. O

chamado a uma missão do Brasil “celeiro do mundo” entrecruza uma demanda de modernidade empresarial e tecnológica do meio rural com uma visão de propriedade que se aproxima mais de valores patrimoniais. Esse *ethos* proprietário absorve essas contradições de valores e opera em uma forte expressão de poder:

No campo simbólico, os grandes proprietários se autopercebem como os desbravadores da terra, civilizados de uma nação selvagem. Há também o valor dado à propriedade como a terra conquistada, aquele que antes era “nada”, “só mato” (...) O que lhes imprime valor moral de ser admirado e respeitado porque dominou um ambiente inóspito ou selvagem e tornou-o cultivável e habitável. (BRUNO, 2009, p. 217)

Essa bandeira prega que há uma vocação unicamente rural e pecuária do Nordeste, uma variante do ruralismo (MENDONÇA, 2011, p. 414), ideal político expresso por elites agrárias e setores patronais de outras regiões do Brasil.

De fato, a mudança valorativa de uma pecuária - da “miunça” à caprinocultura - deve boa parte da sua legitimidade aos movimentos de frações de uma elite que dramatizaram seu projeto particular com a aparência geral de uma “missão nordestina”, de dar vez aos ovinos e caprinos. “Depois de 500 anos de ingloria, de luta inútil (...) soar as trombetas de um novo tempo, transformou a criação de fundo-de-quintal em um grande negócio” (O BERRO, 143. ed., 2011, p. 2). Em suma, a partir das lutas que fazem desencaixes e remontagens de uma série de percepções, ditas como “tradições” da grande propriedade, pecuária e secas, nota-se como uma elite rural tenta se manter relevante não só no seu prestígio, mas diante de um projeto político ao lado de outras elites do meio rural brasileiro. Talvez nada mais próximo de um manifesto político dessa defesa dos caprinos nos moldes de uma convivência com as secas de tons ruralistas e regionalistas do que o editorial da *O Berro* (ed. 165), “Temos a maior safra, e daí?”:

O Nordeste já sofreu demais nas mãos dos maus políticos, politíqueiros e politizados. Seria bom ver alguém colocar o valor correto na cabra e ovelha, na Vaca sertaneja, no leite e queijos especiais, no sol benfazejo, no povo trabalhador que está sendo convertido num bando de esmoleres. A imagem de Nordeste como “asilo de pobres” não tem mais sustentação e vai chegando o momento de algum herói nordestino exigir, num Tribunal Internacional, a atenção sobre a região, para acabar com a discriminação, o uso político e o genocídio contra seu povo. A bandeira “Brasil versus Nordeste” é uma causa que precisa ser enfrentada, de verdade, para garantir a integridade da nação. (O BERRO, 2013, 165. ed., p. 1-2)

Do discurso que elege o bode como símbolo turístico e gastronômico que, “filtrado” de um rural particular, que se ergue sobre símbolos da

grande fazenda pecuarista, ganha cada vez mais autonomia e legitimidade em dinâmicas de expansão urbana, turismo e no jogo eleitoral de cidades pequenas e médias, em nível do semiárido nordestino.¹³ A pecuária, antes desprezada pelos grandes proprietários, aquela que os manuais de zootecnia chamavam de “miunça” ou “criação” – julgada como pouco produtiva e “teimosia” dos pobres do campo – passou a ser chamada de “caprinocultura”, uma pecuária digna de investimentos zootécnicos e econômicos, protagonista de um projeto de desenvolvimento regional e econômico que evoca valores regionais genuínos associados a um potencial de adaptação ante a natureza cíclica das secas da região.

Um último ponto de debate a ser destacado é que não é mera coincidência que esse discurso a favor da caprinocultura surja no mesmo momento em que está sendo transformada toda uma ordem de poder historicamente estabelecida em torno da elite pecuarista no Nordeste. Na transição entre o século XX e o XXI há, por um lado, o desmonte da antiga rede de economia exportadora algodoeira e das relações de trabalho via moradia nas fazendas. Por outro lado, perdem abrangência as redes de dependência e dominação dos pecuaristas: os pobres do meio rural passam a ser assistidos por redes de previdência social e políticas de combate à pobreza. Nessas mudanças nos fluxos populacionais urbano e rural também ocorrem falência e venda de antigas fazendas, sendo que, em algumas regiões do semiárido, houve uma moderada desconcentração e fragmentação fundiária.

Assim, estando no “ponto de encontro” dessas dinâmicas sociais recentes, essa elite pecuarista sentiu sua dominação perder legitimidade, ficando sob risco de desclassificação social nos seus patrimônios econômicos e, principalmente, simbólicos, que emanavam distinção social ligada à posse da terra e à pecuária. Portanto, aí se insere uma “virada caprinocultora” que tenta impor um projeto supostamente universal para toda uma região, enquanto evoca valores particulares de uma elite pecuarista que busca defender sua distinção e legitimar a grande propriedade no semiárido nordestino.

¹³ Esse movimento também incide nos grandes centros, entre restaurantes e *chefs* de cozinha de todo Brasil – o ideário da fazenda sertaneja e sua convivência com as secas se torna elemento de publicidade e valor agregado de produtos, como o queijo. Ver, por exemplo, a publicidade no tom “da fazenda que dá certo em plena seca” dos queijos produzidos na Fazenda Carnaúba, no site <https://www.queijocomprosa.com.br/queijo/arupiara/>. Também a busca por uma identidade nordestina (seja no mar ou sertão), que é o slogan do *chef* Onildo Rocha, proprietário de redes de restaurantes de luxo como o Roccia, em João Pessoa – PB, como mostra a apresentação no site <http://www.cozinharoccia.com.br/>.

Referências bibliográficas

- ABREU, J. C. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1954.
- ALBUQUERQUE JR., D. M. *A feira dos mitos: fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE JR., D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRIOLLI, C. Verbete: Criação. *Teoria e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 136-143, 2016.
- BANCO DO NORDESTE. *A pecuária nos Cariris Paraibanos: perspectivas e diretrizes para o desenvolvimento econômico da criação animal nos Cariris velhos da Paraíba*. Fortaleza: BNB-Etene, 1959.
- BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 59-73.
- BOURDIEU, P. *O Senso prático*. Petrópolis, Vozes, 2009.
- BRADESCO-GOUDEMAND, Y. *O ciclo dos animais na literatura popular do Nordeste*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.
- BRUNO, R. *Agronegócio, Ruralismo e Relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 82, p. 65-88, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000300005. Acesso em: 10 jun. 2019.
- CASTRO, A. *A cabra*. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.
- CATANI, A. M. Possibilidades analíticas da noção de campo social. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan./mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302011000100012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jun. 2019.
- COELHO, J. Nordeste – sempre uma história mal contada. *Agropecuária Tropical*, n. 35, p. 14-18, 1983.
- COHEN, M. As práticas sócio-ecológicas frente à seca: limites e contradições no exemplo do Cariri paraibano. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Editora CEJUP/NAEA-UFPA, 1997. p. 399-420.
- DETURCHE, J. As vacas da discórdia: gestão e raça do rebanho entre os criadores de vacas montbéliardes na Haute-Savoie, França. *Ilha – Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 14, p. 139-169, 2012. Disponível em: <https://>

- periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2012v14n1-2p139. Acesso em: 5 jul. 2019.
- DOMINGUES, O. *A cabra na paisagem do Nordeste*. Fortaleza: Seção de Fomento Agrícola, 1955.
- GARCIA JR., A. R. *O Sul a caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- GODOI, E. P. Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do sertão. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M.; MARIN, R. A. (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*, v. 2, Estratégias de Reprodução Social. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 289-302.
- GONÇALVES JR., O. *Da tradição ao mercado: construção social e caprinovinocultura no Semi-árido*. São Paulo: Hucitec, 2012.
- GOULART, A. *Ciclo do Couro do Nordeste*. Documentário da Vida Rural, n. 19. Serviço de Informação Agrícola, 1966.
- LEAL, N. S. *Nome aos bois: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*. São Paulo: Anpocs/Hucitec, 2016.
- LEBARON, F.; LE ROUX, B. Géométrie du champ. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 200, p.107-109, dez. 2013. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2013-5-page-106.htm?contenu=article>. Acesso em: 8 jul. 2019.
- LIMA, E. N. Euclides da Cunha e o Estado Novo. In: LIMA, E. N.; MENDES, A.; ZILLY, B. *Os sertões: desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2001. p. 77-100.
- LIMA, E. N. Literatura como fonte para a história: Euclides da Cunha e a Amazônia. In: COSTA, L. F.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Orgs.). *Mundo Rural Brasileiro*. Ensaios Interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 11-42.
- MACEDO, J. N. *Fazendas de Gado no Vale do São Francisco*. Documentário da Vida Rural, n. 3. Serviço de Informação Agrícola, 1952.
- MENDONÇA, S. R. O patronato rural brasileiro na atualidade: dois estudos de caso. *Anuario del Centro de Estudios Historicos*, Cordoba, ano 8, n. 8, p. 139-159, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3740442.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- MENDONÇA, S. R. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909-1945). *História Econômica & História de Empresas*, v. 16, n. 1, p. 73-100, 2013. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/286>. Acesso em: 23 jun. 2019.
- MENDONÇA, S. R. Ruralismo. In: MOTTA, M. M. M. (Org.). *Dicionário da Terra*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 410-414.

- MENESES, H. Contribuição da caprinocultura ao povoamento do sertão. In: MOTA, M. *O Bode do Nordeste*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1969. p. 39-50.
- MORAES, M. D. C. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas (modo de vida e crise ecológica de camponeses/as nos cerrados do sudoeste piauiense). In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*, v. 2 (estratégias de reprodução social). São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 131-161.
- MOREIRA NETO, M. *Outro sertão: fronteiras da convivência com semiárido*. Recife: Massangana, 2013.
- MOTA, M. (Org.). *O Bode no Nordeste*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1969.
- NIVALDO, J. Depois do bode só o camelo... e o camelo já é deserto! *Revista Agropecuária Tropical*, 14. ed., p. 30-33, 1980.
- NUNES, A. M. B. *A (re)pecuarização do semiárido nordestino: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/2348>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- O BERRO – REVISTA BRASILEIRA DE CAPRINOS E OVINOS. Uberaba: Editora Agropecuária Tropical, 1997-2013. Mensal. Disponível em http://www.revistaberro.com.br/?edicoes_anteriores/index. Acesso: 2 jul. 2019.
- REVISTA AGROPECUÁRIA TROPICAL. João Pessoa: Editora Campesina, 1976-1989. Bimestral. Disponível em: https://drive.google.com/open?id=1Ldj-MgrKp2bp_iMq-r1TkpQoyUXB6jSp. Acesso: 3 jul. 2019.
- REVISTA PARAIBA PECUÁRIA. *Editorial Conversa ao Pé de Porteira*, ed. 1, n. 1, jan. 1976.
- RIBEIRO, E. M. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 393-433, 2011. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/330>. Acesso em: 5 jul. 2019.
- SENAC. *Culinária caprina: do alto sertão à alta gastronomia*. Arthur Bosisio Júnior (Coord.). Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005. 152 p.
- SUASSUNA, A. Cabras no Cariri. *Revista Paraíba Tropical*, 6. ed., p. 35, 1978.
- VALLE, H. T. O asno de ouro. *Revista Agropecuária Tropical*, 20. ed., p. 8-10, 1980.
- WOORTMANN, E. *Sitiantes e roceiros: a produção camponesa num contexto de pecuarização*. 1981. 192 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) –

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1981. Disponível em: <http://ellenfwoortmann.pro.br/mestrado/mestrado-lista.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2019.

WOORTMANN, K. *Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico. Brasília: UNB/Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.

WOORTMANN, K. *Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final*. Série Antropologia, n. 20, Brasília, 1978. Disponível em: www.dan.unb.br/images/doc/Serie020empdf.pdf. Acesso em: ago. 2019.

MENESES, Valdênio Freitas. *'Admirável Bode Novo': regionalismo e ruralismo em defesa da caprinocultura no semiárido nordestino*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 109-135, fev. 2020.

Resumo: (*'Admirável Bode Novo': regionalismo e ruralismo em defesa da caprinocultura no semiárido nordestino*). A criação de caprinos foi, nas últimas décadas, alvo de forte investimento no semiárido nordestino. E isso se deu para além de fatores econômicos: há um forte viés regionalista que orienta desde eventos turísticos e gastronômicos a feiras de agropecuária em várias cidades da região, e que legitima a pecuária de caprinos como autêntico símbolo "sertanejo". Este artigo analisa as condições de produção dessa crença relacionando-as à forma como frações de elites pecuaristas do Nordeste firmaram uma ideia de convivência com as secas. Ao mapear esse campo de disputas utilizo como fontes manuais de zootecnia, revistas das associações e entidades representativas de grandes pecuaristas nordestinas (edições de 1980-2013). Este artigo conclui que a legitimidade para o atual *status* valorizado da caprinocultura no semiárido parte de dois movimentos de frações da elite pecuarista. De um lado, desqualificando a percepção e as lógicas de reciprocidade - da "miunça e criação" - dos caprinos para os pobres, do outro, aproximando a percepção e exaltação regional da caprinocultura com a imagem de uma "vocação rural" brasileira, argumento do ruralismo de setores do agronegócio nacional.

Palavras-chave: elite pecuarista; caprinocultura; regionalismo; ruralismo; semiárido nordestino.

Abstract: (*Brave "New Goat"*: regionalism and ruralism in defense of caprinoculture in the Brazilian Northeast). Over the past decades, caprinoculture (goat raising) has been the target of public and private investment in the Brazilian Northeast. And this has occurred for reasons that go beyond economic factors: there is a strong regionalist bias of tourist and gastronomic events in various cities in the region that legitimizes caprinoculture as an authentic symbol of the "backlands" (sertão). The article analyzes the social conditions of this belief and relates them to the way in which segments of livestock raising elites from the Northeast grounded an idea of living with the droughts. To map this field of disputes the author uses such sources as zootechnical manuals, magazines of associations and entities representing large northeastern ranchers (1980-2013 editions). The article concludes that the legitimacy for the current valued status of goat farming in the semi-arid zone arose from two movements of segments of the livestock raising elite. On the one hand, disqualifying the perception and the logics of reciprocity - called "miunça" - of goats for the poor. On the other, bringing the perception of goat farming closer to the image of a Brazilian "rural vocation", as an argument of segments of the national agribusiness sector.

Keywords: livestock raising elite; goat-breeder; regionalism; ruralism; semi-arid Northeast Brazil.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Conhecimento sobre os conceitos de selos de qualidade vinculados à agricultura familiar

DOI: 10.36920/esa-v28n1-6

Introdução

A evolução da sociedade tem mostrado mudanças importantes no comportamento do consumidor. Além de seu valor material, o alimento tem sido avaliado pelo significado simbólico e comunicativo. Através da compra e do consumo, as pessoas expressam a sua cultura e reforçam a identidade. Por isso, o mercado está, cada vez mais, atento às questões ambientais e sociais ligadas à agricultura (SADILEK, 2019).

O consumo ético está relacionado aos valores morais de uma sociedade. O consumidor ético busca tornar o impacto de suas ações o mais positivo à sociedade, promovendo o bem-estar ambiental e social (LIMA-FILHO; OLIVEIRA; MACIEL, 2014). No Reino Unido, por exemplo, o mercado de alimentos éticos tem crescido muito nos últimos anos. Para eles, o mercado ético inclui: alimentos orgânicos, comércio justo, *free range*, produtos vegetarianos, pesca sustentável, *Rainforest Allinace*, *RSPCA Assured* (ETHICAL CONSUMER, 2018). Além dos mencionados, os produtos provenientes da agricultura familiar também podem ser considerados produtos éticos.

Do ponto de vista do comportamento de consumo, os produtos éticos são atributos de crença. Os atributos de crença são aqueles que não podem ser identificados pelos consumidores por si só, nem antes e nem depois da compra. Por isso, os atributos de crença devem ser identificados por marcas ou selos de qualidade (GRUNERT, 2005). Assim, mesmo que haja atitude positiva em relação ao alimento ético, a ausência ou o desconhecimento da marca (no caso, do selo de

¹ Doutorado em Economia pela Universidade de Zaragoza (UNIZAR) . Professor nos cursos de Zootecnia e Engenharia Agrônômica, da Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas da Universidade Estadual Paulista (Unesp). E-mail: etienne.groot@unesp.br.

qualidade) implica na não valorização do produto pelo mercado consumidor.

O conhecimento da marca envolve a compreensão real do produto, abrangendo todas as informações descritivas e valorativas sobre a marca (ALIMEN; CERIT, 2010). O conhecimento confere identidade à marca. A associação forte e favorável da identidade da marca pelo consumidor gera atitudes favoráveis à mesma. Neste caso, o valor da marca (produto) seria incrementado pelo mercado (MOHASOA, 2016).

O objetivo do presente estudo é o de avaliar o conhecimento dos consumidores de Dracena (SP) em relação a selos de qualidade com uso potencial na agricultura familiar, como: os Selos de Certificação dos Produtos da Agricultura Familiar (Sipaf), Quilombos do Brasil, de Agricultura Orgânica e do Comércio Justo.

Embora haja trabalhos que avaliam o conhecimento dos consumidores brasileiros sobre alimentos orgânicos (CAVALLET *et al.*, 2013; TERRA; COSTA, 2017; DISTRITO FEDERAL, 2005) e de comércio justo (D'ELIA *et al.*, 2012; PEGADO *et al.*, 2017), até o momento não existem estudos que avaliem o conhecimento dos consumidores em relação à certificação de produtos da agricultura familiar, nem mesmo dos produtos oriundos de Comunidades Quilombolas. Esta é a principal contribuição deste trabalho.

Para facilitar a compreensão do artigo, após a introdução, o trabalho se estrutura da seguinte forma: na próxima seção é feita uma revisão bibliográfica sobre a agricultura familiar e os selos de qualidade; na sequência, descreve-se os materiais e métodos empregados para a realização da pesquisa; depois, os resultados são apresentados e discutidos; e, por fim, relaciona-se as principais conclusões.

Revisão de literatura

O Censo Agropecuário de 2006 apontou que havia mais de cinco milhões de propriedades rurais no Brasil, das quais 84,4% eram da agricultura familiar. A agricultura familiar abrangia 24,3% das terras utilizadas, sendo responsável por 38% do valor bruto da produção agrícola (BRASIL, 2009). Em 2005, a agricultura familiar respondeu por 9% do PIB brasileiro (GUILHOTO *et al.*, 2007). Além de geradora de riqueza, ela é responsável por aproximadamente 70% dos empregos agrícolas (MATTEL, 2015).

Apesar de sua importância, a agricultura familiar sofre uma série de gargalos. Segundo Bezerra e Schlindwein (2017), as maiores dificuldades da agricultura familiar – e que limitam a sua competitividade, são a baixa disponibilidade de terra e recursos financeiros, falta de apoio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), ausência de regulamentação dos processos produtivos

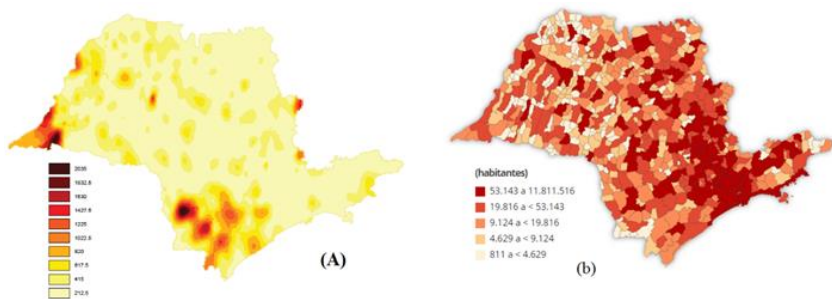
artesanais e, essencialmente, dificuldade de comercializar os seus produtos.

Comercialização da agricultura familiar

Uma opção de acesso aos mercados pelo agricultor familiar são os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC). No CCC, a venda é feita diretamente do produtor ao consumidor ou indiretamente com a presença de apenas um intermediário. O resultado é uma aproximação entre o produtor e o consumidor final (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013). Para que os produtos sejam mais frescos e diversificados, a proximidade também deve ser geográfica. Segundo Rover e Riepe (2015), para as condições geográficas brasileiras, a distância entre produção e consumo não pode ser superior a 200 km.

O cumprimento desta condição é um desafio no Estado de São Paulo. Vejamos o Mapa A, da Figura 1, que exhibe a distribuição espacial dos estabelecimentos de agricultura familiar no Estado pelas Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs) e o Mapa B, da mesma figura, que mostra a distribuição do mercado consumidor pela concentração da população do Estado. Contrastando os dois mapas é possível verificar que a distância entre o agricultor familiar e o consumidor final é grande, o que pode representar uma limitação à implantação ampla de Circuitos Curtos de Comercialização no Estado.

Figura 1 - Concentração de DAPs (A) e estimativa de população em 2019, por município paulista (B)



Fonte: Para o Mapa A, Kassaoka (2018) e para o mapa B, São Paulo (2019).

Outra questão a ser feita é a participação da agricultura familiar nos Circuitos Longos de Comercialização (CLC). De acordo com a Associação Paulista de Supermercados (2018), 89% das pessoas fazem compras em

supermercados, sendo que 50% os consideram como o formato preferido de compras. Aproximadamente 87% dos consumidores compram os frios e laticínios em supermercados e 57% compram frutas, legumes e verduras. Em suma, os produtores familiares devem considerar os CLCs em suas estratégias de comercialização e seus produtos podem ser reconhecidos e diferenciados nestes circuitos por meio dos selos de qualidade.

Neste sentido, a Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo está implementando parceria com a Associação Brasileira de Supermercados para valorizar e estimular a comercialização de produtos da agricultura familiar. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2019), a iniciativa está sendo realizada por meio da identificação dos produtos pelo Selo da Agricultura Familiar (Sipaf) nas gôndolas dos supermercados.

Selo de Identificação da Agricultura Familiar (Sipaf)

O Sipaf (Figura 2) foi lançado pelo antigo Ministério de Desenvolvimento Agrícola (MDA) através da Portaria nº 45, de 28 de julho de 2009. O propósito da criação do selo foi agregar valor ao produto oriundo da agricultura familiar, promovendo as suas características sociais, desejadas pelo mercado, como: responsabilidade social e ambiental e valorização da cultura local e produção regional (BRASIL, 2018). Até o ano 2017, havia 2.749 permissionários do Sipaf, beneficiando 166.013 produtores familiares através da comercialização de 39.279 produtos (BARRETO, 2018).

Figura 2 – Selo de identificação da Agricultura Familiar



Selo Quilombos do Brasil

Para atender às diversas categorias de agricultores familiares, previstas na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2018) publicou a Portaria do Selo de Identificação da Agricultura Familiar (Sipaf), nº 129, de 7 de março de 2018. Nela, além de descrever o Sipaf, estipula suas categorias com características próprias, como o Selo Indígenas do Brasil, o Selo Quilombos do Brasil (Figura 3), o Selo das Mulheres Rurais, o Selo da Juventude Rural, o Selo da Sociobiodiversidade e o Sipaf Empresas.

Figura 3 – Selo Quilombo do Brasil



Este selo visa ao desenvolvimento produtivo e à autonomia econômica das Comunidades Remanescentes Quilombolas (CRQs), com base na identidade cultural e recursos naturais. Busca a sustentabilidade ambiental, social, cultural e política das CRQs. Existem mais de 2.600 Comunidades Quilombolas certificadas e 250 comunidades em processo de certificação (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2018).

Selo de Produto Orgânico

A agricultura familiar possui uma série de características compatíveis com a agricultura orgânica. Uma delas é a busca de sinergias por meio da diversificação de atividades. A diversificação reduz a necessidade por insumos externos, o que diminui a dependência de capital financeiro – escasso na agricultura familiar. A agricultura orgânica é altamente demandante de mão de obra, abundante na agricultura familiar. Por fim, em ambas as agriculturas,

as técnicas tradicionais são valorizadas e os componentes culturais resgatados (MORAES; OLIVEIRA, 2017).

O mercado global de produtos orgânicos aumentou cinco vezes entre 1999 e 2014. Em 2014, o volume estimado foi de US\$ 80 bilhões, com expectativa de expansão numa taxa entre 10 a 15% ao ano (SPANION, 2018). No Brasil, o mercado também se encontra em plena expansão. No país, existem mais de 15 mil unidades de produção de alimentos orgânicos, sendo que 75% são da agricultura familiar (KAORI, 2018).

A certificação dos produtos orgânicos no país pode ser feita por auditoria, sistema participativo de garantia e controle social na venda direta. Nos dois primeiros casos, o selo oficial que garante a autenticidade do produto orgânico é o ilustrado pela Figura 4.

Figura 4 - Selo de garantia de produto orgânico brasileiro



Selo de Comércio Justo (Fair Trade)

Os produtos do comércio justo pertencem a outra modalidade de produtos certificados. Sua relação segue o princípio do diálogo, transparência, solidariedade, cooperação e respeito entre os seus pares e parceiros. O comércio justo busca proporcionar melhores condições aos produtores menos favorecidos via pagamento de um prêmio pelo produto, suporte na comercialização e prospecção de novos mercados (MENDONÇA, 2011).

Existem diversos selos de certificação de produto de comércio justo. Em alguns casos os selos podem certificar diversos tipos de produtos. A Figura 5 mostra um deles, o Selo da *FairTrade International*, que é especializado em produtos alimentícios.

Figura 5 – Selo da *FairTrade International*



Material e método

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas pessoais, tipo cara a cara, com o auxílio de um questionário estruturado. Antes de obter a versão definitiva do questionário, elaborou-se versões piloto e estas foram testadas com os alunos da Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas (FCAT). Entre abril e junho de 2018, alunos da Empresa Junior da FCAT entrevistaram os consumidores de Dracena, após receberem treinamento prévio pelo coordenador do projeto. As entrevistas ocorreram em locais públicos da cidade, com duração aproximada de 20 minutos. A seleção das pessoas entrevistadas se deu de forma inteiramente aleatória.

Algumas entrevistas foram desconsideradas por problemas de preenchimento de questionários. Assim, houve 257 questionários (entrevistas) válidos. O erro de amostragem foi calculado considerando a população finita no município de Dracena - que segundo o Brasil (2010) é de 46.536 pessoas, não conhecendo proporções populacionais e com grau de confiança de 95%. Nestas condições, o erro amostral foi estimado em 6,1%.

Além de relatarem os seus dados sociodemográficos, os consumidores autoavaliaram os seus níveis de conhecimento sobre os princípios ligados aos selos que certificam o comércio justo, a agricultura orgânica, a agricultura familiar e os quilombos do Brasil. Ao apresentar as marcas descritas nas Figuras 2, 3, 4 e 5, os entrevistados podiam indicar três níveis de conhecimento: sim, conheço; conheço parcialmente; e desconheço. As respostas dos consumidores foram analisadas através de estatística descritiva e testes de inferências estatísticas. O software utilizado foi o IBM SPSS.

Resultados

Perfil da amostra

A Tabela 1 apresenta o perfil sociodemográfico dos consumidores que participaram do estudo e da população de Dracena. Observa-se que as porcentagens dos gêneros, classes de idade e níveis de estudos são muito parecidas entre os consumidores da amostra dos da população de Dracena. A maior discrepância foi verificada em relação à classe social. A amostra apresenta uma maior porcentagem de consumidores das classes sociais A/B e C que a população, ou seja, este estudo representa, em menor proporção, as preferências dos consumidores de classes sociais mais baixas ou mais humildes.

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico da amostra e da população de Dracena (SP)

Característica	Amostra*		População**
	Número	%	%
Gênero			
Masculino	125	49%	49%
Feminino	132	51%	51%
Classe de idade			
De 18 a 24 anos	47	18%	18%
De 25 a 44 anos	102	40%	38%
De 45 a 64 anos	81	32%	30%
Mais de 64 anos	27	11%	14%
Nível de estudos			
Alfabetizado/fundamental	70	27%	34%
Ensino médio	122	47%	43%
Ensino superior	65	25%	23%
Classe social			
Classe A/B	63	25%	9%
Classe C	129	50%	10%
Classe D/E	65	25%	81%
Total	257	100%	100%

Fonte: *Dados da pesquisa e **Brasil (2010)

Conhecimento geral associado aos selos de qualidade

A produção orgânica é o conceito mais conhecido pelos consumidores entrevistados (Gráfico 1). Praticamente 1/3 dos consumidores afirmaram conhecer os conceitos envolvidos com o selo da Figura 4 e a mesma quantidade disseram conhecer parcialmente os conceitos. O nível de conhecimento dos consumidores de Dracena pode ser considerado parecido com o observado em outros estudos. No Distrito Federal, foi feito um estudo para determinar o nível de conhecimento de 557 consumidores sobre os princípios da produção orgânica e foi observado que 35,9% sabiam o que era produto orgânico e 31,6% não sabiam (DISTRITO FEDERAL, 2005). Neste sentido, em Cavallet *et al.* (2013) foi verificado que 40% dos entrevistados de oito municípios do litoral do Estado do Paraná não sabiam o que é produção orgânica.

Uma das razões dos consumidores de Dracena conhecerem mais os conceitos da produção orgânica é resultado de anos de esforço realizado por organizações governamentais e não governamentais no sentido de informar a população sobre os produtos orgânicos. A cada ano, realiza-se a “Semana dos Alimentos Orgânicos”, que inclui palestras, feiras demonstrativas, degustações, visitas em propriedades rurais e distribuição de materiais impressos (BRASIL, 2005).

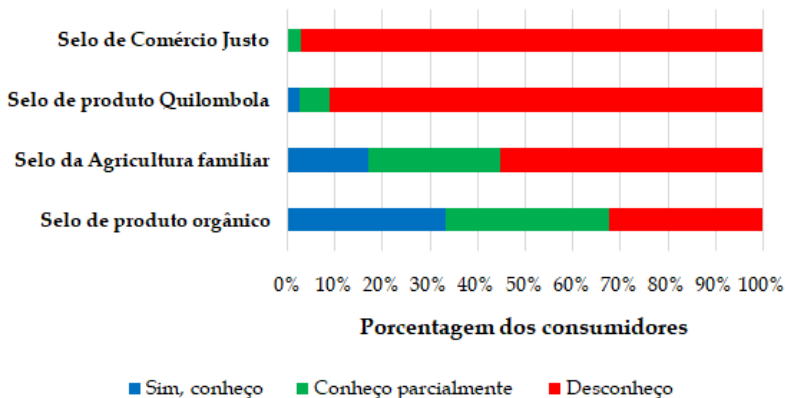
A agricultura familiar é o segundo conceito mais conhecido pelos consumidores de Dracena (SP). As respostas de 17% dos entrevistados foram no sentido de conhecer os conceitos ligados ao Sipaf (Figura 2), 28% afirmaram conhecer parcialmente os conceitos e 55% reconheceram desconhecer a definição de agricultura familiar (Gráfico 1). É importante ressaltar que não existem estudos prévios que avaliaram o nível de conhecimento da população sobre a agricultura familiar ou mesmo sobre o Sipaf.

Desde a sua implantação, foram concedidas 68 permissões de Selo de (comunidade remanescente) Quilombola do Brasil. O estado da Bahia possui 30 permissionários e o estado de São Paulo possui apenas três (BRASIL, 2017). Provavelmente, por ter uma menor abrangência, o produto Quilombola ainda é pouco conhecido em Dracena. Apenas 3% dos consumidores entrevistados disseram conhecer (Gráfico 1), 6% conhecem parcialmente e 91% afirmaram desconhecer os conceitos ligados ao Selo de Quilombo do Brasil (Figura 3).

O nível de conhecimento sobre o comércio justo é baixo no Brasil e em Dracena. O estudo de Saes e Spers (2006) relata que 73% dos consumidores da cidade de São Paulo desconhecem o significado de café *Fair Trade*. A situação em Dracena é pior. O Gráfico 1 revela ainda que 97% dos entrevistados desconhecem os princípios ligados ao selo de *FairTrade*. Uma possível explicação do baixo conhecimento sobre

fair trade é que a marca representada pela Figura 5 é internacional e o seu mercado no Brasil é pouco representativo.

Gráfico 1 – Nível de conhecimento dos consumidores sobre os conceitos associados aos selos de qualidade



Fonte: Dados da pesquisa.

Tipos de consumidores com mais conhecimentos sobre os conceitos associados aos selos de qualidade

Para verificar a existência de discrepâncias no nível de conhecimento sobre os conceitos ligados aos selos de qualidade entre diferentes tipos de consumidores, realizou-se a análise não paramétrica de Kruskal-Wallis. Este teste estatístico foi empregado por ter melhor desempenho que as análises paramétricas quando a hipótese da distribuição normal da variável é violada (VAN HECKE, 2010). Os consumidores foram dispostos por duas ou mais características sociodemográficas independentes (dois gêneros, quatro classes de idade, três níveis de estudos e três níveis de classe social). A hipótese nula do teste estatístico é que os grupos têm a mesma distribuição de valores. Os resultados estão expostos na Tabela 2.

De acordo com as estimativas de curtose e assimetria (Tabela 2), é possível verificar que a distribuição dos níveis de conhecimento entre os consumidores não possui distribuição normal. Os testes de Kruskal-Wallis identificaram que não há diferenças significativas entre os níveis de conhecimento dos diferentes tipos de consumidores sobre os conceitos relacionados ao Selo Quilombola do Brasil e *FairTrade*. Cabe lembrar que, em ambos os casos, a grande maioria dos entrevistados

indicou não ter conhecimento algum a respeito. Este fato influenciou os resultados da análise.

Por outro lado, os testes estatísticos mostram que o conhecimento dos conceitos ligados ao Selo de Produção Orgânica possui diferenças estatisticamente significativas entre os consumidores com distintas idades e seu nível de estudos. Da mesma forma, as análises estatísticas revelam diferenças significativas do nível de conhecimento sobre a agricultura familiar, de acordo com o nível de estudos e a classe social do consumidor (Tabela 2). A descrição dos parâmetros que apresentaram diferenças significativas é feita na sequência.

Tabela 2 - Os valores de H de Kruskal-Wallis obtidos nas comparações entre as características sociodemográficas dos consumidores e seus níveis de conhecimento sobre os conceitos ligados aos selos de qualidade e análise de distribuição das respostas

Característica do consumidor	Tipo de selo			
	SIPAF	Quilombola do Brasil	Produção orgânica	Comércio justo
Gênero	1,359 ^{ns}	1,479 ^{ns}	0,988 ^{ns}	0,646 ^{ns}
Classes de idade	3,918 ^{ns}	4,240 ^{ns}	10,832 ^{**}	3,469 ^{ns}
Nível de estudos	14,723 ^{***}	4,813 ^{ns}	38,488 ^{***}	0,770 ^{ns}
Classe social	18,577 ^{***}	4,440 ^{ns}	7,191 ^{ns}	4,943 ^{ns}
Assimetria	-0,768	-3,592	0,021	-6,402
Curtose	-0,871	12,598	-1,484	45,122

Nota 1: Significância estatística: (^{ns}) diferença estatística não significativa; (^{**}) significativa a 5% de probabilidade; e (^{***}) a 1% de probabilidade.

Nota 2: Na análise de distribuição das respostas, a distribuição é normal quando o valor da assimetria é zero e a curtose igual a três.

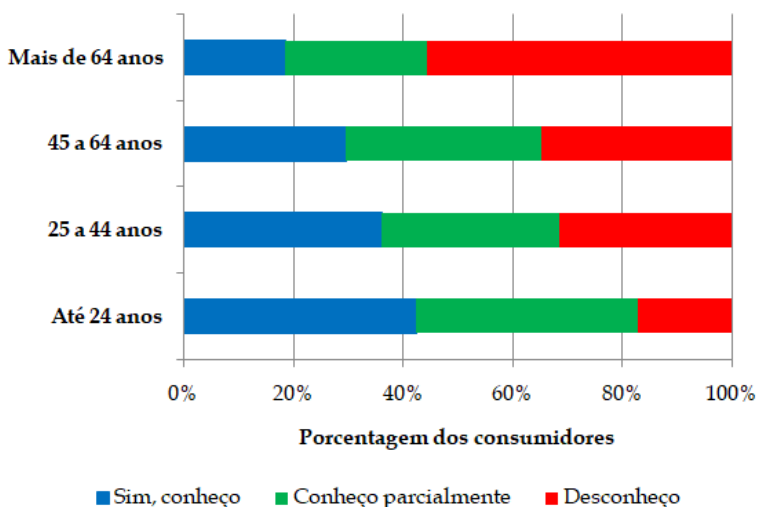
Fonte: Dados da pesquisa.

Os conceitos sobre a agricultura orgânica estão mais disseminados entre os consumidores mais jovens. O Gráfico 2 mostra que existe uma relação inversa entre a idade do consumidor e o nível de conhecimento sobre a agricultura orgânica. Ao redor de 43% dos consumidores com até 24 anos afirmaram conhecer a agricultura orgânica, enquanto este valor entre os consumidores com mais de 64 anos de idade é tão somente 19%. Uma explicação para esta diferença pode ser o hiato digital entre as pessoas de diversas faixas etárias. Em

2017, segundo Fernández-Ardèvol (2019), 25% das pessoas com 60 anos de idade ou mais usavam internet, enquanto 88% dos indivíduos com 16 a 25 anos usavam a internet.

Hoje, a internet é o principal meio de comunicação com o qual as pessoas buscam informações. As redes sociais representam canais de comunicação nas quais é possível encontrar informações interativas de qualidade sobre a produção orgânica, aproximando o consumidor do produtor (MARCELINO; TRIERWEILLER; LUCIETTI, 2017).

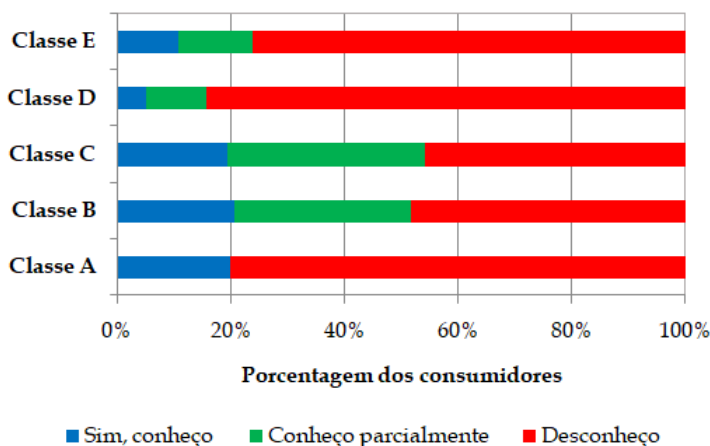
Gráfico 2 - Nível de conhecimento sobre a agricultura orgânica, segundo a classe de idade do consumidor



Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 3 expõe o nível de conhecimento dos consumidores sobre os conceitos da agricultura familiar, segundo a classe social. O gráfico indica que ao redor de 20% dos consumidores das classes sociais A, B e C consideram conhecer sobre o assunto. Pouco mais de 30% dos consumidores das classes sociais B e C disseram conhecer parcialmente a agricultura familiar. Os consumidores das classes sociais D e E são os que menos conhecimento possuem a respeito da agricultura familiar.

Gráfico 3 – Níveis de conhecimento sobre a agricultura familiar, segundo a classe social do consumidor



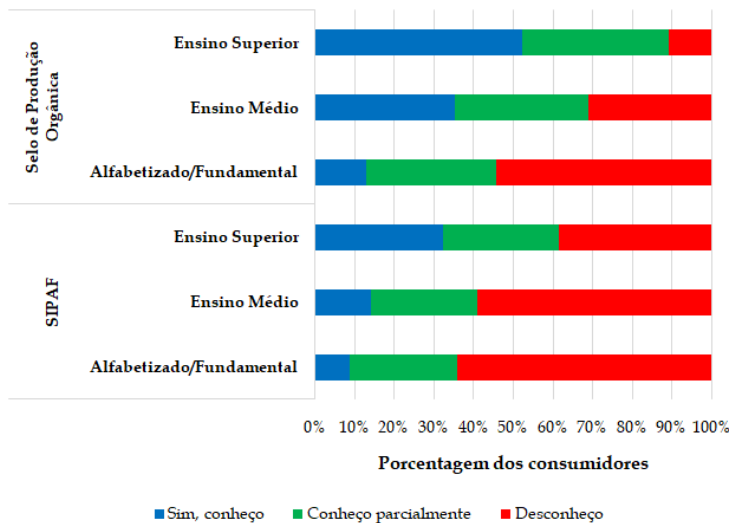
Fonte: Dados da pesquisa.

O nível de estudos afeta a forma com que interagimos com o mundo. O consumidor com mais estudos tem preferência diferenciada quanto à fonte de informação e é mais crítico quanto à informação recebida (KUMAR, 2014). No presente estudo, observa-se uma relação positiva do nível de estudos e o nível de conhecimento sobre os conceitos ligados ao Sipaf e ao Selo da Produção Orgânica (Gráfico 4).

No caso da agricultura familiar, 9% dos consumidores alfabetizados ou com estudos fundamentais dizem conhecer os fundamentos relacionados ao selo de qualidade e 27% afirmaram conhecer parcialmente seus princípios. Em contrapartida, 32% dos consumidores com estudo superior declararam conhecer a agricultura familiar e 29% alegaram possuir conhecimento parcial sobre o tema.

No total, 13% dos consumidores alfabetizados ou com ensino fundamental indicaram conhecer os conceitos ligados ao selo de produção orgânica, enquanto 52% dos consumidores com ensino superior afirmaram conhecer o tema. O conhecimento dos benefícios da alimentação saudável proporcionada pelos alimentos orgânicos repercute na busca do produto. De acordo com Cavallet *et al.* (2013), existe uma maior tendência dos consumidores com ensino superior em procurar pelo produto orgânico.

Gráfico 4 – Nível de conhecimento sobre o SIPAF e o Selo de Produção Orgânica, segundo o nível de estudos do consumidor



Fonte: Dados da pesquisa.

Conclusões

Os agricultores familiares apresentam uma série de limitações para comercializar os seus produtos. Uma alternativa bastante discutida na literatura são as cadeias curtas de comercialização. No estado de São Paulo esta modalidade está presente, no entanto, a maior parte do mercado consumidor encontra-se geograficamente distante das áreas de produção da agricultura familiar. As cadeias longas de comercialização não devem ser descartadas no planejamento de comercialização dos produtores familiares.

Vender seus produtos através de cadeias longas de comercialização implica na identificação dos produtos pelos selos de qualidade. Este estudo avaliou o nível de conhecimento dos consumidores de Dracena (SP) em relação aos conceitos ligados ao selo de Identificação da Agricultura Familiar (Sipaf), ao Selo de Quilombo do Brasil (que é tudo como uma modalidade de agricultura familiar), ao Selo de Produto Orgânico e ao Selo *FairTrade*.

O nível de conhecimento dos consumidores sobre os conceitos envolvidos com os selos de qualidade é baixo. A valorização dos produtos representados pelos selos de qualidade passa necessariamente por um maior esforço de informação do mercado consumidor. O esforço de

esclarecimento deve ser contínuo e envolver todo o segmento produtivo, assim como os órgãos que representam os consumidores.

O conhecimento dos princípios da agricultura orgânica pelos consumidores de Dracena é equiparável ao nível de conhecimento dos consumidores de outras cidades brasileiras. No entanto, o produto orgânico deve contar com mais divulgação (por outros meios alternativos à internet) entre as pessoas mais idosas e com baixo nível de estudos.

Produtos praticamente desconhecidos pelo consumidor, como os certificados com selo *FairTrade* ou selo de Quilombo do Brasil, devem contar com divulgação mais ampla possível. Todos os tipos de consumidores, independente de gênero, idade, estudos ou classe social, desconhecem os mesmos.

A limitação do presente estudo é a sua representatividade, que envolve apenas a população de Dracena. A representatividade pode ser ampliada com novos estudos em outras localidades. Nesses estudos, os pesquisadores poderiam avaliar tanto o nível de conhecimento dos consumidores sobre os conceitos ligados aos selos de qualidade, como as atitudes dos consumidores em relação a esses produtos.

Referências bibliográficas

- ALIMEN, N.; CERIT, A. G. Dimensions of brand knowledge: Turkish university students' consumption of international fashion brands. *Journal of Enterprise Information Management*, v. 23, n. 4, 2010. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/17410391011061807/full/html>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE SUPERMERCADOS. *Pesquisa de Tendências do consumidor 2018*. Disponível em: <https://portalapas.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Apresentação-Coletiva-de-Imprensa-APAS-Show-2018.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- BARRETO, S. B. *Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF): Reconhecimento social da agricultura familiar brasileira*. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. *Interações*, v. 18, n. 1, p. 3-15, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v18n1/1518-7012-inter-18-01-0003.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Ministério fará parceria com supermercados para venda de produtos da agricultura familiar*. 6 mai. 2019. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/ministerio-fara-parceria-com-supermercados-para-venda-de-produtos-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 21 ago. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. *Nova portaria do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar é publicada*. 13 mar. 2018. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/nova-portaria-do-selo-de-identificacao-da-participacao-da-agricultura-familiar-sipaf-e-publicada>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. *Bahia é campeã na emissão de Selo quilombola brasileiro*. 31 jul. 2017. Disponível em: <http://www.desenvolvimentoagrario.gov.br/sitemda/sitemda/noticias/bahia-é-campeã-na-emissão-de-selo-quilombola-brasileiro>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *IBGE Cidades: Censo 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/dracena/pesquisa/23/25888?detalhes=true>. Acesso em: 29 mai. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. 2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 6 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Campanha incentiva consumo de orgânicos*. 8 set. 2005. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/2750-campanha-incentiva-consumo-de-organicos>. Acesso em: 3 set. 2019.

CAVALLET, L. E.; CANAVARI, M.; PEÇANHA, W. T.; OCCHI, T. V. T.; ROCHA, C. H. Conhecimento da população sobre produto orgânico na região litorânea do Paraná. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 8, n. 2, p. 62-74, 2013. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/12981>. Acesso em: 10 dez. 2018.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. Diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas*, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-1.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

D'ELIA, G. S. M.; MENDONÇA, D. A.; COUTINHO, L. R.; GROOT, E. Estudo sobre o comércio justo em Glória de Dourados, Mato Grosso do Sul. In: 4º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul, 4.; Encontro de Produtores Agroecológicos de Ms, 3., 2012, Glória de Dourados. *Anais...* Dourados: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2012.

- DISTRITO FEDERAL. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). *Pesquisa de diagnóstico do consumo de produtos orgânicos no Distrito Federal: análise final*. Dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/pesq-consumo-organicos.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- ETHICAL CONSUMER. *Ethical consumer: Markets Report 2018*. Disponível em: <https://www.askfood.eu/tools/forecast/wp-content/uploads/2019/08/EC-Markets-Report-2018-FINAL.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- FERNÁNDEZ-ARDEVOL, M. Práticas digitais móveis das pessoas idosas no Brasil: dados e reflexões. *Panorama setorial da Internet*, v. 11, n. 1, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://www.cetic.br/publicacao/ano-xi-n-1-praticas-digitais-moveis-pessoas-idosas/>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Plano de Dados Abertos para 2018. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=45320. Acesso em: 30 out. 2018.
- GRUNERT, K. G. Food quality and safety: consumer perception and demand. *European Review of Agricultural Economics*, v. 32, n. 3, p. 369-391, 2005. Disponível em: <https://academic.oup.com/erae/article/32/3/369/385329?searchresult=1>. Acesso em: 12 jun. 2019. Acesso em: 10 fev. 2019.
- GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C. R.; SILVEIRA, F. G.; ICHIHARA, S. M.; DINIZ, B. P. C.; MOREIRA, G. R. C. *PIB da agricultura familiar: Brasil – Estados*. Brasília: MDA, 2007.
- KAORI, L. O Mercado e o marketing dos orgânicos. *Boletim MARKESALQ*, v. 6, n. 28, p. 1-4, 2018.
- KASSAOKA, D. *Mapa da Agricultura Familiar*. São Paulo: Coordenadoria de Desenvolvimento do Agronegócio, 2018.
- KUMAR, R. Impact of demographic factors on consumer behaviour – a consumer behaviour survey in Himachal Pradesh. *Global Journal of Enterprise Information System*, v. 6, n. 2, p. 35-47, 2014. Disponível em: <http://www.informaticsjournals.com/index.php/gjeis/article/view/3084>. Acesso em: 8 jun. 2019.
- LIMA-FILHO, D. O.; OLIVEIRA, D. M.; MACIEL, W. R. E. O discurso e a prática dos consumidores sobre o consumo ético. *Revista Pensamento & Realidade*, v. 29, n. 4, p. 64 - 80, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/20786/16430>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- MARCELINO, T. F.; TRIERWEILLER, A. C.; LUCIETTI, T. J. Motivações para o consumo de produtos orgânicos: em busca de um entendimento. *Revista Competitividade e Sustentabilidade*, v. 4, n. 2, p. 31-45, 2017. Disponível em:

- <http://e-revista.unioeste.br/index.php/comsus/article/view/17387>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- MATTEI, L. Emprego agrícola: cenários e tendências. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, p. 35-52, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300004. Acesso em: 20 dez. 2018.
- MENDONÇA, H. Comércio justo e economia solidária no Brasil e o papel da política pública na sua promoção. *Mercado de Trabalho*, n. 49, p. 59-65, 2011.
- MORAES, M. D.; OLIVEIRA, N. A. M. Produção orgânica: obstáculos e oportunidades. *Revista de Desenvolvimento Econômico em Debate*, v. 3, n. 1, p. 19-37, 2017. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/RDSD/article/view/3372>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- MOHASOA, K. *Brand knowledge effects on brand equity and purchase intention*. Johannesburgo: University of Witwatersrand, 2016.
- PEGADO, E. A. C.; FERNANDES JUNIOR, M.; CANEJO, R. M. P. R. G.; MELO, R. M. S. A percepção dos alunos dos cursos de graduação tecnológica do campus IFRN sobre a prática do comércio justo (Fair Trade) e sustentabilidade. In: Congresso Nacional de Meio Ambiente, 14.; Simposio de Águas Termais, Minerais e Naturais de Poços de Caldas, 2., 2017, Poços de Caldas. *Anais...* 2017.
- ROVER, O. J.; RIEPE, A. J. A relação entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas de reforma agrária do Paraná/Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 38, p. 663-682, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/41984>. Acesso em: 4 fev. 2019.
- SADILEK, T. Perception of food quality by consumers: literature review. *European Research Studies Journal*, v. 22, n. 1, p. 52-62, 2019. Disponível em: <https://www.ersj.eu/journal/1407>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- SAES, M. S. M., SPERS, E. E. Percepção do consumidor sobre os atributos de diferenciação no segmento rural: café no mercado interno. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 8, n. 3, p. 354-367, 2006. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/160>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. *População 2019*. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/>. Acesso em: 21 ago. 2019.
- SPANION, P. Cenário internacional de produção orgânica, mercado e certificações. In: SPINOSA, W.; ROCHA, T. S.; YAMASHITA, G. B. *Cadeia produtiva de produtos orgânicos*. Londrina: UEL, 2018. p. 7-12.

TERRA, S. B.; COSTA, J. E. L. Nível de informação e consume da população sobre produtos orgânicos em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. *Revista Verde da Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 12, n. 2, p. 311-318, 2017. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/4822>. Acesso em: 7 jun. 2019.

VAN HECKE, T. *Power study of Anova versus Kruskal-Wallis test*. 2010. Disponível em: <http://interstat.statjournals.net/YEAR/2010/articles/1011002.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2018.

GROOT, Étienne. Conhecimento sobre os conceitos de selos de qualidade vinculados à agricultura familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 136-155, fev. 2020.

Resumo: (*Conhecimento sobre os conceitos de selos de qualidade vinculados à agricultura familiar*). A agricultura familiar tem o desafio de se inserir nas Cadeias Longas de Comercialização. Neste contexto, os processos produtivos devem ser comunicados ao mercado por meio de selos de qualidade. O valor agregado do produto aumenta quando os conceitos ligados ao selo são conhecidos pelos consumidores. O objetivo do trabalho foi o de avaliar o conhecimento dos consumidores a respeito dos conceitos relacionados a selos de qualidade em Dracena (SP). Para isso, foram feitas 257 entrevistas pessoais com o auxílio de questionário estruturado, entre abril e junho de 2018. Os resultados indicam que 1/3 dos consumidores desconhecem a agricultura orgânica e pouco mais da metade desconhecem os conceitos da agricultura familiar. Os produtos de quilombos e de comércio justo são praticamente desconhecidos em Dracena. Verificou-se uma relação positiva entre os níveis de estudos e o conhecimento da agricultura familiar e produtos orgânicos. Como conclusão, o trabalho mostrou que é preciso realizar um amplo e contínuo trabalho de informação dos consumidores sobre os selos de qualidade.

Palavras-chave: Selo de Identificação da Agricultura familiar (Sipaf); Selo de Quilombo do Brasil; Selo *FairTrade*; Selo de Produto Orgânico do Brasil; Cadeia Longa de Comercialização.

Abstract: (*Consumer knowledge about quality labelling concepts linked to family farming*). Family farming is challenged by participating in Long Supply Chains. In this context, production processes must be communicated to the market through quality labels. The product's added value increases

when concepts related to the labels are known by consumers. The objective of this work was to evaluate consumers' knowledge about quality labeling concepts, in Dracena (São Paulo State). For this, 257 personal interviews were conducted with the help of a structured questionnaire, between April and June 2018. The results indicate that 1/3 of consumers are unaware of organic farming and just over half are unaware of family farming concepts. Quilombo and fair-trade products are virtually unknown in Dracena. There was a positive relationship between educational attainment levels and knowledge of family farming and organic products. In conclusion, the work has shown the need for an extensive and continuous consumer information campaign on quality labelling.

Keywords: Family Farming Identification Label (Sipaf); Brazilian Quilombo Label; FairTrade Label; Brazil Organic Product Label; Long Supply Chain.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

A rentabilidade dos produtores de soja no Paraguai: concentração e exclusão²

DOI: 10.36920/esa-v28n1-7

Introdução

A expansão da soja ocorreu de maneira impressionante no Cone Sul latino-americano (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia), consolidando-se como principal área de cultivo em nível global (TURZI, 2016; OLIVEIRA; HECHT, 2016; WESZ JR., 2016). Atualmente, esses países respondem por mais da metade da produção mundial, enquanto que em 1970 representavam apenas 4% (USDA, 2019). No Paraguai, a soja vem sendo considerada “la columna vertebral del agronegocio” (ROJAS VILLAGRA, 2009). Enquanto em 1995 o grão dominava 28% da área cultivada no verão e 12% das exportações totais (FOGEL; RIQUELME, 2005), em 2018 passou a ocupar mais de 70% das terras aráveis do país no verão e a responder por 40% das exportações totais (MAG, 2019; CAPPPO, 2019). Em paralelo, o Paraguai se solidificou como o sexto maior produtor mundial e o quarto exportador de soja em grão (USDA, 2019).

Uma das características do cultivo da soja é a elevada – e crescente – dependência de produtos externos à unidade de produção, como sementes transgênicas (cada vez mais específicas para atender a contextos particulares), fertilizantes sintéticos (produzidos com novas matérias-primas e formulações) e agroquímicos (uma enorme

¹ Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Professor adjunto do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar e no Mestrado de Economia (PPGE) e de Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Vinculado ao Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA), ao Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (GEMAP) e ao Observatório das Agriculturas Familiares Latino-americanas (AFLA). E-mail: jwesz@yahoo.com.br.

² O autor agradece ao Edital de Apoio ao Pesquisador – Custeio (UNILA/PRPPG, Edital nº 109, de 2017).

variedade de fungicidas, herbicidas e inseticidas), além do uso de modernas máquinas e equipamentos, como tratores, semeadeiras, pulverizadores e colheitadeiras. Também é cada vez mais corriqueiro encontrar produtores que acionam serviços externos ao estabelecimento para a produção de soja, como a contratação de assistência técnica especializada no cultivo, a assinatura de boletins climáticos, a participação em cursos de capacitação para o uso de determinadas tecnologias (desde equipamentos até aplicativos), a contratação de empresas de plantio, manejo e colheita (entre os produtores que não dispõem de máquinas próprias) e a demanda de especialistas financeiros para a gestão da unidade de produção (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013; GUIBERT; BÜHLER; REQUIER-DESJARDINS, 2015). Ou seja, trata-se de um processo produtivo altamente dependente de produtos e serviços que não são encontrados no interior dos estabelecimentos agropecuários.

As dinâmicas acima descritas tornam cada vez mais intensas as relações dos produtores de soja como ambiente externo à unidade de produção, refletindo em um crescente processo de “externalização” da atividade agropecuária (CONTERATO *et al.*, 2014; PLOEG, 1990). E, além dos elementos já mencionados, o produtor também está exposto à volatilidade do preço internacional da soja e ao clima, que tem reflexo direto no rendimento por área. O fato de ser um cultivo com baixa diferenciação, é fundamental o ganho de escala, a otimização da tecnologia e a negociação de grandes volumes para ampliar a margem do produtor. Ademais, “a concentração empresarial no setor, a montante e a jusante, diminuiu o espaço de manobra dos produtores” (NIEDERLE; WESZ JR., 2018, p. 88).

Nessas condições, a teoria microeconômica vai apontar que “o tamanho ótimo para produção de soja está situado em grandes áreas, nas quais, devido aos ganhos de escala, a eficiência no uso dos recursos e a produtividade por unidade de área chegam a seu ponto máximo” (BAZOTTI; DE PAULA; NETTO, 2017, p. 122). Mesmo assim, como vários estudos colocam, a produção da soja em pequena escala segue presente (WESZ JR., 2014; BAZOTTI, 2016; DESCONSI, 2017). Mas, considerando a elevada dependência de atores, produtos e contextos externos, cujos efeitos variam conforme a escala de produção, é fundamental compreender qual tem sido o retorno econômico que os produtores obtêm nesse cultivo.

No Paraguai, apesar de toda essa problemática, não há pesquisas focadas na compreensão do retorno econômico do cultivo da soja para os produtores rurais ao longo das safras. Ainda que existam alguns estudos centrados em casos e safras específicas (PARODI; ENCISO, 2017; ROJAS, 2018), parece-nos relevante analisar os valores em uma

sequência temporal, para captar a situação de vários anos, além de olhar para produtores com perfis diversos em uma mesma safra, para compreender se há ou não diferenças entre eles. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a margem líquida do cultivo da soja no Paraguai de 2002/2003 a 2018/2019, percebendo as variações entre produtores rurais (safra 2017/2018) e os riscos e efeitos econômicos dessa dinâmica.

Este artigo está estruturado em cinco partes, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, apresenta-se a metodologia da pesquisa e, na sequência, contextualiza-se o processo de avanço da soja no Paraguai. Em seguida, o foco recai na margem líquida dos produtores de soja no Paraguai de 2002/2003 a 2018/2019. O item subsequente é centrado na margem dos produtores conforme a área cultivada, utilizando a safra 2017/2018 como referência. Por fim, são abordados os riscos econômicos presentes no cultivo da soja e os efeitos para os produtores rurais.

Materiais e métodos

Este estudo utiliza abordagem qualitativa e quantitativa. Inicialmente, foi realizada revisão bibliográfica no tema da pesquisa, seguida de análise de dados estatísticos sobre o cultivo da soja no Paraguai, baseando-se em informações disponibilizadas pelo *Ministerio de Agricultura y Ganaderia (MAG)*, *Cámara Paraguaya de Procesadores de Oleaginosas y Cereales (Capro)*, *Instituto de Biotecnología Agrícola (Inbio)* e Divisão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Faostat). Em relação ao custo de produção da soja e sua margem ao produtor, vale destacar que o Paraguai não dispõe de um banco de dados para os diferentes anos, o que demandou que o mesmo fosse construído a partir de diferentes fontes: *Comunicación Estratégica en Agronegocios – ComeAgro* (de 2002/2003 a 2013/2014); Parodi e Enciso (2014/2015), Simko (2015/2016), Enciso (2016/2017), ABC Color (2017/2018) e Observatório Rural (2018/2019).

Embora o ideal fosse ter uma única base de informações para não comprometer a comparabilidade dos dados, as diferentes fontes têm elementos comuns que permitem a construção desta série histórica: são dados que têm como base o Departamento de Alto Paraná e referem-se à soja transgênica cultivada no sistema de plantio direto. Além disso, os trabalhos seguem o mesmo formato para calcular a margem do produtor, que está calcado em três variáveis básicas: custo de produção, preço da soja recebido pelo produtor e rendimento médio. No custo de produção são considerados os gastos com insumos (sementes, fertilizantes, agroquímicos) e uso de

máquinas (dessecação, plantio, pulverizações e colheita), além de despesas administrativas – todos calculados em dólares, pois é a moeda usada de maneira predominante por produtores e empresas para essas negociações no Paraguai. Em relação ao preço recebido pelo produtor na soja, considera-se o preço de venda do grão, descontando despesas com limpeza da soja, armazenagem, impostos e transporte até o destino. Já o rendimento é o resultado da divisão da produção de soja pela superfície colhida. Com esses dados se calcula a margem líquida do produtor³ (em dólares por hectare), que é obtido pela multiplicação entre preço e rendimento, subtraindo o custo de produção.

Além dos dados acima, que permitem captar as variações na margem do produtor ao longo dos anos, foi realizada a coleta de informações com 77 produtores de soja para obter essa e outras informações referentes à safra 2017/2018. Vale destacar que não se trata de uma amostragem, pois os últimos dados sobre produtores de soja do país são de 2008 (o último Censo Agropecuário), o que não representa a situação atual, impedindo a construção de uma amostra. Em meio a isso, buscou-se entrevistar produtores de soja que apresentassem uma diversidade de situações em termos de tamanhos das áreas (de 4 a 22 mil hectares plantados com o grão), de localização (Departamentos de Alto Paraná, Itapúa, Canindeyú, Caaguazú, Amambay, San Pedro e Boquerón), de origem (paraguaios, brasileiros, menonitas, alemães e argentinos) e de infraestrutura na unidade de produção (desde quem realiza todas as atividades com máquinas e mão de obra própria até quem terceiriza todo o processo produtivo). Também foram realizadas oito entrevistas com produtores que já cultivaram soja, mas atualmente deixaram a atividade, para averiguar as motivações dessa desistência. Além disso, foram utilizadas, de outra pesquisa, as entrevistas realizadas com representantes de 45 empresas do setor (revendas de insumos, concessionárias de máquinas agrícolas, silos, *tradings*, cooperativas, empresas de assistência técnica e bancos) para entender as dinâmicas deste mercado no Paraguai.

A expansão da soja no Paraguai

A soja foi introduzida no Paraguai em 1921, quando chegaram as primeiras sementes ao país (BOSIO, 2015). Entretanto, até meados do século XX, era um cultivo pouco presente nas propriedades rurais. Os dados do Censo Agrícola de 1943 e do Censo Agropecuário de 1956 indicavam que eram plantados menos de 250 hectares em todo o país,

³ Considera-se margem líquida (e não bruta) porque se descontam os gastos administrativos, impostos, frete e outras despesas.

cuja produção não chegava a 200 toneladas (MAG, 1960). Na década de 1960, o grão começa a se difundir com maior intensidade, mas ainda detinha uma produção inferior a 40 mil toneladas e uma área abaixo de 15 mil hectares, o que significa que ocupava menos de 2% das terras em cultivo no país (MAG, 2019).

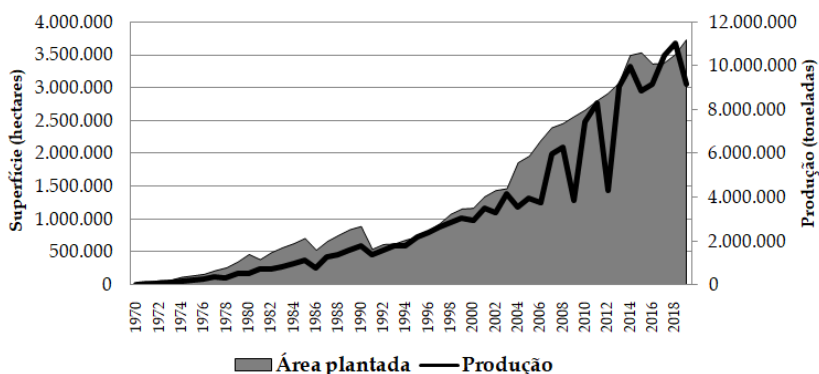
Nos anos 1970, a soja ganhou mais força, sobretudo com a entrada de produtores brasileiros que começam a migrar para o Paraguai e levaram consigo os insumos e máquinas (SOUCHAUD, 2008). Em 1979, foram plantados mais de 350 mil hectares, obtendo 550 mil toneladas colhidas (Figura 1). Nesse período, entre os desafios comentados pelos produtores entrevistados estavam o trabalho manual, a falta de insumos no Paraguai, o baixo preço pago pelo grão e a venda atrelada a intermediários: “nós fomos trabalhando a mão, plantando soja manualmente, foi derrubado mato e plantado soja” (Informante 61); “nós plantávamos a soja a muque e colhíamos a muque” (Informante 3); “soja no início também não tinha preço [...] e quando tivesse que usar algum defensivo agrícola, adubo, alguma coisa, era tudo do Brasil” (Informante 59); “[pra vender] a soja, tinha só o atravessador que lograva” (Informante 5).

Esse cenário foi se transformando com o aumento da demanda e do preço no mercado internacional, além do estabelecimento dos primeiros silos no país, construídos pelos próprios imigrantes brasileiros. Além disso, foi central o fortalecimento do modelo agroexportador estimulado durante a ditadura de Stroessner (1954-1989), principalmente com o Primeiro Programa Nacional de Soja, que foi lançado em 1972 e se difundiu nos anos seguintes, sendo umas das iniciativas a oferta de crédito rural aos produtores rurais (NICKSON, 2005; VILADESAU; HEIKEL, 2016). E, como já dito, a expansão do cultivo da soja no Paraguai está fortemente vinculada com o estabelecimento de um grande número de agricultores brasileiros que se instalaram na região oriental do país nas décadas de 1970 e 1980 (SOUCHAUD, 2008; GALEANO, 2012).

Na década de 1980, a superfície cultivada com soja continuou crescendo, ainda que em 1986 uma forte estiagem tenha provocado uma redução na área e na produção. De 1990 a 1991, ocorre uma nova queda da soja no Paraguai, motivada principalmente pela baixa nos preços internacionais e por problemas climáticos. Entretanto, de 1991 a 2015, houve uma ampliação ininterrupta da área cultivada, passando de 550 mil para 3,5 milhões de hectares (crescimento superior a seis vezes). Embora o ano de 2016 apresente uma inflexão nesta trajetória ascendente, nas safras seguintes volta a ocorrer um crescimento, alcançando o recorde de 3.736.158 hectares no Paraguai em 2019 (Figura 1).

Já a produção não teve o mesmo desempenho (Figura 1), com fortes oscilações entre as safras. Isso decorre, principalmente, das variações climáticas (excesso ou falta de chuvas), que provocaram uma elevada redução no rendimento médio em alguns períodos específicos, com destaque a 2009 e 2012, quando a queda na produção foi superior a 50%. Apesar disso, é evidente o crescimento do volume produzido, que saltou de 1,4 milhão em 1991 para praticamente 11 milhões em 2018 (MAG, 2019). Estas oscilações na produção, como veremos adiante, afetam de maneira direta a margem do produtor.

Figura 1 – Área cultivada (hectares) e produção (toneladas) de soja no Paraguai (1970-2019)

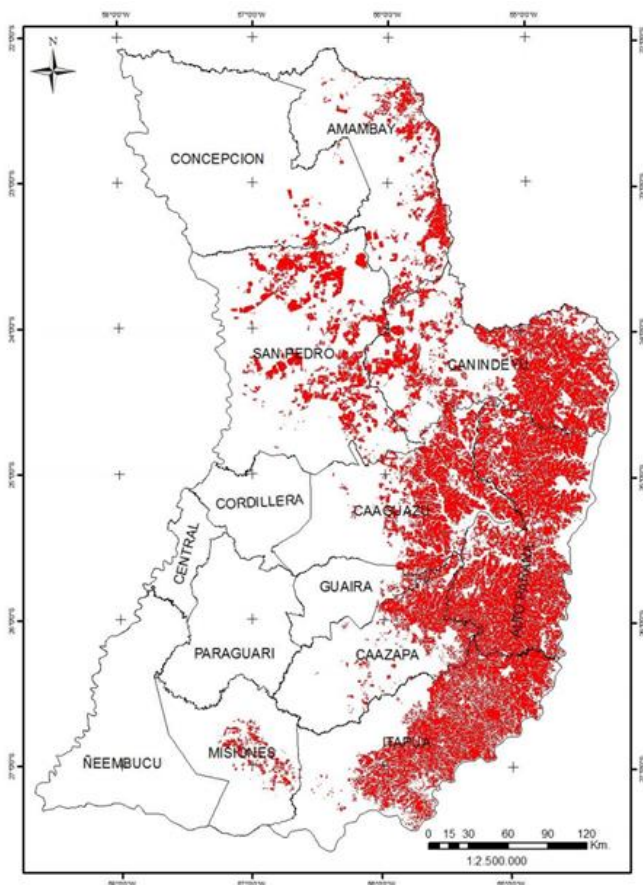


Fonte: Faostat (2019), MAG (2019) e Cappro (2019).

Em termos espaciais, a soja comercial teve início no Departamento de Itapúa, onde já estavam instalados colonos de origem europeia que dispunham de terra e capital para impulsionar a produção do grão. No final dos anos 1970, o Departamento de Alto Paraná começa a expandir o cultivo, “com o forte impulso dos migrantes brasileiros e das empresas agroindustriais” (ROJAS VILLAGRA, 2015, p. 80). Os dados do Censo Agropecuário de 1981 indicam esse processo, com Itapúa controlando 61,3% da área e Alto Paraná, 17,1% (MAG, 1983). A safra 1990/1991 consolida a importância destes dois departamentos, quando respondiam por 80% da superfície cultivada e eram os únicos com mais de 200 mil hectares cultivados (MAG, 1993). Atualmente, as principais áreas de produção se encontram em Alto Paraná (27,4% da superfície cultivada do país na safra 2017/2018), Canindeyú (19,2%),

Itapúa (17,9%), Caaguazú (13,2%) e San Pedro (9,6%), mas com crescimento em outros departamentos, como Amambay, Caazapá, Misiones e Concepción, além do Chaco, sobretudo no Departamento de Boquerón (MAG, 2019). A Figura 2, construída por imagens de satélite, permite identificar as áreas de produção de soja na região oriental do país.

Figura 2 – Áreas de produção de soja no Paraguai (região oriental) na safra 2015/2016



Fonte: Inbio (2016).

A margem líquida dos produtores de soja no Paraguai (2002/2003-2018/2019)

Em termos gerais, a margem do produtor rural em um cultivo agrícola está associada à combinação entre alto rendimento por área, baixo custo de produção e alto preço recebido na venda do produto. No caso da soja no Paraguai, a combinação dessas três variáveis teve importantes oscilações ao longo das 17 safras analisadas (Tabela 1). O rendimento da produção de soja, por exemplo, ainda que sua média em todo o período tenha ficado em 2,3 toneladas por hectare, experimentou forte variação conforme o ano, em alguns momentos aproximando-se de 1,5 ton/ha (2005/2006, 2008/2009 e 2011/2012), enquanto em outros chegou por volta de 3 ton/ha (2002/2003 e 2016/2017). Apesar do surgimento de novas doenças nas lavouras e da expansão do cultivo para áreas menos aptas, a principal razão desses movimentos na produtividade vincula-se ao clima, que afeta de maneira direta o volume colhido com o grão – por exemplo, nos três anos com menor rendimento (2005/2006, 2008/2009 e 2011/2012) ocorreram fortes estiagens nas regiões produtoras.

Enquanto o rendimento é instável, o custo de produção tem outra tendência: consecutivo aumento ao longo das safras. Se até na safra 2007/2008 o custo chegou a ser inferior a 500 US\$/ha (inclusive menor a 400 US\$/ha no primeiro ano da série). Contudo, depois disso, a média ficou em 632 US\$/ha, com destaque às últimas quatro safras, cujo valor cresceu 21%. Em 2018/2019, o custo alcançou praticamente 700 US\$/ha, o segundo maior valor nos 17 anos analisados. Além do aumento do preço das máquinas, insumos (sementes, fertilizantes e defensivos) e combustível, há dois outros fatores que interferem. O primeiro é a concentração das empresas líderes globais de máquinas e insumos.⁴ Como disse um produtor, “hoje as grandes indústrias se juntaram; diminui a concorrência e aumenta o preço dos produtos pra nós” (Informante 20). O segundo ponto refere-se à necessidade de ampliar as dosagens e o número de aplicações de agroquímicos nas lavouras. “Nosso gasto hoje é maior, porque tem que aplicar dose mais forte pra matar as pragas ou aplicar mais vezes” (Informante 87).

⁴ No Paraguai isso é evidente, dado que três empresas controlam 90% do mercado de tratores (AGCO, CNH e John Deere) e duas detêm 90% do segmento de colheitadeiras (CNH e John Deere) (CADAM, 2019). Já no setor de sementes, as três principais empresas controlavam 58,5% do mercado em 2010, valor que ampliou para 83,0% em 2014 e para 87,2% em 2018 (APROSEM, 2019). Além disso, no setor de defensivos, Bayer comprou Monsanto, ChemChina adquiriu Syngenta e Dupont e Dow se fundiram.

Tabela 1 – Rendimento, custo de produção, preço pago ao produtor e margem líquida do produtor de soja (US\$/ha) no Paraguai (2002/2003-2018/2019)

Safra	Rendimento (ton/ha)	Custo de produção (US\$/ha)	Preço pago ao produtor (US\$/ton)	Margem líquida do produtor (US\$/ha)
2002/2003	2,915	390	222	257
2003/2004	2,020	410	238	71
2004/2005	2,020	470	285	106
2005/2006	1,501	495	262	-102
2006/2007	2,297	410	242	146
2007/2008	2,256	490	510	661
2008/2009	1,415	595	470	70
2009/2010	2,411	540	396	415
2010/2011	2,483	590	399	401
2011/2012	1,367	730	494	-55
2012/2013	2,598	580	540	823
2013/2014	2,853	660	514	806
2014/2015	2,502	689	322	117
2015/2016	2,719	578	270	156
2016/2017	3,100	645	310	316
2017/2018	2,680	650	310	181
2018/2019	2,490	699	277	-9

Fonte: ComeAgro (2015), Parodi&Enciso (2017), Simko (2016), Enciso (2017), ABC Color (2018) e Observatório Rural (2019). Elaboração do autor.

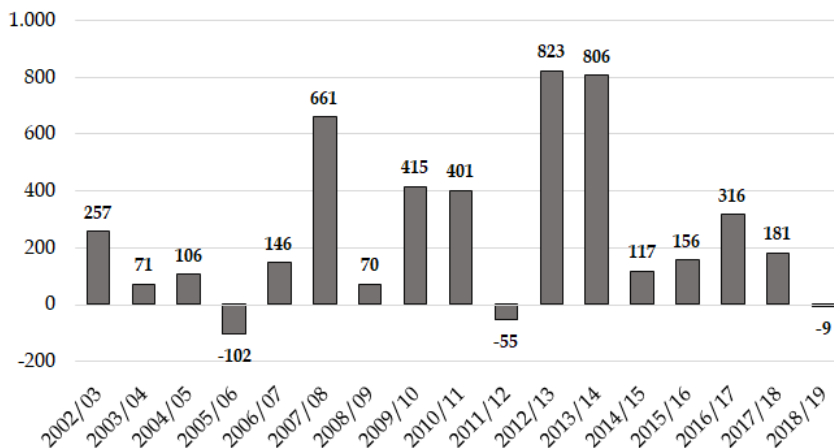
Na safra 2018/2019, o agroquímico foi quem mais pesou no conjunto dos custos da produção de soja, respondendo por 38% do total, seguido por fertilizante (28,6%) e máquinas (21,9%), sendo que neste último se considera a depreciação ou o custo de contratar um prestador de serviços para dessecação, plantio, pulverizações e colheita. Fecham esse quadro as sementes (6,7%) e os gastos

administrativos (4,9%) (OBSERVATÓRIO RURAL, 2019). Vale destacar que não estão incluídos o custo de oportunidade da terra ou o valor de arrendamento.⁵ Caso eles entrassem nos cálculos, os custos seriam bem maiores, pois nos últimos anos houve um forte aumento no preço da terra (“Antes o preço estava uma mixaria. Tinha terra de mil dólares antes. Hoje inteira 20 mil no hectare” - Informante 12) e do arrendamento (“o preço era doze sacas de soja por hectare e hoje tá vinte sacas” - Informante 69). Como sintetiza um produtor, “hay gente que alquila tierra y tiene un costo duplicado” (Informante 7).

Já o preço da soja é definido pelo mercado internacional. No caso do Paraguai, o valor recebido pelo produtor desconta, além dos 2,5% de Imposto de Valor Agregado (IVA), o “custo de limpar a soja, de armazenamento e de levar a barcaça até Assunção. É o preço de Chicago menos isso daí, que vai ser o quanto eu vou ganhar” (Informante 67). Na série histórica analisada, os cinco anos iniciais e os cinco anos finais são aqueles com os menores valores (média de 274 US\$/ton.), enquanto que entre 2007/2008 e 2013/2014 a média ficou em 475 US\$/ton.

A partir dessas variáveis, é possível obter a margem líquida alcançada pelos produtores de soja no Paraguai (Figura 3). Uma primeira evidência é a forte oscilação entre as safras, inclusive com margem negativa em 2005/2006, 2011/2012 e 2018/2019, sendo que nos dois primeiros, deve-se principalmente à quebra na produção pela estiagem e no último pela conformação entre alto custo e baixo preço do grão. Por outro lado, também houve três casos em que a margem ficou acima de 600 US\$/ha: 2007/2008, 2012/2013 e 2013/2014, que são justamente os anos em que o preço pago ao produtor foi maior que 500 US\$/ton. Nas 17 safras, pode-se dizer que a margem média do produtor foi de 250 US\$/ha. Mas, se focarmos apenas nas últimas cinco safras, há uma situação preocupante para os produtores de soja. A título de exemplo, a margem líquida média mensal foi de US\$ 14 para cada hectare de soja cultivado, sendo preciso somar as cinco safras para se alcançar a mesma margem de 2013/2014.

⁵ Somente o estudo de Parodie Enciso (2017) tinha o valor do arrendamento, mas optou-se por desconsiderá-lo para manter a comparabilidade entre as pesquisas, pois os demais não agregavam esse dado em seus cálculos.

Figura 3 – Margem líquida do produtor de soja (US\$/ha) no Paraguai (2002/2003-2018/2019)

Fonte: ComeAgro (2015), Parodi&Enciso (2017), Simko (2016), Enciso (2017), ABC Color (2018) e Observatório Rural (2019). Elaboração do autor.

A margem líquida dos produtores de soja por área cultivada (safra 2017/2018)

Os dados do item anterior indicam as fortes oscilações na margem líquida do produtor de soja no Paraguai entre as safras, confirmando o elevado risco da atividade, sobretudo pela intensa variação entre custo de produção, preço da soja e produtividade média. Entretanto, durante a pesquisa de campo, ficou claro que muitos produtores não têm dimensão dessa situação, pois um terço dos produtores não sabe seu custo de produção (sobretudo aqueles com menores áreas). E, entre aqueles que o conhecem, a maioria coloca em seu cálculo apenas os gastos com insumos (sementes, fertilizantes, agroquímicos), desconsiderando o conjunto de outros custos e despesas. Ao subestimarem seu custo de produção, notam que a ampliação da sua margem depende fundamentalmente do aumento da produção e do preço da soja. Tanto que nas falas dos produtores, as principais reclamações são sobre o rendimento por hectare (preocupações sobre o volume de chuva previsto em momentos-chave) e sobre o preço da soja na Bolsa de Chicago (que é acompanhado diariamente via aplicativos de seus celulares), sendo limitado o número de produtores que faz referência ao aumento do custo de produção.

Como muitos produtores desconhecem ou subestimam seu custo de produção, foi necessário fazer perguntas específicas para conseguir obter o dado correspondente. Vale pontuar que a margem líquida foi calculada da mesma maneira que no item anterior – a única diferença refere-se ao fato de que foi agregado o valor do arrendamento da terra quando era o caso.

Os dados obtidos com a aplicação do questionário indicam que a margem líquida dos produtores de soja na safra 2017/2018 varia conforme as características edafoclimáticas da unidade de produção (sendo mais favorável nas áreas planas, de terra vermelha e com precipitações regulares), localização (proximidade dos canais logísticos), número de empresas com que negociam (quanto menor, maior seu custo) e infraestrutura na unidade de produção (se têm máquinas, silo e mão de obra própria ou se terceiriza todo o processo produtivo). Apesar desses vários elementos, ficou claro que a principal variável que define a margem do produtor de soja no Paraguai é a escala de produção. Ou seja, o tamanho da área cultivada com o grão afeta o conjunto de variáveis (custo, preço e rendimento).

Pode-se visualizar, na Tabela 2, que os produtores com menos de 20 hectares cultivados com soja e aqueles com superfície plantada entre 20 e 100 ha têm os menores rendimentos e os menores preços recebidos pela soja. Já o custo de produção é menor nos estratos intermediários, sendo maior para os produtores com até 20 ha (que, por comprarem poucas quantidades, pagam mais pelos mesmos produtos) e aqueles com mais de 1.000ha (por geralmente arrendarem áreas complementares, encarecendo o seu custo). O que se observa é que a margem do produtor é maior nos estratos entre 100 e 1.000 ha de soja cultivada (410 US\$/ha), seguido por aqueles com mais de mil hectares (353 US\$/ha). Estes últimos acabam tendo menor margem porque, além das terras próprias, arrendam áreas complementares (aumentando o seu custo), inclusive em locais com menor potencial produtivo para a soja, que impacta na produtividade. Por outro lado, dado o volume produzido, conseguem receber os melhores preços no momento de comercializar a soja. Já os produtores com menos de 20 ha têm uma margem de 129 US\$/ha e aqueles com área entre 20 e 100 ha alcançam 298 US\$/ha, um valor 69% e 27% inferior, respectivamente, àqueles com área de 100 a 1.000 ha de soja cultivada (Tabela 2). É importante comentar que, caso não fosse considerado o custo de arrendamento da terra, o grupo com maior margem seria o de produtores com mais de 1.000 ha, seguido por aqueles com superfície de 100 a 1.000 ha, de 20 a 100 ha e com menos de 20 ha de soja cultivada. Nesse sentido, a margem líquida do produtor tende a ser maior conforme se amplia a superfície cultivada.

Tabela 2 – Margem líquida da soja (US\$/ha) no Paraguai por estratos de área plantada (2017/2018)

Estratos de área plantada com soja	Número de produtores (total)	Área média cultivada com soja	Rendimento médio (ton/ha)	Custo de Produção médio (US\$/ha)	Preço médio pago ao prod. (US\$/ton)	Margem média do produtor (US\$/ha)
> 20 ha	9	13,7	2,574	615	289	129
> 20 ha < 100 ha	23	61,7	2,858	516	285	298
> 100 ha < 1.000 ha	33	399,5	3,137	539	303	410
< 1.000 ha	12	4.299	3,083	623	317	353

Fonte: Pesquisa de campo.

Vale destacar que muitos produtores com pequenas áreas entraram no cultivo no Paraguai pelo fato de que existe, no imaginário social, uma ideia que “soja dá dinheiro”. Além disso, aparecem como motivos a facilidade de manejo e comercialização, disponibilidade de recursos (financiamento) e falta de mais alternativas no espaço rural (VILLALBA; WESZ JR., 2015). Soma-se a isso o fato de que muitos desconhecem seus reais custos de produção, o que dificulta que mensurem o real ganho com a atividade. Esses elementos têm levado produtores a cultivar toda sua área com soja, como o Informante 72, que tem quatro hectares e desde 2015 utiliza toda a superfície para a produção do grão. Mas, com o passar das safras, vai ficando mais claro para os produtores que “tem que ter uma área grande para se manter no setor, porque a margem é pequena” (Informante 67). Como disse outro produtor, “está sendo difícil pro produtor se manter [na soja] pela questão de custos; que estão se elevando mundialmente os custos de produção, de grãos e *commodity*, está tudo ficando muito caro, então para o pequeno produtor está ficando difícil” (Informante 5).

A principal razão desta discrepância na margem do produtor entre os estratos de área cultivada com soja deve-se a própria lógica na qual a soja está envolvida, pois é um produto padronizado, com preço definido internacionalmente, pautada em um comércio global e controlado por empresas transnacionais (WESZ JR., 2016). Além disso, demanda intensivos e contínuos investimentos (em sementes, defensivos, fertilizantes, máquinas etc.), em que o aumento da escala de produção reduz o custo por área. Inclusive, o domínio tecnológico, associado às máquinas e implementos agrícolas com maior rendimento por unidade de trabalho, leva o agricultor a expandir a área cultivada, buscando maior eficiência dos investimentos (FERNÁNDEZ, 2007).

A produção de grãos, sobretudo a soja, é intensiva em terra (para obter escala) e capital (para custear a tecnologia), e menos em mão de obra (pelo papel crescente das máquinas), ou seja, justamente o contrário do que dispõem os produtores com menores áreas. Nesta direção, Setrini *et al.* (2014, p. 14) destacam três fatores que limitam o potencial de competitividade dos pequenos agricultores na produção de grãos (soja, trigo e milho).

El primero radica la naturaleza de la tecnología moderna de producción de estos rubros que es intensiva en capital. La producción de granos requiere altos niveles de inversión en insumos comprados fuera de la finca. Estos incluyen semillas mejoradas (sean las híbridas o transgénicas), agroquímicos (fertilizantes, herbicidas, y pesticidas), y maquinarias de distintos tipos para la preparación de suelo, la siembra, las pulverizaciones, y la cosecha. Segundo, la mecanización de la producción genera economías de escala en la producción de granos. Es decir, la eficiencia en el uso de maquinarias aumenta a medida que crece el tamaño de la finca. Tercero, la producción de estos rubros se articula a mercados de *commodities* globales con un alto nivel de desarrollo. Estos productos son estables y fácilmente transportables y existe infraestructura física, institucional, y económica para su comercialización internacional. Esto hace que los precios internacionales reflejen los costos de producción bajos (y en muchos casos subvencionados) de los líderes tecnológicos en la producción de estos rubros.

Além disso, os produtores com grandes áreas de produção, por mobilizarem grandes volumes, conseguem barganhar preços, pagando menos pelos insumos, conseguindo financiamentos com menores taxas de juro e vendendo sua soja a um valor maior. Nas entrevistas realizadas com empresas do setor, é consenso que os produtores com maior volume obtêm essas vantagens, pois a “colheita de um grande vale pela de 30, 40 pequenos” (Informante 19). Sabendo disso, muitos dos médios e grandes produtores começaram a fazer uma espécie de licitação no momento de comprar insumos e vender soja para verificar em qual empresa conseguem as melhores condições comerciais. Outros compram diretamente na sede da multinacional do Paraguai, sem passar pelos representantes comerciais ou revendas locais, o que permite a obtenção de preços mais atrativos. E alguns pequenos produtores, percebendo essa dinâmica, começam a se organizar em grupos, associações e cooperativa, para conseguir formar volume e conquistar melhores preços. “Quanto mais você compra, mais você consegue enxugar margem de venda das empresas. No caso então, você vai vender uma carga de adubo a um preço, mas se eu quero 100 cargas, você pode

melhorar o preço” (Informante 5).⁶

Em síntese, os dados obtidos com os 77 produtores de soja no Paraguai indicam uma margem muito desigual entre eles, sendo maior conforme se amplia a escala de produção. Neste contexto, muitos produtores procuram, sempre que possível, ampliar sua área, sendo que dois terços informaram que a sua superfície aumentou nos últimos 15 anos, 28,6% disseram que se manteve igual e apenas 5,4% tiveram uma redução. Aqueles que seguem com pequenas áreas para a produção da soja enfrentam maiores dificuldades para se manter na atividade, dado a reduzida margem que obtêm nas safras (como visto neste tópico). No próximo item serão averiguados os efeitos desta dinâmica para os produtores de soja.

Riscos econômicos no cultivo da soja e seus efeitos

Os resultados desta pesquisa mostram que há uma forte variação na margem da soja conforme a safra e o perfil do produtor. A partir da pesquisa de campo, foi possível mapear pelo menos três efeitos desta dinâmica: endividamento dos produtores rurais, seus avanços para novas regiões (em busca de terra mais barata para ampliar sua escala) e arrendamento (ou venda) da terra para sojicultores maiores. Em relação ao processo de endividamento dos produtores rurais, ele ocorre principalmente entre aqueles que não dispõem de escala e não conseguem deter um apurado conhecimento tecnológico, gerencial, financeiro e produtivo.

Como o custo de produção da soja é muito alto, os produtores geralmente financiam grande parte da produção nas revendas e silos da região, para pagar em grão na safra. Entre os produtores de soja entrevistados, a grande maioria usa essa modalidade de negócio, sendo que 79,4% afirmaram que não conseguiriam plantar o grão se não obtivessem recursos externos à propriedade. Nesses casos, como a maioria não faz seguro da produção, uma quebra de safra geralmente significa uma dívida que, caso não seja quitada ou renegociada, pode implicar em perda de parte da terra, pois ela comumente vai como garantia no empréstimo. Há casos de perda de toda a área, assim como há quem perde apenas uma parte (proporcional ao tamanho da dívida) e permanece com as atividades no restante da área ou a arrenda para outro produtor.

Nas entrevistas com representantes das empresas do setor aparecem casos de endividamento decorrente da produção de soja:

⁶ O tema da construção de estratégias pelos produtores familiares para se manterem no mercado da soja é muito relevante, mas foge do foco deste trabalho. Para aprofundar o debate, ver Bazotti (2016) e Desconsi (2017).

Hubo casos en donde los productores no conseguían pagar sus deudas. La empresa, en esos casos, refinancia al productor, pero si aun así el productor no paga, él entrega su tierra a la empresa como parte del pago de su deuda (Informante 1).

Só na minha unidade de Nova Esperança, dois sítios que foram escriturados em nome da empresa, porque o cara entregou, não tinha como pagar. Um deles até fui eu que vendi [insumos] para o cara. Na época, a dívida do cara estava em 10 mil dólares, daí nós pegamos cinco alqueires do cara, aí escrituramos, aí eu vendi para um cara alemão que morava ali pertinho (Informante 56).

Três produtores entrevistados na pesquisa relataram que perderam parte da sua área por conta de dívidas. Em dois casos, pela compra de insumos e o terceiro pela compra de insumos e pelo arrendamento de terra⁷ (a mesma empresa dispunha de ambos). Neste último caso, o entrevistado (Informante 61) não quis detalhar sobre o assunto na gravação. Em outro momento, em conversa com sua filha, ela explica o caso.

Meu pai perdeu um terreno de mais ou menos uns 50 hectares. Ele perdeu para a *Empresa X*, que é do *Grupo Y*. O silo financiava pra ele, financiou por sete anos. E o pai plantava uns 120 hectares de terra arrendada deles, a renda era de 1.000 quilos de soja por ano da safra de verão. Nesse período de sete anos, deram três anos de seca. O pai colheu muito mal, e não conseguiu pagar o financiamento. E a dívida aumentou. Eles refinanciaram a dívida do pai por uns três anos mais, mas o juro deles é muito alto e quando o pai colhia bem, o produto não tinha preço, daí o pai não conseguiu pagar a dívida dos anos de seca. Foi então que a empresa decidiu cobrar o pai. E a hipoteca para financiar era um terreno. Daí foi quando eles decidiram cobrar e o pai não tinha o que fazer, teve que cumprir com o contrato e passar o título [da terra] para o nome deles. E na região que o pai mora tem famílias que perderam tudo. Assim que o *Grupo Y* ficou rico! E a pessoa que tem terra pra plantar, mas não tem dinheiro pra comprar os insumos agrícolas, acaba não tendo outra opção. Essa era única opção de financiamento.

A reduzida margem da soja aos produtores com menores áreas de produção também tem levado à migração dos produtores, em busca de terras mais baratas, a fim de obter maior área para o cultivo. Muitos são filhos de brasileiros que migraram das regiões mais tradicionais da soja (Departamentos de Alto Paraná, Itapúa e Canindeyú) para San Pedro, Amanbay, Caazapá, Guaira e Misiones.

⁷ O endividamento derivado do financiamento de máquinas também acontece, mas geralmente o produtor não perde a terra, pois a própria máquina entra como garantia. Então, no caso do não pagamento do empréstimo, o produtor entrega a própria máquina ao credor.

Um dos entrevistados, que é filho de brasileiro, migrou de Alto Paraná para San Pedro depois do casamento. “Casei e a terra do pai não dava para todos os irmãos. Aí o pai me deu um dinheiro e comprei aqui, que é bem mais barato do que onde nós morávamos antes” (Informante 42). Neste caso, migrar foi uma estratégia para garantir a reprodução socioeconômica do novo grupo familiar. Outro entrevistado diz que tinha pouca terra em Santa Rita. “Nós éramos cinco irmãos e pequena terra. Então os quatro homens saíram para procurar terra. Primeiro, começamos a alugar até comprarmos terras e agora trabalhamos juntos por conta própria e alugada” (Informante 41). Outro entrevistado comenta que “onde eu estava a terra era *muy* cara, *entonces* eu vendi 20 hectares para comprar 140 hectares em San Pedro” (Informante 28). No caso, os entrevistados são produtores com pouca área em regiões mais consolidadas da soja, que geralmente dificulta um retorno econômico significativo, como visto no item anterior. Então, uma opção é buscar terras mais baratas, adquirindo assim uma área superior que permite a produção em maior escala (de soja e milho), ampliando sua margem na produção.

Além do endividamento e da migração para áreas que disponham de terra mais barata, muitos produtores têm saído da atividade, motivados pelos riscos da alta variação na margem da soja. Durante as pesquisas de campo, foi recorrente encontrar proprietários de terra que optaram por deixar o cultivo da soja e por arrendar suas áreas, aproveitando o aumento do valor do arrendo (como comentado anteriormente). Acabaram escolhendo esse caminho, tanto pequenos produtores que não têm escala de produção de soja, como aqueles que têm maiores áreas, mas não querem correr o risco de se deparar com um ano em que a margem seja negativa, implicando no seu endividamento.

Após a morte do meu vô, houve a divisão das terras entre os irmãos, onde cada filho teve direto a 10 alqueires [25 hectares]. Nós não tínhamos máquinas, onde não compensava pagar para o plantio, aplicação de insumos e da colheita. Não tinha um retorno financeiro desejado e resolvemos arrendar. Se tu planta soja, tem pouco retorno numa área igual a nossa (Informante 38).

Hoje no Paraguai um produtor com 10 hectares de soja não sobrevive. O custo de produção é muito alto. E com pouca terra, não tem escala. Por isso que muita gente começou a arrendar sua terra, porque não conseguia viver com soja em área pequena. Em média, aqui na região, o custo do arrendamento está em 45 a 60 sacas por alqueire. É um preço fora de sério! Eu se tivesse 200 hectares, eu arrendava para outro produtor. Nesse preço de arrendo, é uma renda fixa muito boa, sem risco de não colher e ficar devendo (Informante 19).

Em suma, a reduzida margem da soja nos últimos anos (pela conjugação de baixa produtividade, alto custo de produção e baixo preço recebido na venda) e o consequente risco nela impregnado têm gerado processos de endividamento dos produtores, avanço para novas regiões e arrendo de suas áreas, com casos extremos em que vendem ou perdem sua terra, rompendo assim sua trajetória de agricultor. Esse conjunto de elementos se reflete na exclusão de produtores rurais deste cultivo e na concentração entre aqueles com maior escala e eficiência produtiva.

Considerações finais

Neste trabalho ficou evidente a forte oscilação na margem do produtor de soja entre as diferentes safras no Paraguai, incluindo anos com saldo negativo (2005/2006, 2011/2012 e 2018/2019) até momentos em que a margem ficou acima de 800 US\$/ha (2012/2013 e 2013/2014). A conexão entre custo de produção, preço da soja recebido pelo produtor e rendimento médio pode conformar cenários completamente diferentes entre um ano e outro. Portanto, é um contexto muito volátil e de elevado risco, com grande exposição dos produtores e da unidade de produção ao ambiente externo, com progressiva redução de sua autonomia.

Outra conclusão desta pesquisa diz respeito à significativa variação da margem líquida da soja entre produtores, principalmente em função da sua escala de produção – que é determinada pelas próprias características do mercado do grão e pelo modo de produção das *commodities* agrícolas. Os dados dos 77 produtores de soja indicam que aqueles com menores áreas têm um custo de produção muito maior, colhem menos por área e recebem valores mais baixos pela sua soja. Isso dificulta a manutenção destes produtores na atividade, pois a maioria deles dedica grande parte de sua área (para ter mais escala) ao cultivo desta oleaginosa no verão, a qual lhe provém baixa remuneração. A título de exemplo, calcula-se que os produtores com menos de 20 ha de soja, na safra 2017/2018, tiveram uma margem líquida inferior a US\$ 150 mensais, valor que alcança US\$ 1.500 entre produtores de 20 a 100 ha, US\$ 13.666 para quem produz de 100 a 1.000 ha e US\$ 126.433 para aqueles com mais de mil ha. Se fizéssemos a pesquisa com os produtores na safra 2018/2019, possivelmente aqueles com menos 100 ha teriam margens negativas em função do contexto setorial da safra.

Apesar desse cenário, desde 2016, a União de Grêmios de Produção (UGP), principal entidade de representação dos produtores rurais no país (que agrega 15 grêmios do setor), começou a destacar a relevância do cultivo da soja entre pequenos agricultores. “En los últimos 10 años la siembra de soja en campos de menos de 20 ha registró un crecimiento del 432%; es decir, unas 630.043 hectáreas más” (LA NACIÓN, 2018, p. 1). Além de apontar o aumento da área entre este grupo de produtores, as matérias

são acompanhadas de casos exitosos de alta produtividade: “cultiva soja en 3 hectáreas y media, y empezó en el 2014, obteniendo un rendimiento de solo 2.887 kilos por hectárea. Al año siguiente subió gracias a las buenas condiciones climáticas, obteniendo un rendimiento de 10.078 kg/ha, luego 10.700 kg/ha y en la última zafra 5.710 kg/ha” (UGP, 2019a, p. 1).

Nas palavras do presidente da UGP, o “antigo produtor algodoneiro ahora es productor de granos, principalmente maíz y soja. Hoy la soja es el principal rubro de renta del productor, que tiene mercado asegurado para su producción; el precio no, pero se vende todo lo que produce, de manera que, con un buen rendimiento, es un ingreso fijo que le garantiza calidad de vida” (UGP, 2019b, p. 1). Mas, como visto nesta pesquisa, para além do rendimento por área, há outros elementos que precisam acompanhar esse debate, como o elevado custo de produção e a alta volatilidade do preço. Nesse sentido, é fundamental que se discuta o retorno econômico da atividade (que conjuga produtividade, preço e custo), sobretudo entre os agricultores que detêm menores áreas, dado os riscos apontados neste trabalho, como o endividamento, a migração e o arrendamento ou venda da terra para produtores maiores.

A dinâmica da produção de soja tem provocado um intenso processo de concentração da principal atividade agrícola do país, com a exclusão de muitos pequenos produtores (quando mudam de atividade ou arrendam suas áreas), como também com a saída do espaço rural (quando perdem suas terras por dívidas ou as vendem por não conseguir manter-se de maneira competitiva na atividade). É importante mencionar que estes últimos problemas também atingem produtores com maior escala produtiva e econômica, ainda que de maneira menos frequente, derivado principalmente da má gestão da atividade (aquisição desproporcional de maquinaria, da compra de terras em momentos inapropriados, da ausência de investimento na profissionalização da atividade etc.). Em suma, no cultivo da soja no Paraguai tem ocorrido um processo correlato de exclusão e concentração dos produtores, permanecendo aqueles com maior escala e com alta eficiência gerencial, financeira e produtiva.

Referências bibliográficas

- ABC COLOR. *Clima y altos costos reducen rentabilidad en el cultivo soja*. 2018. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/clima-y-altos-costos-reducen-rentabilidad-en-el-cultivo-soja-1676331.html>. Acesso em: 28 set. 2019.
- ASOCIACIÓN DE PRODUCTORES DE SEMILLAS DEL PARAGUAY - APROSEMP. *Estadísticas 2019*. Disponível em: <http://www.aprosem.org.py/stadistics>. Acesso em: 4 set. 2019.

- BAZOTTI, A.; DE PAULA, N. M.; NETTO, C. G. A. M. Soja: mercantilização e externalização no sudoeste paranaense. *INTERthesis*, v. 14, n. 3, p. 122-141, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2017v14n3p122/34882>. Acesso em: 1 set. 2019.
- BAZOTTI, A. *Estratégias e racionalidades dos sojicultores familiares do Sudoeste Paranaense*. 2016. 166 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/149335>. Acesso em: 1 set. 2019.
- BOSIO, B. Pedro Nicolás Ciancio y la soja en el Paraguay. *Revista Estudios Paraguayos*, v. XXXI y XXXII, n. 1 e 2, p. 85-104, 2015. Disponível em: <https://epy.dreamhosters.com/index.php/RESPY/article/view/13>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- CÁMARA DE DISTRIBUIDORES DE AUTOMOTORES Y MAQUINARIAS – CADAM. *Estadísticas 2019*. Disponível em: Disponível em: <https://www.cadam.com.py/estadisticas>. Acesso em: 15 set. 2019.
- CÁMARA PARAGUAYA DE PROCESADORES DE OLEAGINOSAS Y CEREALES – CAPPRO. *Estadísticas 2019*. Disponível em: <http://cappro.org.py/estadisticas>. Acesso em: 12 set. 2019.
- COMUNICACIÓN ESTRATÉGICA EN AGRONEGOCIOS – COMEAGRO. *Bajo rinde de soja tempranera pone en riesgo zafra 2014/15*. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/bajo-rinde-soja-tempranera-pone-riesgo-zafra-201415-n860657.html>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; FERNANDES, L. L.; LIBARDONI, P. J. O consumo intermediário na agricultura: uma comparação entre agricultura familiar e não familiar no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, n. 5, p. 63-82, 2014. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/499>. Acesso em: 10 set. 2019.
- DESCONSI, C. *O controle da lavoura: a construção de relações sociais e a produção de soja entre assentados do meio norte de Mato Grosso*. 2017. 329 f. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- ENCISO, V. *Costo de producción de soja: zafra 2016/2017*. Disponível em: http://www.agr.una.py/descargas/publicacion_art/costo_soja_2016_2017.pdf. Acesso em: 2 jun. 2019.
- DIVISIÓN DE ESTADÍSTICAS DE LA ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA – FAOSTAT.

- Estadísticas generales* 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/statistics/en/>. Acesso em: 12 set. 2019.
- FERNÁNDEZ, A. J. C. *Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso*. 2007. 262 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14276>. Acesso em: 5 set. 2019.
- GALEANO, L. A. El caso Del Paraguay. In: FAO (Org.). *Dinámicas del mercado de latierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización*. Roma: FAO, 2012. p. 407-434.
- GUIBERT, M.; BÜHLER, È. A.; REQUIER-DESJARDINS, D. Entreprises agricoles et globalisation des espaces ruraux. Éclairages à partir de l'Argentine, du Brésil et de l'Uruguay. *Géographie, économie, société*, v. 17, n. 4, p. 387-408, 2015.
- GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. Los pilares del modelo agribusiness y sus estilos empresariales. In: GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. (Eds.). *El agro como negócio: producción, sociedad y territorios en la globalización*. Buenos Aires: Biblos, 2013. p. 17-48.
- INSTITUTO DE BIOTECNOLOGÍA AGRÍCOLA – INBIO. *Estimación de superficies* 2017. Disponível em: https://inbio.org.py/biblioteca/estimacion_de_superficies. Acesso em: 12 set. 2019.
- LA NACIÓN. *La soja es el principal rubro de renta de pequeños agricultores*. 2018. Disponível em: https://www.lanacion.com.py/negocios_edicion_impresa/2018/06/16/la-soja-es-el-principal-rubro-de-renta-de-pequenos-agricultores. Acesso em: 5 out. 2019.
- MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA – MAG. *Censo Agropecuario de 1956*. Assunção: MAG, 1960.
- MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA – MAG. *Censo Agropecuario de 1981*. Assunção: MAG, 1983.
- MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA – MAG. *Censo Agropecuario de 1991*. Assunção: MAG, 1993.
- MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA – MAG. *Censo Agropecuario de 2008*. Assunção: MAG, 2009.
- MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA – MAG. *Series Históricas de Cultivos Temporales*. 2019. Disponível em: <http://www.mag.gov.py>. Acesso em: 12 set. 2019.
- NICKSON, R. A. Colonización brasilera en la Región Oriental del Paraguay. In: FOGEL, R.; RIQUELME, M. (Orgs). *Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza*. Assunção: CERI, 2005. p. 228-255.

- NIEDERLE, P. A.; WESZ JR., V. J. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.
- OBSERVATÓRIO RURAL. *Costos de producción: soja RR1, campaña 2018-2019*. Disponível em: https://issuu.com/observatoriorural/docs/revista_observatorio_rural_n__4. Acesso em: 30 ago. 2019.
- OLIVEIRA, G. L. T.; HECHT, S. Sacred groves, sacrifice zones and soy production: globalization, intensification and neo-nature in South America. *The Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 2, p. 251-285, 2016.
- PARODI, A.; ENCISO, V. Rentabilidad de la producción de soja (Glicine max L.), en sistema de siembra al voleo y sistema de siembra directa en el distrito de Santa Fé - Alto Paraná - Paraguay. *Custos e @gronegocio online*, v. 13, n. 4, p. 172-189, 2017. Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero4v13/OK%209%20voleo.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- PLOEG, J. D. *Labor, markets and agricultural production*. Boulder: Westview Press, 1990.
- ROJAS VILLAGRA, L. *Actores del agronegocio en Paraguay*. Assunção: BASE-IS, 2009.
- ROJAS VILLAGRA, L. *La tierra en disputa. Extractivismo, exclusión y resistencia*. Assunção: BASE-IS, 2015.
- ROJAS, L. *La costosa producción mecanizada: soja, costos de producción e ingresos*. Assunção: Hanoi, 2018.
- SETRINI, G. et al. *Cadenas de valor y pequeña producción agrícola en el Paraguay*. Assunção: CADEP, 2014.
- SIMKO, J. *Costo de producción de soja por hectárea: zafra 2015/2016*. Disponível em: <http://agriculturadinamica.blogspot.com/2016/08/costo-de-produccion-soja-paraguay-2016.html>. Acesso em: 9 jun. 2019.
- SOUCHAUD, S. *Geografía de la migración brasileña*. Assunção: Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2008.
- TURZI, M. *The political economy of agricultural booms: managing soybean production in Argentina, Brazil, and Paraguay*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.
- UNIÓN DE GREMIOS DE LA PRODUCCIÓN - UGP. *Pequeños agricultores apuestan fuertemente por la soja a pesar de las caídas*. 2019a. Disponível em: <http://www.ugp.org.py/2019/10/22/pequenos-agricultores-apuestan-fuertemente-por-la-soja-a-pesar-de-las-caidas/>. Acesso em: 5 out. 2019.
- UNIÓN DE GREMIOS DE LA PRODUCCIÓN - UGP. *El 27% del área sembrada con soja pertenece a productores con menos de 20 hectáreas*. 2019b. Disponível em: <http://www.ugp.org.py/2019/09/11/el-27-del-area-sembrada->

- con-soja-pertenece-a-productores-con-menos-de-20-hectareas/. Acesso em: 5 out. 2019.
- UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE - USDA. *Data and Statistics 2019*. Disponível em: <http://www.usda.gov/wps/portal/usda/>. Acesso em: 14 set. 2019.
- VILADESAU, T. P.; HEIKEL, M. V. Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera agrícola. 2. ed. Assunção: BASE-IS, 2016. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Paraguay/base-is/20170331045356/pdf_1237.pdf. Acesso em: 9 set. 2019.
- VILLALBA, N. F.; WESZ JR., V. J. El cultivo de la soja en la agricultura familiar campesina de Yhú. *Revisco – Revista de Investigación en Ciencias Sociales*, v. 2, n. 4, p. 1-23, 2015.
- WESZ JR., V. J. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. *Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 2, p. 286-312, 2016.
- WESZ JR., V. J. *O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil)*. 2014. 220 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=565931. Acesso em: 1 ago. 2019.
- WESZ JUNIOR, Valdemar João. A rentabilidade dos produtores de soja no Paraguai: concentração e exclusão. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 156-179, fev. 2020.

Resumo: (*A rentabilidade dos produtores de soja no Paraguai: concentração e exclusão*). Atualmente o cultivo da soja exige dos produtores um apurado conhecimento tecnológico, gerencial, financeiro e produtivo, sobretudo por ser um produto padronizado, com preço definido internacionalmente, pautada em um comércio global e controlado por empresas transnacionais. A interação entre rendimento por área, custo de produção e preço de venda define se o produtor finalizará o ciclo produtivo com saldo positivo ou negativo. O objetivo deste trabalho é analisar a margem líquida do cultivo da soja no Paraguai entre 2002/2003 e 2018/2019, percebendo as variações ao longo dos anos e seus efeitos sobre os

produtores. Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa e quantitativa, como revisão bibliográfica, análise de dados estatísticos, aplicação de questionário com 77 produtores de soja e 8 ex-produtores e realização de entrevistas com representantes de 45 empresas do setor. Os resultados mostram que há forte variação na margem líquida da soja conforme a safra e o perfil do produtor, cujo efeito mais evidente é a exclusão de alguns produtores e a concentração naqueles com maiores área e eficiência produtiva.

Palavras-chave: mercado da soja; produtores rurais; rentabilidade; Paraguai.

Abstract: (*Profitability of soy producers in Paraguay: concentration and exclusion*). Currently, soybean cultivation requires producers to have astute technological, managerial, financial and productive knowledge, especially because it is a standardized product, with an internationally defined price, based on global trade and controlled by transnational companies. The interaction between yield by area, cost of production and selling price defines whether the producer will end the production cycle with a positive or negative balance. The objective of this paper is to analyze the return of soybean production in Paraguay between 2002/03 and 2018/19, noting the variations over the years and their effects on producers. This study uses a qualitative and quantitative approach, such as literature review, statistical data analysis, questionnaire application with 77 soybean producers and 8 former producers and interviews with representatives of 45 companies in the sector. The results show that there is a strong variation in the net profit margin of soybeans according to the harvest year and the producer profile, whose most evident effect is the exclusion of some producers and the concentration in those with larger area and productive efficiency.

Keywords: soybean market; farmers; profitability; Paraguay.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

A gênese da política de desenvolvimento territorial no Brasil: atores, redes e a comunidade de política pública

DOI: 10.36920/esa-v28n1-8

Introdução

A política de desenvolvimento territorial no Brasil firmou-se, mais especificamente, a partir do lançamento do Programa Territórios da Cidadania, em 2008. Entretanto, essa perspectiva começa a dar seus primeiros passos ainda no final dos anos 1980, quando uma série de atores-chave e experiências se consolidavam no campo do desenvolvimento agrário internacional e nacional, buscando repensar o papel do desenvolvimento no meio rural.

É importante destacar que esses atores no âmbito nacional, muitos deles influenciados por uma “militância múltipla” (MISCHE, 1997), começam a unir forças nos anos 1990 e nos anos 2000 começam a ocupar cargos na burocracia estatal, com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva. As origens dessas ocupações são reflexo do vínculo entre vários militantes com o Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo que não se restrinja somente a ele. Mas percebe-se nesse momento que o governo federal, através de sua Secretaria Nacional da Presidência da República, promove e/ou assume, com forte protagonismo, uma série de iniciativas no sentido de ampliação do diálogo com a sociedade civil e a definição da “participação” como política de Estado e “método de governo” (GOMES; MOURA; SILVA, 2016). O ponto de vista assumido é que esses atores se inserem em comunidades de políticas públicas (*policy communities*), uma vez que “se constituem a partir

¹ Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutorado em Sociologia pela New York University (NYU). Professora do Departamento de Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: joanateraza@gmail.com.

² Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: barbam.pontes@gmail.com.

das relações de atores individuais e coletivos no interior de redes existentes em áreas específicas de políticas públicas” (CORTES; LIMA, 2012, p. 40).

Portanto, o artigo tem como objetivo desvendar a gênese da política de desenvolvimento territorial no Brasil, olhando para a importância desses atores nas redes sociais. Busca-se trazer para o debate as influências de atores que figuravam no cenário rural brasileiro e que, com a entrada do presidente Lula, em 2003, tornam-se membros da burocracia estatal. A abordagem relacional é mobilizada para explicar a relação entre movimentos sociais, partidos políticos e Estado e para identificar quais atores ocuparam postos-chave em arenas deliberativas e decisórias e como se articularam com demais burocratas. Conforme destacam Lavalle, Castelo e Bichir (2008, p. 74),

Abordagens relacionais (...) permitem interpretações estruturais das capacidades e das ações dos atores, ou seja, não são baseadas na autoconcepção e racionalização de si próprios, mas na sua posição (objetivada) dentro de redes de relações que condensam e condicionam a lógica e os alcances da sua atuação.

Para dar conta dessa análise, o trabalho centra-se nas reflexões mais recentes sobre os novos padrões de interação entre movimentos sociais e Estado (SILVA; OLIVEIRA, 2011; ABERS; VON BÜLLOW, 2011; DOWBOR, 2014; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014), a perspectiva de redes e comunidade de política pública (*policy community*) (EMIRBAYER, 1997; HECLO, 1978; CORTES, 2015).

A hipótese utilizada neste estudo é de que os vínculos, as relações pessoais e profissionais e as perspectivas assumidas por esses atores foram centrais nas definições das políticas territoriais. Entende-se, assim como Comerford (2018), que havia um “mundo da participação”, em que esses atores constituíram ideias e imaginários em diferentes espaços, redes sociais e eventos. Segundo o autor, “formaram-se redes de relações relativamente densas. Surgiram saberes práticos relativos à ‘participação’ e canais de informação e de mobilização relativamente novos” (COMERFORD, 2018, p. 2). Na mesma perspectiva, Favareto (2006) assume que determinados fatores são essenciais para modificações no campo das ideias.

No caso específico, mais do que discursos reproduzidos pelos ativistas que buscavam introduzir a questão territorial na dinâmica das políticas, a academia também foi responsável pela disseminação de ideias e paradigmas no campo científico, modificando trajetórias e consolidando campos e subcampos disciplinares (BOURDIEU, 2000 *apud* FAVARETO, 2006). Essa proliferação de novas perspectivas simbólicas também tem reflexos no discurso dos movimentos sociais e da burocracia estatal. Esse é um processo circular entre produção científica e produção de discursos militantes, portanto, nossa análise inclui a dinâmica do campo científico de maneira complementar, mas a centralidade está no envolvimento

cotidiano dos atores no campo político-institucional, conformando uma comunidade política defensora do desenvolvimento territorial.

O interesse está em pesquisar as políticas territoriais, a partir de um olhar diferenciado daquelas abordagens que muitos debates públicos e acadêmicos sobre o programa tendem a priorizar, que é notadamente avaliar a eficácia da política pública. Ao contrário, busca-se contribuir para o entendimento das concepções, ideias e ações que foram pilares para a sua formulação, especialmente as formas como os diversos atores se engajaram nesse processo e entraram nos circuitos decisórios.

Para conseguir contemplar o objetivo deste trabalho, foram realizadas cinco entrevistas em profundidade com atores-chave, a maioria militante da problemática da agricultura familiar e da reforma agrária, com conexões com o Partido dos Trabalhadores de diferentes maneiras (sejam filiados ou simpatizantes) e que, com a ascensão de Lula à Presidência, passaram a ocupar cargos estratégicos dentro do aparato burocrático. Também foram entrevistados dois representantes de movimentos sociais: um do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e um da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), que participaram do processo de discussão das ideias sobre a política, mas que não ocuparam cargos.³ Foi utilizada a metodologia da bola de neve (*snowball*) em que os próprios entrevistados indicam outros. Considerou-se também a influência de outros atores importantes no processo de elaboração da discussão sobre desenvolvimento territorial que, mesmo não sendo entrevistados, são trabalhados no texto. São eles: Tânia Bacelar (pesquisadora e ex-secretária nacional de políticas regionais do Ministério da Integração Nacional) e José Eli da Veiga (pesquisador e ex-secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condráf). Para esses últimos, utilizou-se o registro de suas falas e contribuições por meio de entrevistas concedidas a terceiros, sites, jornais ou revistas. As atas do Condráf subsidiaram algumas inferências sobre os interesses e articulações dos diversos atores nesse espaço, no que se refere à discussão da abordagem territorial. Foram analisadas as atas de 2003 a 2016, disponíveis no site do Conselho.

Para analisar as relações aqui descritas, utilizou-se como ferramenta o Ucinet, em sua versão de teste. Trata-se de um software de análise de redes que auxilia na transformação de dados, análise e visualização de redes. A utilização dos dados para aplicação no software foi efetuada a partir de entrevistas com os atores já citados e as respostas serviram como base para constituição das relações existentes. Em seguida, as informações foram inseridas no software com o auxílio de matrizes, nas quais as

³ Seus nomes foram omitidos neste trabalho para preservá-los. Utiliza-se para a identificação dos entrevistados a letra E, seguida do número atribuído a cada ator (E01, E02, E03,..., por exemplo). As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2017 e novembro de 2018.

relações e os vínculos entre os atores foram quantificados a partir do estabelecimento de pesos para essas ligações.

Utilizou-se também como fonte de dados textos acadêmicos sobre a temática (teses, dissertações e artigos) e atas das reuniões do Condraf.

O texto está dividido em quatro partes essenciais. Na primeira, apresenta-se a discussão mais recente sobre os padrões de interação entre movimentos sociais e Estado no interior dos ambientes institucionais e relacionais, caracterizando o que Marques (1999) já acenava como a permeabilidade estatal. O debate centra-se na discussão de redes e comunidade de políticas públicas como um aporte teórico essencial para pensar as relações e vínculos entre os atores. A parte dois discorre sobre as experiências internacionais de desenvolvimento territorial, tentando fazer uma relação do que acontecia no Brasil com o que ocorria, principalmente, na União Europeia, que também implementava políticas de desenvolvimento territorial. Num terceiro momento, a reconstrução da gênese das políticas territoriais no Brasil é tecida, resgatando o processo histórico, especialmente a partir dos anos 1990, destacando as dinâmicas dos ativistas e apresentando a comunidade política formada para concretizar o ideal do desenvolvimento territorial. Na quarta parte, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) e o Programa Territórios da Cidadania são apresentados como políticas de gestão inovadora no meio rural com viés territorial. Por fim, apresentam-se as considerações.

A teoria dos movimentos sociais ‘revisitada’, redes e comunidade política

Considera-se, para fins deste trabalho, que a teoria dos movimentos sociais “revisitada” se refere àquelas reflexões teóricas que conseguem entender que esses movimentos, em cada contexto, vêm assumindo funções muito diversas no desenho, implementação e avaliação das políticas públicas. Abers e Von Bülow (2011) registram que os movimentos sociais, longe de desaparecerem ao participar de conselhos gestores ou de lideranças assumirem cargos no âmbito de Estado, criam e se reconstróem nessas posições. As autoras ressaltam que os ativistas dos movimentos sociais frequentemente cruzam a fronteira entre Estado e sociedade civil, já que em alguns momentos trabalham nas organizações da sociedade civil e em outros atuam dentro, nos cargos governamentais. Conforme destaca Cayres (2015),

Os movimentos sociais, na tentativa de alcançar seus objetivos, dispõem não apenas de aliados dentro do Estado, como também motivam ou posicionam seus membros a ocupar posições na burocracia como caminho igualmente legítimo de atuação. (CAYRES, 2005, p. 60)

Portanto, analisar os movimentos sociais a partir dessa perspectiva possibilita compreender esses ativistas dentro do Estado, ou seja, pensar quais são os vínculos existentes entre os atores estatais e atores sociais e como se conformam nas comunidades de política.

Segundo Santoro e McGuire (2007, p. 504), o conceito de ativismo institucional pode ser definido como “participantes do movimento social que ocupam status formais dentro do governo e que perseguem objetivos do movimento social através de canais burocráticos convencionais”. Abers (2015) avança na reflexão propondo entender o ativista como alguém que tem relação direta com a militância. Para ela, “Entendo-o como um tipo de ação que visa promover projetos políticos ou sociais percebidos pelo ator como de natureza pública ou coletiva” (ABERS, 2015, p. 148).

Pettinicchio (2012) também compartilha o entendimento de que lideranças de movimentos sociais que estão inseridas na dinâmica “por dentro” da política podem ser compreendidas a partir do conceito de ativismo institucional. Basicamente, para Pettinicchio (2012, p. 501), “institutional activists are individuals who affect change (from changing organizational norms to policy reform) from within organizations and institutions”. Assim, os ativistas podem ser caracterizados por quatro elementos: 1) tais servidores públicos não agem apenas de forma reativa, pelo contrário, são proativos e trabalham por causas que se sobrepõem às pautas oriundas de movimentos sociais; 2) esses burocratas têm acesso a recursos institucionais e possuem alguma influência no processo de formulação e/ou implementação de políticas públicas; 3) eles não apenas acreditam nas causas que promovem, como também estão dispostos a trabalhar por tais bandeiras, mesmo quando a mobilização por elas está em declínio; 4) esses profissionais tentam advogar em prol de políticas favoráveis às causas que eles promovem, mesmo sem ter o incentivo externo ao governo (PETTINICCHIO 2012, *apud* FERREIRA, 2016).

O conceito de redes de políticas apresenta um caráter intrinsecamente relacional (EMIRBAYER, 1997), destacando tanto a influência dos atores e instituições estatais sobre a conformação e expressão dos interesses sociais e/ou do mercado quanto a participação dos atores sociais e/ou mercantis na definição das ações do Estado. Com base no conceito de redes de políticas, observa-se que os padrões de alianças e conflitos podem – ou, mais corretamente, tendem – a atravessar as fronteiras institucionais, reunindo atores com distintas inserções institucionais, mas que atuam conjuntamente em determinado setor de política pública (MOURA; SILVA, 2008).

Um conceito desenvolvido no âmbito das discussões sobre redes de políticas é o de “comunidade de política pública”. Apesar das diferenças no emprego desse conceito, Skogstad (2005, p. 2) destaca sua utilização

para entender o processo de construção da política pública, especialmente quando a maneira de se fazer política está “mais complexa, especializada e fragmentada pelo fato dos Estados terem expandido seu envolvimento com a sociedade e com o mercado”. Ainda segundo a autora, “Skogstad e Coleman utilizaram o termo comunidade de política pública para se referir ao conjunto de atores, públicos e privados, que se aglutinam em torno de uma área de interesse e compartilham um interesse comum” (SKOGSTAD, 2005, p. 3).

Policy communities participam das redes de políticas, tentando afetar processos decisórios que se tornaram muito segmentados, na medida em que as políticas são elaboradas por uma miríade de organizações interconectadas e interpenetradas (JORDAN; RICHARDSON, 1979 *apud* CORTES, 2015, p. 132). Para Barcelos, Pereira e Silva (2016, p. 22), “As ‘comunidades de política pública’ (*policy communities*) constituem o ator coletivo com potencialidades para inserir temas e questões na agenda ou mudar os rumos de políticas públicas já existentes”.

Essas perspectivas adotadas oferecem reflexões analíticas que possibilitam entender os atores que têm ligação com os movimentos sociais e que atuam dentro do Estado, bem como construir as relações entre eles, mostrando um diálogo que precede a construção da política de desenvolvimento territorial. Utilizando o referencial sobre ativismo institucional, percebe-se que as relações intragovernamentais podem ser modificadas por inserção de ideais, percepções e estratégias que escapam às análises tradicionais da atuação da burocracia estatal. A discussão sobre as comunidades políticas mostram como as relações anteriores ao processo de constituição da política configuravam-se num quadro em que certas organizações, entidades e pessoas consolidam a discussão e, depois que assumem postos na gestão pública, conseguem influenciar as decisões políticas de acordo com os interesses compartilhados.

A política territorial num contexto internacional: breve contextualização

Conforme apontam Beduschi Filho e Abramovay (2004), nos anos 1990, as discussões acerca de territorialidade voltaram à centralidade nos debates sobre desenvolvimento tanto entre cientistas sociais quanto com organizações internacionais. Tendo como inspiração os escritos seminais de Marshall sobre os distritos industriais no século XIX, há um *boom* de teorias que se alinham a este pensamento que tem em seu cerne os territórios como questão-chave – é o caso da experimentação de Margaret Thatcher com zonas empresariais já nos anos 1979. A disseminação da ideia de territorialidade pode ser observada, então, a partir de um conjunto de iniciativas que passam a abarcar os territórios como respostas

a questões de desenvolvimento. Dois casos são interessantes para compreender essa disseminação.

Na União Europeia (UE), no início dos anos 1990, é adotado o Programa Leader (*Liaison entre actions de développement de l'économie rurale* - "Relações entre atividades de desenvolvimento da economia rural"), um conjunto de políticas de desenvolvimento rural implementado nos países membros da UE, ancorado na busca por uma nova concepção que respondesse à crise no campo (esvaziamento populacional de determinadas regiões, envelhecimento e masculinização da população rural, degradação de recursos naturais, dentre outros). Dentre as características da estratégia estão "estratégias por zona - território -, ações integradas e multissetoriais e o estabelecimento de parcerias locais entre setores públicos e privados" (COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p. 3). Observa-se que é fundamental o aumento da participação de agentes e atores sociais como protagonistas, incentivado e estimulado por essas políticas governamentais.

Outra experiência relevante no contexto internacional é desenvolvida nos Estados Unidos, a partir de 1993: o Programa EZ/EC (Empowerment Zones and Enterprise Communities - "Zonas de Empoderamento e Comunidades Empreendedoras"). Invertendo a lógica de incentivos setoriais, o programa traz novos elementos e a legislação federal exige a apresentação de uma proposta estratégica que detalha um "plano coordenado de desenvolvimento econômico, humano, comunitário e físico",⁴ pautando-se, assim, na criação de oportunidade econômica, desenvolvimento sustentável, cooperação e parceria nas comunidades e visão estratégica (MOSSBERGER, 1999; BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004).

Observa-se que essas experiências se baseiam fortemente na ênfase do planejamento territorial para o desenvolvimento, indo na contramão das ideias pregressas de um planejamento setorial, adotando uma perspectiva de incentivo à participação da comunidade local que se torna protagonista e atuante das políticas e não apenas recebedora delas. Assim, trata-se de uma lógica de desenvolvimento que perpassa a emancipação social (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004). O que essas experiências demonstram é que se fortalece um consenso tanto na política quanto nos debates acadêmicos sobre o meio rural em que se preza por um entendimento diferenciado das zonas rurais e das economias e espaços em que estão cada vez mais inseridas. Nesse sentido, há uma tendência de afastamento das abordagens setoriais tradicionais - normalmente dominantes - e uma crescente percepção sobre a importância de integração organizacional para lidar com as necessidades que se iguala à

⁴ Direito Público 66, 103rd Cong. 1ª sessão (10 de agosto de 1993), Tide XIII, Capítulo I, Subcapítulo C.

necessidade de criação de iniciativas políticas de ações integradas, materializadas nas políticas de territórios.

Assim, em conexão com essa profusão de experiências em nível global, a política de desenvolvimento rural brasileira também passa a ser repensada por meio da ótica territorial. Essas ideias são endogeneizadas por diversos atores e passam a permear o ideal de uma política de desenvolvimento rural a ser construída.

Conforme destaca Tânia Bacelar,⁵ uma das principais influências da discussão territorial no Brasil veio das experiências europeias que ajudaram a conformar as bases conceituais para a política no Brasil através da participação ativa do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Segundo ela:

Foi muito nítida a influência europeia (...) as pessoas foram mobilizadas, elas tinham pouca noção da concepção europeia de desenvolvimento agrícola com as abordagens territoriais. O IICA ajudou entre as influências internacionais, porque conseguia mobilizar pessoas de vários países latino-americanos. Eu trabalhava com essa discussão de territorialidade, e o IICA depois ajudou a construir as bases conceituais do que eles estavam fazendo, e transformou isso em publicações, tem um conjunto de publicações e evento, essa discussão mais conceitual ela foi sendo construída com a realidade concreta com um país tão difícil quanto o nosso.

Portanto, as contribuições internacionais vão sendo apropriadas pelos atores que conformaram a rede nos anos 1980 e 1990, que vivenciaram também uma diversidade de experiências locais e/ou regionais, e, conforme será apresentado nos itens a seguir, irão configurar e consolidar a comunidade de política pública no campo do desenvolvimento territorial no país.

As contribuições pós-1990 para a perspectiva territorial: ideias e percepções

Destaca-se que antes do governo Lula havia um conjunto de iniciativas dos movimentos sociais e pesquisadores universitários no sentido de problematizar o modelo de desenvolvimento rural em curso no Brasil, constituindo-se em uma comunidade de política pública com foco no desenvolvimento rural. Esses atores refletem um padrão dos militantes brasileiros que têm engajamentos múltiplos (grupos religiosos, entidades sociais, movimentos, partidos, governos, fóruns institucionais etc.).

As trajetórias dos entrevistados mostram as participações na gestão pública de governos de esquerda (especialmente nos governos do PT dos

⁵ Essa entrevista foi cedida por um doutorando em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) que discute o Programa Territórios da Cidadania em sua tese. A entrevista foi realizada em setembro de 2019.

respectivos estados de origem dos entrevistados), a militância em movimentos sociais (movimento estudantil, MST, Contag, Fetarn, entre outros) e nas pastorais da Igreja Católica. Essas várias formas de ativismo, mas também uma inserção na gestão pública, contribuíram para a aproximação desses atores no campo do desenvolvimento rural.

A fala do entrevistado E02 ilustra esta questão. Sua trajetória como morador de pequeno município, com relação próxima à agricultura, aponta que: “meu trabalho com a pastoral da juventude foi o que me proporcionou, digamos assim, uma leitura mais política da realidade”. Aos 19 anos, sai para a faculdade e relata que “quando eu fui para Florianópolis fazer curso de agronomia, eu já me engajo direto aí com o pessoal que já estava militando” – espelhado na trajetória do irmão, também estudante de agronomia e membro do movimento estudantil. Destaca ainda que, posteriormente, “(...) reencontro o E03 e toda uma turma aí que era da agronomia da época e a gente militou junto, eu retomo o contato e, estando sempre ali no estado. Uma turma que depois se engaja, vem aqui *pro* MDA ajudar também nas políticas depois de 2003”.

Neste sentido, nota-se que o compartilhamento de experiências que esses atores trazem consigo em suas trajetórias contribuiu significativamente para influenciar nos processos que deram origem à política de desenvolvimento territorial. Ou seja, percebe-se que as trajetórias múltiplas dos entrevistados e demais atores vão se cruzando em vários momentos e colaboram para o encontro e fortalecimento de uma comunidade de política pública que aproveita a janela de oportunidade (KINGDON, 2003), em 2003, para propor políticas públicas que colaborassem efetivamente para a transformação do meio rural.

Segundo Cortes (2015, p. 132), pode-se considerar que

Um grupo de *experts*, integrantes de uma *community*, ao tornar-se decisor político, age no sentido de escolher as alternativas de solução para os problemas que se apresentarem na agenda governamental que sejam as mais adequadas aos seus valores e visão sobre os resultados desejáveis da política.

Desse ponto de vista, infere-se que os integrantes dessa comunidade de política pública, com trajetórias de inserção em diversas organizações e entidades associativas construíram concepções acerca da ideia de desenvolvimento que estivessem relacionadas aos princípios de democratização do acesso a terra, promoção de políticas públicas que abarcassem um conjunto de municípios com baixos índices de desenvolvimento, justiça social e redução da pobreza rural.

No contexto mais geral, as iniciativas dos movimentos sociais junto às universidades, especialmente a partir da década de 1990, vão se confluindo para uma discussão em torno da noção da agricultura familiar, no Brasil, e em um conjunto de questões que resulta, por exemplo, num projeto

alternativo de desenvolvimento rural que tem como um dos atores centrais a Contag⁶ e alguns pesquisadores acadêmicos (José Eli da Veiga, Tânia Bacelar, Ricardo Abramovay entre outros). A criação do Pronaf, em 1996, resulta desses debates e tenta trazer as discussões para a necessidade de se pensar o processo de desenvolvimento para o âmbito municipal, ainda que com uma perspectiva mais ligada à viabilidade econômica, o que acabou concentrando os benefícios aos agricultores do Sul e Sudeste (GUIMARÃES, 2013).

Concomitantemente, nesse período, também acontece uma discussão muito forte sobre o desenvolvimento local. Conforme destaca um dos entrevistados, “No governo FHC, em parceria com o Sebrae, *eles constrói* a ideia de um Delis, Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (...), mas veja que essas iniciativas vão se entrelaçando” (E01).

No debate dos movimentos sociais, a discussão avança consideravelmente nos anos 1990 para pensar novas maneiras de articulação entre municípios e políticas de desenvolvimento rural. Segundo o entrevistado E03, havia debates sobre os processos de regionalização que eram liderados pela Contag.

O movimento sindical aí puxado pela Contag ele começa a trabalhar com o conceito de regionalização, que na estrutura orgânica da Fetarn como das outras federações, eles criaram o que chamamos de regionais, que nem sempre batiam, mas eram muito próximos daquela divisão político-geográfica das microrregiões. (E03)

Nesse momento, vários fóruns também aconteciam na Região Nordeste, fruto de lutas sociais que tiveram como um momento importante a ocupação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). De acordo com o entrevistado E04, foi um momento em que a sociedade civil conseguiu se organizar de forma regional e fazer um grande ato de ocupação. “Inclusive com o superintendente da Sudene na época feito refém e todo o processo de negociação com o governo Itamar Franco naquele período (1993)” (E04).

As entrevistas mostram que, de fato, havia um momento importante de articulação dos movimentos sociais, sindicais, cooperativistas na tentativa de construção de programas alternativos de desenvolvimento para o país, e essas ações foram tendo continuidade ao longo dos anos, provocando as ideias sobre a possibilidade de pensar o desenvolvimento para além dos municípios.

Então vão haver algumas iniciativas no Nordeste nessa direção, na região Norte. (...) acho que o Projeto Amazônia, que era uma ação do Ministério do Meio-Ambiente, se eu não estiver enganado nos anos

⁶ Segundo destaca Guimarães (2013, p. 41), “Nos anos 90 viveu-se o ‘projeto alternativo de desenvolvimento rural’, baseado em uma proposta construída e defendida pela Contag, que tinha como sujeito o ‘agricultor familiar’, conforme descrito pelo projeto de cooperação FAO/Inkra, em 1994 (FAO/INCRA, 1994) e revisado em 2000 com novos dados (FAO/INCRA, 2000)”.

90, com a CONTAG, eu acho. O movimento ambiental da Amazônia também tem alguma coisa nessa direção. Vão ocorrer também iniciativas na região Sul, né? (E01)

As experiências em algumas regiões vão se consolidando e estimulando outras possibilidades de avançar na discussão, inclusive com o apoio de pesquisadores, mas também reflexo de algumas experiências.

Tiveram várias iniciativas (...) aí já pelos anos 98, 2000. Acho que um momento marcante é 98 com a Conferência das Partes, que aconteceu em Recife, quando nasce o Programa 1 milhão de cisternas, outro momento de fortalecimento da sociedade na região, e nos anos 2000 a gente fez na Assocene junto com a Sudene um programa chamado Programa Umbuzeiro,⁷ pra mim essa é uma referência. Tânia Bacelar escreve livros que, acho que quem patrocinou foi o Condraf sobre essa história do início das políticas de desenvolvimento territorial e eu atribuo muito ao Projeto Umbuzeiro o nascimento dessa ideia, de que não dava mais *pra* tratar de desenvolvimento local como desenvolvimento municipal. (E04)

A relação dos movimentos com Tânia Bacelar aparece na fala de outro entrevistado, que mostra como essa articulação academia/movimentos sociais conseguiu produzir discussões importantes nessa temática.

Quem da Contag que foi *pra* trabalhar com esse tema da territorialidade foi o E04, e aí a gente acabou pegando essa experiência que a gente viveu de territorialização dentro do movimento sindical e puxamos a sardinha *pra* praça da gente né? Só que nessa época também não era só a gente, lá em Pernambuco o pessoal tinha um contato muito forte com a Tânia Bacelar. (E03)

Nesse processo, outros pesquisadores acadêmicos, como A01 e A02, também se configuram como atores centrais nessas discussões em espaços de diálogos nas universidades e eventos científicos, mas também em participações nas reuniões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. José Eli da Veiga escreveu, em 2001, um texto para discussão denominado “O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento rural”. Nele, o autor faz um balanço dos projetos para o desenvolvimento rural no país. Segundo ele, estavam em curso dois modelos de desenvolvimento, um voltado para o agronegócio e outro que valorizava a dinâmica rural baseada na ideia da diversidade multisetorial. O autor, como membro do Conselho, apontava para a importância desse espaço na construção de um diálogo propositivo entre esses dois projetos.

⁷ O Projeto Umbuzeiro foi uma ação levada a efeito em 159 municípios da região Nordeste, parte na década de 1990 e começo dos anos 2000, no bojo do que se poderia denominar de “desenvolvimento local”, ideia composta por um conjunto de pressupostos e métodos de organização/animação, que visava ao “desenvolvimento sustentável”. (GUIMARÃES, 2013, p. 177).

A atitude mais construtiva é promover desde já um entendimento racional e sistemático entre as lideranças dos dois projetos no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS. Em vez de deixar o governo navegar ao sabor dos ventos soprados pelos dois conjuntos de grupos de pressão e seus respectivos lobbies, o papel do CNDRS deve ser justamente o de promover uma eficaz concertação entre eles. (VEIGA, 2001, p. 6)

Nesse documento, ainda, José Eli busca explicitar a perspectiva territorial a partir das articulações entre municípios. “É, portanto, absolutamente necessária alguma forma de articulação microrregional dos municípios rurais que inclua o município urbano que mais os influencia” (VEIGA, 2001, p. 57).

Percebe-se, assim, que as reflexões vão avançando no sentido de trabalhar uma estratégia para além do município, ou seja, envolver certas dinâmicas que pudessem alargar a construção desse campo. Vai se consolidando, portanto, uma ideia de trabalhar o desenvolvimento rural na dinâmica para além do local, pensando um pouco mais em outros atores e numa perspectiva microrregional e/ou regional, ou seja, dinâmicas que vão caminhando progressivamente para a ideia de território, com base nas experiências internacionais. Além de Tânia Baelar, na academia, em um texto de 1999, Abramovay já acenava para a insuficiência do modelo de desenvolvimento rural que vinha sendo adotada no país. Segundo ele,

O acesso a terra é uma das condições básicas para esta alteração: mas ele só faz sentido, se for acompanhado do acesso a um conjunto de condições que alterem o ambiente institucional local e regional e permitam a revelação dos potenciais com que cada território pode participar do processo de desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 1999, p. 1)

Portanto, a ideia de território começa também a ser levada em consideração no meio acadêmico. A comunidade política vai se conformando com os ativistas dos movimentos sociais, com representantes de ONGs, ativistas sindicais, pesquisadores acadêmicos que, de certa forma, mantinham algum tipo de relação com os partidos de esquerda, especialmente com o PT, conforme a fala: “Os atores que estão ou na universidade, ou no movimento social, ou como assessores têm proximidades com a esquerda, com o PT, e estão discutindo essas questões” (E02). Esses fatores vão levando à consolidação dessa comunidade. Guimarães (2013), em sua tese de doutorado, também constata que a ideia de desenvolvimento territorial como estratégia de melhorar a efetividade de processos de desenvolvimento rural “partiu de um grupo de organizações sociais, de alguns setores do governo e de um grupo de pesquisadores e professores que atuavam no campo da agricultura familiar e do desenvolvimento rural” (p. 150).

Com a vitória de Lula, e conforme a aproximação de Tânia com os movimentos sociais, foi se desenhando, no período da transição, uma

alternativa à criação de uma Secretaria específica para discutir o modelo de desenvolvimento. De acordo com o entrevistado E03, “desde a ocupação da Sudene, Tânia já era uma figura que dialogava constantemente com a gente”. Portanto, ainda segundo ele,

Como os movimentos tiveram participação bem ativa naquele processo de 2002 de transição, é definido que se proporia uma secretaria *pra* trabalhar o desenvolvimento rural numa perspectiva mais ampla. No período da transição, foi definido, então, que seria trabalhado esse conceito de desenvolvimento territorial, mas não se tinha claro o que era o território. (E03)

Assim, em 2003, estruturas institucionais vão sendo criadas para dar conta dessa nova concepção de desenvolvimento, especialmente a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A SDT vai se consolidando, mas com recursos materiais, financeiros e humanos de outros espaços, conforme o entrevistado E03 relata abaixo:

Porque quando se cria a SDT tira um pedacinho da Secretaria de Agricultura Familiar traz *pra* cá, tira um pedacinho da Secretaria de Reordenamento Agrário traz *pra* cá, traz uma coisa nova pega esse aqui que era do NEAD, a gente saiu pegando pedaços foi assim que o governo foi se estruturando em 2003.

Ao mesmo tempo é criada uma Secretaria de Desenvolvimento Regional, no âmbito do Ministério da Integração Regional, que também buscava trabalhar com a ideia da territorialização, mas a partir do recorte das mesorregiões. Ou seja, havia uma disputa de ideias de desenvolvimento que apareciam em dois ministérios e que tinham configurações diferenciadas: o Ministério da Integração com relações mais próximas ao Sebrae, federações da agricultura e da indústria e outros órgãos governamentais; e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), buscando se relacionar mais com os movimentos sociais. Na fala abaixo isso fica mais claro:

Então são frentes que vão trabalhar simultaneamente embora essa estrutura do Ministério da Integração vá trabalhar mais o diálogo com os órgãos governamentais; mas aí também entra o Sebrae, as Federações de agricultura, de indústria, etc. E, essa estrutura dentro do MDA, pensada essa estratégia dentro de um recorte territorial ela trabalha com muita gente que participou desse processo, que eu relatei há pouco na década de noventa, que eram os assessores de ONGs, de movimentos, alguns estavam na academia, essa turma foi para dentro do governo trabalhar melhor essa formulação e operar essa estratégia. Então, o que eu lembro é um pouco essa configuração inicial. (E01)

Assim, vários militantes que já vinham contribuindo com as discussões passaram a assumir posições centrais nesses espaços burocráticos, conduzindo à elaboração das políticas territoriais no MDA. Mas, conforme relata o entrevistado E02, as abordagens e conceitos para a construção da estratégia de desenvolvimento territorial ainda eram muito iniciais. “O que se tinha era uma força política para pensar, *pra* criar a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, mas a base conceitual sobre a qual se cria ela é muito frágil”. O entrevistado E07 aponta que essa fragilidade também estava relacionada ao fato de que “todo mundo quer dar palpite na discussão”, ou seja, o que acabava fragilizando a sua consolidação.

A entrada de Humberto Oliveira, na SDT, da equipe de transição do governo e militante, foi essencial para que a discussão territorial fosse colocada na agenda pública do MDA. Nesse processo, Humberto convida outros ativistas para compor a Secretaria possibilitando a implementação da política territorial. Segundo entrevista com E03, a criação da política envolveu diversas discussões com organizações e pessoas que estavam envolvidas na promoção da agricultura familiar.

Humberto fez uma primeira reunião então chamando algumas ONGs, a Assocene, a AACC, entre outras. E algumas pessoas, que era meu caso, e alguns consultores de outras organizações do Sul do país e do Nordeste. Enfim, reuniu-se ali, eu acho que era umas quinze pessoas que tinham experiências em desenvolvimento, em projetos comunitários e de desenvolvimento com a agricultura familiar e o desenvolvimento rural. E ali se discutiu a base do que é que poderia ser a política. (E02)

Conforme as articulações iam sendo feitas, as ideias sobre o que seria concretizado com a noção de território vinham sendo problematizadas. Era preciso, dentro da gestão, conceituar e se apropriar dessa denominação para o próprio convencimento coletivo do novo modelo de desenvolvimento pensado. Nesse ínterim, a academia e as experiências internacionais se tornaram referências essenciais.

Vamos pegar experiências de outros países e vamos pegar experiências da academia, então foram dois focos que a gente pegou. Quem é que na academia estuda isso ou algo parecido com isso? Quem é de outros países que tem algum desenho? (E03)

Ressalta-se que o Condraf também era um espaço em que se discutiam essas questões e aonde eram articuladas ações para viabilizar essa dinâmica territorial. Em algumas atas de 2004, nota-se a criação do Grupo Temático (GT) Institucionalidade e Gestão Social, que seria responsável por pensar as formas de gestão territorial. Segundo a ata do Conselho de 10 de março de 2004, um participante desse GT relatou a visita de intercâmbio em Andaluzia, na Espanha, na qual participaram oito conselheiros, com o objetivo de conhecer a experiência de gestão territorial e das

institucionalidades daquele país. Essas experiências acabaram contribuindo para a reflexão maior sobre o desenvolvimento territorial e formas de participação social e novos modelos de governança.

Este programa pretendeu alinhar soluções inovadoras em termos de gestão de políticas públicas, ampliando a importância e participação das organizações sociais na sua elaboração e execução, assimilando diversas críticas que vinham sendo feitas a outros programas já realizados ou em execução, procurando por em prática diversos novos conhecimentos gerados fora e dentro do Brasil e que poderiam resultar em maior aderência de ações governamentais às demandas sociais no campo do desenvolvimento rural com sustentabilidade. (GUIMARÃES, 2013, p. 7)

Assim, com a abertura da janela de oportunidades, com o problema já na agenda governamental, as soluções para a questão do desenvolvimento foram pensadas de acordo com as visões e ideias predominantes na *policy community*.

Mas vale ressaltar, segundo relatos da entrevista com E02, que as grandes discussões sobre desenvolvimento estavam voltadas naquele momento para o tema regional. As reflexões feitas historicamente por Tânia Bacelar na academia sobre desenvolvimento regional se tornaram subsídios para os novos olhares sobre a questão do local/regional/territorial.

Então se você for pegar os primeiros *powerpoints* 2003, 2004 e 2004, apresentados por ela sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional são informações absolutamente ricas e que dão uma outra conotação à política regional, à necessidade de uma política regional para o Brasil. Porém, eles não incorporam o conceito de território. (E02)

Percebe-se a constante disputa por significados e pela centralidade na discussão sobre desenvolvimento. Ainda segundo o entrevistado E02, esse processo de disputa acaba enfraquecendo os processos políticos, uma vez que não se cria um diálogo que poderia ter sido feito para complementar as ações pensadas nos dois ministérios, ou seja, trata-se da dificuldade da intersetorialidade, cara à discussão sobre políticas públicas. Alguns ativistas acreditam que esse debate poderia ter sido feito, uma vez que ambos os ministérios tinham aproximações práticas e articulações pessoais, especialmente com a figura de Tânia. Segundo E02, “o conflito podia ter sido evitado, o conflito maior com um simples elemento que é/seria uma política nacional de desenvolvimento regional com a abordagem territorial”.

O que consta nas entrevistas é que havia uma intenção de se integrar à discussão sobre território no Ministério da Integração, mas isso acabou sendo feito de maneira muito lenta e gradual. Com a saída de Ciro Gomes como ministro, em 2006, e tendo Silvana Parente como secretária executiva, ainda houve uma tentativa de se apropriar dessa discussão buscando

incorporá-la ao desenvolvimento regional. Entretanto, com a entrada de Geddel Vieira, em 2007, modificou-se o modo de pensar as políticas públicas no Ministério.

Com a entrada de Geddel Vieira, que a partir daí é um horror, né? um caos. O Ministério da Integração deixa de ser referência *pra* qualquer debate, qualquer discussão, sobre esse campo do regional e do territorial, apesar de manter uma secretaria de políticas de desenvolvimento regional, e não sei o que..., mas assim, efetivamente, a lógica é outra. Não tem mais nada a ver. (E02)

Portanto, as primeiras políticas mais sistematizadas com recorte territorial, estabelecidas pelo MDA, são implementadas em 2004, com a política de desenvolvimento territorial, com forte influência dos movimentos sociais e de experiências anteriores, conforme já mencionado.

Pelo que tomei conhecimento, no momento da concepção do programa teve uma participação do movimento sindical, através da participação da Contag, uma vez que esta iniciativa já vinha sendo debatida pelo movimento através de uma ação que na época denominava-se de Projeto de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - PDLIS. Também contou com a participação de outros movimentos sociais e da sociedade civil que faziam parte do Condraf. (E05)

O entrevistado E06, militante do MST, também reconhece que houve um processo coletivo de construção da política, provocado pelos ativistas institucionais que estavam na burocracia a partir de 2003 e que priorizavam o diálogo com vários setores da sociedade civil. Segundo ele, os movimentos sociais tiveram uma participação ativa nesse processo, mas se fizeram presentes em virtude desses ativistas que viraram gestores.

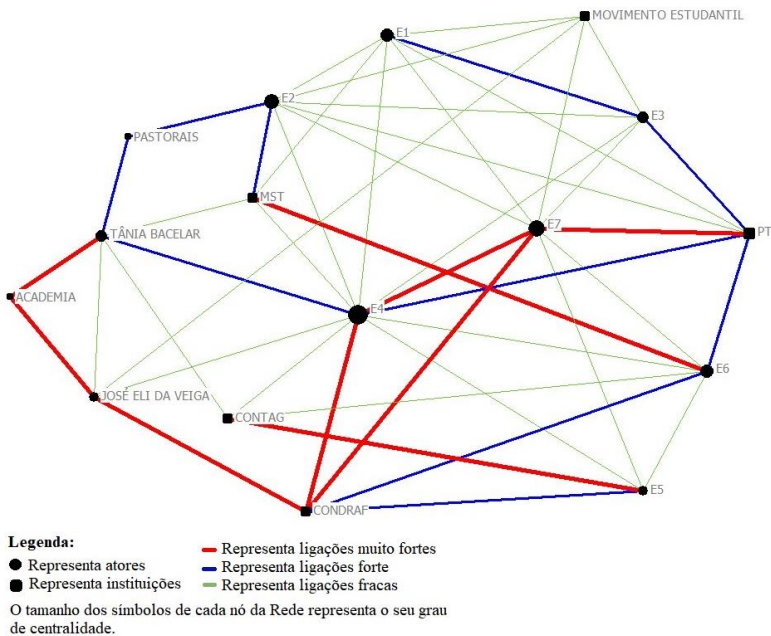
Eu não poderia te dizer o que foi o determinante, mas houve uma participação expressiva das ONGs, inclusive dos movimentos sociais, do movimento sindical né? Então **houve a participação inclusive de pessoas que levavam isso à frente, que estavam na frente desde o início, eram companheiros, que estavam ligados a atividade no campo, então eram conhecedores da realidade do campo.** É (...), mas eu naquilo que eu avalio houve uma construção muito coletiva. (E06, grifo nosso)

O trecho acima ilustra o papel dos ativistas institucionais no processo e mostra uma rede densa da política específica, configurando-se como um grupo reconhecido que elaborou uma política territorial, que de início foi pensada para criar uma rede de consultores que pudessem acompanhar um número X de territórios, definidos inicialmente na SDT, mas que foram sendo ampliados de acordo com as demandas dos consultores e com a tendência de expansão da política.

2003 e 2004, nós estruturamos a rede de apoio ao desenvolvimento territorial que era composta por consultores. Com esses consultores nós fizemos uma capacitação, um alinhamento e esse pessoal foi *pra* 56 territórios que, logo depois já eram 80. E isso aos poucos, em 3 anos a gente já estava trabalhando em cento e poucos territórios...então, a rede de apoio ao desenvolvimento territorial foi que/foi a esses territórios criar os primeiros colegiados, fazer os primeiros planos de desenvolvimento territorial, discutir as primeiras prioridades. (E02)

No sociograma abaixo, visualizam-se as conexões formadas entre os entrevistados, pesquisadores da área, algumas organizações (movimentos sociais, pastorais, e com a academia).

Figura 1 - Sociograma das relações entre os atores e instituições



Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas.

O sociograma mostra como os entrevistados se relacionam com os diferentes atores e instituições. No caso descrito, percebe-se a

centralidade⁸ de E04 e E07 que se ligam com todos os outros atores (E01, E02 e E03) que tiveram cargos ou foram assessores na Secretaria de Desenvolvimento Territorial ou em outras secretarias do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Além disso, são os atores com maior número de ligações, tanto com outros atores como com as instituições.

A figura também mostra o envolvimento de E01, E02 e E03 com o movimento estudantil e o MST. Os laços mais fortes podem ser percebidos entre o entrevistado E02 e E06 com o MST. O E06 ainda tem uma relação intensa com o Partido dos Trabalhadores e grupos de Igreja, especialmente com a Teologia da Libertação. Foi bem destacado também o papel do meio acadêmico na estruturação da rede, especialmente o papel de Tânia Bacelar, como pessoa que buscava discutir os processos de desenvolvimento baseados numa perspectiva do regional. O Condraf também aparece como uma instituição relevante, pois nesse espaço se discutiu, conforme as atas mostram, o papel da política de desenvolvimento territorial – é possível observar que, dentre as instituições, é aquela que tem ligações mais fortes com os atores. Segundo Guimarães (2013, p. 151), o Conselho produziu “uma síntese das principais ideias que circulavam sobre o assunto em alguns centros acadêmicos, áreas do governo e organizações sociais, mas não conseguiu levar sua agenda a uma Conferência Nacional que encaminhasse uma proposta ao Governo Federal”. Segundo o entrevistado E06, o debate ocorreu com muita intensidade dentro do Condraf, mas não avançou muito nas proposições.

Dessas discussões vai se delineando aos poucos a necessidade de concretizar um determinado tipo de política pública baseada na heterogeneidade dos territórios, nas ações coletivas de organizações sociais, de projetos econômicos ou sociais e nas relações de poder. Ou seja, cria-se um desenho da política enfatizando “uma melhor integração e articulação das políticas públicas dos Governos Federal, Estadual e Municipal e com associações da sociedade civil” (BRITO, 2017, p. 184). Todo esse formato vai sendo pensado e repensado a partir do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), criado em 2003, e que depois se consagra com o lançamento, em 2008, do Programa Territórios da Cidadania.

⁸ As medidas de centralidade são atributos quantitativos que os atores possuem em função de sua posição na rede. Assim, se distingue quais atores são “centrais” e “secundários”, ou seja, quais atores têm capacidade de puxar as relações ou de ser um centro de influxo para os outros nós. Observa-se que atores que têm posições mais privilegiadas dentro dessa estrutura têm mais possibilidade de articular seus objetivos e ideias.

Uma breve contextualização do Pronat do Programa Territórios da Cidadania

Conforme já destacado, a abordagem do desenvolvimento territorial rural começa a ganhar contorno efetivo no Brasil, em meados da década de 1990, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Mais tarde, no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2004/2007, é criado o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa tinha por objetivo “promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia” (MDA, 2009).

O Pronat foi concebido como um novo referencial em termos de estratégia de política pública voltada à promoção do desenvolvimento rural. Com essa decisão, o governo passou a reconhecer que este espaço geográfico, ambiente social, política e cultural, assim como as “condições da infraestrutura, são determinantes para viabilidade de um modo sustentável de desenvolvimento rural” (ECHEVERRI, 2010).

Tal estratégia privilegiava o enfoque no planejamento com base na competitividade dos territórios e buscava envolver: a participação de instituições e atores rurais; a integração dos empresários em uma dinâmica de inovações; a integração com outras áreas e políticas do governo. Além disso, incorporava de forma inovadora os aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais nas suas ações para a promoção do desenvolvimento rural. A política buscava considerar não só os aspectos físicos dos territórios, mas também os recursos intangíveis, compartilhados pelas comunidades (FAVARETO, 2010; BEDUSCHI FILHO, 2006). Segundo Brito (2017, p. 186),

O Pronat, também conhecido por “Territórios Rurais de Identidade”, começou a operar em 2004, em 65 territórios. Em 2006, abrangia 118 e, atualmente, conta com 239 territórios rurais, compostos por mais de 3,5 mil municípios, atuando para fortalecer as políticas de crédito, o apoio à comercialização e assistência técnica.

Destaca-se, portanto, a intenção do governo em orientar as políticas rurais na perspectiva territorial, envolvendo consideravelmente a sociedade civil e aumentando o alcance de ação do Estado.

O Programa Territórios da Cidadania (PTC) pode ser entendido como uma política pública que coloca em prática as orientações normativas que buscavam dar unidade ao conjunto de ações antes dispersas por vários ministérios. O Programa foi criado, em 2008, com o objetivo de promover desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial

sustentável. O modelo de gestão do Programa previa três âmbitos de coordenação. No momento de sua constituição, a coordenação do Governo Federal ficava a cargo da Casa Civil e envolvia outros 21 ministérios que compunham um Comitê Gestor Nacional. A esse Comitê foi vinculado um Grupo de Acompanhamento das Ações do Programa, composto por representantes dos mesmos ministérios. No âmbito estadual, o Programa previu a criação de Comitês Estaduais do Programa. E no âmbito local, em cada um dos 120 territórios foram criados Colegiados Territoriais prevendo a participação dos atores locais (LOTTA; FAVARETO, 2015).

Estes marcos institucionais são normativos no sentido de que definiram o que deveria ser alcançado, isto é, os valores morais e de justiça social que deveriam orientar a proposta de políticas públicas executivas. Nesses, incorporam-se as demandas e preocupações da *policy community* com relação a problemas que são conhecidos da sociedade brasileira há décadas, a saber: as dificuldades de produção e comercialização, a má distribuição de terras no país, a pobreza rural, a falta de serviços básicos, entre outros.

O Programa Territórios da Cidadania trazia uma nova abordagem que questionava os instrumentos tradicionais da intervenção pública (setoriais, fragmentadas etc.). Tratava-se de uma estratégia que visava arquitetar novos mecanismos de regulação entre o Estado e a sociedade, buscando o reconhecimento e a valorização dos atores sociais. Segundo Cavalcanti, Wanderley e Niederle (2014), o Programa previa a inovação na capacidade de realizar a gestão integrada de ações setoriais, já que em seu desenho institucional presumia-se a criação dos colegiados territoriais, espaços essenciais para a organização do Programa e para pensar a governança integrada e territorializada das políticas públicas.

Essa concepção, do ponto de vista dos entrevistados, foi fundamental para que o Governo Lula, no seu segundo mandato, optasse por priorizar esse debate em sua agenda governamental.

Segundo um dos entrevistados,

Então o Programa Territórios da Cidadania você tinha o quê? Aí, você tinha um processo mais amplo, vigoroso, substancial de integração de ações, mas, essa integração de ações ela estava mais numa matriz, né... você tinha lá uma matriz "Ministério X o que é que você tem aqui..." É evidente que isso teve um peso político muito grande porque foi o presidente da república que liderou. Então foi o Lula que disse (batendo na mesa) "Eu quero esse negócio e esse negócio vai funcionar". Então, estava na agenda política dele. (E01)

A ideia de um programa que articulasse vários ministérios, buscasse efetivamente reduzir a pobreza, trabalhasse com a ideia da cogestão e repensasse a estrutura federativa do país, chamou a atenção do presidente

Lula, inclusive em seus encontros com outras lideranças internacionais, conforme a fala abaixo:

Uma vez, eu estava com o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, nós íamos para uma agenda em Alagoas, eu o acompanhei e ali antes de pegarmos a aeronave, ficamos conversando. Naquele dia, ou dias antes, foi naquela semana, ele relatando que recebeu uma ligação do Palácio do Planalto que era o presidente Lula pedindo *pra* ele ir lá porque ele estava com o presidente Chávez, falando sobre o Programa Territórios da Cidadania. Chávez estava interessado e queria conhecer e chamou o ministro *pra* ir lá naquela hora. Ou seja, (...) estava na agenda do governo. (E01)

Ainda segundo a entrevista, havia dentro da Presidência da República um grupo gestor responsável por coordenar o Programa para além da equipe composta na SDT, sinalizando a importância conferida à política pelo presidente. “Você tinha uma estrutura, dentro da presidência que coordenava, que acompanhava, monitorava, tinha uma estrutura de reunião de ministros com a presidência para prestar contas” (E01).

Portanto, o Programa Territórios da Cidadania nasce nesse contexto de articulações e dinamização das ideias sobre estratégias de desenvolvimento e convencimento do Presidente da República.

Considerações finais

Neste artigo buscou-se entender as dinâmicas do envolvimento de militantes na gestão pública e nos processos de construção de políticas públicas. No caso específico, tentou-se entender a gênese de construção da política de desenvolvimento territorial pós anos 1990 e como ela se consolida no período do Governo Lula. Buscou-se também entender como a comunidade específica dessa política exerceu o seu papel na inserção do tema na agenda governamental.

De modo geral, os entrevistados argumentaram que a inserção de militantes nas burocracias estatais foi fundamental para o acesso às informações e para a incorporação de demandas na agenda governamental. A ocupação de cargos no governo fez com que esses militantes se apropriassem das capacidades técnicas e modificassem as estruturas institucionais e, conseqüentemente, o modo de fazer políticas públicas. Mas, conforme destaca Cayres (2017, p. 4): “Afim, quem eram esses atores? Eram burocratas ou ativistas ou as duas coisas juntas e misturadas?”.

Percebe-se que esses atores formavam uma comunidade de política pública que, desde os anos 1980, já vinha discutindo propostas alternativas de desenvolvimento, em conjunto com os movimentos sociais, sindicatos, Igreja e acadêmicos de esquerda. Com a entrada dessas

pessoas na Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no primeiro mandato de Lula, conformam-se no que se chamou de ativistas institucionais, ou seja, militantes das causas dos movimentos sociais e das lutas populares, mas também se tornaram burocratas no sentido de ter que se adaptar às regras institucionais e ao jogo político. De fato, o maior envolvimento dentro da gestão pública pode produzir diferentes significados e resultados para as políticas públicas, modificando o cotidiano de trabalho dentro da burocracia estatal. Mas conforme destaca Dowbor (2015, p. 117), “não se trata de um canal de acesso permanente ao Estado; seu uso está sujeito à dinâmica das coalizões governamentais”.

A utilização de sociogramas se configura, dessa forma, como auxiliar para a compreensão dos arranjos institucionais e relações formais e informais no processo da política. As redes criadas no contexto deste trabalho são representações gráfico-teóricas de relações (*links*, as relações – sociais, políticas, acadêmicas etc. – entre os nós) entre unidades (“nós”, atores e instituições) em um determinado ponto do tempo. Assim, observa-se que a conformação dessa rede é um conjunto de conexões em torno de interesses compartilhados, nos quais os objetivos são atingidos por meio de trocas materiais e imateriais (apoio financeiro, político, intelectual), o que permite visualizar como tais conexões formaram uma comunidade de política capaz de alavancar as discussões e tomar a frente de deliberações sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil.

No que tange às políticas de desenvolvimento territorial, a integração das pautas dos movimentos sociais na dinâmica da Secretaria possibilitou experiências e articulações que contribuíram para um novo olhar sobre o meio rural, não mais setorializado, mas pensado de maneira articulada ao meio urbano.

De todo modo, as entrevistas mostram que pensar políticas públicas requer entender o jogo político em suas mais variadas facetas: quem participa, como participa e que decisões são tomadas. Portanto, o artigo tentou mostrar, nessa relação entre Estado e sociedade, a capacidade dos ativistas de gerirem criativamente os limites colocados pela institucionalidade e potencializar o alargamento das fronteiras estatais.

Referências bibliográficas

ABERS, R. N. Ativismo na Burocracia? O Médio Escalão do Programa Bolsa Verde. In: CAVALCANTI, P.; LOTTA, G. (Eds.). *Burocratas de Médio Escalão: perfil, trajetória e atuação*. Brasília: ENAP, 2015.

- ABERS, R. N.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, abr./jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582014000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 jul. 2018.
- ABERS, R. N.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222011000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 jul. 2018.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v. 28, n. 1, 2, 3 e 29, n. 1, jan./dez. 1998, jan./ago. 1999. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2018.
- BARCELOS, M.; PEREIRA, M. M.; SILVA, M. K. Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas. *BIB*, São Paulo, n. 82, p. 13-40, 2016b. Disponível em <http://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-82/10589-redes-campos-coalizo-es-e-comunidades-conectando-movimentos-sociais-e-politicas-publicas/file>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- BEDUSCHI FILHO, L. C. *Participação, aprendizagem social e desenvolvimento regiões rurais*. 2006. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-28112011-140230/pt-br.php>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35-70, set./dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/436>. Acesso em: 15 mai. 2018.
- BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. *Ucinet 6 for Windows: Software for Social Network Analysis*. Harvard: Analytic Technologies, 2002.
- BRITO, C. C. Conceito de território rural e políticas públicas e sua evolução histórica nos Governos FHC e Lula. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 22, n. 72, p. 173-192, mai./ago. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/60260>. Acesso em: 10 mai. 2018.

- CAVALCANTI, J. S.; WANDERLEY, M. de N. B.; NIEDERLE, P. (Orgs.). *Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: Editora UFPE/Mini, 2014.
- CAYRES, D. C. *Ativismo Institucional no coração da Secretaria-Geral da Presidência da República: a Secretaria Nacional de Articulação Social no Governo Dilma Rousseff (2011-2014)*. 2015. 211 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160675>. Acesso em: 10 mai. 2018.
- CAYRES, D. C. *Ativismo Institucional: Interações movimentos sociais e burocracia pública*. In: Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 3., 2017, Vitória. *Anais...* Vitória: UFES, 2017. Disponível em: http://www.pdpp2017.sinteseeventos.com.br/simpósio/view?ID_SIMPOSIO=16. Acesso em: 10 mai. 2018.
- COMERFORD, J. C. O mundo (perdido) da participação e os movimentos do campo. In: Encontro Anual da Anpocs, XLII, 2018, Caxambu. *Resumo...* Caxambu: Anpocs, 2018.
- COMUNIDADES EUROPEIAS. *A abordagem Leader: um guia básico*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006. <https://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/fms/pdf/2B955B85-B3D9-7863-83DD-35A4B2809D9A.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- CORTES, S. V.; LIMA, L. L. A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas. *Lua Nova*, São Paulo, v. 87, p. 33-62, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n87/03.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- CORTES, S. V. Policy community defensora de direitos e a transformação do Conselho Nacional de Assistência Social. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, n. 38, p. 122-154, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222015000100122&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 22 jun. 2018.
- DOWBOR, M. A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006). 2012. 288 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06032013-111003/pt-br.php>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- DOWBOR, M. Ocupando o Estado: a análise da atuação do Movimento Sanitário nas décadas de 1970 e 1980. In: CARLOS, E; OLIVEIRA, O. P.; ROMÃO, W. de M. *Sociedade civil e políticas públicas*. Atores e instituições no Brasil contemporâneo. Chapecó: Argos, 2014.
- ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. In:

- FAVARETO, A. et al. *Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios*. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 12. Brasília: IICA, 2010.
- EMIRBAYER, M. Manifesto for a Relational Sociology. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 103, n. 2, p. 281-317, set. 1997. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/10.1086/231209?seq=6#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 15 ago. 2018.
- FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial*. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/pt-br.php>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- FAVARETO, A. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre desenvolvimento territorial. In: FAVARETO, A. et al. *Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios*. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 12. Brasília: IICA, 2010.
- FERREIRA, D. D. *Ativismo institucional no governo federal: as práticas dos analistas técnicos de políticas sociais*. 2016. 153 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFBC_4be13b8f76530dbea39892fa9dc9ecfd. Acesso em: 15 mai. 2018.
- GOMES, S. C.; MOURA, J. T. V. de; SILVA, J. A. Como um problema social entra na agenda governamental e vira uma política pública? O caso das demandas dos movimentos sociais na adoção do Plano Juventude Viva. In: Encontro Anual da ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. *Anais...* Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st24-5/10545-como-um-problema-social-entra-na-agenda-governamental-e-vira-uma-politica-publica-o-caso-das-demandas-dos-movimentos-sociais-na-adocao-do-plano-juventude-va-1?path=40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st24-5>. Acesso em: 10 mai. 2018.
- GUIMARÃES, M. D. A. *Desenvolvimento rural: territórios e redes*. 2013. 287 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=135722. Acesso em: 10 mai. 2018.
- HECLO, H. Issue networks and the executive establishment. In: KING, A. (Ed.). *The new American political system*. Washington, D.C.: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1978.

- KINGDON, J. W. *Agendas, alternativas and public policies*. 2. ed. Ann Arbor: University of Michigan, 2003.
- LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. Atores periféricos na sociedade civil: redes e centralidades de organizações em São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 73-96, out. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000300006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 mai. 2018.
- LOTTA, G. S.; FAVARETO, A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 57, p. 49-65, mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100049. Acesso em: 20 jun. 2018.
- MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 45-67, out. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69091999000300004&lng=en&rm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 jun. 2018.
- MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, p. 134-150, 1997.
- MOSSBERGER, K. State-Federal Diffusion and Policy Learning: from Enterprise Zones to Empowerment Zones. *Publius: The Journal of Federalism*, v. 29, n. 3, p. 31-50, 1999.
- MOURA, J. T. V de; SILVA, M. K. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. suplementar, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/28198>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- PETTINICCHIO, D. Institutional Activism: Reconsidering the Insider/Outsider Dichotomy. *Sociology Compass*, Nova Jersey, v. 6, n. 6, p. 499-510, 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2508870. Acesso em: 15 mai. 2018.
- SANTORO, W. A.; MCGUIRE, G. M. Social Movement Insiders: The Impact of Institutional Activists on Affirmative Action and Comparable Worth Policies. *Social Problems*, v. 44, n. 4, p. 503-519, nov. 1997.
- SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. de L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 86-124, set./dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222011000300005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 mai. 2018.
- SKOGSTAD, G. Policy Networks and Policy Communities: Conceptual Evolution and Governing Realities. In: Annual Meeting of the Canadian

Political Science Association, jun. 2005, Londres. *Anais...* Londres: University of Western Ontario, 2005. Disponível em: <https://www.cpsa-acsp.ca/papers-2005/Skogstad.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

VEIGA, J. E. da et al. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; PONTES, Bárbara Maia Lima Madeira. A gênese da política de desenvolvimento territorial no Brasil: atores, redes e a comunidade de política pública. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 180-207, fev. 2020.

Resumo: (*A gênese da política de desenvolvimento territorial no Brasil: atores, redes e a comunidade de política pública*). O artigo tem como objetivo desvendar a gênese da política de desenvolvimento territorial no Brasil, olhando para a importância das redes sociais na formação de uma comunidade de políticas pública específica sobre desenvolvimento rural com viés territorial. Busca-se trazer para o debate as influências de diversos atores da rede (militantes ou simpatizantes de movimentos sociais) que figuravam no cenário rural brasileiro e que, com a entrada do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, tornam-se membros da burocracia estatal, inclusive assumindo cargos de alto escalão. Trabalha-se com a hipótese de que as perspectivas assumidas por esses atores foram centrais nas definições das políticas territoriais. A relação entre movimentos sociais, partidos políticos e Estado é pensada a partir da sociologia relacional, utilizando a ideia de redes sociais e comunidade de política pública, buscando identificar quais atores ocuparam postos-chave em arenas deliberativas e decisórias e como se articularam com demais burocratas. Foram realizadas entrevistas com atores-chave como a principal fonte de dados para a análise. Reforça-se que, mais do que um contexto institucional favorável, ou seja, a abertura de janelas de oportunidades possibilitadas pelo Governo Lula, são as ações dessa comunidade desde os anos 1990 que de fato produzem ideias/valores e definem as políticas públicas com o viés territorial para pensar o desenvolvimento no país.




Palavras-chave: redes sociais; desenvolvimento territorial; comunidade de política.

Abstract: *(The genesis of territorial development policy in Brazil: actors, networks and the public policy community).* This article aims to understand the genesis of the territorial development policy in Brazil looking to the significance of social networks and the policy community in this process. It seeks to bring to the debate the influence of a range of actors in the network (militants or sympathizers of social movements) that were part of the Brazilian rural scene and that, with the entry of President Luís Inácio “Lula” da Silva in 2003, became members of the state bureaucracy, even assuming high ranking positions. We work with the hypothesis that the perspectives assumed by these activists were central in the definitions of the territorial policies. The relationship between social movements, political parties and State is addressed on the basis of relational sociology, using the idea of social networks and public policy community. seeking to identify which actors have occupied key positions in the deliberative and decision arenas and how they have articulated with other bureaucrats. Interviews were conducted with central actors as the principal source of data for analysis. It is reinforced that more than a favorable institutional context, that is, the opening of windows of opportunity made possible by the Lula government, are the actions of this community since the 1990s that in fact produce ideas/values and define public policies with a territorial bias to rethink development in the country.

Keywords: social networks; territorial development; policy community.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Patricia Elena Giraldo Calderón¹ 
Maicol Lopera Cardona² 
Marleny Cardona Acevedo³ 

*La asociatividad comunitária
para el emprendimiento rural:*
la experiencia de tres asociaciones del
corregimiento de Tribunas Córcega, Pereira

DOI: 10.36920/esa-v28n1-9

Introducción

La asociatividad rural, como estrategia de política que busca vincular un mayor número de beneficiarios a las acciones del Estado, se profundizó en las dos últimas décadas en América Latina (LIENDO; MARTÍNEZ, 2011). En algunos casos, como fuente de diseño de los programas de desarrollo rural en la región producto de la transformación productiva, la diversificación y la inclusión de actividades no agrícolas (ORTÍZ, 2009); en otros, para estimular economías solidarias y el tejido social (PEDROZO, 2016).

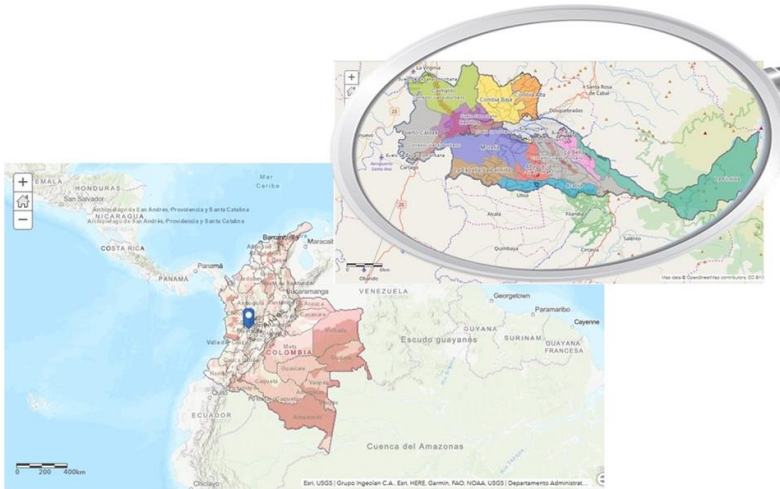
Por su parte, el emprendimiento, en Colombia constituye una política de Estado a partir de la ley 1014 de 2006, aunque aplicada al entorno rural, los emprendimientos rurales se han caracterizado por enormes barreras, pues se suman a los ya inherentes al entorno incierto propio del emprendimiento, los concernientes al espacio rural, muchos de ellas de tipo estructural, como por ejemplo, el estado de la infraestructura, acceso a mercados, acceso a financiamiento y en general, vacíos de política (MOLINERO; RODRÍGUEZ, 2012).

¹ Maestría en Desarrollo Rural. Investigadora en la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: pgiraldo.cal@gmail.com.

² Especialización en Gerencia Social de la Escuela Superior de la Administración Pública (ESAP). Maestría en Desarrollo Regional por la Universidad Católica de Pereira (U.C.P.), Colombia. E-mail: maicolopera84@hotmail.com.

³ Doctorado en Ciencias Sociales por el Colegio de la Frontera Norte y en Ciencias Sociales, niñez y Juventud por la Universidad de Manizales-CINDE, Colombia. E-mail: mcardona@umanizales.edu.co.

Figura 1 – Mapa del corregimiento de Tribunas Córcega, Pereira, Colombia



Fuente: Elaboración propia a partir de ArcGis.

A modo de contextualización, este corregimiento se sitúa al suroriente de la ciudad de Pereira (ver Figura 1). La ciudad cuenta con otros 11 corregimientos más y su población municipal corresponde a 476.660 personas. Al 2016 se estimaba una población en Tribunas Córcega de 11.374 habitantes que representa el 16% del total corregimental (SECRETARÍA DE PLANEACIÓN, 2017). Operan, a su vez, 19 Juntas de Acción Comunal correspondientes a 15 veredas y 4 sectores rurales según clasificación del DANE. El territorio es atravesado por la segunda vía en importancia para el departamento que conecta las ciudades de Pereira y Armenia y está concesionada por Autopistas del Café.

El territorio además cuenta con varios usos del suelo. El primero en importancia, el cultivo permanente de café tecnificado, constituido por un área de 74,57%; adicional a los cultivos de mayor ciclo, el 4,1% del área se destina a cultivos semipermanentes tipo yuca (*manihot esculenta*), el 0,9% a transitorios como tomate (*solanum lycopersicum*) y frijol (*phaseolus vulgaris*) y finalmente el 0,51% en cultivos promisorios como mora (*rubus*), lulo (*solanum quitoense*), champiñón (*agaricus bisporus*) y plátano (*musa paradisiaca*). El segundo uso en importancia, las áreas maderables correspondientes al 19,89% en bosque protector/productor (HERNÁNDEZ HEREDIA, 2013). A su vez, el corregimiento pertenece al Distrito de Conservación de Suelos (DCS) BARBAS – BREMEN, conformado por 4400 has, ubicado en las cuencas altas de los ríos Barbas, Consota y Cestillal, en área limítrofe entre los departamentos

de Risaralda y Quindío (CORPORACIÓN AUTÓNOMA REGIONAL DE RISARALDA, 2015).

Sumado al contexto, en este artículo se presentarán los resultados de dos de las ocho categorías⁴ abordadas en el estudio, son éstas asociatividad comunitaria y emprendimiento rural. La asociatividad comunitaria puede definirse como un mecanismo de cooperación mediante el cual las unidades productivas unen sus capacidades para hacer frente a los retos derivados de la globalización, a través de la generación de valor tras la solución de problemas comunes entre las unidades productivas, los cuales son ocasionados por el tamaño insuficiente de sus capacidades para afrontar los retos tales como: el acceso a nuevos mercados, incorporación de tecnologías, el acceso a la información, entre otros, lo cual limita el desarrollo de las áreas de influencia (LIENDO; MARTÍNEZ, 2011).

En consecuencia, la asociatividad comunitaria está relacionada con dos dinámicas. La primera, de carácter social, se reconoce el trabajo humano aunado con otros individuos construyendo un esquema social en el que priman la ayuda mutua, la solidaridad y el mejoramiento social continuo, potencializando, además, las habilidades del trabajo colectivo. Por su parte, la segunda, se relaciona con las formas colectivas generadoras de desarrollo para el crecimiento económico y social, en las que se motiva a los participantes a promover unidades productivas como resultado de la asociatividad que procura el desarrollo de proyectos con alcances de gran envergadura (PNUD; UNIVERSIDAD DE MANIZALES; OBSERVATORIO DEL MERCADO DE TRABAJO DE CALDAS, 2017).

A su vez, por emprendimiento rural, se entiende todas aquellas iniciativas empresariales que buscan dar solución a las diferentes problemáticas de los territorios y comunidades rurales. Siguiendo a María Formichella, el emprendimiento se define como “el desarrollo de un proyecto que persigue un determinado fin económico, político o social, entre otros, y que posee ciertas características, principalmente que tiene una cuota de incertidumbre y de innovación” (2004, p. 3).

En general estos emprendimientos persiguen diversos objetivos entre los que se pueden destacar: la creación de ecosistemas rurales, consolidación vocacional del territorio, especialización de los agentes productivos, desarrollo regional, mejorar la calidad de vida de los pobladores (HERNÁNDEZ-MOGOLLÓN *et al.*, 2016). Así mismo, parten del capital social presente en el lugar, expresado en sus necesidades, conocimientos y recursos disponibles, que implica, además la articulación con otros actores locales públicos o privados y la creación de redes cooperativas y solidarias (FORMICHELLA, 2004).

⁴ En la investigación se hizo uso de las categorías teóricas: desarrollo rural, desarrollo local, asociatividad comunitaria, encadenamientos productivos, capacidades rurales, economía solidaria, emprendimiento rural y emprendimiento comunitario.

Resultados

La asociatividad para el emprendimiento rural constituye un aspecto más o menos reciente en la trayectoria del desarrollo regional y rural en Colombia. El uso de esta estrategia como mecanismo de acceso a políticas y mercados data de principios del siglo XXI, hacia el 2002 aproximadamente, estimulada por la cooperación internacional o fondos internacionales de recursos, Banco Mundial y BID, de manera más destacada.

Según la Agencia Presidencial para la Cooperación - APC -, entre el 2010 y el 2016, el 26% de los proyectos de cooperación internacional promovían la asociatividad como requisito para la ejecución de proyectos de desarrollo rural, siendo los principales financiadores de estas iniciativas la Unión Europea, Canadá, Países Bajos, España, Suiza y el BID; con un total de inversión de USD 102.673.484; e implementados en 28 de los 32 departamentos del país (APC-COLOMBIA, 2017, p. 6-7).

A su vez, datos más específicos del sector, revelan que la asociatividad en el período 2010-2014 constituyó una política de gobierno, ejecutada a partir de la línea estratégica 1 que tuvo por objetivo promover los encadenamientos y la agregación de valor en la producción agropecuaria y cuyo resultado superó las metas proyectadas, por ejemplo, entre el 2011 y el 2013 se implementaron 533 proyectos productivos asociativos (CÁRDENAS PINZÓN; VALLEJO ZAMUDIO, 2016).

Desde el ámbito de las políticas, el Plan Municipal de Desarrollo 2016-2019 “Pereira capital del Eje”, contempla dentro de sus acciones en materia de desarrollo rural, un proceso de acompañamiento para el fortalecimiento asociativo mediante las siguientes acciones: a) diagnóstico situacional social, b) formulación de planes organizacionales, c) apoyo y seguimiento a los procesos contables, d) soporte para acceder al Fondo de Fomento Agropecuario, e) orientación para la formalización del empleo, f) ejecución de procesos comerciales como las ferias agropecuarias y mercados campesinos, g) posicionamiento de productos de asociaciones en grandes superficies (ALCALDÍA DE PEREIRA, 2016, p. 76).

En suma, todos estos elementos llevan a plantear que el uso de la figura asociativa para el emprendimiento rural no es casual en tanto desde la institucionalidad se considera:

una oportunidad en la construcción de capital social y generación de economías de escala para los pequeños productores y campesinos más empobrecidos, lo que permite el mejoramiento de su capacidad productiva, competitiva y el acceso a mercados. (APC-COLOMBIA, 2017, p. 4)

Dinámicas de asociatividad comunitaria

En el corregimiento fueron identificadas asociaciones de origen comunitario y con un fuerte vínculo con el territorio. Así, las dinámicas reconstruidas en el corregimiento de Tribunas Córcega, a partir de las asociaciones *Orobies*, *Bicipark* y *Asojac*, poseen, al igual que la estrategia del Estado, una trayectoria más o menos reciente y en consecuencia se encuentran en una etapa de desarrollo incipiente. Además de su fase embrionaria, coinciden en un propósito común: el desarrollo sostenible del territorio. Aún con estos elementos en común, las tres asociaciones difieren en varios aspectos. De un lado, en los intereses que las orientan dado que además del desarrollo sostenible ejecutan otro tipo de actividades; el motivo que las originó, muchas de ellas estimuladas por factores externos; y el tipo de emprendimiento, algunos con mayor especificidad y delimitación (ver Figura 3).

Figura 3 – Origen, características y tipo de emprendimiento de las asociaciones comunitarias



Fuente: Elaboración propia a partir de conversatorio con líderes.

Orobies, una asociación comunitaria formalmente constituida en 2018 con el objetivo de ser vigías del patrimonio a partir de la educación y el turismo. Desarrollan, desde el 2013, actividades para la reconstrucción de la historia del corregimiento en relación a sus riquezas culturales, naturales y sociales, al tiempo que llevan a cabo procesos formativos con estudiantes en la visibilización y reconocimiento de estas riquezas de este espacio rural. En aras de fortalecer el tejido comunitario, han trabajado en pro de desarrollar redes regionales, nacionales e internacionales, a través de intercambios académicos para promover el

turismo comunitario y/o la educación en patrimonio. Esto indica uno de sus líderes:

Nosotros trabajamos en tres líneas de acción, que es Patrimonio, Educación y Turismo. El patrimonio, o sea, nos hemos dado a la tarea de investigar de recuperar esa historia, y esa historia hacemos un trabajo educativo en las 15 escuelas, mm que tenemos en el corregimiento junto con el colegio José Antonio Galán, pero ese patrimonio lo llevamos a los niños a través de la pintura, ¿cierto? En los niños, digamos se empoderen de la riqueza que tiene nuestro corregimiento a través de la pintura, que dibuje la pájaro insignia, que dibuje la flor insignia, que dibuje lo que es nuestro, ¿cierto? Y así los procesos, digamos en, en lo que es, en la comunidad. (Conversatorio, Asociación Orobies, octubre de 2018)⁵

La principal característica de Orobies es su diversidad temática. De este modo, participan de gran variedad de actividades que van desde el campo formativo como la sensibilización de estudiantes en materia de patrimonio ambiental, reconociendo, por ejemplo, especies endémicas; pasando por la formación en artes y oficios que permitan dar empleabilidad a los habitantes del corregimiento; hasta llegar a actividades de tipo cultural y/o académico como su participación en eventos internacionales y nacionales relacionados con turismo comunitario y eventos culturales en música y pintura. Estas actividades también están articuladas a procesos de corte más empresarial como la consolidación de emprendimientos agropecuarios escolares orgánicos y a través de éstos la creación de un corredor agroecoturístico dada la conectividad y cercanía del corregimiento con municipios vecinos como Salento y Filandia del departamento del Quindío.

Por su parte Bicipark,⁶ es un colectivo que surge motivado a través de una capacitación del SENA en turismo en el año 2018 y quienes al finalizar su proceso formativo debían crear un producto de impacto en el sector. Con ese objetivo, la asociación se inclinó por la gestión de un gran parque temático en el Suroriente de Pereira para desarrollar senderismo ecológico a través de la bicicleta.

⁵ Conversatorio realizado el 28 de octubre de 2018 en el Corregimiento de Tribunas Córcega.

⁶ Esta iniciativa además se inscribe en las dinámicas de construcción de paz que sugieren un fuerte énfasis en la reconciliación con la naturaleza. A modo de ejemplo, la cartilla de los planes de desarrollo para la paz indican: “Visión: El municipio es reconocido a nivel nacional e internacional con un turismo enfocado en la reconciliación, la no discriminación y la preservación ambiental, a través de parques temáticos naturales que han generado sensación de seguridad, arraigo territorial, empleo a la población rural y ha permitido el desarrollo comercial de la región” (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN; OFICINA DEL ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ; DESPACHO DEL MINISTRO CONSEJERO PARA EL POST-CONFLICTO, DERECHOS HUMANOS Y SEGURIDAD, 2016, p. 30).

Además de su reciente creación, este colectivo se caracteriza por su motivación específica pues al tratarse de un proyecto que busca posicionarse a futuro implica una reconfiguración de la asociación en función esta iniciativa. Así, su principal particularidad es el liderazgo en la gestión. Esta se ha desarrollado a través del escalamiento del proyecto en las distintas instancias del gobierno, por ejemplo, radicar la iniciativa ante el Ministerio de Turismo y, posterior a ello, visibilizarla en el ámbito local ante el Concejo Municipal para que esta corporación destine el presupuesto correspondiente. En este sentido, la especificidad de este colectivo también lo hace más vulnerable al tratarse de un bien intangible en el corto, e incluso, el mediano plazo.

Finalmente, Asojuntas que constituye la asociación de juntas de acción comunal del corregimiento, creadas a partir de la Ley 743 de 2002 y quien es la responsable de gestionar las iniciativas comunitarias en el territorio. En materia de asociatividad para el emprendimiento rural, Asojac se ha centrado en el ordenamiento del territorio para la protección de las microcuencas al ser de esta forma el soporte para la conservación del patrimonio del territorio. A su vez, es el responsable de incidir en el presupuesto participativo en la gestión de recursos para el corregimiento.

Esta asociación, como su nombre lo indica agremia las 19 juntas de acción comunal de igual número de veredas del corregimiento. Según el artículo 8 de la Ley 743/02 las juntas o sus asociaciones “son organizaciones cívicas, sociales y comunitarias con personería jurídica y sin fines de lucro, con patrimonio propio que aunan recursos para el desarrollo integral, sostenible y sustentable con fundamento en la democracia participativa”(CONGRESO DE LA REPÚBLICA, 2002). En general, los procesos asociativos permiten articular y gestionar de forma más ordenada las demandas de la comunidad ante el gobierno municipal, por lo tanto, Asojac ha sido el garante en el territorio para la gestión de varias iniciativas, por ejemplo, a través de la incidencia en el plan de ordenamiento territorial en la consolidación de la infraestructura adecuada para el acceso al territorio, sea para actividades turísticas o para la comercialización de productos agropecuarios.

Ahora bien, a modo de síntesis se pasará a clasificar algunas de las características identificadas en estas tres asociaciones. En primer lugar, la multifuncionalidad o pluriactividad (BONNAL; DÍAZ; LÖSH, 2004), una característica común a los entornos rurales a medida que el modelo económico ha profundizado su transformación. En este sentido es común encontrar asociaciones, como Orobies, que desempeñan actividades que van desde temas agrícolas (como proyectos productivos escolares) hasta no agrícolas (como turismo comunitario,

capacitación en artes y oficios, participación en ferias, entre otras). La pluriactividad, además de una forma de diversificación de rentas de los habitantes rurales constituye todo un desafío para lograr dar respuesta a través de las políticas que contribuyan a fortalecer tal diversificación económica.

En segundo lugar, la asociatividad desde abajo o asociatividad desde arriba, en esta podemos diferenciar los distintos procesos organizativos de la comunidad, por ejemplo, hasta qué punto Orobiés y Bicipark constituyen procesos inducidos externos y que en ocasiones demandan su formalización a través estatutos o creación de fundaciones; de otro lado, las experiencias del SENA que se fundamentan en principios de emprendimiento pero que una vez iniciados difícilmente logran su continuidad en el tiempo; por su parte Asojac que si bien obedece a un proceso autónomo de la comunidad se enfrenta a los límites que impone la particularidad comunitaria y sin ánimo de lucro, lo cual puede contribuir en la consolidación de economías solidarias siempre y cuando se desmarque de entender el bienestar como un problema de infraestructura social.

En tercer lugar, la ausencia de articulación de los procesos asociativos con instrumentos institucionales que potencien las dinámicas de emprendimiento local. Por ejemplo, ya el informe de Misión para la Transformación del Campo (2014) había indicado la importancia de articular cada una de las políticas ejecutadas en los territorios con las dinámicas de asociatividad presentes. Sin embargo, esta articulación no es tan clara cuando se analiza el caso del corregimiento de Tribunas Córcega pues al revisarse a quiénes están destinadas las políticas estas priorizan única y exclusivamente procesos asociativos agropecuarios, a gran escala y de un conjunto pequeño de asociaciones ya posicionadas en el mercado.⁷

Emprendimiento rural en las políticas locales

A través del ejercicio realizado con los líderes y lideresas del corregimiento fue posible identificar fuentes de acciones y recursos con impacto en el emprendimiento rural. De esta forma, a partir del diálogo fueron evidenciadas tres políticas: 1) el Fondo de Inversiones Comunitarias, 2) la política pública Pereira Innova y 3) Plan de Desarrollo Municipal en sus componentes agropecuario y ambiental.

La primera, la política *Pereira Innova*, un programa transformado en política pública y su institucionalización a través del Acuerdo

⁷ Por ejemplo, el PDM 2016-2019 están identificadas las asociaciones agropecuarias fortalecidas a través de la Secretaría de Desarrollo Rural que no supera un número de 11 en todo el municipio (Asoaquapez, Horfrubella, Corfresagro, Asoperagro, Entreverdes, Asohass, Agrocombia, Agroarabia, Asonuevo Sol, Asopulpas, Coemgurrio) (ALCALDÍA DE PEREIRA, 2016, p. 76).

Municipal 71 del 13 de diciembre de 2010. Esta política/programa se propone la promoción de la innovación, la ciencia y la tecnología, la cultura del emprendimiento y el desarrollo empresarial. Se estructuró a partir de los ejes 1) innovación, ciencia y tecnología, 2) cultura de la innovación y el emprendimiento, 3) creación de empresa y 4) desarrollo empresarial (CONCEJO MUNICIPAL, 2010).

Desde los alcances definidos por la política/programa está la enunciación, formulación e implementación de actividades para la promoción de la cultura emprendedora, la creación de empresa y el fortalecimiento empresarial de Mipymes; promover la productividad y competitividad a través de un fondo público-privado de gestión de proyectos; además de su articulación al sistema nacional y departamental de Ciencia, Tecnología e Innovación. Las acciones contempladas en la política, además de la gestión posible ante recursos nacionales y departamentales, se financia del 3% del presupuesto de libre destinación del municipio (CONCEJO MUNICIPAL, 2010).

La segunda, el Fondo de Inversiones Comunitarias (FIC), regulado a partir del Acuerdo municipal 43 del 18 de diciembre de 2014. A través de este Fondo, las Juntas de Acción Comunal, Asociaciones y entidades de carácter civil, tienen la posibilidad de ejecutar acuerdos de apoyo, con la Alcaldía para realizar trabajos, labores que impacten positivamente en lo social a las comunas y corregimientos del municipio de Pereira. El monto estimado para poder ejecutar el FIC, es de \$52.000.000 millones (18.000 USD aprox), considerado un monto de mínima cuantía. Mediante este rubro es posible financiar, entre otros proyectos:

En las Comunas y Corregimientos se deben presentar proyectos de Inversión que aporten de manera clara al mejoramiento de las condiciones de vida de la comunidad, como inversiones para servicios comunitarios, o generación de empresas, dotaciones, inversiones para producción agropecuaria comunitaria, inversiones físicas en sedes comunales, o adecuaciones de las mismas, Procesos de formación o planes educativos a la comunidad, Construcción o mejoramiento puentes o caminos, Servicios de telecomunicaciones y conectividad. (CONCEJO MUNICIPAL, 2014, p. 4)

Complementario al FIC, en el Corregimiento también se desarrollan ejercicios de presupuesto participativo donde las comunidades priorizan la inversión a realizar en el centro poblado. En este sentido, el presupuesto priorizado por los habitantes ha sido empleado para subsanar temas de acueducto veredal que contribuyen, tanto al acceso al recurso hídrico de los habitantes, como de las personas que desarrollan actividades agropecuarias (ver Tabla 1).

Tabla 1 – Proyectos aprobados bajo modalidad presupuesto participativo

Proyectos aprobados Tribunas Córcega	Año	Votos
Adquisición de tuberías para el mejoramiento de redes de acueducto veredal	2014	561
Adquisición de tuberías para el mejoramiento de redes de acueducto veredal	2015	560
Reposición de redes en áreas críticas de la ESP Tribunas	2016	646

Fuente: Anuario Estadístico (SECRETARÍA DE PLANEACIÓN MUNICIPAL, 2017).

La tercera, el Plan de Desarrollo Municipal de Pereira 2016-2019. En su eje estratégico 1 “Competitividad, Innovación y Empleo” y en coherencia con la política pública “Pereira Innova” el plan considera 4 pilares competitivos: 1) Fortalecimiento a sectores estratégicos, 2) Emprendimiento, gestión y desarrollo empresarial, 3) Fortalecimiento de mercado Interno e internacionalización de la Economía y 4) Entorno e infraestructura. De éstos, conciernen a campo del emprendimiento, la productividad y competitividad los siguientes programas y subprogramas:

- Pilar 1: Programa Pereira con diversidad económica y sus subprogramas a) pereira proyectada al turismo y b) marketing territorio;
- Pilar 2: Programa Ciencia, tecnología e innovación para el cambio y sus subprogramas a) Pereira capital de la ciencia, tecnología, innovación e investigación y b) TIC para el desarrollo (en el componente de Centros de Emprendimiento y Desarrollo Empresarial);
- Pilar 3: Desarrollo productivo para el cambio y su subprograma Emprendimiento e Impulso a producción pereirana, políticas de competitividad;
- Pilar 4: Programa Territorio rural competitivo y su subprograma desarrollo agroindustrial y comercial rural (ALCALDÍA DE PEREIRA, 2016).

Además de los pilares considerados, el plan espera que, por ejemplo, el sector primario aumente en 4% su participación en el PIB municipal y del turismo en general, este aumente su contribución en 2% aproximadamente. Sin embargo, el plan no especifica metas para los territorios rurales, como es el caso del corregimiento de Tribunas Córcega, aún en estas condiciones, el PDM proyecta entre otros resultados, la asesoría de 65 iniciativas emprendedoras, 8 convenios comerciales con empresas ancla, aumentar en 20 el número de

empresas beneficiadas con el programa Eje empresarial, el fortalecimiento de 1.200 emprendimientos, el fortalecimiento de 480 emprendimientos de alto impacto a través de microcréditos, entre las metas de mayor relevancia (ALCALDÍA DE PEREIRA, 2016, p. 236).

Las potencialidades de la asociatividad comunitaria para el emprendimiento rural

En este apartado, se propone esbozar algunos elementos que se consideran claves, tanto, desde las capacidades de las asociaciones comunitarias, como, desde el diseño de las políticas de forma tal que posibiliten un adecuado acceso a las mismas. De cierta forma, la reflexión enfatiza en cuáles son los requisitos que debe tener uno y otro actor para una adecuada articulación. A partir del análisis y evaluación de las dinámicas comunitarias fue posible inferir, de un lado, la debilidad de los procesos organizativos reflejados en aspectos como su baja sostenibilidad en el tiempo y la poca capacidad para incidir en las políticas públicas de forma tal que los beneficien. En este sentido, es relevante que las asociaciones comprendan cómo desarrollar un emprendimiento comunitario en el corregimiento, ampliar su capacidad para autoabastecerse, de autoayudarse, comprarse y compartir entre organizaciones a modo de redes.

Así mismo, la ausencia de reglas claras en las diferentes asociaciones en cuanto a la toma de decisión en el manejo de los recursos, por ejemplo, en cuanto a su destinación, mecanismos de fondo rotatorio, los aportes de cada uno de los socios y en general el manejo del capital. Esta es una evidencia que, el emprendimiento comunitario, es una concepción que requiere ser fortalecida en el corregimiento favorecer su sostenibilidad.

Se entiende, luego, que la asociatividad comunitaria va más allá de la reunión de personas o unidades productivas con objetivos comunes. Es necesario que, para demostrar resultados más contundentes, la capacidad de las asociaciones sea potencializada. Ello se logra a través de los encadenamientos productivos o cadenas productivas, concepto que hace alusión a “un sistema conformado por actores (hombres y mujeres) con características y roles específicos, que desarrollan actividades interrelacionadas e interdependientes alrededor de la evolución de un producto, desde la producción hasta su consumo, con el fin de generar competitividad para el desarrollo local” (SALAZAR GONZÁLEZ; HEYDEN, 2004, p. 11).

En consecuencia, la unión consensuada (asociatividad) de diferentes organizaciones que pueden participar del desarrollo de algún(os) eslabón(es) de la cadena de valor pero sin perder su autonomía e independencia, ello, con el fin de potencializar su competitividad en el

marco de la globalización. Esto además se complementa con la posibilidad de agregación de demanda para recibir los servicios del Estado, como por ejemplo, acceso a insumos, crédito, tecnologías y conocimiento, competencias y capacidades de gestión empresarial, al tiempo que, permitiría agregar oferta al articular las diferentes organizaciones (IICA, 2017, p. 4).

No obstante, más allá de la asociatividad comunitaria o solidaria, debe existir un soporte institucional que permita la consolidación de las iniciativas, por ejemplo, através del estímulo o la promoción de los proyectos de turismo que trasciendan la visión tradicional del mismo al incluir figuras como el turismo comunitario o en perímetros suburbanos como se proponen Orobés y Bicipark, así mismo, desde los procesos de comercialización bajo mecanismos como las compras públicas o los mercados agroalimentarios.

El caso del municipio de Pereira es particular dado que las políticas están formuladas y, a diferencia de lo que sucede en otros territorios, cabe preguntarse ¿por qué las asociaciones presentes en el territorio no acceden a las mismas siendo el corregimiento de Tribunas Córcega un lugar geoestratégico, con un gran potencial agroecoturístico y con una tejido organizativo activo y de trayectoria? No obstante, y como ya lo han reseñado varios estudios (IICA, 2017; SOLARTE LINDO, 2011) esta inclusión debe inscribirse en una visión de futuro que trascienda la óptica de los proyectos productivos y el turismo convencional para pensar en formas más diversificadas de asociatividad y emprendimiento que favorezcan el negociaciones más justas para los oferentes rurales y la vinculación a los programas del Estado como productores de bienes y servicios.

Esta idea es ratificada por el reciente informe de la FAO para la agricultura familiar en América Latina. Según Grisa y Saborin (2019) desde los movimientos sociales se reclaman *interpretaciones posproductivistas* en las políticas agrícolas. Implica un cambio en su orientación exclusiva al mercado y a las grandes cadenas multinacionales agrícolas, en contraste, con base en este cambio interpretativo, las políticas públicas deben incentivar *prácticas agrícolas diversificadas*, a través del cuidado de la sociobiodiversidad, el estímulo de la soberanía y seguridad alimentaria y los modos de vida diferenciados (p. 7).

Discusión

Son pocos y más o menos recientes los estudios que abordan la temática de la asociatividad rural (APC-COLOMBIA, 2017; ESTRADA ARBELÁEZ, 2016; RIVERA JARAMILLO, 2016; SOLARTE LINDO, 2011). En estos, el emprendimiento juega un papel propulsor de las iniciativas y por lo

general antecede los procesos asociativos. Se entiende, además, que esta asociatividad tiene fines empresariales y de acceso a los mercados, en especial, con el estímulo de la visión de los programas nacionales Oportunidades Rurales y Alianzas Productivas estimuladas por Fondos Internacionales (en específico FIDA y Banco Mundial) (SOLARTE LINDO, 2011). Otros estudios enfatizan en una visión más cooperativa y solidaria y en aras de un comercio justo que orienten estos procesos organizativos (CASTAÑEDA URREGO; DÍAZ ALBARRÁN, 2018; IICA, 2017; OSPINA PENAGOS; ALZATE CASTAÑO, 2018).

Los resultados de este análisis demuestran debilidades estructurales de los procesos organizativos que refuerzan una visión equivocada que se tiene de la asociatividad dado que al presionar la formalización de las organizaciones se puede conducir a su extinción, al tiempo que la creación de organizaciones exigida de forma externa afecta el tejido organizacional de las comunidades al debilitarlo o las personas unirse por fines utilitaristas y no como el resultado de objetivos comunes y de una acción colectiva real.

A su vez, el bajo acceso a las políticas demuestra la alta concentración que éstas han tenido en asociaciones ya consolidadas y, en general, focalizadas en los mismos territorios, lo cual refuerza el patrón territorial excluyente de las políticas. Aunque la alcaldía se propone romper con estos esquemas, desde las políticas nacionales se insiste en este modelo que sigue reforzando las brechas rurales donde territorios ganan cada vez más competitividad mientras otros se empobrecen cada día más.

Los resultados presentados en el estudio implican la definición de una estrategia que permita una inserción de las asociaciones presentes en el corregimiento en las dinámicas propias del emprendimiento rural en sus diferentes componentes (financiación, asistencia técnica, fortalecimiento organizacional, etc.), de forma tal que se potencien las experiencias ya existentes y no se debiliten los procesos. Estas políticas además deben pensarse en función de las dinámicas rurales, dicho de otra forma, una lectura desde la diversidad del territorio rural y sus asociaciones.

Conclusiones

Se observó en el corregimiento más potencialidades que realidades en materia de asociatividad comunitaria para el emprendimiento rural. Las condiciones están en cuanto a localización geoestratégica, procesos organizativos en marcha, con ideas innovadoras que articulan lo agropecuario y ambiental de forma simultánea y un mínimo conocimiento para acceder y gestionar recursos públicos, sin embargo, no se identifica una mayor conexión o tejido productivo que permita

potenciar estos elementos. Sumado a la ausencia de claridad para la formalización de las acciones.

Las políticas locales de emprendimiento, por su parte, cuentan con una trayectoria más o menos estable en el municipio, de manera específica, a través de la política/programa Pereira Innova y de forma tangencial el FIC. No obstante, el acceso a estos recursos no enfatiza en procesos asociativos y de emprendimiento rural y resulta poco clara una estrategia orientada turismo rural y comunitario como dinámica propia y de gran potencial al corregimiento de Tribunales Córcega.

Ahora bien, a modo de respuesta a la pregunta inicial de este artículo, fue posible dilucidar, primero, una dinámica multifuncional, más o menos reciente y de gran estructuración hacia afuera, más que hacia dentro, de la asociatividad comunitaria. Por su parte, las políticas de emprendimiento local contribuirían a crear capacidades y/o fortalecerlas en la medida en que se direccionen y reconozcan las especificidades del territorio, al tiempo que se amplíe y diversifique la inversión, por ejemplo, en rubros no convencionales como el ecoturismo y el turismo comunitario. En este sentido, el mayor capital de las organizaciones es su capacidad de gestión, por ejemplo, al incidir en las políticas de turismo y de presupuesto participativo y en la construcción de lazos regionales e internacionales que pueden favorecer su visibilidad y sostenibilidad.

Para finalizar, dos elementos han sido enunciados como novedad en este artículo a la espera de explorar a mayor profundidad en futuros trabajos. De un lado, la multifuncionalidad de las asociaciones comunitarias, expresada en las diferentes actividades económicas que desarrollan y que combinan actividades agropecuarias y no agropecuarias. De otro lado, la pregunta por cómo las políticas para el emprendimiento rural pueden reconocer e integrar esta multifuncionalidad al potenciarlas y en respuesta a las especificidades del territorio que posiciona lo ambiental como un eje central de la planificación y gestión.

Referencias bibliográficas

ALCALDÍA DE PEREIRA. *Plan de Desarrollo Municipal 2016-2019. Pereira, Capital del Eje*. Pereira, 2016.

APC-COLOMBIA. *Asociatividad. Balance de las experiencias de cooperación internacional en Colombia 2010-2016*. Bogotá: APC Colombia, 2017.

- BONNAL, P. M.; DÍAZ, J. M.; LÖSH, B. Multifuncionalidad de la Agricultura y Nueva Ruralidad: ¿Reestructuración de las políticas Públicas a la hora de la globalización? In: PÉREZ, E.; FARAHA, M. A. (Eds.). *Desarrollo rural y nueva ruralidad en América Latina y la Unión Europea*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2004. p. 19-41.
- CÁRDENAS PINZÓN, J. I.; VALLEJO ZAMUDIO, L. E. Agricultura y desarrollo rural en Colombia 2011-2013: una aproximación. *Apuntes del CENES*, [s. l.], v. 35, n. 62, p. 87-123, 2016.
- CASTAÑEDA URREGO, J. M.; DÍAZ ALBARRÁN, N. M. *Fortalecimiento de la asociatividad rural a partir de la creación de grupos pre cooperativos de vocación agropecuaria del municipio de Anolaima como estructuración de negocio y ayuda en el pos-conflicto*. 2018. Tesis de pregrado - Universidad de La Salle, Bogotá, 2018.
- CONCEJO MUNICIPAL. *Acuerdo municipal 071 de 2010*. Por medio del cual se adopta como política pública el programa Pereira Innova, 13 dez. 2010.
- CONCEJO MUNICIPAL. *Acuerdo municipal 043*. Por medio del cual se regula el Fondo de Inversiones Comunitarias y se dictan otras disposiciones, 18 dez. 2014.
- CONGRESO DE LA REPÚBLICA. *Ley 743 de 2002*. Por la cual se desarrolla el artículo 38 Constitución Política de Colombia en lo referente a los organismos de acción comunal, 7 jun. 2002.
- CORPORACIÓN AUTÓNOMA REGIONAL DE RISARALDA. *Ecoturismo en Risaralda. Un reto para crecer*. 2015. Disponible em: <http://www.carder.gov.co/index.php/web/es/ecoturismo-risaralda>. Acceso em: 4 jul. 2019.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN; OFICINA DEL ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ; DESPACHO DEL MINISTRO CONSEJERO PARA EL POST-CONFLICTO, DERECHOS HUMANOS Y SEGURIDAD. *Los Planes de Desarrollo Territorial como un instrumento de construcción de paz*. GIZ-Propaz, 2016.
- CORREA, E. P.; QUIJANO, M. A. F. (Comp.). *Desarrollo Rural y Nueva Ruralidad en América Latina y la Unión Europea*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2004.
- ESTRADA ARBELÁEZ, L. Asociatividad para el desarrollo de los territorios rurales: Una mirada más allá de la competitividad. In: *Colombia: Encrucijadas y perspectivas. Una agenda para el avance institucional y el desarrollo*. Bogotá: Instituto de Ciencia Política; Konrad Adenauer Stiftung, 2016. p. 130-157.
- FORMICHELLA, M. M. *El concepto de emprendimiento y su relación con la educación, el empleo y el desarrollo social*. Tres Arroyos: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, 2004.

- GRISA, C.; SABORIN, E. *Agricultura familiar: de los conceptos a las políticas en América Latina y el Caribe: Alimentación, agricultura y desarrollo rural 2030/en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO), 2019.
- HERNÁNDEZ HEREDIA, L. H. *Plan Local de Tribunas Córcega Pereira 2013. Documento técnico de Diagnóstico*. Pereira: Secretaría municipal, 2013.
- HERNÁNDEZ-MOGOLLÓN, R. et al. *Situación del emprendimiento rural en Extremadura. Una perspectiva a partir del proyecto GEM*. Trujillo, España: Ediciones La Coria, 2016. Disponible em: <http://www.gem-spain.com/wp-content/uploads/2015/03/GEM-Emprendimiento-rural.pdf>. Acceso em: 5 nov. 2018.
- IICA. *Institucionalidad de apoyo a la asociatividad en América Latina y el Caribe*. San José: IICA, 2017.
- LIENDO, M. G.; MARTÍNEZ, A. M. Asociatividad. Una alternativa para el desarrollo y crecimiento de las pymes. In: Sextas Jornadas "Investigaciones en la Facultad" de Ciencias Económicas y Estadística, 2011, Universidad Nacional del Rosario, Argentina. *Anais...* Universidad Nacional del Rosario, Argentina
- MOLINERO, M. Á.; RODRÍGUEZ, C. R. *Oportunidades y barreras al emprendimiento rural*. Córdoba, España: Rurápolis, 2012.
- ORTÍZ, A. M. *Estrategias en emprendimiento en Comunas Rurales de la Región Metropolitana*. 2009. Tesis de pregrado - Universidad de Chile, Santiago de Chile, 2009.
- OSPINA PENAGOS, A.; ALZATE CASTAÑO, J. D. La asociatividad como estrategia para gestionar los procesos de desarrollo empresarial y solución a problemáticas sociales. *Revista Loginn*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 80-91, 2018.
- PEDROZO, L. M. *El emprendimiento agrícola como motor del desarrollo rural en Colombia*. 2016. Tesis de pregrado - Universidad de La Salle, Bogotá, 2016.
- PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO - PNUD; UNIVERSIDAD DE MANIZALES; OBSERVATORIO DEL MERCADO DE TRABAJO DE CALDAS. Asociatividad rural en la región que conforma el paisaje cultural cafetero en Caldas. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 15, n. 2, 2017.
- RIVERA JARAMILLO, M. F. *Los procesos de asociatividad rural como alternativa para la agricultura cafetera*. Caso de Estudio: Asociación de cultivadores de Apía (Asoapía). Tesis de pregrado - Universidad Tecnológica de Pereira, Pereira, 2016.
- SALAZAR GONZÁLEZ, M.; HEYDEN, D. V. D. *Fortalecimiento de capacidades de actores/as locales para analizar cadenas productivas y construir propuestas concertadas de intervención*. Peru: SNV, 2004.

SECRETARÍA DE PLANEACIÓN. *Proyección población por comunas y corregimientos*. Pereira, 2017.

SECRETARÍA DE PLANEACIÓN MUNICIPAL. *Anuario estadístico Pereira*. Pereira, 2017.

SOLARTE LINDO, G. *Asociatividad, empresarización y pactos territoriales: claves del desarrollo de los territorios rurales*. Bogotá: Corporación Latinoamericana Misión Rural, 2011.

CALDERÓN, Patricia Elena Giraldo; CARDONA, Maicol Lopera; ACEVEDO, Marleny Cardona. La asociatividad comunitaria para el emprendimiento rural: la experiencia de tres asociaciones del corregimiento de Tribunas Córcega, Pereira. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 208-226, fev. 2020.

Resumen: (*La asociatividad comunitaria para el emprendimiento rural: la experiencia de tres asociaciones del corregimiento de Tribunas Córcega, Pereira*). Este artículo se propone describir las dinámicas de asociatividad comunitaria y las políticas locales de emprendimiento rural a partir de la experiencia de tres asociaciones del corregimiento de Tribunas Córcega en el municipio de Pereira, Colombia, para el año 2018. Metodológicamente se aplicó la línea del tiempo y una encuesta de preguntas abiertas a líderes de las asociaciones. A modo de resultados, se evidencian procesos asociativos diversos, así como la ejecución de políticas para el emprendimiento rural en el territorio. Sin embargo, las asociaciones enfrentan grandes debilidades internas y externas que limitan sus emprendimientos. Al finalizar se concluye que existe una multifuncionalidad coherente con las formas organizativas de las comunidades, en contraste, se evidencia un bajo acceso a las políticas municipales de emprendimiento y, por tanto, algunas potencialidades a desarrollar.

Palabras clave: asociatividad; emprendimiento rural; políticas públicas; Colombia.

Abstract: (*Community associativity for rural entrepreneurship: the experience of three associations of the village of Tribunas Córcega, Pereira, Colombia*). This article aims to describe the dynamics of community associativity and local rural entrepreneurship policies based on the experience of three associations of the village of Tribunas Córcega in the

municipality of Pereira, Colombia for the year 2018. Methodologically, a timeline and a survey of open-ended questions to association leaders were applied. By way of results, diverse associative processes are evident, as well as the execution of policies for rural entrepreneurship in the territory. However, the associations face great internal and external weaknesses that limit their enterprises. At the end it is concluded that there is a multifunctionality consistent with the organizational forms adopted by the communities. In contrast, there is evidence of low access to municipal policies of entrepreneurship and, therefore, some potentials that need to be developed.

Keywords: community associativity; rural entrepreneurship; public policy; Colombia.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida?

DOI: 10.36920/esa-v28n1-10

Introdução

Não há dúvida que o tema aqui abordado – emergência das novas ruralidades num contexto de políticas públicas diferenciadas com enfoque territorial – é extremamente complexo e percorre um largo período histórico de transformações do meio rural brasileiro (e também latino-americano) que demandaria um trabalho mais exaustivo e detalhado do que permite o escopo desse artigo. Desse modo, sem qualquer pretensão de esgotar o assunto ou mesmo pontificar a respeito, a intenção principal desse esforço é destacar algumas ideias-chave associadas ao objeto em questão, desenvolvendo-as à luz de fontes bibliográficas, documentais e estatísticas, especialmente aqueles pontos que me pareceram ausentes (ou pouco discutidos) do debate travado até o momento sobre a noção de desenvolvimento territorial.

Para tanto, adianto que cinco pontos, em particular, merecem uma atenção especial nessa discussão sobre ruralidades, desenvolvimento territorial e rural e políticas públicas:

- a. O primeiro deles refere-se ao fato de que “rural” e “territorial” são dimensões que dialogam fortemente entre si, embora não sejam idênticas. Assim, é necessário perceber claramente quais são os pontos de contato e quais são as especificidades que marcam tais “categorias” de análise.
- b. O segundo aspecto reforça o argumento de que a noção de “território” não pode prescindir de um debate sobre o significado

¹ Professor Titular do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Coordenador do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA). Diretor do Centro de Estudos Avançados (CEA) da UFRRJ. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e cientista do Nosso Estado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). E-mail: sergiopereiraite@uol.com.br.

que a “terra” ocupa hoje no capitalismo ao nível internacional e, em particular, no Brasil.

- c. O fato de que as transformações históricas recentes do meio rural brasileiro demandam novas categorias de análise constitui o terceiro elemento a ser destacado.
- d. O quarto ponto em relevo propõe que a forma concreta que o processo de “territorialização” se expressa em regiões específicas resulta de um conjunto de fluxos não necessariamente convergentes, muito pelo contrário.
- e. Finalmente, a ideia de que o “desenvolvimento rural e territorial” demanda um desenho – e a implementação – de políticas públicas específicas e diferenciadas, além de um amplo leque de inovações institucionais, parece constituir-se num consenso entre os estudiosos da área e merece aqui uma atenção importante.

Os pontos acima serão desenvolvidos nesse texto ao longo de três partes. A primeira delas recupera brevemente as diferentes concepções de ruralidade e alguns momentos do amplo debate que se realizou sobre o assunto, especialmente ao longo dos anos 2000. Na sequência procuro detalhar os diferentes fluxos e dinâmicas que vêm marcando o conjunto das transformações experimentadas pelo meio rural brasileiro. A terceira parte do trabalho aborda o tema das políticas públicas vis-à-vis um conjunto de diferentes radiografias possíveis do setor rural no país, buscando algumas interpretações e causalidades que problematizam o tema central desse texto. Ao final são expostas algumas considerações, a título de conclusão, aliadas a um conjunto de especulações sobre os acúmulos experimentados no passado recente e a capacidade, ou não, de recuperá-los frente ao desmonte dos instrumentos de programas governamentais que lhe deram apoio e sustentação.

Concepções de ruralidade

Segundo Ellis e Biggs (2001), uma perspectiva histórica de mais longo prazo sobre as ideias e referências que marcaram o debate a respeito do desenvolvimento rural, em particular na América Latina, pode ser expressa no Quadro 1, a seguir.

Para os autores, entre as décadas de 1950 e 2000, uma série de “referenciais” marcaram o debate sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento rural, e porque não dizer às políticas públicas.² Longe de uma superposição mecânica entre um período e outro, Ellis e Biggs (2001), procuraram identificar atributos para a noção de desenvolvimento rural nesses diferentes momentos. Assim, por exemplo, as concepções sobre modernização agrícola, modelo econômico dual e os processos de mecanização e transferência de tecnologia,

² Para uma interpretação sobre a importância dos referenciais na análise de políticas públicas ver Muller (1999).

incluindo a extensão rural, deram a tônica no meio rural latino-americano entre os anos de 1950, 1960 e 1970, no auge do processo do modelo conhecido como “revolução verde”. Da mesma maneira, entre o final dos anos 1970 e 1980, críticas à ideia de modernização agrícola e seus efeitos concentradores, já podiam ser sentidas por meio da implementação do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) do Banco Mundial, buscando compensar os resultados socialmente excludentes da “Green Revolution”, ao mesmo tempo que o período assistia uma expansionista (porém seletiva) política de crédito rural, mola-mestra da modernização agrícola brasileira (LEITE, 1998).

Quadro 1 - Linha do tempo das ideias sobre Desenvolvimento Rural

1950'	1960'	1970'	1980'	1990'	2000'
	Modernização				
	Modelo Economia Dual				
	Desenvolvimento Comunidades				
	Abordagem transferência				
	Transferência tecnológica				
	Mecanização				
	Extensão agrícola				
	Green Revolution				
		Desenvolvimento Rural Integrado			
		Políticas agrícolas			
		Crédito Rural			
		Urbanização			
			Ajuste estrutural		
			Liberalização		
			Segurança alimentar		
			Alívio da pobreza		
				Microcrédito	
				Participação	
				Sustentabilidade	
				Redução da pobreza	
					Governança
					Descentralização
					Proteção
					Erradicação da pobreza

Fonte: Ellis e Biggs, 2001.

Os efeitos, especialmente econômicos, do ajuste estrutural imposto aos países latino-americanos rebateram de forma drástica no setor rural, especialmente através das políticas de liberalização (comercial, de investimentos, financeira, etc.), entre as décadas de 1980 e 1990, dando origem a preocupações que se voltaram aos problemas do alívio (anos 1980 e 1990), redução (1990's) e erradicação da pobreza (2000's), complementados por programas de segurança alimentar, processos de participação social, descentralização de políticas (como o microcrédito, por exemplo). Nas duas últimas décadas do Quadro 1, ganham destaques dois outros temas que

marcarão definitivamente o debate: as noções de “sustentabilidade” (sobretudo a partir da Rio-92) e de “governança” (utilizada de forma crescente ao longo dos anos 1990).

Se pensarmos o contexto das políticas agrárias no Brasil e aplicando rapidamente a ideia de referenciais temáticos para o período pós-1980 que informou processos e políticas nesse campo de atuação, poderíamos dizer que na década de 1980 prevaleceram ideias acerca do processo de reforma agrária e do desenvolvimento rural, enquanto na década seguinte a emergência das noções de agricultura familiar e desenvolvimento sustentável deram a tônica do debate. Já nos anos 2000 pode-se verificar a consolidação do problema da segurança alimentar e, para o que nos interessa mais de perto, de desenvolvimento territorial. Na década atual, a erradicação da miséria ganhou espaço nos programas agrários até a crise e o desmonte das políticas em 2016.

Ainda que abusando da forma sistemática e, de certo modo, reducionista empregada na elaboração do quadro acima, a compilação desses referenciais de forma organizada na linha do tempo, pareceu-me muito oportuna para iniciar uma revisita ao debate sobre as concepções de ruralidade, destacando as principais ideias-força que testemunharam tais transformações.

Um paralelo do contexto latino-americano com as transformações rurais europeias é também tentado no Quadro 2, a partir do trabalho de Delgado *et al.* (2013).

Quadro 2 – Sinopse comparativa entre os contextos latino-americanos e europeu

Períodos	América Latina			Europa		
1950-1980	Modernização da agricultura (produtivismo) Expansão da área cultivada Crédito Rural		Industrialização por substituição de importação Intervenção do Estado	Modernização da agricultura (produtivismo) Aumento da produtividade Preços agrícolas	Construção da PAC Intervenção do Estado	
1980-1990	Fortalecimento da produção para exportação		Crise Econômica Democratização Ajuste Estrutural	Início da Rodada Uruguai do GATT	Crise fiscal da PAC Produção excedentária	
1990-2000	Nova ruralidade Segurança Alimentar	Expansão do agronegócio (commodities agrícolas)	Liberalização comercial e financeira Reforma do Estado	Multifuncionalidade da agricultura	Questão ambiental Reforma da PAC / acordo agrícola do GATT	
Após 2000	Desenvolvimento territorial		Novo contexto político Novo desenvolvimentismo		Crise financeira e alimentar	Reorientações da PAC/ território
	Soberania alimentar					

Fonte: Delgado *et al.* (2013).

Pode-se verificar pelo quadro que a ideia de uma modernização “produtivista” da agricultura vigorou com força tanto num contexto quanto

noutro, incluindo a expansão da área cultivada e das políticas de crédito (Brasil) e preços (Europa), num cenário de forte intervenção do Estado (o modelo de industrialização por substituição de importações no primeiro caso e a emergência da Política Agrícola Comum – PAC, no segundo).

A década de 1980 marcaria a crise deste “modelo” no contexto brasileiro, forçando um *export drive* da produção agropecuária, orientado ao ajuste do balanço de pagamentos e à contenção do processo inflacionário e da crise fiscal. Esta última também influenciaria as reformas da PAC, cujos debates se aprofundam na segunda metade dos anos 1980, redundando numa mudança estrutural da mesma em 1992.

Segundo os autores durante os anos 1990 e 2000 vigoraram na América Latina ideias que discutem uma “nova ruralidade”, enquanto que na Europa o conceito de “multifuncionalidade da agricultura” passa a ser empregado, inclusive pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). No bojo da reforma do Estado e das políticas de liberalização latino-americanas ganharão peso duas outras concepções diretamente relacionadas ao rural: aquela de “segurança alimentar” (especialmente nos anos 1990) e a de “desenvolvimento territorial” (sobretudo na década seguinte). Diga-se de passagem, que essas noções “contrabalanceadoras” concorrerão com a emergência e a consolidação da noção de “agronegócio”, no lastro do processo de modernização agrícola e da conformação dos distintos complexos agroindustriais, que haviam dado a tônica nas décadas anteriores. Na Europa, os impactos da conclusão da Rodada Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e as sucessivas reformatações da PAC ganharão destaque na agenda, associados a preocupações com as políticas de desenvolvimento regional comunitária e de desenvolvimento territorial, especialmente em alguns países, como a Espanha, por exemplo. Em ambos os contextos a ideia de “desenvolvimento sustentável” incidirá com força a partir dos anos 1990, perdurando ao longo dos anos 2000 e 2010.

Tais transformações e a forma de percebê-las e interpretá-las levou a uma série de questionamentos acerca do significado do termo “rural”, particularmente na área demográfica, visto que, invariavelmente, tal noção era definida no seu sentido negativo, isto é, “o rural é tudo que não é urbano”. Ou, ainda, definidos os espaços urbanos a partir de critérios, como aquele de densidade demográfica (número de habitantes por área), o “resto” era automaticamente identificado como rural. Essa forma de definição, extremamente simplificadora e complicada, informou boa parte dos órgãos de produção de dados estatísticos de caráter socioeconômico e demográfico por um largo período de tempo, incluindo o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como já apontava corretamente Veiga (2002).

Atente-se ao fato de que, entendido nessa perspectiva reducionista, o “rural” ganhava contornos subdimensionados e era objeto de políticas

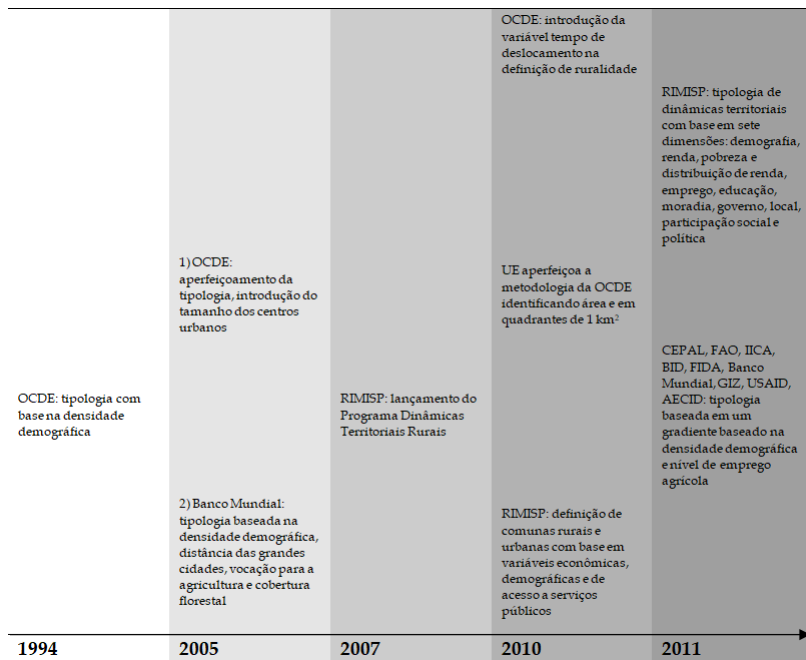
públicas com forte viés “agrícola” e produtivista, desqualificando outras possibilidades que seriam lembradas, por exemplo, com a emergência do debate sobre a “multifuncionalidade” da agricultura (doravante MFA) na virada dos anos 1990 para os anos 2000. Como bem lembravam Bonnal *et al.* (2004), duas concepções marcaram a discussão sobre a MFA: a) de um lado, uma perspectiva positiva, ou positivista, que enxergava na multifuncionalidade e suas políticas derivadas, uma forma de correção das “falhas de mercado” que a lógica produtivista não compreendia; b) de outro, uma perspectiva normativa, priorizando um enfoque global sobre a noção de MFA e não apenas como instrumento de compensação mas, sobretudo, como forma de afirmação, legitimação e valorização das chamadas outras “funções” da agricultura para além da produção agropecuária propriamente dita, quais sejam: preservação da paisagem, manutenção de determinadas espécies da fauna e da flora, serviços variados (como turismo, patrimônio histórico, etc.), manutenção de um determinado modo de vida, entre outros. Segundo Delorme (2004) essas diferentes interpretações marcarão as experiências implementadas na Europa ocidental por ocasião da reforma da PAC de 1999 (com vigência entre 2000 e 2006). Numa ponta mais conservadora a perspectiva inglesa, de corte liberal, que promovia algumas ações que não modificavam radicalmente o *status quo* da política rural; na outra ponta, a experiência francesa, com os Contratos Territoriais de Exploração/Estabelecimento (CTEs), que implicava num redesenho estrutural da divisão de recursos alocados ao setor rural, taxando os repasses da PAC de viés produtivo (“pagamentos diretos”) para constituir um fundo de financiamento aos CTEs (RÉMY, 2002).

Paralelamente ao debate feito na Europa sobre a MFA, na América Latina, a partir da iniciativa de diversos acadêmicos e instituições (PEREZ, 2001; PEREZ; FARAH, 2004) assistiu-se nos anos 1990 e 2000, uma interessante discussão a propósito da noção de “nova ruralidade”. Grosso modo, os autores postulavam que tal concepção considerava a permanência da dualidade na agricultura e o aumento da pobreza no meio rural, como um contexto histórico importante sobre o qual se erigia a nova provocação. Tratava-se, pois, de criticar os instrumentos de intervenção de corte populista, de identificar as mudanças nas realidades agrícola e rural, como respostas ao processo de liberação, em voga na década de 1990, e, sobretudo, formular uma reestruturação de políticas públicas que atendessem essa diversidade do campo e não se reduzisse apenas aos clássicos mecanismos de crédito e preço para fomento da produção agropecuária *stricto sensu*. No Brasil, diga-se de passagem, tal “dualidade”, foi marca registrada da estrutura administrativa do Estado no período posterior à redemocratização. Veja-se, por exemplo, a coexistência do Ministério da Agricultura e do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) nos anos 1980 e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério

do Desenvolvimento Agrário (MDA) entre o final dos anos 1990 e durante toda a década de 2000, chegando até 2016, quando o segundo foi extinto e suas funções incorporadas por uma secretaria específica ligada à Casa Civil. A partir de 2019, nem mesmo essa secretaria se manteve, visto que parte das atividades do setor retornaram ao MAPA depois de mais de vinte anos e outra parte foi simplesmente desativada.

Esses e outros debates sobre uma melhor e mais complexa definição de “rural” e, conseqüentemente, de “ruralidade”, levaram diversas agências e organismos multilaterais, além de órgãos públicos responsáveis pela produção e publicação de estatísticas socioeconômicas e demográficas, a revisitarem seus critérios e metodologias, buscando aprimorar e redefinir os contornos dos espaços rurais. Delgado *et al.* (2013) realizaram um exaustivo levantamento dessas iniciativas no plano internacional, além de recuperarem também as mesmas questões no plano nacional em oito países da América Latina e Europa.³

Figura 1 – Tipologias de ruralidade: organizações multilaterais



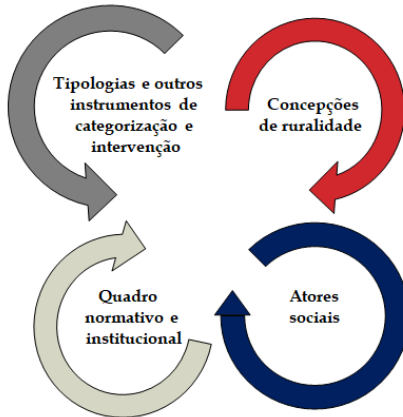
Fonte: Delgado *et al.* (2013).

³ A saber: França, Espanha, Holanda, México, Chile, Costa Rica, Uruguai e Equador.

Como pode ser visualizado na Figura 1, diferentes tipologias de ruralidade tornaram-se, ao longo do tempo (especialmente a partir do início dos anos 1990), objeto de reflexão de uma série de organizações, em particular a OCDE, mas também o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Como já apontava Veiga (2002), a OCDE foi uma das primeiras instituições, no plano internacional, a criticar a visão empobrecida do espaço rural que predominava nos dados disponíveis acerca dos países que constituíam a Organização. Isso foi melhor desenvolvido ao longo da década de 2000, quando outros critérios, além da densidade demográfica, passaram a integrar a metodologia, especialmente a introdução do tamanho dos centros urbanos que cercavam os espaços rurais (2005) e a distância ou o tempo de deslocamento às zonas urbanas (2010), permitindo um gradiente classificatório que ia do “rural isolado”, digamos assim, até as “regiões metropolitanas”, com forte densidade demográfica. A União Europeia, na década de 2010, aplica uma versão aperfeiçoada dessa metodologia ao espaço europeu, identificando áreas em quadrantes de 1 km² (DELGADO *et al.*, 2013).

Figura 2 – Concepções de ruralidade e seus processos de institucionalização



Fonte: Delgado *et al.* (2013).

Exercício semelhante foi realizado igualmente pelo Banco Mundial na década passada, agregando dimensões como a “vocação” de determinadas regiões para atividades agrícolas, pecuárias e florestais. O Centro Latino-

americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP) enfatiza, diferentemente das demais organizações acima, as dinâmicas territoriais que informam esses espaços, desenvolvendo metodologia específica que considera sete dimensões básicas: demografia, renda, pobreza e distribuição de renda, emprego, educação, moradia, governo local, participação social e política (BERDEGUÉ *et al.*, 2012; DELGADO *et al.*, 2013).⁴

Tratava-se, portanto, de construir um novo repertório de metodologias e instrumentos de intervenção a partir das novas concepções de ruralidade em curso, que implicava numa “nova” rede de atores sociais a ser alinhavada bem como na elaboração de um quadro normativo e institucional que lastreasse e suportasse tais iniciativas. Esse complexo jogo de relações pode ser visualizado, de forma um tanto quanto esquemática, na Figura 2.

A partir de uma iniciativa de diversas instituições brasileiras ou sediadas no Brasil, entre as quais o IICA, realizou-se alguns anos atrás um amplo estudo coordenado por Tania Bacelar, voltado a problematizar a noção de rural no país e a construir, com base nos microdados do Censo Demográfico, de informações do Censo Agropecuário e considerando os diferentes biomas existentes no país, uma nova tipologia dos espaços rurais (ARAUJO, 2015; BITOUN *et al.*, 2017).

Para tanto os autores partiram de algumas bases conceituais que informavam a visão contemporânea de rural e ruralidade no Brasil (ARAUJO, 2013), atestando que o “rural se expressa enquanto ‘forma territorial da vida social’. Para compreendê-lo, deve-se levar em conta, especialmente, o acesso aos recursos naturais e aos bens e serviços da cidadania; a composição da sociedade rural em sistemas e categorias sociais; e os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida. O rural não resulta apenas da presença da agropecuária”. Isso implica em que: a) o rural atual tem interdependência crescente com as cidades (ou seja, não pode ser visto mais em oposição ao urbano); b) os traços distintivos dos espaços rurais variam segundo as sociedades (fortemente heterogênea no caso brasileiro); c) o desenvolvimento rural é um projeto de sociedade.

Ou seja, para os autores, o rural não pode ser entendido como uma categoria a-histórica. Sua definição tem direta correspondência com a trajetória da formação econômica e social brasileira. Assim, o rural não pode ser compreendido como periférico, residual e/ou dominado, como frequentemente é feito no Brasil, especialmente tendo em vista que a definição legal do espaço é feita a partir da área urbana.

Nesse sentido, a ruralidade em questão reflete a disputa de diferentes interpretações e concepções do rural, seja enquanto espaço de investimento, seja enquanto lugar de vida (ARAUJO, 2013).

⁴ Não é objeto do presente texto uma discussão aprofundada dessas metodologias e suas implicações em termos de políticas públicas. Para tanto veja, entre outros, o exaustivo trabalho de Delgado *et al.* (2013).

Para os autores algumas tendências caracterizam particularmente a ruralidade atual no Brasil. São elas: a) o rural muda o perfil demográfico com o arrefecimento do êxodo e as condições de vida no campo observaram alguma melhoria;⁵ b) a agricultura ganha importância no cenário internacional e nas exportações, mas perde peso na ocupação de mão-de-obra; c) mantém-se uma “convivência conflituosa” de duas formas sociais de produção na agricultura brasileira; d) o território ganha espaço como unidade de planejamento, mas as instituições e as forças sociais continuam operando setorialmente e o viés dos investimentos territoriais permanece fortemente compensatórios; e) o surgimento de uma economia da nova ruralidade é fato e resulta de vários processos e não somente das transferências de renda; e f) os territórios rurais, em particular, surgem no Brasil do século XXI como “janelas de oportunidade”, frente aos processos de produção de energia e alimentos.

Após um exaustivo trabalho de construção de indicadores, sistematização de informações estatísticas secundárias, construção de cartogramas e farta revisão bibliográfica, o estudo coordenado por Araújo (2015), chegou à conclusão que o espaço rural brasileiro (nas suas diferentes tipologias) englobava 37% da população total e não apenas 15,5% como atestava o Censo Demográfico de 2010, produzido pelo IBGE (BITOUN, 2017). Esse novo cálculo implica, certamente, no redesenho de políticas, na valorização de outros atores sociais e na melhor compreensão dos fluxos e das dinâmicas que vêm caracterizando as transformações do campo brasileiro, objeto do próximo tópico.

Fluxos e dinâmicas em curso que incidem sobre o rural brasileiro

Os movimentos historicamente recentes na área rural brasileira, em especial nas regiões compreendidas como “fronteiras agrícolas”, poderiam ser objeto de um determinado tipo de análise que priorizasse os diferentes “fluxos” que informam a territorialização propriamente dita desses espaços. Ou seja, como “aterizam” ou ganham densidade territorial os distintos movimentos que caracterizam as dinâmicas de ocupação de um conjunto não desprezível de áreas no meio rural brasileiro.

Dessa forma, se pode falar de um fluxo de “produtores rurais”, como aquele que caracteriza o deslocamento populacional de migrantes gaúchos em direção aos cerrados das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Ou ainda, de um fluxo de “trabalhadores rurais”, que explica a migração – geralmente sazonal – de pessoas entre distintas regiões, como os

⁵ Recentemente, o IBGE vem retrabalhando sua própria metodologia com vistas a uma melhor aferição dos espaços rurais durante a aplicação do Censo Demográfico de 2020. Um primeiro exercício desses novos cálculos, usando as informações do Censo de 2010, já indicava uma redução da população urbana de 84,4% para 76%. Ver: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/nova-proposta-de-classificacao-territorial-do-ibge-ve-o-brasil-menos-urbano>. Acesso em dezembro de 2017.

trabalhadores oriundos do Maranhão que seguem para o Mato Grosso para o processo de limpeza das áreas. Há também um fluxo de “capitais” (nacionais e/ou internacionais), que informam estratégias locais de *tradings* e demais empresas ligadas ao setor agrícola, carregando pacotes tecnológicos, formatando cadeias produtivas etc.). Destaque-se, nesse caso, os capitais financeiros, que promovem transferências de fundos, investimentos que amparam operações produtivas e especulativas. Poder-se-ia falar igualmente de um fluxo “governamental”, exemplificado por diferentes políticas públicas que fomentam ou estimulam os fluxos acima, como é o caso dos programas de crédito rural, de infraestrutura (transportes em particular) etc.⁶

Convergindo num território específico, esses fluxos (demográficos, de capitais e investimentos, de financiamento, etc.) produzem sinergias e conflitos entre os próprios *stakeholders* e entre esses e as comunidades nativas (populações indígenas, povos tradicionais, camponeses, quilombolas etc. que ocupa(va)m essas áreas), e desses com os processos de urbanização, etc.

Dessa forma, a performance desses fluxos traduz diferentes dinâmicas que vêm caracterizando as transformações recentes da agricultura doméstica. Entre elas destacaria aqui: a) a financeirização da agricultura e a estrangeirização da terra; b) o reordenamento demográfico-populacional e o crescimento das cidades médias; c) as novas configurações regionais e as inovações territoriais; d) o acelerado processo de controle externo das atividades produtivas (agrícolas, agroindustriais, de comercialização etc.); e) a ideia do rural como espaço de vida e produtor de novas tecnologias (como é o caso, por exemplo, da agroecologia); e f) os processos de resistência *from below* e novos conflitos envolvendo a terra e os recursos naturais.

Por uma questão de escopo, não será possível desenvolver nesse texto todas essas questões. Gostaria, apenas, de chamar a atenção para o primeiro ponto, objeto de uma rápida e intensa transformação da paisagem rural de algumas regiões brasileiras e que, de forma geral, passa despercebido das análises sobre as novas ruralidades.

Dada a dinâmica e a complexidade da projeção externa do Brasil, pareceu-me oportuna uma análise mais fina para compreender as características, tanto sociais, como econômicas e político-institucionais, dos processos de expansão do agronegócio e, adicionalmente, da revalorização dos ativos fundiários gerando novas pressões para apropriação de terras (não exclusivamente mediadas pelo mercado de compra e venda) e do papel que o Estado vem desempenhando ao longo desses últimos anos. Um dos resultados já observados em pesquisas anteriores (FLEXOR; LEITE, 2017; SAUER; LEITE, 2012), foi a constatação da forte valorização dos preços das terras entre o final dos anos 1990 e meados dos anos 2010, especialmente nas áreas objeto de

⁶ A formulação inicial dessas ideias deve-se, em grande medida, aos “insights” formulados por Moacir Palmeira, por ocasião da pesquisa “Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil”. Para uma análise mais aprofundada, ver Heredia *et al.* (2010).

expansão da produção de *commodities*, como foi o caso do Oeste baiano, da Amazônia brasileira, do circuito Maranhão-Piauí-Tocantins e mesmo em áreas já consolidadas, como Mato Grosso (com soja e algodão) e São Paulo (com cana de açúcar).

Essa valorização das terras esteve atrelada, por sua vez, à performance altista dos preços das *commodities* no mercado internacional, em particular ao longo da década de 2000.

Não foi à toa que Svampa (2013) denominou esse período como o “*Consenso de Commodities*”, na sequência do Consenso de Washington, para caracterizar a emergência de uma busca voraz por terras em países da América Latina, por exemplo, atrás das altas valorizações dessas mercadorias (agrícolas e minerais), abrindo para uma discussão importante sobre os mecanismos de neoeextrativismo (liberal ou não, segundo a autora) observados em escala crescente no contexto regional, em boa parte dos casos com o incentivo dos governos nacionais associados aos interesses do capital internacional (COLQUE, 2017). Balestro e Lourenço (2014), também chamam a atenção para a importância de considerar o comportamento da produção e preço das *commodities* agrícolas no fortalecimento das estratégias financeiras do setor.⁷

No caso da estrangeirização das terras, como mostra uma crescente bibliografia nacional e internacional,⁸ é importante lembrar que, no Brasil, houve uma tentativa de regulamentação a partir do parecer Advocacia Geral da União (AGU), emitido em 2010, buscando estabelecer limites ao volume de terra adquiridos diretamente por pessoas, empresas ou governos estrangeiros (CASTRO; SAUER, 2016; SAUER; LEITE, 2012). Com efeito, o parecer recuperava lei específica sobre o assunto, promulgada em 1971, e que havia caído em “desuso” especialmente durante os anos 1990 e 2000, quando a corrida por terras se agrava. Dando seguimento ao parecer da AGU, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) emite em 2013 a Instrução Normativa (IN) nº 76, que dispõe sobre a aquisição e arrendamento rural por estrangeiros. A matéria está bem fundamentada e coloca o Instituto como peça central na fiscalização desse tipo de transação imobiliária, embora a efetividade dessas ações pareça diminuir com a falta de recursos orçamentários para sua realização. Tal posição foi, em parte, atenuada com outra IN, de 2017, quando do movimento acelerado de “titulação dos assentamentos” patrocinado pelo mesmo órgão.

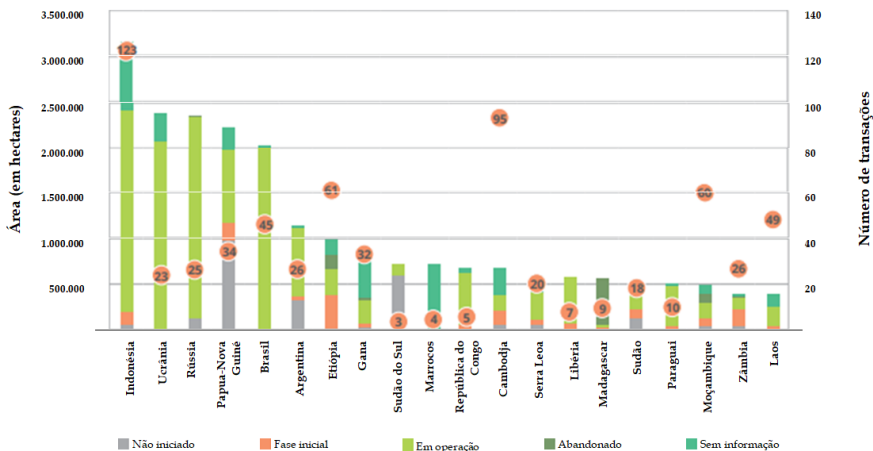
O capital internacional continuou participando no setor agrícola (e mineral), agora mediado pela atuação de firmas nacionais, valendo-se da legislação respectiva sobre o conceito de empresas nacionais aptas a funcionar no país.

⁷ Ver, ainda, a importante contribuição de Clapp (2014, 2015 e 2016).

⁸ Não há espaço, aqui, para uma recuperação da discussão sobre o que se convencionou denominar, na literatura especializada, de *land grabbing*, seja para conceituar e caracterizar devidamente esse processo; seja para apresentar evidências robustas do seu funcionamento em escala global. Para o primeiro ponto veja-se, em particular, Edelman (2013) e Edelman *et al.* (2015), entre outros; e para o segundo destaque a contribuição de Chouquer (2012) e McMichael (2014).

Além disso, há forte pressão política para a aprovação do PL 4059/2012 (entre outros 11 projetos em curso), que flexibiliza a precária regulamentação do setor. Os argumentos empregados giram em torno da necessidade de atrair novos investimentos no setor numa conjuntura de crise econômica.

Figura 3 – 20 principais países alvo de investimentos em terras



Nota: Pontos indicam o número de transações (eixo direito), barras indicam o tamanho da terra (eixo esquerdo).

Fonte: Land Matrix (2016, p. 17), *apud* Gomes (2017, p. 31).

Ainda que controversos, os dados oficiais do INCRA de 2010 indicavam a presença de cerca de 34.400 imóveis rurais e 4.350.000 hectares registrados sob a propriedade de estrangeiros, dado que parece-me estar subdeclarado pois, com as modificações ocorridas no conceito de “empresa nacional” na década de 1990, várias propriedades registradas como pertencentes ao capital nacional são, de fato, controladas por estrangeiros.

Entre outros fatores, pode-se supor que a entrada recente e crescente de inversões estrangeiras em terra venha contribuindo para manter aquecida a variação do preço dos ativos fundiários no contexto nacional ao longo dos últimos 15 anos. Mesmo tratando-se de uma região “consolidada” de expansão do chamado agronegócio, a variação nominal do preço do hectare superou, em muito, a variação da inflação no período, que ficou em 65%. Em regiões ditas de “fronteira agrícola”, a alta dos preços das propriedades agrícolas chegou a alcançar 700% para o mesmo intervalo.

Parece-me lógico que esse processo, aliado às outras dinâmicas indicadas no início do tópico, alteraram fortemente o quadro sobre o qual se assenta o rural brasileiro, demandando uma reformulação nos processos

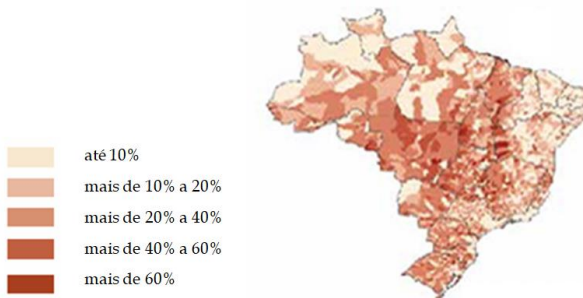
interpretativos, inclusive no que tange às próprias categorias de análise, como chamamos a atenção na Introdução do artigo.

Se estamos tratando do rural moderno e das novas expressões territoriais, é fundamental que sejam assinaladas, mesmo que não aprofundadas, questões que implicam em novas configurações espaciais, quer aquelas orientadas a um movimento global do mercado de terras, como assinala Sassen (2016), quer aquelas relacionadas à afirmação de direitos sobre o uso da terra e dos recursos naturais.

Políticas públicas e radiografias do meio rural brasileiro

Dando seguimento ao exposto até aqui, pareceu-me oportuno destacar como alguns processos sociais no campo estiveram – ou estão – articulados diretamente à implementação de determinadas políticas públicas, reforçando a necessidade de compreendermos melhor o papel do Estado nesses movimentos. Se atentarmos para o contexto dos últimos 25 anos, poderíamos destacar alguns processos importantes, tais como: a) a já aludida compra de terras por estrangeiros; b) mecanismos de financiamento rural e agroindustrial, incluindo a participação de *tradings*; c) a emergência dos chamados novos títulos do agronegócio (1994 e 2004); d) o crescente endividamento do setor rural; e) o aumento da produção e da produtividade das principais culturas e criações, especialmente aquelas destinadas à exportação (*commodities*); f) a expansão dessa produção e a abertura de novas “fronteiras” (especialmente nas regiões Norte e Nordeste); g) a reformulação e revisão de códigos cunhados, em boa medida, na era Vargas (mineração, florestal, etc.); h) a promoção do desenvolvimento rural e territorial; i) a explicitação da diferenciação social no campo; j) o reconhecimento – mesmo que parcial – do direito de acesso à terra de povos e comunidades tradicionais.

Figura 4 – Participação da agricultura no valor adicionado dos municípios – 2010



Fonte: Favareto *et al.* (2014) com base nos dados do IBGE de 2012, *apud* Favareto (2015).

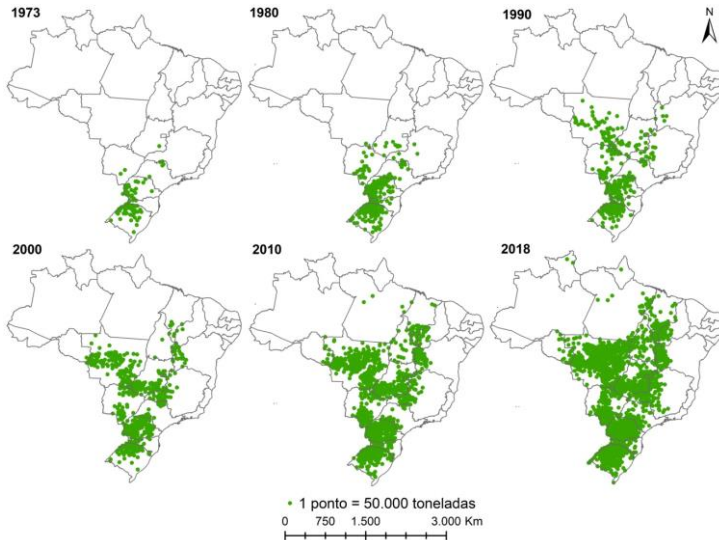
Como atesta a Figura 4, para uma boa parte dos municípios brasileiros, especialmente aqueles localizados na região central do país (partes do Centro-Oeste, do Norte, do Nordeste e do Sudeste) e em boa medida nos estados da Região Sul, a atividade agropecuária mantém uma forte contribuição para a geração de valor adicionado, ressaltando certo dinamismo econômico, mesmo que fortemente diferenciado em função das distintas características que marcam essas áreas.

Para levar a cabo tais dinâmicas, foram relevantes diversos programas governamentais (setoriais ou não) no período, entre os quais sublinho: a) política de crédito rural por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em forte expansão durante a década de 2000 até meados dos anos 2010, além da emissão dos novos títulos do agronegócio; b) programas de investimentos agropecuários e agroindustriais, particularmente aqueles capitaneados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); c) o fomento à pesquisa agropecuária através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); d) o leque de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar a partir de 1995/96 e com maior ênfase depois de 2003, especialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); e) as marchas e contramarchas da política fundiária, seja aquela de reforma agrária, seja aquela de regularização fundiária; f) as políticas de ordenamento e desenvolvimento territorial, em particular o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat); g) as políticas de infraestrutura, em especial na área de transportes e habitação rural; e h) os programas de seguridade social no campo e de segurança alimentar e nutricional.

Uma rápida retrospectiva sobre os últimos 15 anos de transformações do meio rural brasileiro permitiria identificar alguns movimentos particulares que estou chamando aqui de “radiografias” das mudanças operadas no campo. A título de exemplificação vou destacar dois “tipos” que possibilitam problematizar a relação atividades/processos agrários x políticas públicas setoriais. O primeiro deles refere-se a uma “radiografia conservadora” dessa performance e o segundo à uma “radiografia alternativa” a esse padrão dominante.

Uma radiografia conservadora das transformações agropecuárias

Talvez a mais expressiva identificação da agricultura brasileira seja aquela associada ao “agronegócio” e a respectiva produção de bens para exportação. O chamado “complexo da soja” é claramente um dos casos mais lembrados nessa direção e vou tomá-lo aqui como indicador de um determinado padrão de crescimento que informa uma determinada perspectiva de rural.

Figura 5 – Produção de Soja (em toneladas) – Brasil – 1973 a 2018

Fonte: GEMAP (2019) com base em PAM/IBGE. Elaboração de Valdemar Wesz Jr.

A Figura 5 apresenta a evolução da produção (em toneladas) de soja entre 1973 e 2018 no Brasil. Pode-se verificar que, especialmente a partir de 1999/2000, houve um enorme crescimento, que se concentrou em determinadas regiões do país: originalmente centrada na região Sul a produção de soja expandiu-se para os cerrados, inicialmente na região Centro-Oeste e, posteriormente, na região Nordeste. O caso do estado de Mato Grosso é bastante significativo e deixa bem claro o forte processo de concentração (econômica e fundiária) que lastreia esse “estilo” de crescimento. Podemos acrescentar que parte dessa produção e seu respectivo esmagamento passaram a ser objeto de controle de grupos estrangeiros (argentinos, americanos, chineses etc.).

O que eu gostaria de frisar é que tal “modelo” não se fez sem a participação do Estado brasileiro, seja por meio de políticas “indiretas”, como aquelas do setor de infraestrutura, câmbio e de incentivos fiscais, seja diretamente através da política de crédito rural, por exemplo. Com efeito, tomando a participação do financiamento agrícola registrado pelo SNCR segundo os diferentes tipos de culturas, pode-se inferir que somente a soja concentrou entre 30% a 35% de todo o valor disponibilizado entre as safras de 2003 e 2012 (LEITE; WESZ JR., 2014), o que é bastante significativo.

Outras radiografias possíveis

Volto agora aos trabalhos de Araújo (2015) e Bitoun *et al.* (2017) para rascunhar alguns elementos que permitiriam identificar, nesse mesmo período, outras radiografias do rural brasileiro não contempladas pelo “modelo” anterior.

Os autores, ao revisitarem os microdados do IBGE propondo uma nova tipologia do espaço rural brasileiro, identificam seis classes de áreas, partindo daquela denominada “essencialmente rural isolada” até a “urbana em metrópoles e capitais regionais” (BITOUN *et al.*, 2017). Pode-se verificar pelo Quadro 3 que os estratos que integram as regiões rurais contabilizam 36,92% do total da população brasileira, distribuída em 87% dos municípios, que ocupam uma área equivalente a 89,2% do território nacional.

Quadro 3 – Redimensionamento do rural no Brasil

Classes	Municípios	Área km ²	População Total 2010	% População Total
1a Essencialmente rural isolado	562	3.436.337,2	10.172.453	5,33
2b Essencialmente rural próximo	2.654	1.866.507,1	26.567.059	13,93
2a Relativamente rural próximo	276	1.578.631,5	8.658.211	4,54
2b Relativamente rural isolado	1.466	703.732,5	25.026.670	13,12
3b Urbano exceto metrópoles e capitais regionais	232	592.383,4	19.764.106	10,36
3a Urbano em metrópoles e capitais regionais	375	325.137,4	100.567.300	52,72
Totais	5.565	8.502.729,1	190.755.799	100,00

Fonte: IBGE (Censo Demográfico, 2010) *apud* Bitoun *et al.* (2017).

Notadamente no setor rural os autores identificaram 27 “tipos” que estão apresentados no Quadro 4 e na Figura 6.

Uma questão que pode ser levantada a partir dessa nova radiografia do campo é: dada uma reclassificação dos espaços rurais brasileiros qual(is) tipo(s) de política(s) deveria(m) ser adotado(s) para uma melhor compreensão da diversidade social rural e a promoção de uma estratégia de desenvolvimento rural (e porque não dizer territorial) mais incluyente que não se resume somente ao crescimento agrícola? Argumentei que a política de crédito rural, por exemplo, mantidos os critérios que vigoram até o momento, tende a concentrar os recursos em alguns produtos para a exportação, especialmente em grandes estabelecimentos agropecuários localizados na região Centro-Sul do país.

Quadro 4 – Tipos regionalizados: denominações

Tipos Regionalizados	Denominações
1	Amazônia: Baixo Tocantins; Região Bragantina; Baixada Maranhense; Rodovia Pará Maranhão
2	Amazônia e Extremo Noroeste do Pantanal: Norte de Mato Grosso; BR 163; PA 150; Belém Brasília Paraense
3	Amazônia: Transamazônica; Margem Norte do Baixo e Médio Rio Amazonas; Sul de Roraima; Acre - Rio Branco; Cruzeiro do Sul -; Rondônia; Bico de Pagaio; Araguaia Paraense
4	Amazônia: Amazônia Ocidental; Norte de Roraima; Trombetas; Baixo Amazonas; Marajó
5	Pantanal
6	Cerrado Paulista
7	Cerrado: Norte de Minas Gerais; Oeste da Bahia às margens do São Francisco; Extremo Sul do Piauí; Maranhão dos Cocais
8	Cerrado: Centro e Sul de Goiás; Oeste e Centro de Minas
9	Cerrado: Noroeste de Minas Gerais; Extremo Oeste da Bahia; Tocantins; Sudoeste do Piauí; Sul do Maranhão
10	Cerrado: Mato Grosso do Sul; Sudoeste de Goiás; Sul de Mato Grosso
11	Linha de Costa Norte e Nordeste, do Oiapoque a Fortaleza
12	Linha de Costa Nordeste, de Fortaleza ao Sul da Bahia
13	Linha de Costa Sudeste e Sul, do Espírito Santo ao Chui
14	Mata Atlântica: Oeste do Espírito Santo; parte Norte da Zona da Mata e Sul/Sudoeste de Minas Gerais
15	Mata Atlântica: Centro e Sudoeste Paranaense; Oeste Catarinense e Microrregião de Canoinhas; Noroeste Gaúcho
16	Mata Atlântica: Oeste Paulista; Limite Triângulo Mineiro/Goiás; Norte e Oeste Paranaenses; Sul de Mato Grosso do Sul
17	Mata Atlântica: Sul da Bahia; Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Campo das Vertentes (Minas Gerais); Noroeste Fluminense; Vale do Paraíba e Vale do Ribeira (SP); Centro Sul Paranaense; Campos de Lajes, Curitibaanos, Joaçaba (SC); Vacaria (RS)
18	Mata Atlântica: Mata Nordestina de Natal ao Recôncavo
19	Mata Atlântica: Entornos do Rio, Juiz de Fora, Viçosa, Belo Horizonte, São Paulo; Leste Paranaense e Catarinense; Velhas Colônias Gaúchas
20	Caatinga: Agrestes de Natal a Feira de Santana
21	Caatinga: Sertões Sul e Oeste
22	Caatinga: Sertões Norte, áreas úmidas de altitude, irrigadas; Cocais do Piauí
23	Caatinga: Sertões Norte Orientais com maior aridez (RN/PB/PE)
24	Pampa: Campanha Gaúcha
25	Pampa: Missões e Sul do Estado
26	Pampa: Nordeste

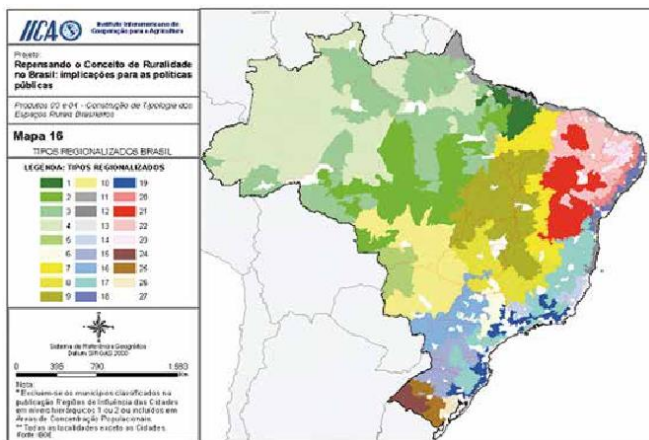
Fonte: Bitoun *et al.* (2017).

Acredito que a experiência da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro, como todos os alcances e, sobretudo, limites observados (LEITE; DELGADO, 2011; DELGADO; LEITE, 2015),⁹ possa ser trazida aqui como

⁹ Não há espaço para uma apresentação detalhada dessa política no presente texto. Existe hoje uma ampla bibliografia especializada. Ver, entre outros, os números da coleção do Fórum DRS do IICA e o texto de Delgado e Leite (2015). Recentemente, o programa tem sido objeto de estudos que tratam do desmonte das políticas agrárias brasileiras.

ilustração para desenhos que acionem uma nova institucionalidade para a elaboração e a implementação de políticas públicas diferenciadas.

Figura 6 – Brasil: tipos de espaços rurais



Fonte: Bitoun *et al.* (2017).

Os dois programas mais conhecidos nessa direção são o Pronat, que passou a vigorar em 2004, e o Programa Territórios da Cidadania (PTC) instituído em 2008. O Quadro 5 traz os dados sobre o total de territórios por região do país. Há um total de 239 territórios, sendo 120 do PTC, concentrados na Região Nordeste (43,1% do total). O número atualizado em 2017 pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), vinculada à Casa Civil (depois da extinção do MDA e, conseqüentemente da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, com a crise e o desmonte das políticas agrárias em 2016), é de 246 territórios (127 ligados ao PTC), sendo 42,68% deles localizados na Região Nordeste (SEAD, 2017).

Embora a prática desses programas até 2015 tenha sido marcada por vários tipos de problemas que não cabe aqui discutir, houve também inovações importantes seja nas esferas de participação social (Colegiados de Desenvolvimento Territorial), seja na identificação de atores sociais que passaram a integrar as diferentes instâncias e que possuíam até aquele momento pouca experiência de participação em ações de caráter supramunicipal. Na realidade, a política acabou revelando, como bem lembrou Tania Bacelar, um outro Brasil rural que os mapas de produção de *commodities* não permitiam identificar.

Quadro 5 – Territórios Rurais e da Cidadania, por região

Região	Territórios Rurais	Territórios da Cidadania	Territórios Novos	Total (Territórios)	% do Total de Territórios
Nordeste	11	56	36	103	43,10
Norte	6	27	10	43	18,00
Centro-Oeste	5	12	9	26	10,88
Sudeste	11	15	1	27	11,29
Sul	12	10	18	40	16,73
Totais de Territórios	45	120	74	239	100,00

Fonte: SDT/MDA, 2014.

Quadro 6 – PROINF – 2003/2015 – Número de projetos – Valores em R\$

Ano	Nº Projetos	%	Valor do Repasse	%
2003	374	4,60	54.318.289,49	2,74
2004	643	7,91	81.902.695,52	4,13
2005	895	11,00	78.171.851,96	3,94
2006	918	11,29	109.753.173,10	5,53
2007	1.006	12,37	190.059.922,27	9,57
2008	578	7,11	149.655.521,00	7,54
2009	643	7,91	260.857.940,35	13,14
2010	790	9,71	244.516.411,62	12,32
2011	336	4,13	140.526.348,12	7,08
2012	539	6,63	210.002.693,54	10,58
2013	604	7,43	221.688.928,59	11,17
2014	572	7,03	162.986.771,95	8,21
2015	236	2,90	80.991.539,27	4,08
Total	8.134	-	1.985.432.086,78	-

Fonte: CGMA/SDT, 2016.

Veja-se, por exemplo, pelos Quadros 6 e 7, a distribuição dos recursos do Programa de Apoio a Projetos Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), talvez a principal fonte de recursos que viabilizou os projetos territoriais.

Quadro 7 - PROINF - 2003/2015 - Número de projetos por região e natureza do gasto - Valores em R\$

Região				
Região	Nº Projetos	%	Valor do Repasse	%
Centro-Oeste	711	8,74	184.766.002,52	9,31
Nordeste	1.992	24,49	752.947.964,14	37,92
Norte	1.144	14,06	302.673.026,86	15,24
Sudeste	1.118	13,74	206.401.710,62	10,40
Sul	3.169	38,96	538.643.382,64	27,13
Total	8.134	-	1.985.432.086,78	-

Natureza				
Natureza	Nº Projetos	%	Valor do Repasse	%
Custeio	1.151	14,15	340.251.001,31	17,14
Investimento	6.983	85,85	1.645.181.085,47	82,86
Total	8.134	-	1.985.432.086,78	-

Fonte: CGMA/SDT, 2016.

Como pode ser observado no Quadro 6, foram financiados entre 2003 e 2015 um total de 8.134 projetos de desenvolvimento territorial, chegando a quase R\$ 2 bilhões correntes, o que é comparativamente pouco frente aos valores praticados com a política de crédito rural no país. Diferentemente desta última, tais recursos se concentraram (37,92%) na Região Nordeste do país (ver Quadro 7) e com forte peso também da Região Norte (15,24%), o que corrobora objetivos contidos nos programas voltados ao combate à pobreza e à promoção do desenvolvimento, especialmente por meio de investimentos em infraestruturas territoriais (82,86% dos recursos), revelando uma outra radiografia de um “rural possível” no país.

À guisa de conclusão

O artigo procurou revisitar, mesmo que de forma sucinta, o debate sobre as concepções e interpretações a respeito do peso, significado e

dimensão das áreas rurais na sociedade contemporânea, em particular no caso brasileiro. Para tanto foram igualmente tratados distintos fluxos, dinâmicas e políticas que lastrearam esses movimentos nas últimas décadas, buscando identificar características e atributos que reforçavam ou problematizavam diferentes compreensões do rural, o que me permitiu discutir o fato de que não existe apenas uma possibilidade e/ou estilo de transformações, mas, sim, várias, com objetivos, finalidades e resultados também diferenciados.

Finalizo brevemente essas considerações chamando a atenção para o fato de que determinados objetivos a serem alcançados (como é o caso do desenvolvimento rural) que impliquem em novas institucionalidades de políticas e que operam com um grau de cobertura mais abrangente dos programas governamentais no campo, carregam desafios não desprezíveis, seja por alterar o *modus operandi* das políticas propriamente ditas (incluindo redistribuição dos recursos públicos), seja por operar com uma gama de atores distintos daqueles que historicamente foram beneficiados pelas políticas agrícolas no país.

A política de desenvolvimento territorial, entre outras possibilidades, é um exemplo importante nessa direção ao enfrentar desafios e dilemas caros ao universo rural, tais como: a luta social contra a pobreza (no curto e no longo prazo); o combate à desigualdade; a estruturação de cadeias produtivas e a geração riqueza em novas plataformas (territoriais); a geração de renda social (investimentos públicos e privados e seu rebatimento na dimensão sócio territorial); e a compreensão da dimensão estratégica do desenvolvimento, acentuam a abordagem pública desse processo. É também um exemplo de que a promoção do desenvolvimento não pode ser feita exclusivamente de maneira *top-down*, mas, ao contrário, pressupõe o engajamento, a participação e o controle social pelos atores *from below*, mesmo que esse aprendizado seja muito mais “custoso” em termos de gestão de políticas. No entanto, a capacidade de fortalecer uma tessitura mais democrática e socialmente diversa no meio rural, atendendo aos novos olhares sobre esses espaços, seria certamente um ganho a ser observado e mantido.

Ao contrário da política de crédito rural que vem se mantendo relativamente estável ou com ligeira ascensão de valores nos últimos três anos, os programas de desenvolvimento territorial, entre outros do repertório das políticas agrárias, sofreram forte interrupção a partir de 2016 e praticamente foram extintos desde janeiro de 2019, revelando um desmantelamento da política em questão. Esse resultado coloca um desafio importante sobre o “legado” das políticas agrárias e sua capacidade de resiliência diante dos “momentos críticos” na

trajetória de políticas públicas, em particular aquelas de caráter diferenciado. A experiência pretérita e os resultados alcançados por essas políticas foram, de fato, suficientes para garantir um mínimo de acúmulos irreversíveis, mesmo diante dos contratempos institucionais? O redesenho observado pela emergência das políticas agrárias diferenciadas ao longo de, praticamente, duas décadas, mostrou que seria possível fomentar processos de desenvolvimento rural mais abrangentes e inclusivos. Esse legado foi suficientemente forte no sentido de convencer os atores sociais e *policymakers* de que um projeto de desenvolvimento mais equânime assegura maior sustentabilidade, no sentido amplo do termo, às instituições democráticas e aos processos de participação social? A reviravolta no quadro de políticas públicas ensaiada em 2015, oficializada em 2016 e consolidada em 2019, assegurando maior espaço e recursos aos programas voltados ao chamado “agronegócio” teria legitimidade suficiente para se impor mesmo diante das evidências críticas que mostraram resultados desfavoráveis no campo da segurança alimentar, do meio ambiente e da distribuição de renda?

Essas são questões que merecem reflexões mais apuradas e que extrapolam os limites desse artigo, mas certamente figurarão na agenda rural brasileira dos próximos anos.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, T. B. Um novo olhar sobre o rural brasileiro e seus desafios. In: MIRANDA, C.; GUIMARÃES, I. (Orgs.). *Agricultura familiar: ruralidade, território e política pública*. Série Forum DRS, v. 25. Brasília: IICA, 2015.
- BALESTRO, M. V.; LOURENÇO, L. C. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade dos preços das *commodities*. In: ALVEZ, E.; NAVARRO, Z. (Orgs.). *O mundo rural no Brasil no século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014.
- BERDEGUÉ, J. A. et al. *Territorios en movimiento. Dinámicas territoriales rurales en América Latina*. Documento de Trabajo n. 110. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Santiago: RIMISP, 2012. Disponível em: http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1366233526N1102012TerritoriosenMovimientoBerdegueBebbingtonEscobalFavaretoetal.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

- BERTRAND, J. P.; THÉRY, H.; WANIEZ, P. Les Japonais et la mise en valeur des Cerrados au Brésil: pour quelle maîtrise de l'espace et de l'approvisionnement alimentaire? *Économie Rurale*, n. 202-203, p. 58-64, 1991. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ecoru_0013-0559_1991_num_202_1_4189. Acesso em: 5 dez. 2017.
- BITOUN, J.; MIRANDA, L.; SOARES, F.; LYRA, M. R.; CAVALCANTI, J. Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros. In: MIRANDA, C. (Org.). *Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas*. Série DRS, v. 22. Brasília: IICA, 2017.
- BONNAL, P.; LOSCH, B.; BOSCH, P. M.; DIAZ, J. Multifonctionnalité de l'agriculture et nouvelle ruralité. Une mise en perspective sur deux démarches de refondation des politiques publiques. *Les cahiers de la multifonctionnalité*, Paris, n. 5, 2004.
- CASTRO, L. F.; SAUER, S. *Marcos legais e a liberação para investimento estrangeiro em terras no Brasil*. Textos de Conjuntura n. 24. Rio de Janeiro: GPAC/OPPA/CPDA/UFRRJ, dez. 2016.
- CHOUQUER, G. *Terres Porteuses: entre faim de terres et appétit d'espace*. Paris: Errance, 2012.
- CLAPP, J. Distant agricultural landscapes. *Sustain Sci*, v. 10, p. 305-316, 2015. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11625-014-0278-0>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- CLAPP, J. Financialization, distance and global food politics. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 5, p. 797-814, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2013.875536>. Acesso em: 18 jan 2018.
- CLAPP, J. Responsibility to the rescue? Governing private financial investment in global agriculture. *Agriculture Human Values*, v. 34, p. 223-235, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-015-9678-8>. Acesso em: 8 jan. 2018.
- COLQUE, G. *Patrón de acumulación extractivista y sus limitaciones*. Fundación Tierra, 30 mai. 2017. Disponível em: <http://www.ftierra.org/index.php/opinion-y-analisis/768-patron-de-acumulacion-extractivista-y-sus-limitaciones>. Acesso em: 13 dez. 2017.
- DELGADO, N.; LEITE, S. P.; SCHMITT, C.; GRISA, C.; KATO, K.; WESZ JR., V. J. Tipologias de ruralidade em agências multilaterais e organismos internacionais selecionados. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (Orgs.). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Série Forum DRS, v. 21. Brasília: IICA, 2013.
- DELORME, H. Les dynamiques politiques et symboliques à l'oeuvre dans la libéralisation de la PAC. In: DELORME, H. (Ed.). *La politique agricole commune: anatomie d'une transformation*. Paris: Sciences Po, 2004.

- EDELMAN, M.; BORRAS JR., S.; OYA, C. *Global land grabs: history, theory and method*. Londres: Routledge, 2015.
- EDELMAN, M. Messy hectares: questions about the epistemology land grabbing data. *Journal of Peasant Studies*, v.40, n. 3, p. 485-501, 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2013.801340>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- ELLIS, F.; BIGGS, S. Envolving themes in rural development 1950s-2000s. *Development Policy Review*, v. 19, n. 4, 2001. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-7679.00143>. Acesso em: 20 set. 2017.
- FAIGUENBAUM, S. Definiciones oficiales de “rural” y/o “urbano” en el mundo. In: DIRVEN, M. et al. (Orgs.). *Hacia una nueva definición de “rural” con fines estadísticos en América Latina*. Santiago: CEPAL, 2011. p. 67-90.
- FAVARETO, A. Agricultura familiar: ruralidade, territórios e políticas públicas no Brasil contemporâneo. In: MIRANDA, C.; GUIMARÃES, I. (Orgs.). *Agricultura familiar: ruralidade, território e política pública*. Série Fórum DRS, v. 25. Brasília: IICA, 2015.
- FLEXOR, G.; LEITE, S. P. Land market and land grabbing in Brazil during the commodity boom of the 2000s. *Contexto Internacional*, v. 39, n. 2, p. 393-420, mai./ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292017000200393&lng=en&tlng=en. Acesso em: 15 set. 2017.
- GOMES, C. M. P. *Financeirização da terra e poder corporativo na “última” fronteira agrícola - Matopiba*. Projeto de Qualificação de Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2017. (mimeo).
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, p. 159-176, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000300010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 9 dez. 2017.
- KAY, C. Las políticas agrarias en Europa y América Latina. In: PÉREZ, E. et al. (Orgs.). *Desarrollo rural y nueva ruralidad en América Latina y la Unión Europea*. Bogotá: La Javeriana, 2004.
- LAURENT, C.; MAXIME, F. Multifonctionnalité de la agriculture et modèles de l’exploitation agricole. *Économie Rural*, n. 273-274, p. 134-152, 2003. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ecoru_0013-0559_2003_num_273_1_5395. Acesso em: 8 nov. 2017.
- LEITE, S. P. *Inserção internacional e financiamento da agricultura brasileira (1980-1998)*. 1998. 274 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. Disponível em:

- <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285811?mode=full>. Acesso em: 12 set. 2017.
- LEITE, S. P.; DELGADO, N. (Orgs.), *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília: IICA, 2011.
- LEITE, S. P.; WESZ JR., V. J. Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: revisitando o papel do crédito rural. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 11, p. 83-107, 2014. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/3432>. Acesso em: 20 set. 2017.
- MARX, K. *O Capital*. Livros I e III. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucite/Polis, 1984.
- PÉREZ, E. FARAH, M. A. (Orgs.). *Desarrollo rural y nueva ruralidad en América Latina y la Unión Europea*. Bogotá: La Javeriana, 2004.
- PÉREZ, E. Hacia una nueva visión de lo rural. In: GIARRACA, N. (Org.) *Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- RANGEL, I. A questão da terra. *Revista de Economia Política*, v. 6, n. 4, p. 71-77, out./dez. 1986.
- RÉMY, J. *Les contrats territoriaux d'exploitation ou la découverte de la multifonctionnalité*. Rio de Janeiro: Seminário sobre Multifuncionalidade, 2002. (mimeo).
- SASSEN, S. *Expulsões*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- SAUER, S.; LEITE, S. P. Agrarian structure, foreign investments on land and land price in Brazil. *Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 3-4, p. 873-898, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2012.686492>. Acesso em: 1 out. 2017.
- SAUER, S.; LEITE, A. Z. Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. *Retratos dos Assentamentos*, v. 20, n. 1, p. 14-40, 2017. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/258>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 244, mar./abr. 2013. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em: 27 nov. 2017.
- VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o 'rural' como espaço singular e ator coletivo. In: WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*.

Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WESZ JR., V. J. *Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

WILKINSON, J.; REYDON, B.; SABBATO, A. Concentration and foreign ownership of land in Brazil in the context of global land grabbing. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 33, n.4., p.417-438, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02255189.2012.746651>. Acesso em: 13 out. 2017.

LEITE, Sergio Pereira. Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida? *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 227-254, fev. 2020.

Resumo: (*Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida?*). Equacionar o desenvolvimento territorial, as políticas públicas diferenciadas e a emergência de novas ruralidades no ambiente agrário brasileiro, tendo por base a experiência observada nas últimas décadas, é o objetivo central desse artigo para refletir sobre os “estilos” ou “modelos” de desenvolvimento que caracterizaram as transformações sociais, econômicas e político-institucionais no campo. Para tanto, o trabalho aborda, à luz da literatura internacional, o significado e o impacto que o emprego das novas ruralidades para caracterizar o meio rural trouxe sobre um conjunto importante de indicadores e de políticas governamentais. Tomando o caso brasileiro, o artigo busca retratar brevemente alguns processos recentes que influenciaram o desenho de distintas “radiografias” possíveis da agricultura nacional, exemplificada no trabalho a partir dos movimentos de estrangeirização e financeirização da terra e da constituição de territórios rurais, ambos processos amparados em políticas governamentais não menos desprezíveis, como aquela do crédito rural e do programa de desenvolvimento territorial. A recente crise das políticas agrárias brasileiras traz novos desafios à compreensão desse contexto mais amplo, gerando novas questões, sistematizadas ao final do artigo.

Palavras-chave: desenvolvimento rural; desenvolvimento territorial; políticas agrárias; ruralidades.

Abstract: (*Ruralities, territorial focus and public policies for rural development in Brazil: an abandoned priority?*). This paper invites a reflection on “styles” or “models” of development that have characterized social, economic and politico-institutional transformations in rural areas. It does so by evaluating territorial development, differentiated public policies, and the emergence of new ruralities in the agricultural context in Brazil, based on the experience over the last few decades. By drawing on international literature, this work assesses the meaning of the use of new ruralities to characterise farming environments, and its impact over important indicators and governmental policies. With a focus on Brazil, the article traces recent processes that help to sketch out possible “snapshots” of the national agricultural landscape, as evidenced in work based on land grabbing and financialization of land, and on the constitution of rural territories. These processes are supported by important governmental policies, such as rural credit and territorial development programs. The recent crisis of agricultural policies in Brazil brings new challenges in terms of understanding this broader context, and raises new questions, which will be addressed in the concluding remarks.

Keywords: rural development; territorial development; agricultural policies; ruralities.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.